

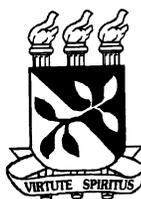


Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva

Hábitos higiênicos: uma etnografia da higiene na
Feira do Japão, Liberdade

Ana Cláudia Venegeroles de Sá Teles

Salvador - Bahia
2006



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva

Hábitos higiênicos: uma etnografia da higiene na
Feira do Japão, Liberdade

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador:

Prof. Dr. Ordep Serra

Salvador - Bahia
2006

Ficha Catalográfica

T 269 h Teles, Ana Cláudia V. de Sá

Hábitos de higiene: uma etnografia da higiene na Feira do Japão, Liberdade / Ana Cláudia V. de Sá Teles — Salvador, 2006

258 p. il.

Orientador: Prof. Dr. Ordep Serra
Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva – ISC. Universidade Federal da Bahia

1. Higiene 2. Hábitos de higiene 3. Feira livre

I. Título.

CDU - 613:397.177



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva

Hábitos higiênicos: uma etnografia da higiene na
Feira do Japão, Liberdade

Banca examinadora

Profª Dra. Maria do Carmo Soares Freitas
Departamento das Ciências da Nutrição
Escola de Nutrição/UFBA

Prof. Dr. Russel Parry Scott
Departamento de Antropologia
Centro de Ciências da Saúde/UFPE

Orientador:

Prof. Dr. Ordep Serra
Faculdade de Ciências Humanas/UFBA

Salvador - Bahia
2006

Dedico este trabalho,

aos atores que constroem, no seu cotidiano, esse
emaranhado de significados, fonte de riqueza, a

Feira

AS FEIRAS

(...)Todo mundo quer acabar com as feiras livres, todos reclamamos contra a falta de higiene, o barulho, o transtorno no tráfego, a característica senão medieval, pelo menos colonial desse tipo de mercado. E, entretanto, as feiras livres resistem a todos os ataques, a todas as promessas de governantes-tão fortes como o jogo do bicho.

É porque, talvez, a feira livre represente um dos mais seguros sintomas de que o homem metropolitano se considere de fato um exilado; toda vez que pode, procura fugir à civilização e ao progresso, aos triunfos técnicos da cidade grande, e se atrai com delícias à irregularidade, à pouca higiene, à promiscuidade e à vontade da vida no interior. Pois, dispondo desses maravilhosos supermercados iluminados à luz fria, com câmaras de empacotamento, ele desdenha tais primores e corre para as feiras livres, para as ruas sujas de cascas de banana, as barracas malcheirosas, as galinhas vivas em jacás, os ovos sem carimbo, os mariscos metidos em latas velhas, os maços de couve que toda gente apalpa, as vagens que qualquer um pode quebrar no dedo, os tomates cheios de equimoses. Tudo sem garantia de legitimidade, sem segurança de procedência, sem preço fixo (...)

(Raquel de Queiroz)

Agradecimentos

Foram tantos que contribuíram nessa caminhada e deixaram marcas nessa minha história,

Aos *meus pais e minha avó*, afinal a eles eu devo o início e a base de tudo.

A *Kurt*, meu marido, pela paciência, apoio técnico e por ter me feito despertar para as diferenças culturais que envolvem a higiene.

À *Ananda* e *Catharina* pelos momentos de descontração e risos, fundamentais em qualquer processo criativo

À *Sara Cobas, Lunélia, Dinalva, Reilma e Ana Simões*, sem o apoio e colaboração delas o desenvolvimento desta pesquisa, seria inviável

À Professora *Maria do Carmo Freitas*, a Carminha, co-orientadora desta pesquisa. Ela foi fundamental na minha transformação de fiscal a estudiosa; e por ter despertado em mim a paixão pela etnografia.

Ao Professor *Ordep Serra*, meu orientador, por ter me dado o alicerce para seguir nesta jornada

À *Luciara Brito*, muito mais que uma colega, ela foi a amiga, a companheira, o exemplo e por que não, a professora.

Aos companheiros do *NUVISA*, pelo apoio, companherismo e por compartilhar comigo suas descobertas e conhecimento,

À *Profa. Edná*, pelo apoio técnico, didático neste processo de aprendizado

À *ANVISA*, pela ajuda financeira oferecida por intermédio do Centro Colaborador em Vigilância Sanitária no ISC/UFBA.

Aos *colegas da SESP, da Vega e da Visa* que com suas histórias e palavras me fizeram adentrar na sua realidade de profissional e desvendar a sua feira.

E especialmente, aos *homens e mulheres, feirantes, consumidores e profissionais* que com gestos, sons, cores e movimento constroem no seu cotidiano o grande espetáculo que é a **Feira do Japão**

RESUMO

O conceito de *higiene* de cada época histórica pode ser relacionado com seu contexto cultural. Os hábitos higiênicos institucionalizam-se como regras. Eles formam-se lentamente no cotidiano dos indivíduos e vão moldando as formas de agir individuais e coletivas. A proposta deste estudo é adentrar no universo de uma feira livre para entender como os hábitos higiênicos relativos aos alimentos se conformam e como a relação entre os diferentes atores desta feira interfere nesse processo. Com este objetivo desenvolvi um estudo etnográfico em uma das oito feiras fixas da cidade de Salvador - Bahia : a Feira do Japão, situada no bairro da Liberdade (um dos bairros mais populosos da cidade). Utilizei entrevistas semi-estruturadas, observação direta, registro fotográfico e análise documental como técnicas de coleta de dados. Os dados coletados foram sistematizados e ordenados de acordo com as seguintes categorias de análise: *limpo*, *sujo*, *higiene*, *feira*, *feirante*, *consumidor*, *ordem*, *fiscalização*. Foram entrevistados feirantes, consumidores, garis e fiscais municipais. Ao final do estudo percebi que *sujo*, *limpo*, *ordem* e *higiene* são categorias construídas a partir de códigos compartilhados pelos distintos atores. A Feira do Japão caracteriza-se como um espaço fluido entre a casa e a rua. Ela não é aceita pelos fiscais municipais devido sua informalidade. O conhecimento científico das normas higienicas e a legislação sanitária não são compreendidas pelos feirantes, pois são estranhas ao seu sistema simbólico. As leis não são efetivas e não têm uma influência importante na construção das práticas higiênicas. Os feirantes e consumidores da feira sentem-se excluídos e marginalizados. As práticas dos fiscais municipais são coercitivas e punitivas e não consideram o senso comum como base para a formação dos hábitos de higiene.

1. Palavras-chave: higiene, hábitos de higiene, fiscalização, feira-livre

SUMMARY

The concept of hygiene of every historic period can be brought into relation with its cultural context. The hygienic habits are institutionalizing themselves as rules. They form themselves slowly into everybody's everyday life and shape the individual and collective ways of acting. The goal of this study is to penetrate into the universe of a farmer's market in order to understand how hygienic habits in relation with food are being formed and how the relation between the different parties in such a market interferes in its process. With this goal in mind, I developed an ethnographical study of one of the eight markets in the city of Salvador – Bahia : the Feira do Japão, situated in a neighborhood called *Liberdade* (one of the most populated neighborhoods of the city). To collect my information, I used the following techniques: interviews, direct observation, photographs and documental analysis. The collected data were systemized and organized accordingly the following analysis-categories: *clean, dirt, hygiene, market, merchant, consumer, order, municipal inspection*. Merchants, consumers, garbage-men and municipal inspectors were interviewed. At the end of the study, I noticed that *clean, dirt, order* and *hygiene* are categories formed on base of shared codes between the different parties. The Feira do Japão distinguishes itself as a flowing space between home and the street. It is not accepted by the municipal authorities because of its informal aspect. The scientific knowledge of the hygienic norms and the sanitary legislation are not understood by the merchant because they are unfamiliar to the his symbolic system. The laws aren't effective and have no important influence on the construction of the hygienic practices. The merchants and consumers of the market are feeling themselves excluded and marginalized. The practices of the municipal inspectors are coercive and punitive and they don't take into consideration the common sense as a foundation to form hygienic habits.

Keywords: hygiene, hygienic habits, inspection, farmer's market

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	7
SUMARY.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE FOTOS	14
LISTA DE TABELAS.....	17
LISTA DE QUADROS	18
LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS.....	19
INTRODUÇÃO	20
I - Apresentação.....	20
II - As Feiras.....	22
III - A História da Higiene.....	26
IV - Hábitos de higiene	32
A CONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA	38
I - Preliminares	38
II - Agências Institucionais.....	44
▪ Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP)	44
▪ Empresa Limpeza Pública Urbana do Salvador (LIMPURB).....	45
▪ Secretaria Municipal de Saúde – Coordenadoria de Vigilância Ambiental – Sub- coordenadoria de Vigilância Sanitária	49
III - Atores entrevistados.....	50
▪ Varredor e coletor de lixo – Gari	50
▪ Agente de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos.....	51
▪ Fiscal de Controle Sanitário.....	53
▪ Feirante	55
a) Feirante de carnes.....	56

b) Feirante de pescados.....	56
c) Feirante de vegetais	56
d) Ambulantes	57
▪ Consumidor.....	57

PRIMEIRO MOMENTO : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DA PESQUISADORA 58

I - Descrição Etnográfica	58
II - O Bairro da Liberdade: Características.....	62
III - A região do Japão.....	68
IV - A Feira do Japão	70
▪ Origem.....	73
▪ Localização	73
▪ Rua Gonçalo Coelho	74
▪ Estrutura física	76
▪ Saneamento.....	77
▪ Equipamentos.....	78
▪ Barracas	80
▪ O Armazém do Japão	81
▪ Organização do espaço.....	84
▪ Organização das bancas.....	84
▪ Limpeza	86
a) da rua	87
b) das bancas	90
c) Acondicionamento de lixo	90
▪ Abastecimento de produtos.....	94
▪ Procedência dos produtos	96
▪ Comércio Informal.....	96
a) Comércio de Pescados	98
b) Comércio de carne vermelha.....	102
c) Comércio de Vegetais.....	105
▪ Armazenamento de mercadorias.....	107
▪ Preço dos produtos	108
▪ Animais.....	109
▪ Vetores.....	111
▪ O Cotidiano da Feira	112
V - A violência	114
VI - O Ordenamento da Feira do Japão	116
VII - Atores.....	123
▪ Consumidor.....	123
▪ Feirante	124
a) Feirante de carnes	130
b) Feirante de vegetais	130

c)	Feirante de pescados.....	132
d)	Ambulantes	132
▪	Fiscal de Controle Sanitário.....	133
▪	Agentes de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Público.....	134
▪	Varredor e Coletor de lixo (Vega)	137
VIII -	Práticas de Higiene	138
IX -	Comércio Formal da Rua Gonçalo Coelho.....	145
X -	NACS- Núcleos de Abastecimento , Comércio e Serviço	146
XI -	Feira de São Joaquim.....	150

SEGUNDO MOMENTO : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DOS SEUS FEIRANTES E CONSUMIDORES 156

I -	Apresentação	156
II -	A Feira	156
III -	O Feirante.....	162
IV -	O Consumidor	166
V -	A Fiscalização/ SESP.....	167
VI -	A Vigilância Sanitária	174
VII -	O sujo	175
VIII -	O limpo.....	179
IX -	A higiene	182

TERCEIRO MOMENTO : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS 186

I -	Abertura	186
II -	A Feira	186
III -	O Feirante.....	194
IV -	O Consumidor	200
V -	O sujo.....	203
VI -	O limpo	207
VII -	A higiene	210

VIII -	Organização.....	214
IX -	A ação dos fiscais na feira	217
X -	As dificuldades.....	227
XI -	Como os agentes da SESP vêem os fiscais da VISA	229
XII -	Como os fiscais da Visa vêem os agentes da SESP.....	231
QUARTO MOMENTO : CONSIDERAÇÕES FINAIS		240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		251
LEGISLAÇÃO CONSULTADA:		257
DOCUMENTOS CONSULTADOS		258
ANEXOS		259

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição da população domiciliada no bairro da Liberdade, segundo cor/raça, em 2000	64
Figura 2: Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo condição de alfabetização, em 2000	69
Figura 3: Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo sexo, 2000	69
Figura 4: Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo faixa etária, 2000	70
Figura 5: Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo tipo de produto comercializado, no período de implantação do ordenamento, 2002	119
Figura 6: Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, no período de implantação do ordenamento, segundo equipamento utilizado para exposição dos produtos, 2002	120
Figura 7: Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo procedência, 2000	125
Figura 8: Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo local de residência, 2002	126
Figura 9: Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo escolaridade, 2002	128
Figura 10: Distribuição dos feirantes da Feira de São Joaquim, segundo produto que comercializa, 2005	152

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Feira do Japão antes do ordenamento, 2002, imagem cedida pela SESP	59
Foto 2: foto panorâmica da região da Liberdade, abril de 2002	63
Foto 3: entrada da Rua Gonçalo Coelho,28-06-03, manhã	66
Foto 4: ponto de ônibus, Rua Lima e Silva, Liberdade, entrada da Rua Gonçallo Coelho,29/12/05	67
Foto 5: ponto de ônibus, Rua Lima e Silva, Liberdade, entrada da Rua Gonçalo Coelho, 22/10/05	68
Foto 6: vista da Feira do Japão, com as bancas padronizadas,28/06/03	72
Foto 7: imagem do Largo do Japão, 29/12/05	74
Foto 8: imagem da extensão da Feira do Japão, a partir da segunda parte, 22/10/05	75
Foto 9: feirantes estabelecidos na frente de imóveis localizados na primeira parte da feira, Feira do Japão, 22/10/05	75
Foto 10: buracos tapados com entulho, Feira do Japão, 10/03/05	76
Foto 11: feirante de folhosos molhando as folhas, Feira do Japão, 20/02/04	77
Foto 12: bancas de frutas no início da Feira do Japão, lado esquerdo, 22/10/05 (equipamento:mesa)	78
Foto 13: barraca padronizada pela SESP, Feira do Japão, 28/06/03	78
Foto 14: imagem de caixotes utilizados como bancas para exposição de produtos, 22/10/05	79
Foto 15: carro de mão onde são comercializados pescados, Feira do Japão, 29/12/05	79
Foto 16: frutas depositadas diretamente no chão para serem utilizadas na reposição da banca, 11/12/05	80
Foto 17: imagem do Armazém do Japão, 30/03/04	81
Foto 18: imagem dos boxes, Armazém do Japão, 29/12/05	82
Foto 19: imagem da área do fundo do Armazém do Japão, 29/12/05	83

Foto 20: imagem do Armazém do Japão, 10/03/05	83
Foto 21: abóbora sendo vendida na mesma banca que carne de boi, Feira do Japão, 29/12/05	85
Foto 22: banca de feijão verde (com produtos utilizados na sua preparação), Feira do Japão, 22/10/05	85
Foto 23: garis recolhendo o lixo acumulado na região das caixas coletoras, Feira do Japão, 31/03/05	88
Foto 24: folhas acumuladas em volta da banca, Feira do Japão, 04/02/05	89
Foto 25: caixa pequena para acondicionamento de lixo, Feira do Japão, 30/03/05	91
Foto 26: novas caixas coletoras de lixo, Feira do Japão, 31/03/05, turno vespertino	91
Foto 27: lixo acumulado na região dos contêineres, Feira do Japão, 31/03/05	92
Foto 28: kombis carregadas de vegetais para abastecimento das bancas instaladas no início da Feira do Japão, 29/12/05	95
Foto 29: caminhão carregado de frutas para abastecimentos dos mercadinhos da Rua Gonçalo Coelho, 16/03/04	96
Foto 30: banca de peixe, Feira do Japão, 01/07/03	99
Foto 31: mariscos (sururu) ensacados, expostos em engradados de refrigerante, 11/12/05	101
Foto 32: banca de vísceras, Feira do Japão, 22/10/05	103
Foto 33: bananas expostas para venda sobre banca improvisada, Feira do Japão, 20/02/04	106
Foto 34: depósito utilizado para guarda de mercadorias, Feira do Japão, 04/02/05	107
Foto 35: cão ao lado de balde com frutas, 29/12/05, manhã	109
Foto 36: gato na banca de carnes, Feira do Japão, 29/12/05, manhã	110
Foto 37: caranguejos comercializados vivos, Feira do Japão, 22/10/05	111
Foto 38: pedaço de carne de porco com moscas pousadas, Feira do Japão, 20/02/04	112
Foto 39: Fluxo de pessoas, Feira do Japão, 22/10/05, manhã	123

Foto 40: feirante de carne, Feira do Japão, 05/03/05	130
Foto 41: feirante de folhosos, Feira do Japão, 16/03/04	131
Foto 42: banca de condimentos e azeite-de-dendê, Feira do Japão, 11/12/05	131
Foto 43: caixa de isopor onde são comercializados mariscos, 16/03/05	132
Foto 44: pedaços de carne salgada exposta para venda, colocados sobre contêiner de lixo , Feira do Japão, 29/12/05	139
Foto 45: feirante limpando o nariz com o dedo, Feira do Japão, 22/10/05	140
Foto 46: feirante utilizando cepo para corte de carnes, Feira do Japão, 28/06/03	146
Foto 47: NACS de Itapuã- área interna, 16/03/06	148
Foto 48: NACS de Itapuã- área externa, 16/03/06	149
Foto 48: vista panorâmica da Feira de São Joaquim, 28/06/03	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos formais localizados na Rua Gonçalo Coelho, Liberdade, segundo tipo de comércio e localização na rua, 2005 145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição do número de funcionários envolvidos na limpeza urbana da cidade de Salvador, segundo vínculo empregatício e atividade que executa, nos anos de 2004 e 2005	47
Quadro 2: Distribuição percentual dos funcionários envolvidos na limpeza urbana de Salvador, segundo empresa contratadora, nos anos de 2004 e 2005	47
Quadro 3: Distribuição dos funcionários envolvidos na limpeza urbana de Salvador, segundo empresa contratadora e atividade desenvolvida, no ano de 2004	48
Quadro 4: Preço das carnes comercializadas em açougues localizados na Rua Gonçalves Coelho, Liberdade, em 19/03/05	108
Quadro 5: Ocorrências policiais na Rua Gonçalo Coelho registradas no 37 ^a Comando de Investigação da Polícia Militar no período de 2002 a 2005	115

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

2.	Vigilância Sanitária	VISA
3.	Secretaria Municipal de Serviços Públicos	SESP
4.	Empresa Limpeza Urbana do Salvador	LIMPURB
5.	Secretaria Municipal de Saúde	SMS
6.	Setor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento Alimentar	SEDAB
7.	Coordenação de Feiras e Mercados	CFM
8.	Núcleos de Abastecimento , Comércio e Serviço	NACS

INTRODUÇÃO

Um historiador poder ser surdo, um jurista cego,
um filósofo a rigor pode ser os dois, mas é preciso
que o antropólogo ouça o que as pessoas dizem e
veja o que fazem
(FIRTH, apud LAPLATINE, 2004)

I - ***Apresentação***

Sou nutricionista e há oito anos venho atuando como técnica da Vigilância Sanitária do município de Salvador, Bahia. Na experiência como fiscal de controle sanitário no comércio de alimentos, tenho como responsabilidade técnica agenciar mudanças nos hábitos de higiene da população. Nesse sentido, observo no cotidiano das visitas às feiras populares que essas mudanças significam mais que uma alteração de comportamento. Para os comerciantes e consumidores, as concepções sobre *limpo* e *sujo* não são as mesmas apreendidas pelas normas sanitárias; elas são permeadas por símbolos culturais e individuais que refletem outros saberes.

Na minha prática profissional, tenho refletido constantemente sobre os significados da *higiene* dos alimentos e tenho questionado o papel da norma sanitária e do Estado na instauração de novas práticas de higiene junto à população.

Diversas vezes, no trabalho, sinto-me incompreendida, como se minhas palavras fizessem parte de um outro código. É como se realidades distintas fossem confrontadas a todo momento, cada qual com seus valores e sistemas simbólicos particulares: a dos *feirantes* e *consumidores* e a da *inspeção sanitária*.

Este estudo sobre a *higiene* da Feira do Japão apresenta uma reflexão acerca do meu trabalho como fiscal de controle sanitário e para tanto busca confrontar o discurso da norma sanitária transmitido pelos fiscais municipais com as percepções de *higiene* dos indivíduos que circulam em uma feira livre.

Tomei a Feira do Japão, localizada no bairro da Liberdade, como universo de observação da higiene dos alimentos. Como qualquer feira popular de Salvador, ela está na fronteira entre a casa e a rua das camadas populares e é permeável por uma rede de significados que vai desde a escolha do local onde são armadas as barracas até os produtos que são comercializados.

Segundo mostrou Black, (2005) em seu estudo etnográfico realizado em Porta Palazzo, Turim, Itália, as mudanças nas práticas de higiene propostas pela regulação sanitária nas feiras significam um confronto entre tradição e modernidade, pois, ao mesmo tempo em que tentam adequar os feirantes às novas normas sanitárias buscam conservar elementos tradicionais que os caracterizam. Ela salienta que as novas regras podem mudar o mercado, as suas condições estruturais, mas não são eficazes na mudança dos hábitos dos pequenos comerciantes e da forma tradicional como trabalham (BLACK, 2005).

Historicamente, a Vigilância Sanitária não tem atuado no comércio informal. A falta de formalidade faz com que esse tipo de comércio não seja inserido no sistema de classificação dos fiscais; como consequência, eles o repelem enquanto objeto de intervenção. Entretanto, considero imprescindível compreender como os hábitos higiênicos são formados neste grupo social de pequenos comerciantes que, devido a sua condição social, tem menos acesso aos serviços sanitários. Este conhecimento é fundamental para que o fiscal de controle sanitário possa desenvolver uma ação transformadora e compreender como se dá o processo de absorção da legislação sanitária por parte dos feirantes e dos próprios consumidores.

II - **As Feiras**

A palavra feira é originária do latim, de *'feria'* que significa “dia de festa” (FERREIRA, 1999). Em português, feira quer dizer lugar público, muitas vezes descoberto onde se expõem ou se vendem mercadorias. É também lugar de encontro e conversa.

As feiras livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas.

As feiras livres são locais previamente acertados junto às comunidades, onde produtores e /ou feirantes oferecem seus produtos agrícolas ou até mesmo industrializados, a preços diferenciados. Feira livre ou comercial é um acontecimento tão antigo quanto o homem, Barcellos (2003) refere que no livro *'As cidades na Idade Média'*, Henri Pirenne aponta a importância das feiras para o surgimento das cidades, estas se formavam em torno do comércio de alimentos e animais. Ao contrário dos mercados, que eram pequenos, as feiras eram imensas e negociavam mercadorias por atacado.

Leo Hoberman (1986) salienta que na Idade Média, nas mais importantes cidades, a feira era o centro distribuidor onde mercadores, pequenos revendedores errantes e artesãos locais compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul. Nas feiras, os senhores das cidades produziam riquezas e ampliavam seus domínios.

Atualmente, longe de serem grandes centros comerciais, as feiras são locais de pequeno comércio, onde as pessoas vão adquirir produtos necessários à subsistência. Segundo Maluf (2000), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 1987 a 1996, as feiras livres têm perdido espaço para os supermercados no comércio de alimentos, principalmente no que se refere à frutas e verduras.No entanto, as feiras dos bairros ainda são locais de compras para as comunidades das periferias. Muitos bairros distantes do

centro das cidades têm nas feiras um dos poucos espaços para seus moradores encontrarem as mercadorias que necessitam.

As feiras representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, a feira livre surge como uma iniciativa dos pequenos produtores rurais, um espaço de seus negócios nas vilas, tendo como principal atividade o abate de animais (LINHARES, 1979). Em geral, afastadas do território dos setores mais abastados das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas periféricas, e hoje, servem mais a esta população.

Na cidade do Salvador, as feiras nasceram próximas ao mar, no cais, onde eram expostos peixes, mariscos, frutas, verduras e muitos outros produtos que chegavam de barcos, vindos geralmente do recôncavo.

Serra (2005) assinala que em Salvador, algumas festas populares tinham uma feira como parte das atividades associadas à diversão pública. Como exemplo, ele cita a Festa da Conceição¹, onde havia uma feira dedicada à venda de frutas e de peças de cerâmicas, na Rampa do Mercado, como parte das festividades.

Audi (apud JUSTINIANO, 2003) demonstra que as feiras têm se constituído num local pouco higiênico e isso em decorrência da falta de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis pela saúde pública e da falta de um trabalho educativo com os feirantes sobre a importância do cuidado com os alimentos.

Alguns estudos vêm a demonstrar essa situação, como o de Panato et al (2001), que foi realizado na feira livre do município de Criciúma, Santa Catarina. Estes pesquisadores detectaram nesta feira inúmeras irregularidades relativas aos aspectos higiênicos-sanitários; e associaram a situação encontrada à falta de educação sanitária e de noções mínimas de higiene pessoal e manipulação de alimentos .

¹ Festa popular que ocorre em homenagem à padroeira de Salvador, Nossa Senhora da Conceição da Praia, que envolve cerimônia religiosa e folguedos populares

Mendonça, Correia e Albino (2002) também verificaram várias irregularidades nas feiras livres de Recife, Pernambuco e concluíram que urge a adoção de treinamento sobre práticas adequadas de manipulação de alimentos, tanto para os feirantes quanto para os consumidores deste tipo de comércio.

Black (2005), em seu estudo etnográfico na feira de Turin, Itália, observa que os consumidores desta feira repelem tudo aquilo que desconhecem. Para a pesquisadora, o medo da contaminação e da sujeira pode algumas vezes ser interpretado como o medo pelo 'outro'.

As feiras estão inseridas na cadeia alimentar como local de distribuição de alimentos. Destarte, para compreender o sistema simbólico que permeia a relação dos feirantes com os alimentos é necessário compreender os alimentos como símbolo cultural e individual.

Para Mintz (2001) que trabalha a comida como identidade cultural, a alimentação desperta o interesse da Antropologia pela complexidade dos fatores que estão envolvidos no ato de comer. Oliveira e Mony –Thebaud (1997) salientam que ricas relações culturais são estabelecidas entre os diferentes agentes sociais envolvidos na cadeia alimentar (produtores, distribuidores e consumidores).

Segundo Murrieta (2001), a alimentação é o aspecto da vida humana onde é mais forte o elemento simbólico e social. Em seu estudo, a autora avalia o valor simbólico concedido a cada alimento que compõem a dieta da comunidade ribeirinha da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. Ela identifica como o conhecimento científico é absorvido pela população e interfere nas significações e nas alterações que ocorreram em sua dieta.

Garcia (1997) evidencia que a alimentação envolve diversos planos de significado, desde a identidade cultural de um povo até a memória familiar, perpassando pela sua religiosidade e condição social. O que é reafirmado por Poulain e Proença (2003), em seu estudo sobre o espaço social alimentar, quando eles se referem à alimentação como um fenômeno complexo, que engloba aspectos sociais, biológicos, psicológicos e culturais.

Investigações relativas a aspectos socioculturais que envolvem o corpo e o alimento, aos saberes e práticas concernentes ao cuidado com a saúde, como os de Poulain e Proença (2003), Oliveira e Mony –Thebaud (1997), Garcia (1997), Rotemberg e Vargas (2004), Mintz (2001) Murrieta (2001), Caponi (2002) auxiliam na compreensão dos aspectos simbólicos que envolvem a prática dos profissionais de Saúde Coletiva, especificamente de Vigilância Sanitária (VISA), pois fazem entender os diversos significados que estão envolvidos na percepção da saúde.

Contudo, as suas abordagens limitam-se aos aspectos culturais que estão inseridos no ato de comer; não abordam, portanto, os aspectos simbólicos que envolvem o alimento desde a fase de preparo até o momento do consumo, nem levam em conta o modo como essa ritualização é incorporada nas práticas dos indivíduos, ajudando a configurar um *habitus*. Esta compreensão é fundamental para compreender o processo de formação dos hábitos higiênicos relativos aos alimentos e as percepções dos indivíduos acerca das categorias pertinentes.

Justifica-se a necessidade de um estudo voltado para essa lacuna, tendo as feiras livres como espaço de observação, pois elas estão inseridas na cadeia alimentar, como centros de distribuição de alimentos e são permeadas por um emaranhado de significados. Desta forma, elas caracterizam-se como um rico sistema cultural para observação.

Alguns trabalhos demonstram a importância dos estudos antropológicos para compreensão dos aspectos que envolvem a saúde, com o de Rêgo et al. (2002), que trata das concepções de lixo para as mulheres de um bairro da periferia de Salvador; o de Little (2002) sobre Antropologia da Territorialidade; de Magnani (2004) sobre etnografia urbana e o de Rabinovich (2004) que trata dos aspectos psicossociológicos nas concepções de arrumação e organização no lócus da moradia.

Um outro estudo que deve ser salientado é o de Black (2005), que aborda a interferência dos novos regulamentos sanitários da União Européia nas formas de distribuição de alimentos tradicionais e de menor escala, o “*farmer’s market*”.

Apesar de trabalharem categorias que, de certa forma, referem-se às práticas de higiene, como *limpo, sujo, lixo, ordem, regulação sanitária*, esses trabalhos ainda não preenchem a lacuna concernente aos aspectos culturais que envolvem a formação *dos hábitos de higiene / alimentares* como uma construção histórica.

Para entender como os *hábitos de higiene* são formados é necessário, inicialmente, compreender como o conceito de ‘*higiene*’ foi sendo historicamente construído e como a sua compreensão vem interferindo nas práticas cotidianas dos indivíduos.

III - A História da Higiene

A palavra *higiene* vem de *Hygeia*, nome da deusa grega da saúde, filha de Asclépios ou Esculápios (Lat. Aesculapius), o deus da medicina, irmã de Panacea. *Hygeinos*, em grego, significa o que é *são*. Assim, *higiene* e *medicina* são termos que se associam semanticamente. Observando a história da humanidade, verificamos que a compreensão desta palavra vem se modificando e incorporando novos significados.

O conceito de *higiene* de cada época histórica pode ser relacionado com seu contexto cultural e filosófico (SINGER, 1974). Rosen (1980) salienta que cada período histórico é caracterizado por uma sensibilidade diferente, ou seja, por formas de sentir partilhadas em graus variáveis por aqueles que vivem em uma dada época.

Em seu trabalho, o referido autor busca estabelecer as relações básicas entre saúde, história e Ciências Sociais, ao considerar que “todo fenômeno social é um fenômeno histórico” (ROSEN,1980, p.73).

Ao analisar historicamente a concepção de higiene, observamos que a evolução desta, assim como dos hábitos e das formas de vida, está associada ao processo de urbanização e de acumulação de riquezas (AROUCA, 2003; RODRIGUES, 1999).

Rodrigues (1999) sustenta que, na época medieval, o movimento era direcionado à retirada dos restos orgânicos do convívio social, assim a ênfase dava-se na expulsão do lixo e dos mortos das cidades. Nesse período, travou-se uma “espécie de cruzada de desodorização e de limpeza” (RODRIGUES, 1999, p.114).

A propósito, Czeresnia diz que nesse período a corrupção do ar era percebida como “originada do lixo, das profundezas do solo, de conjunções astrológicas malignas e também dos próprios doentes e cadáveres”(CZERESNIA,1997, p.45).

Até o século XVII, quem ditava os critérios de limpeza não eram os médicos, e sim os livros de boas maneiras. Segundo Elias (1990), o processo civilizador no Ocidente declina o desenvolvimento dos modos de conduta com a “civilização dos costumes”. Com isso, ele prova que não existe uma atitude natural do indivíduo nesse contexto. O que existe, na verdade, é um condicionamento e um adestramento.

Para este autor, o conceito de “civilização” faz alusão a uma variedade de fatos sociais, cujos significados expressam a consciência que os ocidentais têm de si mesmos. Através do termo “refinamento das sensibilidades”, ele procura compreender a construção histórica de alguns costumes na França, Inglaterra e Alemanha.

Mais do que um cuidado com a saúde e a prevenção de doenças, muitas práticas de higiene são normas de civilidade, como : a atitude em relação às funções corporais, o ato de escarrar, o ato de assoar-se, o uso de talheres, a forma como determinados alimentos são

servidos à mesa, dentre outros.“Algumas formas de comportamento são proibidas não porque sejam anti-higiênicas, mas por que são feias à vista e geram associações desagradáveis” (ELIAS,1990, p. 134).

Donzelot (2001) destaca que nos séculos XVIII e XIX, o Estado passa a utilizar as normas de higiene para intervir na família, com o intuito de adaptar os indivíduos ao regime social. Para este autor, a ligação orgânica entre o médico e a família interferiu profundamente na vida familiar e levou a sua reorganização, determinando a definição de papéis.

No século XIX, a higiene passa a ser disciplina específica no campo da medicina e das políticas públicas, associando-se com frequência à ações policiais e militares. Através de uma ação de policiamento sanitário procurava-se defender a sociedade contra a investida de terríveis inimigos, os dejetos causadores das doenças, travando uma guerra às causas da poluição (RODRIGUES,1999).

Vigarello (1996) refere que neste período, a higiene deixa de ser um adjetivo que qualifica a saúde para ser definida como um conjunto de práticas e saberes que favorece sua manutenção. Essa mudança de status da higiene fez com que novas instituições surgissem, como as comissões de insalubridade, que tinham a finalidade de inspecionar os locais emissores de miasmas. Além disso, o termo foi associado a um caráter religioso.

Em seu trabalho, sobre a educação corporal no aformoseamento da cidade de Fortaleza no final do século XIX e início do século XX, Lima (2003) mostra como a medicina invade a intimidade do corpo dos indivíduos. Ela salienta que as normas de higiene eram utilizadas não apenas para a transformação do corpo, mas dos espaços e dos costumes, objetivando a manutenção da ‘ordem e progresso’:

O discurso da higienização tomou para si a função de moralizar, institucionalizando-se na necessidade de inventar, educar, administrar e fiscalizar pelas regras as condutas, comportamentos e costumes, a gestação de um novo homem em um novo corpo (LIMA,2003).

Milstein (2003), em seu estudo etnográfico sobre as relações entre famílias e escolas centradas nas práticas de cuidados com a saúde e a higiene das crianças, retrata como no final do século XIX, em diversos países da América Latina, o higienismo se consolidou como política de Estado, vinculado à luta anti-epidêmica. Nesse contexto, as normas de higiene consistiam na intervenção no âmbito familiar, com o intuito de controlar as dimensões materiais e morais da vida familiar, ensinar as regras de uma vida mais “higiênica” e corrigir os “maus hábitos”

Para Arouca (2003), no século XX a higiene se relacionava com as ideologias liberais que consolidavam as responsabilidades individuais perante a saúde e se consolidava como um conceito político nos movimentos socialistas da época. No sentido mais geral e etimológico, ela caracterizava-se como uma maneira de manter a vida.

Este autor sustenta que a Higiene se separa da Medicina no momento definido por Peixoto, como do ciclo profilático, isto é, quando há a defesa do são contra as doenças e as práticas de isolamento, quarentena, desinfecção, notificação compulsória, vacinas coletivas têm maior ênfase. Com a fase do ciclo econômico, marcada pelas campanhas de saneamento, há a separação definitiva da Medicina da Higiene.

Assim, a higiene vai construindo seu discurso como um conjunto de normas e recomendações que deve ser aplicado aos indivíduos no intuito de manter sua saúde.

Arouca diz:

A Higiene não é uma ciência, mas a aplicação de todo o conjunto das ciências na manutenção do bem – estar, mito de uma unidade do conhecimento em prol do bem viver, espaço que se superpõe e acompanha a vida, difusa no próprio espaço dos homens (AROUCA, 2003, p.114)

A história da higiene pode ser dividida em duas partes, era pré-pausteriana e era pós pausteriana. Segundo Caponi (2002), Rodrigues (1999), Arouca (2003) e outros, antes de Pasteur muitos higienistas centravam suas ações na luta contra a pobreza e as desigualdades

sociais desenvolvendo estratégias de controle dos modos de vida das classes populares, pois acreditava-se que a contaminação se daria pelo ar, através dos miasmas.

Até meados do século XIX, Czeresnia (1997) e Rodrigues (1999) comentam que o olfato era o grande detector dos perigos e tinha importância fundamental, pois detectava o fedor que não apenas incomodava; mas era associado a perigo. No imaginário social, a doença epidêmica relacionava-se ao olfato. Nesse contexto, a figura do lixeiro passa a ter destaque, pois materializa o desejo do mundo novo, limpo, sem odor fétido, sem lixo (RODRIGUES,1999) .

Contudo, com a descoberta dos micróbios um outro sentido passa a ser salientado, a visão, que “é um sentido mais próximo da linguagem e, portanto, da razão” (CZERESNIA, 1997, p.59). A descoberta de um inimigo invisível, possível transmissor de doenças, interferiu diretamente nas concepções dos indivíduos acerca da contaminação e transmissão e conseqüentemente nas suas práticas de higiene. Esse fato deu início ao que Rodrigues (1999) denomina de “silêncio olfativo”, e interferiu profundamente na história da higiene. Mas foi com a evolução da teoria microbiana que o movimento higienista seguiu novos caminhos.

Apesar do enfoque diferenciado, as ações dos higienistas pós e pré pasteurianos permaneceram centradas em desinfecção, contaminação e saneamento. E as práticas de higiene permaneceram centradas no controle social, nas mudanças dos hábitos e das condutas consideradas indesejáveis. Conforme Caponi (2002) demonstra em seu trabalho e pode ser observado em outros estudos, a exemplo do de Rosen (1980), a higiene é tida como o conjunto de regras estabelecidas com o intuito de manter a moralidade e a saúde do indivíduo e da sociedade, destruir as causas de doenças e exaltar física e moralmente o homem.

Entre os estudos que objetivam descrever e analisar a missão disciplinadora da higiene na formação dos hábitos, destacam-se o de Boltanski (1969) e o de Rocha (2003).

Boltanski (1969) analisa a difusão da puericultura como forma de regular principalmente a vida das classes mais pobres, e busca estudar a reinterpretação que estas classes deram às regras da puericultura culta.

Este autor salienta que a transmissão das regras de higiene ocorre da mesma forma que a transmissão de regras culturais de uma sociedade para outra e todo traço cultural está imbuído de valores e diferentes idéias sobre as formas de utilizá-lo. Desta maneira, o grupo receptor desenvolve novas interpretações sobre os elementos que lhe foram transmitidos, conferindo-lhes orientações e fins próprios.

Rocha (2003) aborda a educação escolar e higienização da infância. Ela analisa a forma como os médicos higienistas do Instituto de Higiene de São Paulo buscavam intervir nos corpos e nas mentes das crianças utilizando as práticas de higiene. Segundo ela:

No período de 1922-1927, essa instituição passou a assumir um lugar de destaque na formulação da política sanitária estadual, participando, de forma decisiva, da produção de um discurso científico sobre as questões urbanas e da elaboração de estratégias de intervenção que, tendo como objetivo central a formação da consciência sanitária, colocavam a educação sanitária em primeiro plano, deslocando a ênfase dos já conhecidos métodos de policiamento sanitário para modernos métodos de persuasão. Deslocamento esse que não correspondeu ao abandono das práticas policiaesca, as quais passariam a se revestir de uma nova roupagem (ROCHA, 2003)

As regras de higiene passaram a ser transmitidas através da educação primária, pois os problemas sanitários vieram a ser compreendidos como problemas, cuja solução se encontrava na inculcação de formas de comportamento e de vida baseadas nos parâmetros da ciência (ROCHA, 2003).

Foucault (1989) situa a higiene, assim como a medicina, como uma das técnicas da disciplinarização e regularização do corpo na construção da individualidade, entre os séculos XVIII e XIX.

Para Costa (1979), a higiene incorpora à medicina funções anteriormente exercidas por outros agentes. Ele salienta que, através da higiene, as práticas médicas normalizam e

controlam socialmente a população. Nesse contexto, o conceito de impuro está associado ao que vai contra ao interesse médico.

Durkheim (2003) mostrava que as formas como os indivíduos pensam e agem são determinadas pela socialização, desde que as categorias fundamentais do pensamento são de origem social. Assim, as representações sociais podem ser entendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, que possuem fins práticos e concorrem para a construção de uma realidade comum a um grupo social.

Para Foucault (2002), os códigos culturais fixam, logo de entrada, para cada indivíduo, as ordens empíricas com as quais ele terá de lidar e nas quais há de se encontrar. São, portanto, formas de expressão da relação entre os indivíduos e destes com seus objetos, num envolvimento que implica em significar para compreender o mundo.

IV - *Hábitos de higiene*

O livro *A História da Alimentação*, organizado por Flandrin e Montanari (1998), é iniciado com os seguintes questionamentos :

Em que, e a partir de quando, o homem se distingue do animal em sua alimentação? Pelo tipo de alimentos que consome ou por sua variedade? Pelo modo como os prepara antes de comê-los? Pela cerimônia que envolve seu consumo, a comensalidade e a função social que caracterizam as refeições? (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p.26)

Segundo estes autores, a história das regras de comportamento à mesa está estreitamente ligada ao aspecto disciplinador do controle das emoções em sociedade. Existe um código de regras, cujo não cumprimento pode levar a sanções, há, portanto, uma ligação entre ética e etiqueta.

Na Antiguidade gregos e romanos comiam deitados. Só mais tarde os ocidentais passaram a comer na posição sentada. Essa mudança veio refletir outras, pois nessa posição, a

mão esquerda ficava livre e permitia trincar os assados. Com as facas à mesa para cada pessoa, os pratos com a apresentação do animal inteiro deixaram de ser servidos, tornando-se distante o aspecto animalesco do comer. Também, com as duas mãos livres, outro utensílio foi incorporado ao cotidiano: o garfo, o qual se popularizou após a peste negra, entre os séculos XIV e XVII (FLANDRIN e MONTANARI, 1998).

As mudanças nos hábitos alimentares, em relação às práticas de alimentação, registram cada vez menos o uso dos dedos no ato de comer e evidenciam não apenas um cuidado com a higiene, mas também uma ascensão do individualismo (FLANDRIN, 1995). Mais do que uma preocupação com a saúde e o controle de doenças, a utilização de utensílios e as mudanças na forma de comer e de cuidar do alimento variam de povo para povo em função das diferenças tecnológicas, econômicas e sociais.

Elias (1990) salienta que através do processo de disciplinarização dos indivíduos, as regras de higiene foram sendo transformadas em regras de polidez e etiqueta.

Sobre as regras de higiene e de decoro, Ribeiro (1998) mostra que durante o século XVII, ocorreu no Brasil a separação entre práticas públicas e privadas. Houve a separação entre os comportamentos “bons para a saúde”, que estavam de acordo com as regras de civilidade, e os “condenáveis”, estes que causavam desconforto ao corpo.

Para Flandrin (1994), no século XVIII, muitas das regras de “boas maneiras”, mais do que uma preocupação com a higiene, eram adotadas com o intuito de aumentar a distância social, segregando os mais pobres, pois com o uso de códigos rígidos de etiqueta o contato social entre as classes sociais ficaria ainda mais difícil.

Assim, a preocupação com a limpeza evidenciada no início do século XVIII não era um cuidado com a higiene corporal, mas antes um sinal de “elegância” no convívio social. A valorização das práticas de higiene representava, desta maneira, uma forma de

disciplinarização do corpo, com o intuito de torná-lo aparentemente ‘refinado’, o que era considerado um símbolo de distinção.

O corpo está inserido em um meio que o condiciona e ao qual é obrigado a se adaptar. As circunstâncias objetivas também determinam verdadeiras técnicas de consumo, que se revelam particularmente elaboradas e codificadas em uma refeição em comum, carregada de uma grande significação social ou religiosa (FLANDRIN e MONTANARI, 1998).

A relação do homem com o alimento, enfocando neste ponto os hábitos higiênicos, evolui no tempo, de forma lenta, como cita Flandrin e Montanari “os gestos do dia-dia transformam-se, junto com aquilo a que estão relacionados: as estruturas do cotidiano deixam-se surpreender pela história” (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p.17).

Os hábitos higiênicos vão se formando lentamente no cotidiano dos indivíduos e historicamente vão moldando as formas de agir individuais e coletivas, se institucionalizando como regras.

Em geral, as práticas higiênicas são formadas histórica e culturalmente e têm associação direta com a formação de um povo, sua forma de se relacionar com os outros e o mundo, refletindo sua cultura, que envolve uma teia de significados, tecida pelo homem, na qual ele se encontra preso (GEERTZ,1989).

Mauss (1974) evidencia que o corpo é adestrado a partir de códigos culturais que variam de sociedade para sociedade e a absorção deste código garante a inserção do indivíduo em determinado grupo social. Para ele, cada grupo social tem formas específicas de lidar com o corpo e estas formas são transmitidas para as gerações subsequentes, não apenas através da imitação, mas construídas por meio da educação e da transmissão oral de tais códigos a partir da infância.

Luckmann e Berger referem que “toda atividade humana está sujeita ao hábito” (LUCKMANN e BERGER, 1998, p.77). Assim, as ações repetidas vão se tornando habituais e vão adquirindo significado no sistema simbólico dos indivíduos.

O hábito seria, portanto, uma propensão adquirida pela repetição frequente de uma ação, ato, uso que se torna costume, constituindo uma rotina no cotidiano dos indivíduos. Sobre isso, é importante reconhecer o conceito de *habitus*, trabalhado por Bourdieu (2002). Para ele, *habitus* se configura como um princípio gerador e estruturador das práticas e das representações. Enquanto sistema de decisões inconscientes, ele constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e subjetivas que geram práticas. Essas ações se revelam relacionadas com as capacidades criadoras e inventivas do agente e se correspondem com o conhecimento prático do cotidiano. Trata-se de uma relação ontológica com o mundo, a partir das experiências acumuladas do passado e do presente.

Segundo Wacquant, a discussão de Bourdieu sobre este conceito, transcende a oposição entre objetivismo e subjetivismo:

O *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2004).

Wacquant explica que o termo *habitus* é uma noção filosófica antiga, originada do termo aristotélico *héxis*, elaborada na doutrina de Aristóteles sobre a virtude, “significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do carácter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta.” (WACQUANT, 2004). A palavra *héxis* foi traduzida para o latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir) por Tomás de Aquino.

Este autor identifica a utilização deste termo por diversos estudiosos, como: Durckheim², Marcel Mauss³, Max Weber⁴, Thorstein Veblen⁵ e Hursel, que utilizava o termo *Habitualität*, posteriormente traduzido para o inglês por Schutz no sentido de “conhecimento habitual”. O termo pode também ser identificado na obra de Merleau-Ponty⁶, que utiliza a expressão “corpo vivido” e Nobeit Elias⁷.

Para Boltanski (1989), *habitus* é um:

Sistema de regras profundamente interiorizadas que, sem nunca serem exprimidas na totalidade nem de maneira sistemática, organizam implicitamente a relação do indivíduos de um mesmo grupo com seus corpos e cuja aplicação a um grande número de diferentes situações permite a produção de condutas físicas diferentes e diferentemente adaptadas a *essas* situações, mas cuja unidade profunda reside no fato de que elas permanecem sempre conformes com a cultura somática daqueles que as produzem (BOLTANSKI, 1989, p.176).

A história da feira vai se construindo no processo de configuração do *habitus* dos diversos atores que atuam neste espaço, movendo-se entre a tradição e os novos saberes de suas realidades de feirantes, fiscais e consumidores.

A maneira como os feirantes se relacionam com os alimentos tem a ver com algo que vai além do conhecimento científico passado na escola, ou mesmo nos cursos, ou na legislação. O que leva os feirantes a significarem suas condições de higiene está relacionado ao contexto sócio econômico em que vivem, e o seu *habitus*. Estes têm suas raízes no conhecimento que vai passando de geração em geração, e pouco a pouco se transformando na história inscrita no corpo desses atores⁸.

A história dos feirantes, consumidores, garis e fiscais municipais vai sendo construída junto com a história da feira. As noções conceituais dos termos: *limpo*, *higiene*, *sujo* vão se

² No seu curso sobre *L'Évolution Pédagogique en France*, de 1904-5

³ No ensaio sobre *As técnicas do corpo*, 1934

⁴ Na obra *Economia e Sociedade*, 1918

⁵ Na obra *The Theory of the Leisure Class*, 1899

⁶ Merleau-Ponty, *Fenomenologia da Percepção*, 1999

⁷ No seu livro *O Processo Civilizador*, 1937

⁸ De acordo com Bourdieu (2002), “o seu corpo, em que está inscrita sua história, casa-se com a sua função, quer dizer, uma história, uma tradição, que ele nunca viu senão encarnada em corpos ou, melhor, nessas vestes ‘habitadas’ por um certo *habitus*” (BOURDIEU, 2002, p. 88).

incorporando ao imaginário dos atores e se introduzindo nas suas formas de ver e de se relacionar com o mundo, revelando as suas *práticas de higiene*.

A proposta deste estudo é adentrar neste universo, a fim de compreender como os *hábitos de higiene* relativos aos alimentos se manifestam e em parte se conformam no cotidiano de uma feira livre, e como a relação entre os distintos atores interfere nesse processo.

A CONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA

A tarefa que procuro realizar consiste, através do único poder das palavras escritas, a dar-vos a entender, dar-vos a sentir, e, antes de mais a fazer-vos ver. Isso e nada mais, mas é imenso.
(CONRAD, apud LAPLATINE, 2004)

I - *Preliminares*

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a problemática dos *hábitos higiênicos*, tomando como sujeito /objeto de estudo a feira livre do bairro da Liberdade, Salvador, conhecida como Feira do Japão, com foco na interação de feirantes, funcionários municipais e consumidores..

Busquei analisar os saberes e *práticas de higiene* relativas aos alimentos através da análise das entrevistas feitas e das cenas observadas nesse espaço.

Procurei valer-me da inspiração de Clifford Geertz (1989), que na sua obra *A Interpretação das Culturas* apresenta ferramentas para um processo interpretante da cultura e frisa a importância de descrevê-la de modo denso, detalhado.

Este autor fala sobre a necessidade de se compreender a cultura como um texto. Para tanto, é preciso considerar os símbolos e como estes estão organizados, a fim de decifrar as situações concretas.

Mas invoco também Malinowisk (1984), para quem os fenômenos sociais não podem ser compreendidos apenas com perguntas formais ou com base exclusivamente em documentos quantitativos; e a observação direta participante é uma via de entendimento preciosa na abordagem desses assuntos.

Para compreender como os *hábitos higiênicos* se manifestam no universo da feira, estimo necessário compreender o significado de *higiene*, do *limpo*, do *sujo*, da *feira*, do

feirante e da *fiscalização*, segundo sujeitos que vivenciam e constroem a realidade da feira: feirantes, consumidores e agentes de fiscalização e de limpeza.

Destarte, desenvolvi um estudo não estruturado que se baseou em uma abordagem antropológica, tendo a Etnografia como estratégia de investigação, com o intuito de compreender a *higiene* e os distintos símbolos que permeiam a Feira do Japão, no bairro da Liberdade.

Minha intenção foi a imersão na realidade da feira, no seu cotidiano, com o objetivo de buscar a compreensão de como seus atores e atrizes sociais produzem conceitos sobre este universo.

Comecei por interrogar-me:

- Por que em mim causa tanto incômodo o mau cheiro e o aspecto das carnes expostas nas bancas, dando até vontade de vomitar, e para aquelas pessoas esse fato passa indiferente?
- Por que a visão das carnes expostas me incomoda?
- Seria refinamento ou o conhecimento, a respeito das doenças transmitidas por alimento, dos agentes biológicos, que determinam em mim esse incômodo?

Com essas indagações parti para o universo da feira confiando na minha observação direta. Utilizei o instrumento do diário de campo, onde registrei tudo que me chamou a atenção; tentei traduzir em palavras, cheiros, sons, imagens, na busca de respostas para as questões que suscitaram este estudo.

Utilizei também o registro fotográfico, a fim de construir um *corpus* fotográfico da feira⁹, o que auxiliou no processo de análise, além de ter enriquecido o trabalho com ilustrações acerca de questões relevantes que auxiliaram na caracterização do espaço do estudo. Este acervo fotográfico inclui fotos indexadas, segundo temática observada da feira e

⁹ O *corpus* fotográfico encontra-se nos anexos deste trabalho (Anexo1)

é composto por fotos antes do ordenamento (cedidas pela SESP), após o ordenamento (tomadas pela própria pesquisadora em 2002 e 2003) e fotos atuais (tomadas durante o período da pesquisa de campo).

Durante sessenta dias, estive presente na Feira do Japão. Visitei o local, em dias e horários variados, no intuito de participar do seu cotidiano e compreender a realidade deste universo. Nessas visitas, observei os feirantes, aproximei-me deles, conversei, tentei me inserir neste universo e compreender seus códigos.

Inicialmente, minha presença causou uma certa estranheza entre os frequentadores da feira, que aos poucos fui vencendo. Virei frequentadora deste mundo. E fui-me incorporando a este cotidiano. A partir desse momento, comecei a desenvolver algumas entrevistas com feirantes e consumidores. Cabe ressaltar, que as entrevistas foram desenvolvidas no ambiente da feira, enquanto os feirantes vendiam seus produtos e os consumidores faziam suas compras.

A Feira do Japão caracteriza-se pela sua intensa movimentação. As pessoas que circulam no local estão sempre com pressa. Essa característica interferiu negativamente nas entrevistas, pois as pessoas não estavam disponíveis para a conversa. Todavia, não desisti de realizar as entrevistas no ambiente da feira por acreditar que, desta forma, elas ocorreriam de maneira mais natural.

Concordo com Freitas (2002), quando ela refere em seu artigo *Uma abordagem fenomenológica da fome*, que, quando os informantes têm dificuldade em expressar linguisticamente sua compreensão acerca de determinado termo, os aspectos não lingüísticos enriquecem o texto e constroem uma via necessária à compreensão dos fenômenos estudados. Nesse sentido, a linguagem dos corpos, os olhares, a interpretação do silêncio dos feirantes contribuíram para a compreensão dos signos expressos nas suas falas e ajudaram a preencher lacunas.

As entrevistas semi-estruturadas foram orientadas por um roteiro previamente elaborado, que serviu de guia¹⁰. Durante as conversas, outras perguntas iam sendo adicionadas a este roteiro, a fim de complementar as indagações que surgiam. Cabe ressaltar que as entrevistas foram enriquecidas com os registros da observação e com a minha experiência profissional enquanto fiscal de controle sanitário e pesquisadora¹¹.

Os feirantes, consumidores, garis, fiscais de controle sanitário da Vigilância Sanitária (VISA) e agentes de fiscalização do meio ambiente e serviços públicos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP) foram os interlocutores principais deste estudo, pois através das conversas com eles pude adentrar no universo da feira e compreender os diversos códigos que o constrói.

Segundo Freitas, em cada situação particular, em um processo dialético e contínuo, cada ator constrói “significados específicos, engedrando um texto igualmente específico para a compreensão do fenômeno”(FREITAS,2002).

Seguindo os estudos de Geertz, entendo que na cena do cotidiano, com símbolos significativos e falas, inscrevem-se diversos textos a serem trabalhados para a interpretação da cultura e compreendê-los é fundamental. É através dos padrões culturais, amontoados e ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido para os acontecimentos que vivencia.

Com o intuito de subsidiar a análise dos dados e favorecer a compreensão das categorias empíricas levantadas no universo de análise, participei de uma ação conjunta com órgãos da Prefeitura¹² e o Sindicato dos Feirantes. Esta atividade teve o objetivo de avaliar o local (Feira do Japão) para retomada das atividades de ordenamento, abandonadas desde outubro de 2003.

¹⁰ Anexo 2

¹¹ Em 2003, realizei uma pesquisa na feira do Japão como parte de um curso de especialização em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Neste período, frequentei a feira durante trinta dias, convivendo com feirantes, consumidores e agentes de fiscalização da SESP.

¹² Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Administração Regional

Os documentos legais¹³ que constituem o acervo documental deste estudo são: o Código Municipal de Saúde, Lei Municipal 5504/99, utilizada pelos fiscais de controle sanitário; o Decreto Municipal 11.611, que regulamenta e embasa a ação dos agentes de fiscalização da SESP; e a Lei 5503/99, o Código da Polícia Administrativa, que regulamenta as ações municipais de fiscalização. Além das leis, utilizei a documentação da SESP referente ao processo de ordenamento da Feira do Japão¹⁴.

A abordagem de informações provenientes de fontes diversas possibilitou a análise de representações construídas a partir de sistemas distintos. Com a escuta de diversas vozes, busquei a compreensão acerca das categorias analisadas: *feira, feirante, consumidor, fiscalização, limpo, sujo, higiene, práticas de higiene e ordenamento*. A leitura do discurso institucionalizado permitiu compreender como esses sistemas interagem e se relacionam contribuindo, desta forma, para a formação dos *hábitos de higiene*.

Segundo Paul Ricoeur, através da análise lingüística dos discursos podemos compreendê-los enquanto eventos. Como ele diz, nossas palavras são polissêmicas, mas através do discurso filtramos essa multiplicidade de sentidos e limitamos o número de interpretações possíveis, bem como a ambiguidade do nosso discurso (RICOEUR,1976). A partir dessas idéias, analisei os textos dos distintos atores da feira com o objetivo de localizar os termos recorrentes e levantar categorias de campo; estas se configuram como significantes ou expressões reveladoras que contribuem para a compreensão dos esquemas conceituais significados pelos atores.

As entrevistas foram divididas em partes, segundo grupo de informantes e categorias. Os informantes foram codificados¹⁵, segundo tabela em anexo, buscando preservar sua identidade e privacidade.

¹³ Anexo 3:Corpus documental

¹⁴ Anexo 4

¹⁵ Códigos: V- Fiscal de Controle Sanitário; F-feirante, C- consumidor; G- Gari; S-agente de fiscalização de meio ambiente e serviços públicos (a lista de informantes codificada encontra-se no anexo 5)

A partir desse momento, busquei significados para as categorias de análise e termos recorrentemente associados a elas. Assim, criei um sistema de código que buscava identificar cada termo funcional e percorrer sua significação no discurso de cada categoria de ator identificada.

Os dados coletados através das anotações em diário de campo, das entrevistas, do registro fotográfico e dos documentos coletados (mapas, reportagens, documentos da SESP, *lay-out*, projeto de ordenamento, leis) foram sistematizados e ordenados segundo as categorias de análise.

Nesse sentido, a dissertação foi estruturada em quatro momentos. No primeiro, faço uma descrição detalhada do que observei durante a pesquisa, juntamente com dados que coletei acerca do bairro da Liberdade, da Feira do Japão e dos atores que circulam no local; apresento breves comentários sobre a Feira de São Joaquim, a maior concentração de feirantes da cidade, com o objetivo de caracterizar a Feira do Japão como um lugar distinto daquele.

No segundo momento, apresento a feira sob o olhar dos feirantes e consumidores, a compreensão desses grupos de atores acerca do que é *limpo, sujo, higiene, ordem, fiscalização*. Trago também, como feirantes e consumidores significam a *feira* e como eles se percebem como atores desse lugar. Parto das suas falas para dialogar com a literatura existente relacionada às categorias analisadas, afim de favorecer a compreensão deste universo simbólico.

O terceiro momento é a descrição da feira por funcionários municipais: agentes de fiscalização do meio ambiente e serviços públicos, fiscais de controle sanitário e garis.

Finalmente, confronto as três concepções aduzidas: aquela observada por mim, a compreendida pelos feirantes e consumidores, a compreendida pelos fiscais e garis, que trabalham para a Prefeitura. O diálogo dessas concepções, à luz do referencial teórico, tem o intuito de responder a pergunta inicial que deu origem a este estudo: como os hábitos de

higiene, relativos aos alimentos, se manifestam e se conformam no cotidiano de uma feira livre?

II - *Agências Institucionais*

▪ Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP)

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP)¹⁶ foi criada pela Lei nº 4.103 de 29 de junho de 1990¹⁷ e tem por finalidade planejar, administrar e fiscalizar o comércio em vias e logradouros públicos, a administração do serviço de iluminação pública, a limpeza urbana, a proteção da estética da cidade e as atividades relacionadas com mercados, feiras livres, cemitérios e serviços funerários, bem como a defesa do consumidor e o salvamento marítimo. O órgão atua com a seguinte área de competência:

- I - fiscalização das atividades em vias e logradouros públicos;
- II - polícia administrativa;
- III - coordenação de defesa do consumidor;
- IV - administração da iluminação pública;
- V - serviços de limpeza urbana;
- VI - administração de cemitérios da Prefeitura e fiscalização dos particulares e dos serviços funerários;
- VII - administração e fiscalização de mercados e feiras livres;
- VIII - segurança de banhistas nas praias, rios e lagos;
- IX - proteção da estética da cidade.

¹⁶ O Regimento interno da SESP encontra-se em anexo, Decreto 12.074 de 14/08/1998

¹⁷ Reorganizada pelas Leis nºs 4.278 de 28 de dezembro de 1990, 4.606 de 23 de outubro de 1992, 5.045 de 17 de agosto de 1995 e 5.245 de 05 de fevereiro de 1997

A SESP localiza-se à Rua 28 de setembro, nº 26, Baixa dos Sapateiros.

A Secretaria tem um contingente de quinhentos e quatro funcionários efetivos, contudo, há também mão de obra terceirizada. A sua estrutura organizacional encontra-se em anexo¹⁸.

A fiscalização das feiras livres fica sob responsabilidade da Coordenadoria de Feiras e Mercados (COFEM) que tem por finalidade

a execução das funções e atividades inerentes ao planejamento, à coordenação, à operação, ao controle e à fiscalização dos programas, projetos e serviços de feiras e mercados, administrando o abastecimento de produtos hortifrutigrangeiros no âmbito do Município (Decreto 12.074 de 14/08/1998, art. 6º).

O Decreto 11.611 de 26 de maio de 1997 aprova o Regulamento das Feiras Livres do Município de Salvador, em seu artigo 3º consta: compete à SESP “a criação e extinção de feiras livres, a designação dos dias e locais de funcionamento, bem como seu remanejamento, em atendimento ao interesse público” (art 3º do Decreto 11.611/ 1997/PMS).

A concessão do alvará de autorização para comercialização em feiras livres, o cadastramento dos feirantes, a programação de funcionamento de cada feira, além da fiscalização do cumprimento da legislação são responsabilidades da SESP, através da Coordenadoria de Feiras e Mercados (COFEM).

▪ **Empresa Limpeza Pública Urbana do Salvador (LIMPURB)**

A Empresa Limpeza Pública Urbana do Salvador (LIMPURB)¹⁹ foi criada pela Lei Municipal nº 3.034, de 25 de maio de 1979, organizada sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP) e tem por finalidade planejar,

¹⁸ Anexo 6.1

¹⁹ O Regimento Interno e a Estrutura Organizacional da LIMPURB encontra-se em anexo

organizar, coordenar, controlar, comandar e executar, em regime de exclusividade, os serviços de limpeza urbana no Município do Salvador, competindo-lhe:

- I - coletar lixo domiciliar, comercial, industrial e público;
- II - executar limpeza de vias e logradouros públicos e especializada;
- III - realizar o transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo;
- IV - fazer a desinfecção de áreas públicas;
- V - zelar pelo cumprimento das normas de limpeza urbana;
- VI - executar serviços técnicos especializados para terceiros;
- VII - planejar, desenvolver, executar e explorar serviços complementares;
- VIII - regulamentar, normatizar, fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana, terceirizados, permissionados e concedidos;
- IX - determinar o custo e cobrar as operações realizadas;
- X - cadastrar pessoas físicas ou jurídicas para execução de serviços de coleta e transporte de resíduos;
- XI - expedir instrumentos regulamentadores e normatizadores dos serviços de limpeza urbana, tanto os de regime de sua exclusividade quanto os de responsabilidade dos geradores;
- XII - comercializar produtos e subprodutos de lixo.

O quadro de funcionários da empresa é composto por funcionários próprios e terceirizados. As ações terceirizadas são executadas pelas seguintes empresas: Vega, JG, Battre, GRADO e Torre. O quantitativo dos funcionários envolvidos na limpeza da cidade, nos anos de 2004 e 2005, de acordo com o vínculo com a LIMPURB, encontra-se no Quadro 1, onde observa-se que o serviço que detém o maior número de funcionários da própria empresa,

nos dois anos analisados, é o setor gerencial e administrativo. Em relação a limpeza urbana, as atividades que ocupam maior mão de obra são: varrição manual e coleta, juntos estas atividades absorvem 64,62% dos funcionários.

Quadro 1

Distribuição do número de funcionários envolvidos na limpeza urbana da cidade de Salvador, segundo vínculo empregatício e atividade que executa, nos anos de 2004 e 2005

	2004			2005		
	Próprio	Empr.	Total	Próprio	Empr	Total
Coleta (coletores+ motorista)	291	824	1.115	136	1.092	1.228
Varrição	173	1.219	1.392	281	1.726	2.007
Capina e roçada	52	248	300	82	729	811
Unidades disposição final	00	14	14	30	39	69
Gerenciais / administrativas	533	371	904	471	233	704
Outros serviços ²⁰	70	77	147	58	128	187
TOTAL	1119	2753	3872	1058	3947	5006

Fonte: DIROP/LIMPURB

No quadro 2 observa-se que empresa com maior número de funcionários envolvidos na limpeza urbana é a VEGA, com 48,49% em 2004 e 49,32% em 2005; a LIMPURB está em segundo lugar. No ano de 2005 havia cinco mil e seis funcionários trabalhando nas empresas que atuam na limpeza do município, destes 21,14 % eram funcionários da própria LIMPURB e 78,86% ligados a uma das empresas terceirizadas.

Quadro 2

Distribuição percentual dos funcionários envolvidos na limpeza urbana de Salvador, segundo empresa contratadora, nos anos de 2004 e 2005

Empresa	2004		2005	
	Nº	%	Nº	%
LIMPURB	1.119	28,90	1.058	21,14
Vega	1.877	48,49	2.469	49,32
Torre	402	10,38	693	13,84
Jotagê	241	6,22	568	11,34
Grado	71	1,83	61	1,21
Battre	162	4,18	157	3,15
TOTAL	3872	100	5006	100

Fonte: DIROP/LIMPURB

²⁰ Limpeza de Praia e Lavagem

O quantitativo de funcionários da LIMPURB e empresas terceirizadas envolvidos com a limpeza da cidade do Salvador, segundo atividade desenvolvida, encontra-se no Quadro 3²¹.

Quadro 3

Distribuição dos funcionários envolvidos na limpeza urbana de Salvador, segundo empresa contratadora e atividade desenvolvida, no ano de 2004

	adm	coleta	transpote	varrição	praia	Serv. especiais	lavagem	destino final
LIMPURB	533	255	36	173	63	52	7	0
Vega	202	360	194	956	45	120	0	0
Torre	70	42	34	148	0	108	0	0
Jotagê	14	75	17	115	0	20	0	0
Grado	20	0	19	0	8	0	24	0
Vega-Ba	65	36	47	0	0	0	0	14
TOTAL	904	768	347	1392	116	300	31	14

Fonte: LIMPURB/ GEROP'S/DIPOP

Segundo dados da LIMPURB, o orçamento inicial destinado para o sistema de limpeza urbana de Salvador, constante da Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2005 foi de 10,35% do orçamento do município. Em relação ao ano anterior houve um acréscimo de 0,12% e de 1,5% com relação aos últimos 10 anos²². Dos R\$172.345.000,00 definidos para o ano de 2005 destinados ao orçamento do sistema de limpeza urbana, R\$32.530.000,00 (18,87%) foi utilizado pela LIMPURB e R\$139.815.000,00 (81,13%) pela SESP.

²¹ Pessoal envolvido na limpeza urbana de Salvador em 2004

²² A evolução da participação da limpeza urbana no orçamento municipal encontra-se no anexo 8

▪ **Secretaria Municipal de Saúde – Coordenadoria de Vigilância Ambiental – Sub-coordenadoria de Vigilância Sanitária**

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) foi criada pela Lei nº 912 de 12 de abril de 1959²³ e tem por finalidade formular e executar a política de saúde pública do município. O artigo 1º do Decreto 13.661²⁴ de 11 de junho de 2002²⁵ define as seguintes áreas de competência para esta secretaria:

- planejamento e execução dos serviços públicos de saúde;
- execução dos serviços de vigilância epidemiológica e sanitária;
- serviço médico;
- serviço odontológico;
- ação preventiva de saúde pública;
- participação no desenvolvimento das ações e serviços dos sistema vigente de saúde, concorrentemente com outras esferas do Poder Público;
- monitoramento dos serviços relativos à alimentação, nutrição, saneamento básico e de saúde.

A SMS é composta por órgãos colegiados (conselhos municipais, distritais e locais de saúde) e órgãos da administração direta. Entre estes encontra-se a Coordenadoria de Saúde Ambiental que tem por finalidade coordenar, apoiar, monitorar e avaliar as ações relacionadas a fatores determinantes para a saúde referentes a produtos, serviços e meio ambiente²⁶. Esta coordenadoria está subdividida em: Subcoordenadoria de Vigilância Epidemiológica, Subcoordenadoria de Controle de Zoonose e Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária que é

²³ Reorganizada pelas Leis: nº 4.103, de 29 de junho de 1990, nº 4.278, de 28 de dezembro de 1990, nº 5.045, de 17 de agosto de 1995, nº 5.245, de 05 de fevereiro de 1997, nº 5.845, de 14 de dezembro de 2000 e nº 6.085, de 29 de janeiro de 2002

²⁴ Regimento Interno

²⁵ Este decreto altera o Regimento da Secretaria Municipal de Saúde

²⁶ Artigo 7º do Decreto 13.661 de 11/06/02

sub-dividida em: Setor de Produtos e Estabelecimentos de Interesse da Saúde; Setor de Vigilância de Serviços, Setor de Informação, Cadastro e Controle de Processos²⁷.

Em toda Secretaria Municipal de Saúde trabalham quatro mil, quatrocentos e oitenta e três funcionários, ligados à suas diversas Coordenadorias.

III - Atores entrevistados

▪ Varredor e coletor de lixo – gari

No bairro da Liberdade, especificamente na região da Feira do Japão, a empresa responsável pela limpeza é a Vega, que disponibiliza oitenta e sete funcionários para a limpeza da Liberdade e três exclusivamente para varrição e coleta do lixo da Rua Gonçalo Coelho²⁸.

Os referidos varredores trabalham todos os dias da semana, no turno vespertino e noturno, no horário de 14:00 às 22:00 horas.

A lavagem da rua ocorre duas vezes por semana. Este serviço é realizado pela empresa GRADO, também terceirizada²⁹, que opera com um carro pipa e dois ajudantes de limpeza.

Os profissionais responsáveis pela limpeza da feira são reconhecidos pelos feirantes e moradores da região como garis. Na empresa onde estão empregados, eles ocupam a função de varredor e coletor de lixo. Atualmente, para exercer esta função é exigido ensino médio completo. Todavia, dos três funcionários que trabalham na Feira do Japão, um possui apenas a 5ª série do ensino fundamental. Ele refere que já trabalha há nove anos nesta função e quando foi contratado ainda não havia esta exigência.

²⁷ As responsabilidades de cada setor estão no Decreto 13661, de 11/06/02 que encontra-se nos anexos deste trabalho

²⁸ Rua onde localiza-se a Feira do Japão

²⁹ Dados da empresa de Limpeza Pública Urbana

Foram entrevistados esses três funcionários. As entrevistas ocorreram na feira, durante seu turno de trabalho, à tarde

▪ **Agente de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos**

A fiscalização das feiras livres fica sob responsabilidade da SESP, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, através dos seus Agentes de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos³⁰. Atualmente para ocupar o cargo é exigido ensino médio completo e é necessário aprovação em concurso público.

A SESP é o setor da Prefeitura Municipal de Salvador responsável pela fiscalização, cadastramento e ordenamento do comércio informal da cidade. .

De acordo com a Lei 6.149/02, compete ao agente de fiscalização :

Garantir o interesse coletivo dos munícipes pelo exercício do poder de polícia administrativa no âmbito do município do Salvador, executando as atividades de orientação, fiscalização e vistoria, emitindo notificações e convites e lavrando auto de infrações, promovendo embargos, interdições, apreendendo materiais e equipamentos irregulares, demolindo obras irregulares ou com riscos de desabamento bem como, aplicando medidas administrativas de retenção e remoção” (Lei6149/02,anexo IV)

Suas responsabilidades são:

- Garantir o cumprimento do que determina a Legislação nas áreas de serviços públicos, meio ambiente, ordenamento da ocupação e do uso do solo e controle de trânsito e transporte, realizando blitz e operações especiais.
- Colaborar na execução de ações integradas de fiscalização com outros órgãos públicos fiscalizadores.
- Proceder a ações de vistoria, inspeção e fiscalização, no exercício do poder de polícia administrativa, lavrando notificações, autos de infrações e intimações, quando constatadas irregularidades, realizando embargos e interdições, apreensões, demolições, retenções e remoções, quando autorizados e da forma disposta na legislação específica.
- Subsidiar as áreas de fiscalização, organizando e disponibilizando dados e informações, instruindo processos e contribuindo para a formulação de políticas e diretrizes de controle das diversas matérias.
- Apoiar os sistemas de controle da sua unidade de trabalho, registrando em relatórios e/ou processos todas as ações, inspeções e atividades praticadas
- Contribuir para eficácia dos sistemas de custeio através do controle dos custos nas diversas etapas do seu processo de trabalho. (Lei Municipal 6149/02, anexo IV)

³⁰ Cargo criado pela Lei 6.149/2002, publicada no Diário Oficial do Município(D.O.M.) de 08 de julho. Republicado no D.O.M. de 22 de julho de 2002 por ter saído com incorreções(Anexo 3.4). este cargo foi criado para substituir o antigo agente de polícia administrativa.

As responsabilidades específicas do cargo são:

- Fiscalizar o exercício de atividades e veiculação de publicidade através de engenhos publicitários, garantindo o cumprimento das leis, regulamentos e normas pertinentes.
- Efetuar medições com instrumentos específicos, realizando blitz e operações especiais para controle da poluição ao meio ambiente.
- Lavrar notificações, autos de infração e intimações quando constatadas irregularidades nos locais fiscalizados por transgressões à legislação específica.
- Realizar o ordenamento e exercer a fiscalização das atividades de proteção a estética da cidade, do comércio e prestação de serviços informais e logradouros públicos, feiras e mercados municipais.³¹
- Realizar apreensão de materiais poluentes, bens e mercadorias por exercício ilícito do comércio ou por transgressão às normas municipais, lavrando notificações, auto de infrações, e até embargando a atividade, quando constatadas irregularidades nos locais fiscalizados.
- Realizar a fiscalização dos programas, projetos e serviços referentes à política municipal de defesa dos direitos e interesses do consumidor³². (Lei Municipal 6.149/02, AnexoIV)

A ação dos agentes de fiscalização da SESP está baseada no Decreto 11.611 de 26/05/97 e no Código da Polícia Administrativa, Lei Municipal 5530/99.

O Decreto 11.611/97 regulamenta, no seu capítulo II, as condições de licenciamento para feirantes; no Capítulo III as normas de funcionamento e padronização das feiras livres; no Capítulo IV as obrigações dos feirantes; e no último capítulo as proibições, infrações e penalidades.

São sessenta e três agentes destinados à fiscalização das feiras fixas e ambulantes da cidade, eles estão vinculados à Coordenação de Feiras e Mercados (CFM) da SESP³³. Destes dezesseis fiscalizam a Feira do Japão, divididos em dois turnos de trabalho. No entanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa, por razões que posteriormente serão explicadas, não havia fiscais da SESP atuando na Feira do Japão.

Assim, busquei junto à Coordenação de Feiras e Mercado deste órgão alguns nomes de fiscais que tiveram experiência de trabalho na Feira do Japão. Fui, então, informada que alguns dos agentes que atuaram na Feira do Japão estavam trabalhando atualmente na Feira de

³¹ Redação alterada pelo artigo 5º, II, da Lei 62.33/02.D.O.M. 12/12/02

³² Incluído pelo artigo 5º,II, da Lei 6233/02. D.O.M. 12/12/02

³³ A estrutura organizacional da SESP encontra-se nos anexos deste trabalho

São Joaquim. Entrevistei cinco agentes de fiscalização, o Coordenador de Feiras e Mercados (e o Chefe do Setor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento Alimentar (SEDAB) da SESP. As entrevistas dos fiscais da SESP ocorreram também no seu ambiente e horário de trabalho, nesse caso, na Feira de São Joaquim.

▪ **Fiscal de Controle Sanitário**

O fiscal de controle sanitário³⁴ é o funcionário municipal ligado à Secretaria Municipal de Saúde, especificamente à Vigilância Sanitária (VISA). São profissionais de nível superior, com formação na área de saúde, cujas atividades são regulamentadas pelas legislações sanitárias federais, estaduais e municipais. No caso do município de Salvador, o Código Municipal de Saúde, Lei Municipal 5504/99 é uma das leis que norteia as ações deste profissional.

De acordo com Lei 6.150/02 compete a esse profissional:

Assegurar o cumprimento das diretrizes e desempenho institucional exercendo, através de ações do poder de polícia, funções de controle exclusivo do poder municipal, orientando, disciplinando, fiscalizando e subsidiando as atividades de saúde pública, em conformidade com a legislação e com base nas metas e prazos previstos pela Administração Municipal. (Lei Municipal 6150/02, anexo IV)

São suas principais responsabilidades:

- Plano Municipal de Saúde.
- Compatibilizar o conhecimento específico das áreas de medicina, medicina veterinária, bioquímica, enfermagem, nutrição, biologia e farmácia com a legislação referente à vigilância sanitária, abrangendo o controle de surtos, endemias e epidemias, produtos de consumo humano, zoonoses, variáveis presentes no meio ambiente e ambiente de trabalho que afetem a saúde do indivíduo e da coletividade.

³⁴ O cargo de Fiscal de Controle Sanitário foi criado pela Lei 6.150 substituindo os cargos de: Enfermeiro, Farmacêutico, Inspetor Sanitário, Farmacêutico Bioquímico, Nutricionista, Médico Veterinário, Arquiteto, Engenheiro e Sanitaristas ligados à Vigilância Sanitária.

- Subsidiar a formulação de políticas e diretrizes na área de saúde pública, propondo instrumentos institucionais e normativos vinculados à vigilância sanitária.
- Contribuir para o redirecionamento do Plano Municipal de Saúde e para o desenvolvimento dos processos de trabalho do controle sanitário, gerando, organizando e disponibilizando indicadores técnicos para avaliação, dados estatísticos sobre fatores determinantes da saúde pública, sistemas de mortalidade, nascidos vivos e outros e informações demográficas, ambientais e sócios - econômicas.
- Promover ações de fiscalização na área de engenharia sanitária, quando inerente a sua especialidade, prestando orientações técnicas relativas a saneamento básico, infra – estrutura e higienização de unidades domiciliares e estabelecimentos, e exercendo controle da qualidade da água potável, dos resíduos ambientais e de poluentes do meio ambiente.
- Subsidiar a elaboração de projetos arquitetônico de unidades de saúde de competência do município . (Lei Municipal 6150/02, anexo IV)

A Lei Municipal 5504/99 determina para este profissional as ações de: controle de fatores de risco à saúde; promoção de ações de prevenção de doenças e agravos, que asseguram melhorias da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde, bem como do meio ambiente³⁵ E lhe garante livre acesso, em qualquer hora e dia, aos locais objetos de sua ação³⁶, além de proteção jurídica e segurança para o exercício de suas funções³⁷. Esse livre acesso também é garantido pela Lei 5503/1999, em seu artigo 54, § 2: “a autoridade sanitária terá livre acesso a qualquer local onde haja fabrico, manipulação, beneficiamento, comercialização, distribuição e acondicionamento de gêneros alimentícios”.

No art 55 da Lei 5504/99 consta que a Vigilância Sanitária, no seu nível de competência, atuará, dentre outras áreas, em qualquer atividade de comércio eventual e / ou ambulante relacionada nas alíneas a (alimentos, água e bebidas de consumo humano), c (saneantes domissanitários) e d (cosméticos) do inciso IV, exercida por cidadão; em qualquer caráter, temporário ou permanente, em locais e logradouros públicos, sem instalações ou localização fixa³⁸.

O art 147 da lei supracitada diz: o preparo, a comercialização e exposição ao consumo humano de alimentos “*in natura*” e outros que tenham ou não sofrido processo de cocção, em

³⁵ Art. 54 da Lei Municipal 5504/99

³⁶ Art 18 da Lei Municipal 5504/99

³⁷ Art 17 da Lei Municipal 5504/99

³⁸ Inciso IX, art 55 da Lei Municipal 5504/99

instalações ambulantes, provisórias e boxes de mercados, só serão permitidos quando previamente autorizados pelos órgãos competentes e quando, a critério, da Autoridade Sanitária Municipal, estiverem asseguradas as condições de conservação, higiene, limpeza e proteção do alimento, como estabelecem as normas técnicas e a legislação pertinente, os artigos seguintes regulamentam as condições de comércio nas feiras livres e comércio ambulante³⁹.

A equipe de fiscais de controle sanitário é composta por cento e vinte e dois profissionais⁴⁰, vinculados ao nível central ou aos diversos distritos sanitários⁴¹. A Vigilância Sanitária do distrito da Liberdade, responsável pela fiscalização desta área, funciona desde janeiro de 2004, e é formada por cinco técnicos e um coordenador. Entrevistei quatro fiscais deste distrito e a sua coordenadora.

Além desses técnicos, entrevistei uma fiscal que atua no órgão central de Vigilância Sanitária. Esta profissional, historicamente, vem sendo a única fiscal da VISA que atua em feiras livres, especificamente na Feira de São Joaquim. Além disso, ela participou ativamente dos cursos ministrados na Feira do Japão, como parte do projeto de ordenamento.

▪ **Feirante**

Na SESP são cadastrados para comercializar produtos na Feira do Japão duzentos e dezesseis feirantes⁴². Contudo, em um dia de observação, contei aproximadamente cento e sessenta e quatro feirantes⁴³. Este número varia de acordo com o dia, turno e época do ano.

Entrevistei dezenove feirantes, sendo três vendedores de carnes bovina, dois de condimentos, dois de pescados, um de mariscos, um de ervas medicinais e os demais de

³⁹ Artigos 148, 149 e 150 da Lei Municipal 5504/99

⁴⁰ Até dezembro de 2005

⁴¹ Até dezembro de 2005 havia equipes de Vigilância sanitária nos seguintes distritos sanitários: Suburbio Ferroviário, Barra-Rio Vermelho, Cabula-Beiru, Pau da Lima, Brotas e Liberdade

⁴² Cadastro feito no período do ordenamento- 2002

⁴³ Dado colhido em 12/03/052, sábado, turno matutino

vegetais (frutas e verduras). Além dos feirantes, entrevistei o Presidente do Sindicato dos Feirantes.

a) Feirante de carnes

Segundo a SESP, não é concedida licença de feirante para comerciante de carnes e vísceras, no entanto, há bancas desses produtos tanto na Feira do Japão quanto em São Joaquim.

Especificamente na Feira do Japão, contei nove bancas de carnes⁴⁴, sendo quatro de carne bovina, uma de carne suína e duas de vísceras.

b) Feirante de pescados

O comércio de pescados compreende feirantes que comercializam peixes ou mariscos. Muitos desses feirantes não são cadastrados na SESP e vendem seus produtos em caixas de isopor. Eles não têm ponto fixo, sendo considerados comerciante ambulante.

Considere feirante de pescados apenas os que comercializam seus produtos em bancas, barracas ou mesas. Os que comercializam em caixas de isopor entraram na categoria ambulante.

Contei sete bancas onde são comercializados peixes, mariscos ou crustáceos⁴.

c) Feirante de vegetais

Considere feirantes de vegetais todos os feirantes cadastrados na SESP como vendedores de frutas, raízes, condimentos, ervas, folhosos, hortaliças, legumes, óleos vegetais, perfazendo um total de cento e cinquenta feirantes.

⁴⁴ Dado colhido em 12/03/05, sábado, turno matutino

d) Ambulantes

Aqui classifiquei comércio ambulante aquele realizado por feirantes não cadastrados, que comercializam seus produtos sem ponto fixo, em caixas de madeira ou isopor, ou carrinhos de mão. O número varia de acordo com o dia da semana e horário. No dia 12 de março de 2005, sábado, dia de maior movimento na feira, no turno matutino, contei: quatro caixotes onde eram expostos peixes, três caixas de isopor com mariscos, cinco carrinhos de mão expondo vegetais para comercialização, duas pessoas vendendo lanches (mingau, pães, pastel e sucos) e três vendedores de picolés.

▪ Consumidor

Os consumidores que frequentam a Feira do Japão são, na sua grande maioria, moradores do bairro, mas há também moradores da região circunvizinha e de bairros distantes; estes, geralmente, são ex-moradores da Liberdade que permaneceram com o hábito de comprar na Feira do Japão.

Entrevistei cinco consumidores e, durante a observação, conversei informalmente com algumas pessoas para coletar informações acerca do seu cotidiano na feira.

Primeiro Momento : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DA PESQUISADORA

Se procurar bem, você acaba encontrando
não a explicação duvidosa da vida, mas a
poesia inexplicável da vida.

(Carlos Drummond de Andrade, 1978)

I - *Descrição Etnográfica*

Tomando como base Da Mata, vejo a feira como um desses espaços que unificam os mundos, da casa e da rua; “ por meio de uma visão onde rua e casa se tornam espaços contínuos, reunidos por uma convivência temporariamente utópica de espaços rigidamente divididos no mundo diário”(DA MATTA, 1997, p.62). Enquanto espaço, ela tem suas regras e sistemas de valores próprios.

Meu primeiro contato com a Feira do Japão deu-se em 1999, durante o período do carnaval quando, iniciante na Vigilância Sanitária, fui atuar como fiscal de controle sanitário, junto à coordenação da equipe de técnicos do bairro da Liberdade. Eu era moradora do Barbalho, um bairro próximo à Liberdade, mas não me recordo de um outro contato com esta feira, antes desse.

Como profissional de saúde, ao chegar ao local, o que me chamou logo a atenção foram as suas precárias condições de higiene. Água suja escorria pelas calçadas e se acumulava na rua, animais se misturavam com pessoas que circulavam naquela via estreita, onde os alimentos eram expostos no chão, em cima de tábuas, plásticos ou jornais (foto 1).

Junto aos feirantes, estabelecimentos fixos disputavam um local nesse grande mercado aberto, expondo carnes em bancas armadas nas calçadas. O lixo se avolumava em vários lugares, eram produtos estragados que dividiam o espaço com produtos à venda. Havia

moscas e outros insetos em volta das peças de carnes penduradas em ganchos enferrujados, fora de refrigeração. Em meio ao mau cheiro, pude observar uma certa naturalidade das pessoas no ir e vir da rua-feira, como sendo este um ambiente em que se acostuma conviver.



Foto 1: Feira do Japão antes do ordenamento, 2002 - imagem cedida pela SESP

Esse espaço de conversa e proximidade começou a me atrair e me fez sentir interessada em penetrar nesse ambiente tão peculiar.

Pouco a pouco, com a convivência nessa feira, meu olhar fiscalizador de controladora sanitária foi sendo substituído por outro: o olhar de pesquisadora.

Em 2003, quando realizei meu curso de especialização em Saúde Coletiva, com concentração em Vigilância Sanitária, na Universidade Federal da Bahia, escolhi como tema para minha monografia, os hábitos de higiene, tendo como universo de pesquisa a Feira do Japão. Pois nesse período, havia sido concluído o projeto de ordenamento da feira.

Esse primeiro contato, como pesquisadora, fez despertar em mim o desejo de mergulhar ainda mais nesse mundo. Para mim, a Feira do Japão não é apenas um local de comércio de alimentos, mas configura-se como um espaço onde pessoas trazem suas histórias, suas vidas, suas dores. Ela aponta para o elitismo da minha prática de fiscalização e me faz refletir sobre a efetividade da minha ação.

Ao me aproximar do local, meu olhar higienista de fiscal me fez ver as carnes nos ganchos enferrujados, as verduras no chão, os cachorros com suas sarnas, os homens desnudos com suor pingando nas frutas, as mulheres de unhas sujas manipulando as folhas. Conceitos como: manipuladores de alimentos, vetores, boas práticas, procedimentos operacionais de manipulação, segurança alimentar direcionavam meu olhar.

Paulatinamente, com a convivência com essas pessoas, a verdadeira feira foi se descortinando, e eu comecei a compreender o código daquele local. Certeau (1996) define espaço como um lugar praticado. Assim, a feira é a rua transformada em espaço pelos feirantes e a banca é o lugar de que eles se apropriam nesse espaço. Aí, o cotidiano de feirantes, consumidores, garis e fiscais municipais é construído.

Muitos dos feirantes e consumidores moram na mesma rua onde se localiza a feira. A rua é tida como um prolongamento das casas. Na feira, esses dois mundos se fundem e perdem os limites que os separam.

Luckmann e Berger salientam que “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que formam um mundo coerente” (LUCKMANN e BERGER, 1998, p.35). Desta forma, à medida que fui adentrando o cotidiano da feira, fui me apropriando do meu lugar nesse espaço, o lugar de observadora, de pesquisadora e compreendi os códigos compartilhados por aqueles grupos.

Aos poucos, esse mundo foi tendo sentido para mim. Pude compreender que a carne no gancho, diferente do que eu pensava, era sinal de frescor e a carne refrigerada, defendida pela norma como conservada, indicava seu estado de decomposição. O cachorro, que inicialmente para mim era uma fonte de contaminação, naquele ambiente, era o amigo, o ser desapropriado de valor na sociedade, assim como os feirantes.

No momento que esse mundo surgiu para mim, deixei de ser vista como a “estrangeira”. A estranheza inicial com que as pessoas me olhavam foi-se dissipando. Como Geertz, na briga de galo, ao compreender os códigos desse mundo e ao compartilhá-los com os demais atores, passei de visitante a frequentadora. Como diz Da Mata (1997), saí da sala de visitas e adentrei na intimidade desta casa.

Laplatine afirma que a descrição etnográfica é a elaboração lingüística da experiência que vivenciamos; através dela, expomos as situações e sensações vividas. Nesse contexto, o etnógrafo caracteriza-se como aquele que transforma o olhar em escrita. Para ele, “a descrição etnográfica é a realidade social aprendida a partir do olhar, uma realidade social que se tornou linguagem e que se inscreve numa rede de intertextualidade”(LAPLATINE, 2004, p.31).

Destarte, venho aqui compartilhar com vocês o que eu vi, o que senti, quando percorri aquela rua de gente e conversas, como quem observa os detalhes. As palavras aqui apresentadas vieram do meu bloco de anotações, companheiro da busca solitária do etnógrafo. Nele, busquei apreender a realidade da feira, cada signo, cada gesto, cada aroma, cada silêncio.

Vi circulando naquela rua feirantes, moradores, consumidores, animais e garis, todos eram e são parte daquele chão. E, muitas vezes, tive que controlar meu ímpeto de fiscal e retomar minha posição de observadora. Segundo Minayo (1992), esse é um momento em que sujeito e objeto se confundem, pois tem um substrato comum que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos.

O que significaria o *limpo* e o *sujo* para aquelas pessoas?

Você quer saber o que eu acho fora do comum? (F10).

Foi essa expressão que ouvi de uma feirante, quando indaguei sobre a higiene da feira.

As situações observadas na feira, o contato com os feirantes, consumidores e seu cotidiano, me fizeram questionar minha posição de fiscal e meus sentimentos diante do quadro abaixo exposto.

Início meu relato descrevendo o bairro, a feira, a ação de ordenamento, seus atores, suas práticas de higiene, enfim, a sua realidade da vida cotidiana, que porém, como diz Luckmann e Berger, “não se esgota ‘nessas presenças imediatas’, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’” (LUCKMANN e BERGER, 1997, p.39). Esta foi a realidade que eu vi, de que participei durante os sessenta dias em que convivi com os atores que circulam na Feira do Japão. Ela está carregada da minha subjetividade. Esta é a minha realidade da Feira do Japão.

II - *O Bairro da Liberdade: Características*

O bairro da Liberdade tem uma área de 674,57 ha e localiza-se na parte alta da cidade, na porção noroeste da mancha urbana tradicional de Salvador (Relatório do Planejamento Urbano por Grandes Bairros da cidade de Salvador -PUGBCS) e é cercado por outros bairros com características semelhantes a ele. Ao norte, divide fronteiras com os bairros da Lapinha, Sieiro e Caixa D' Água; ao sul, com Largo do Tanque e Bairro Guarani; ao leste com Pero Vaz, Curuzu, e a oeste com a Calçada (anexo 7.1).

Ele faz parte da Administração Regional (AR) IV, que é composta pelos seguintes bairros e microregiões: Antônio Balbino, Bairro Guarani, Baixa do Frade, Baixa da Mangabeira, Baixa de Quintas, Barros Reis, Bem Amado, Caixa D'Água, Cidade Nova, Conjunto Asteca, Curuzu, Dois Leões, Encosta Órfãos de São Joaquim, Freitas Henrique, IAPI, Invasão da San Martins, Japão, Jardim Eldorado, Jardim Joana D'arc, Jardim Vera

Cruz, Largo do Tanque, Liberdade, Nova Divinéia, Novo São Cristovão, Pau Miúdo, Pero Vaz, Pirineus, Queimadinho, Rocinha, Santa Mônica, São Cristovão, Sertanejo e Sieiro.

Essa área se caracteriza por um assentamento urbano estabilizado, com predominância de grupos sociais de baixa renda⁴⁵, com uma população estimada em torno de 29.168 habitantes⁴⁶, com 7.593 domicílios ocupados.

Segundo dados apresentados no Relatório do Planejamento Urbano por Grandes Bairros da cidade de Salvador, a Liberdade localiza-se em uma área fortemente acidentada, densamente ocupada, não arborizada e com poucas áreas de lazer. Seu ordenamento espacial acompanha basicamente o relevo do terreno (foto2).



Foto 2: imagem aérea da região da Liberdade, abril de 2002

A região é marcada por forte presença da “cultura afro”⁴⁷. A distribuição da população do bairro segundo raça declarada⁴⁸ encontra-se na Figura 1.

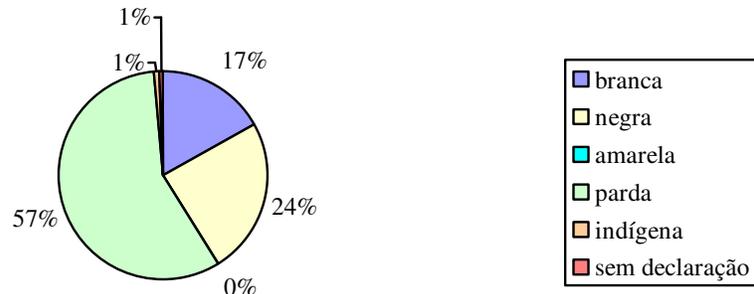
⁴⁵ No último censo, realizado em 2000, a renda média dos moradores do bairro era 3.08 salários mínimos

⁴⁶ Dados do IBGE- censo de 2000

⁴⁷ O bairro da Liberdade é conhecido como o bairro negro da cidade, segundo dados do IBGE, 29% da sua população declararam-se negros no último censo. No bairro há muitos movimentos culturais que valorizam a cultura africana, desses o que mais se destaca é o Ilê Ayê

⁴⁸ Dados do IBGE- censo de 2000

Figura 1: Distribuição da população domiciliada no bairro da Liberdade, segundo cor/raça, em 2000



Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

De acordo dados da Secretaria de Serviços Públicos, os problemas mais marcantes na região são:

- saneamento básico precário, em 1993 apenas 12% da sua população se beneficiava da rede integrada de esgotos;
- sistema de coleta de lixo deficiente; apesar da SESP reconhecer a falha no sistema de coleta de lixo, de acordo com dados do censo demográfico de 2000, feito pelo IBGE, 98.18% dos domicílios do bairro participam do sistema público de coleta domiciliar de lixo
- transporte: apesar de ter um sistema de transporte melhor do que em outros bairros, há queixas referentes à superlotação dos veículos;
- violência⁴⁹: crimes contra o patrimônio, violência sexual e violência praticada pela polícia estão entre as principais ocorrências. No Centro de Liberdade Assistida, da 2ª Vara da Infância e da Juventude havia, no primeiro semestre de 2005, seis jovens da região em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto. Alguns moradores relatam que a violência na área da feira é decorrente da sua

⁴⁹ Dados sobre a violência na região do Japão serão apresentados posteriormente no item V

proximidade da Avenida Peixe, famosa nos anos 80 por causa da ação de gangues. Eles associam a violência atual ao tráfico de drogas que vêm se intensificando no local (SESP).

Em relação ao sistema de transportes públicos, há linhas de ônibus que ligam o bairro a vários pontos da cidade, como Estação da Lapa, Baixa dos Sapateiros, Campo Grande, Engenho Velho da Federação, Pituba, Barra, Terminal da França, Cabula, Ribeira, São Caetano, Fazenda Grande, Paripe, Castelo Branco e outros. Além de linhas de ônibus, há também o Plano Inclinado que o liga ao bairro da Calçada, bairro próximo a Feira de São Joaquim, principal pólo de abastecimento da Feira do Japão.

A principal rua é a Rua Lima e Silva, antiga Estrada dos Boiadeiros⁵⁰, depois nomeada Estrada da Liberdade⁵¹.

O bairro da Liberdade localiza-se logo após o bairro da Lapinha, contudo, os limites entre os dois bairros não são claramente demarcados. Logo após o Largo da Lapinha, inicia-se a Estrada da Liberdade, sua principal via de acesso; seguindo esta rua, encontra-se o Shopping Liberdade, que oferece uma bela vista da região do ferry-boat. Em frente, fica a Cesta do Povo⁵², que antes era localizada no Largo do Japão e foi transferida para esta nova localização devido aos constantes assaltos; logo após, vêm-se o Centro Social Urbano da Liberdade e a entrada do Sieiro, no lado oposto. Seguindo este percurso, encontra-se o Plano Inclinado da Liberdade; provavelmente aqui fica o limite entre os dois bairros. No lado oposto, pode-se ver o 3º Centro de Saúde, que fica em frente ao antigo cinema Brasil onde atualmente há uma Igreja Evangélica (Assembléia de Deus).

⁵⁰ Esse nome é devido ao fato do local ter servido no passado como caminho de passagem para o gado da região

⁵¹ A mudança do nome da rua é uma referência às lutas pela Independência da Bahia, pois, em 1823, as tropas que venceriam a luta contra os portugueses passaram pelo bairro e sua população foi ativa na batalha pela independência .

⁵² Cesta do Povo é um estabelecimento comercial, tipo supermercado, ligado ao governo do estado da Bahia que vende gêneros alimentícios e de higiene a preços reduzidos em relação ao comércio formal da cidade. Os funcionários públicos estaduais podem adquirir produtos nessas lojas com pagamento posterior descontado na folha de pagamento

A partir deste ponto, o comércio da região começa a intensificar-se; já são vistas várias lojas de utilidades para o lar, móveis e roupas. Observa-se também um aumento do fluxo de pessoas, principalmente na rua; o tráfego de veículos começa a ficar mais difícil. Seguindo as lojas de roupas, ao lado direito, sentido Largo do Tanque, encontram-se a Igreja Católica Apostólica Brasileira de Santa Bárbara a Igreja Apostólica Ortodoxa de São Cosme e São Damião; seguindo mais à frente, há o beco do Iguatemi, com vários botecos; logo em seguida encontra-se a entrada da Rua Gonçalo Coelho, onde se localiza a Feira do Japão.

A entrada da feira fica quase em frente ao Colégio Estadual Duque de Caxias e na esquina do ponto de ônibus (foto3), mas são vistos ambulantes em toda extensão da Rua Lima e Silva, onde são vendidos produtos como roupas, calçados, acessórios femininos, cds e DVDs .



Foto3: entrada da Rua Gonçalo Coelho, 28/06/03, manhã

O bairro possui um comércio formal e informal diversificado, com seiscentos e trinta estabelecimentos fixos cadastrados na Superintendência de Ordenamento do Município (SUCOM), entre os quais um Shopping Center, seis agências bancárias, um supermercado, uma Cesta do Povo, lojas de móveis, utilidades do lar, vestuário, drogarias, perfumarias, padarias, bares, lanchonetes, restaurantes e a Feira Livre do Japão (dados fornecidos pela SESP -Secretaria de Serviços Públicos).

Uma característica do comércio da região é a exposição de produtos no espaço público. As lojas de roupas, principalmente, a fim de atrair compradores, expõem seus produtos nas calçadas, que ficam tomadas por cabides e estantes, reduzindo assim o espaço para o trânsito de pedestres.

Além disso, o ponto de ônibus que fica na entrada da Feira do Japão, em frente ao Colégio Duque de Caxias, é tomado por ambulantes de alimentos, fazendo com que as pessoas fiquem no meio da rua para esperar o transporte coletivo (foto 4). Essa situação vem a agravar ainda mais o problema do tráfego de veículos, que é bem difícil no bairro. A Rua Lima e Silva tem fluxo intenso de veículos nos dois sentidos. O problema do tráfego na região é decorrente deste fluxo, da grande quantidade de ônibus que param no ponto, dos veículos particulares que param para embarcar compradores da feira, ou mesmo para conversar com algum conhecido.



Foto 4: ponto de ônibus, Rua Lima e Silva, Liberdade, entrada da Rua Gonçalo Coelho, 29/12/05

Os constantes engarrafamentos que ocorrem nesta área são uma das principais queixas dos moradores do bairro, que exigem da Prefeitura providências urgentes. Segundo a SESP, a ação de ordenamento da Feira do Japão é basicamente para retirar os feirantes da área em frente ao Colégio, objetivando com isso desobstruir a Rua Lima e Silva e facilitar o tráfego da região. Durante o período de observação, esta ação havia sido suspensa por questões políticas.

Contudo, segundo informações da SESP, no mês de agosto, os fiscais retomam a fiscalização na Rua Lima e Silva, na área circunvizinha à feira. No entanto, esta ação se restringe ainda ao ordenamento desta zona, retirando os ambulantes do ponto de ônibus e limitando o comércio de alimentos à Rua Gonçalo Coelho(foto 5).



Foto 5: ponto de ônibus, Rua Lima e Silva, Liberdade, entrada da Rua Gonçalo Coelho, 22/10/05

III - *A região do Japão*

O Japão é um microbairro que faz parte do bairro da Liberdade, composto pela Rua Gonçalo Coelho, sua principal via de acesso, Rua Belo Oriente, Travessa Belo Oriente, Rua da Revolução, Travessa Damião Goes e Praça do Japão⁵³.

De acordo com dados do último censo demográfico, nesta área estão 21,21% dos domicílios do bairro da Liberdade⁵⁴, onde residem 21,62% da população do bairro.

A renda média da sua população está em torno de 2,88 salários mínimos⁵⁵.

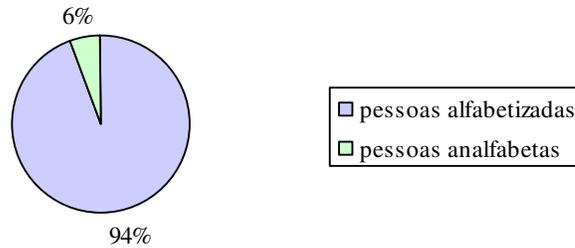
⁵³ Dados da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Mapa no anexo 7.2

⁵⁴ O bairro da Liberdade é composto pelas seguintes micro regiões: Liberdade, Bairro Guarani, Sieiro e Japão-IBGE

⁵⁵ Dados do IBGE- censo de 2000

Os dados referentes aos domicílios da região do Japão encontram-se nas figuras abaixo:

Figura 2 - Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo condição de alfabetização, em 2000

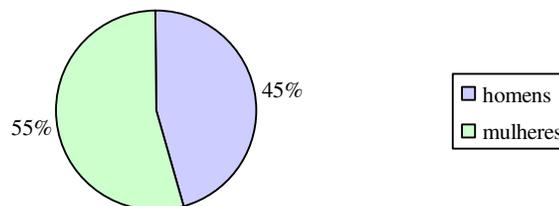


Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000

Como pode-se observar na figura 2, a maioria da população do bairro é alfabetizada, 94%. A figura 3 demonstra que 55% dos moradores da região são mulheres. Na figura 4 pode-se observar que a faixa etária mais predominante é a que encontra-se entre 21 a 34 anos (22%). Analisando o gráfico nota-se que a população da área é jovem, pois 31% são crianças ou adolescentes (abaixo de 21 anos).

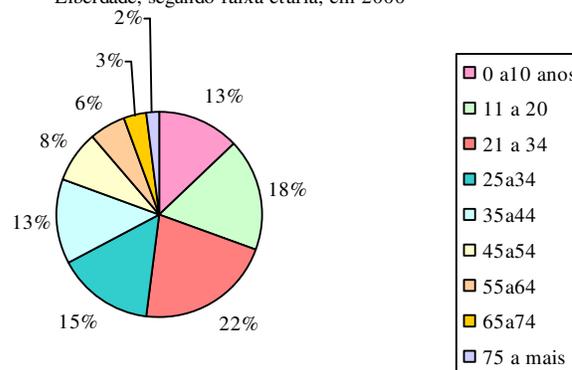
Na região do Japão encontra-se a Feira do Japão, localizada na Rua Gonçalo Coelho. As características desta feira serão descritas no item a seguir.

Figura 3 - Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo sexo, em 2000



Fonte: IBGE. Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000

Figura 4-Distribuição dos moradores do micro bairro do Japão, Liberdade, segundo faixa etária, em 2000



Fonte: IBGE. Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000

IV - A Feira do Japão

Na cidade há oito feiras livres fixas⁵⁶. Destas, a Feira de São Joaquim é a maior e serve como pólo de abastecimento para as demais. Segundo o presidente do Sindicato dos Feirantes, os comerciantes da Feira de São Joaquim diferem dos demais, pois eles são proprietários dos boxes onde comercializam os produtos.

Na Feira das Sete Portas, feira e mercado se confundem. Esta feira surge a partir do antigo mercado das Sete Portas que foi construído seguindo um modelo arquitetônico europeu. Ela atende aos moradores da região e bairros circunvizinhos. Os feirantes se estabelecem na área externa do mercado, na frente, laterais e fundo. Mas há também os boxes fixos. Seu porte é menor do que o da Feira do São Joaquim.

⁵⁶ Feiras fixas, segundo a SESP: São Joaquim, Sete Portas, Jardim Cruzeiro, Periperi, Mussurunga, Pirajá, Itapuã e Liberdade (Feira do Japão).

A Feira do Jardim Cruzeiro é de médio porte e se estabelece na rua, como a Feira do Japão. Ele serve de centro de abastecimento aos moradores locais. E é formada por bancas de madeira que são montadas no logradouro público.

A Feira de Itapuã recentemente foi transformada em NACS⁵⁷, um núcleo de abastecimento comunitário. Ela é a primeira experiência deste projeto e sua inclusão foi determinada pelo Decreto 15.011 de 01 de julho de 2004 (anexo3), que também institui, define e regulamenta o funcionamento destes núcleos .

Todas essas feiras, assim como a do Japão, caracterizam-se pelo comércio diário e temporária finalidade a comercialização, no varejo, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos hortifrutigranjeiros, floricultura, salgados em geral, roupas feitas, alumínio, artigos caseiros e de limpeza (art 1º do Decreto 11.611/97 PMS).

A Feira do Japão é considerada uma feira de médio porte, formada por pequenos comerciantes que têm neste tipo de comércio sua subsistência e serve de apoio aos moradores locais, que se dirigem para lá para comprar produtos que faltam naquele momento.

Ela se restringe à Rua Gonçalo Coelho, uma rua comercial e residencial. Contudo, nos últimos anos, ela tem extrapolado este limite, sendo possível ver vendedores de frutas nas calçadas da Rua Lima e Silva, na região do ponto de ônibus, próximo à Rua Gonçalo Coelho.

A Rua Gonçalo Coelho é como um grande corredor, com aproximadamente 270 metros de comprimento⁵⁸, onde circulam consumidores e moradores locais (foto 6). Na primeira parte, onde a rua é mais estreita e há maior concentração de barracas e pessoas, a largura do espaço entre as barracas é em torno de 2 metros, tornando a circulação lenta e fazendo com que a proximidade entre os corpos seja uma constante.

⁵⁷ Núcleos de Abastecimento, Comércio e Serviço

⁵⁸ A partir do limite com a Rua Lima e Silva até o Largo do Japão



Foto 6: vista da Feira do Japão com as bancas padronizadas, 28/06/03

Oficialmente, o funcionamento segue o horário de 6:00h às 18:00h, de terça a sábado, e de 6:00h às 13:00h, aos domingos e feriados. No entanto, verifiquei que há vendedores todos os dias, apesar de haver um pico de movimentação às sextas-feiras e sábados. E há feirantes, principalmente na entrada da Rua Lima e Silva, até aproximadamente 22:00h.

A feira pode ser dividida em duas partes: a primeira até o cruzamento com a Rua Belo Oriente e Rua Damião Goes, onde há acesso de carro, por uma dessas saídas laterais. Nesta área, há comércio de hortifrutigranjeiros e uma maior concentração de barracas e pessoas. Segundo os feirantes, isso se deve ao fato da proximidade desta região com a Rua Lima e Silva, pois os consumidores do bairro têm “preguiça” de descer toda a rua, contentando-se em realizar suas compras no início desta, onde há boa oferta de gêneros.

A segunda parte fica após o cruzamento com a Rua Belo Oriente e a Rua Damião Goes, e segue em direção ao Armazém (antigo mercado Cesta do Povo), onde há o comércio de peixes e mariscos e outros produtos. Segundo o projeto de ordenamento, o comércio de pescados ficaria restrito a esta parte. Todavia, nos dias de observação, vi feirantes vendendo mariscos (4) e peixes (3) na primeira parte⁵⁹. Esses comerciantes expunham os mariscos em caixas de isopor e os peixes em caixotes de madeira dispostos diretamente no chão.

⁵⁹ Observação do dia 12/03/05, sábado, manhã

▪ **Origem**

Segundo registros da SESP e relato do presidente do Sindicato dos Feirantes, a Feira do Japão nasceu há 38 anos, num largo situado no início da Rua Gonçalo Coelho, conhecido como Largo do Japão, a partir de um grupo de japoneses que na década de 60 montava feiras ambulantes em diversos pontos da cidade.

Esses japoneses instalavam suas bancas na frente do Armazém Municipal, no sítio atualmente conhecido como Largo do Japão, devido a esses antigos frequentadores. Nessa época, já havia um comércio formal na região, que com receio da concorrência com os japoneses, expunha seus produtos na rua, uma característica que permanece no comércio do bairro.

Com a saída dos japoneses, os comerciantes formais, bem como os comerciantes do armazém, começaram a invadir a rua, formando assim a Feira do Japão.

Hoje poucos são os feirantes que têm conhecimento desta origem, muitos deles associam o nome Feira do Japão a uma metáfora que significaria a distância do bairro em relação ao centro da cidade, como um sentido de distanciamento, isolamento.

Atualmente não são mais vistos japoneses na região. Segundo informação da SESP, desde a década de 70 eles não montam mais feiras na cidade.

▪ **Localização**

A Feira do Japão localiza-se no bairro da Liberdade, na Rua Gonçalo Coelho, que divide fronteira com as ruas Lima e Silva, Belo Oriente, Damião Góes, Conselheiro Nabuco e 1º de Setembro, como pode ser visualizado no mapa em anexo (Anexo 7.3) .

Ela se estende em toda a Rua Gonçalo Coelho, finalizando no Largo do Japão, em frente ao Armazém do Japão (foto7).



Foto 7: imagem do Largo do Japão, 29/12/ 05

▪ **Rua Gonçalo Coelho**

A Rua Gonçalo Coelho é uma transversal da Rua Lima e Silva. Entrando na Rua Gonçalo Coelho o que se vê é uma rua estreita (anexo 7.4), como se fosse um corredor, onde há casas residenciais e comerciais. Geralmente os imóveis são de dois pisos e as barracas são armadas nas calçadas (foto 8), o que torna a rua ainda mais estreita. Não há trânsito de veículos na primeira parte da rua.



Foto 8. imagem da extensão da Feira do Japão, a partir da 2ª parte, 22/10/05



Foto 9: feirantes estabelecidos na frente dos imóveis localizados na primeira parte da feira, Feira do Japão, 22/10/05

Os imóveis da rua são velhos, sujos, com pinturas desgastadas, mal cuidados, principalmente no início, a partir do ponto de cruzamento com a Rua Lima e Silva. Na segunda metade, as construções são mais conservadas, dando maior aspecto de limpeza. Aí, os imóveis geralmente são de dois andares, sendo no térreo estabelecimentos comerciais e no plano superior, residências.

É comum os moradores das casas ficarem nas janelas e sacadas a observar o movimento da feira. Algumas dessas casas são utilizadas como depósitos pelos feirantes, para guarda das sobras de mercadorias e do material de trabalho, após o fechamento da feira, pois não há local para guarda das estruturas das barracas e do estoque.

As barracas ficam localizadas na frente do comércio formal, e em alguns locais há vendedores dentro de estabelecimentos desocupados.

▪ Estrutura física

As bancas não têm ponto de água, luz elétrica, serviço de refrigeração (para as carnes e frutos do mar). A iluminação é feita pelo sistema público.

Em toda extensão da feira, o asfalto da rua está bastante desgastado e em péssimas condições de conservação, devido à falta de manutenção da Prefeitura. As pessoas fecham os buracos que se abrem no chão com entulhos (foto 10).



Foto 10: buracos tapados com entulho, Feira do Japão, 10/03/05

▪ Saneamento

A rua tem sistema de drenagem das águas pluviais. Contudo, nos dias chuvosos, a água da chuva se acumula com a proveniente dos açougues e com restos de vegetais, tornando o local fétido e insatisfatório do ponto de vista higiênico-sanitário.

Os açougueiros têm o hábito de lavar e umedecer constantemente as carnes e vísceras expostas; a água utilizada neste procedimento fica armazenada em baldes plásticos, depositados ao lado da banca e é várias vezes reutilizada na lavagem dos produtos (foto 11).

Após o uso, essa água é derramada na rua e vai se acumulando nos buracos existentes no asfalto, formando poças. Nessas poças também se acumula a água proveniente das bancas de hortaliças e de pescados, restos de vegetais, de carnes e escamas, o que causa mau cheiro no ambiente. Cabe ressaltar que muitos feirantes, principalmente os vendedores de vegetais, queixam-se deste mau cheiro, que, segundo eles, se intensifica com a incidência do sol. Observei que nos dias de chuva o odor da feira é menos intenso.



Foto 11: feirante de folhosos molhando as folhas, Feira do Japão, 20/02/04

- **Equipamentos**

Segundo dados da SESP, os equipamentos que compõem a feira são: boxes e barracas, mas são vistos também, carros de mão, mesas e caixotes (fotos 12, 13, 14 e 15).



Foto 12: bancas de frutas no início da Feira do Japão, lado esquerdo, 22/10/05 (equipamento: mesa)



Foto 13: equipamento: barraca padronizada pela SESP, Feira do Japão, 28/06/03



Foto 14: imagem de caixotes utilizados como banca para exposição de produtos, 22/10/05



Foto 15: carro de mão onde são comercializados pescados, Feira do Japão, 29/12/05

Em 2003, estavam cadastrados na SESP duzentos e dezesseis feirantes . Todavia, *in loco*, contei setenta e nove estabelecimentos fixos e duzentos e dois estabelecimentos informais (barracas). Em março de 2005, sábado, dia em que há maior número de feirantes, contei trinta e um estabelecimentos fixos e cento e noventa e seis feirantes. Considerei feirantes todos os comerciantes com produtos expostos em bancas padronizadas, tábuas,

caixotes de madeira, caixas de isopor dispostas diretamente no chão (foto16) e carrinhos de mão.



Foto 16: frutas depositadas diretamente no chão para serem utilizadas na reposição da banca, 11/12/05

De acordo relato dos feirantes, a redução do número de bancas montadas está relacionada à diminuição do fluxo de consumidores na feira, causada pela concorrência dos mercados que oferecem maiores facilidades de pagamento.

▪ **Barracas**

Em 2002, houve uma padronização das barracas montadas na feira e os produtos não poderiam mais ser comercializados em carrinhos de mão, lonas, folhas de compensado, caixas de isopor e caixotes. Só seria permitido o uso da estrutura cedida pela SESP, uma banca de 1m X 0,80m, de metal, forrada de plástico verde. Essa padronização era uma das etapas do projeto de ordenamento da Feira do Japão.

Atualmente, esse padrão não é mais seguido; já são vistos caixotes, folhas de compensado e de papelão postos diretamente no chão com produtos expostos. Verifiquei uma

redução do número de barracas padronizadas, em relação ao ano de 2003, período posterior ao ordenamento.

Em um dia de pouco movimento, computei quarenta e seis barracas padronizadas, cinco carros de mão, trinta e seis barracas fora do padrão e quarenta e cinco mesas de compensado. As poucas barracas que ainda seguem o padrão definido pela SESP estão desgastadas, com plástico rasgado e sujo. As duas melhores bancas são de condimentos e ficam no meio da primeira parte.

▪ O Armazém do Japão⁶⁰

No final da feira encontra-se o Armazém do Japão, localizado no Largo do Japão, no prédio onde antes funcionava a Cesta do Povo (foto 17). Este armazém foi construído como parte do projeto de ordenamento da feira, com o intuito de centralizar o comércio de carnes e frutos do mar em um local com condições higiênicas adequadas.



Foto 17: imagem do Armazém do Japão, 30/03/04

O armazém é composto por vinte e seis pequenos boxes (foto 18), com paredes revestidas de azulejos branco, com água encanada, eletricidade, piso lavável, lavatório. A sua construção seguiu as recomendações sanitárias da Lei Municipal 5.504/99. Há também

⁶⁰ Lay.out do armazém encontra-se no anexo 7.5

banheiro feminino e masculino, mas atualmente, segundo os feirantes, os comerciantes que vendem no armazém cobram uma taxa de R\$ 0,50 para utilizá-los (em abril de 2005).



Foto 18: imagem dos boxes, Armazém do Japão, 29/12/05

Segundo a SESP, para incentivar o uso do local pelos feirantes a sua utilização seria gratuita. Contudo, em um estudo preliminar, percebi que os feirantes resistiam a utilizar o armazém para vender seus produtos. Os dados coletados em entrevistas e através da observação mostraram que os feirantes achavam que na região do armazém não havia grande circulação de consumidores, o que iria prejudicar à venda. Além disso, eles referiram que os consumidores não gostavam de comprar carnes em locais onde não era possível o contato manual com o produto, como seria no armazém.

Desde a sua construção, o Armazém do Japão foi pouco utilizado como local de venda. Em 2003, alguns feirantes ainda o utilizavam para guarda das barracas, porém, em 2005 não vi barracas sendo guardadas no local, havia apenas alguns equipamentos velhos (foto 19). De acordo com o relato dos feirantes, a SESP proibiu o uso do armazém como depósito de equipamentos.



Foto 19: imagem da área do fundo do Armazém do Japão, 29/12/05

Atualmente, apenas três boxes estão sendo utilizados⁶¹: os boxes número 4,11 e 12 , onde são comercializados leite em pó, biscoitos, produtos enlatados, farinha de mandioca, beiju. Há também alguns produtos armazenados na entrada do armazém (foto 20). Os feirantes com barracas armadas no Largo do Japão utilizam a parte da frente do armazém como apoio, eles dispõem os produtos que serão utilizados para reposição de sua banca nesta área.



Foto 20: imagem do Armazém do Japão, 10/03/05

⁶¹ Os fiscais da SESP entrevistados explicam que a resistência dos feirantes ao uso do armazém se deve a sua proximidade com a Avenida Peixe, zona de tráfico de drogas no bairro, pois esta região é tida como vilenta entre os moradores da região. Além disso, os fiscais referem que o feirantes não se adaptariam a vender em um local diferente do ambiente da feira, pois no armazém a forma de expor e de comercializar os produtos difere da informalidade que caracteriza a feira.

Durante o período que circulei na Feira do Japão, ouvi diversas queixas a respeito da construção do armazém, principalmente porque, com a retirada da Cesta do Povo, houve uma queda acentuada do movimento de clientes na segunda parte da feira. Muitas pessoas iam até o final da rua apenas para comprar na Cesta do Povo⁶². Desta forma, a construção deste mercado é um ponto de insatisfação tanto dos feirantes quanto dos consumidores.

▪ **Organização do espaço**

Com o ordenamento, a feira passou a ser organizada em lotes e cada feirante montava seu equipamento no local definido pela SESP. Atualmente, os lotes não estão mais demarcados no chão, contudo, observei uma delimitação subjetiva dos espaços e esta é bastante forte. Quando o consumidor de uma banca invade o espaço de outra, ele é imediatamente repreendido. Isso ocorre com frequência, pois o espaço é pequeno para circulação de pessoas e os limites, muitas vezes, não são visíveis.

Rua e feira se confundem; não há uma delimitação da feira. Esta se estende por toda a rua. Moradores, feirantes e consumidores dividem o mesmo espaço, transitam pelo mesmo local.

▪ **Organização das bancas**

Não há uma ordem pré-estabelecida para dispor os produtos nem na banca nem na feira. No antigo projeto de ordenamento, havia uma setorização do espaço, mas esta não é mais seguida. Agora, verifiquei carnes sendo expostas na mesma banca que vegetais (foto 21),

⁶² Os fiscais da SESP que atuavam na Feira do Japão informaram que os feirantes não foram para o armazém por medo de assaltos, pois o local é próximo a Avenida Peixe, local considerado violento.

peixes sendo vendidos na primeira parte, onde antes era proibido; carnes ao lado de hortaliças e frutas; animais vivos vendidos em uma banca de folhosos.



Foto 21: abóbora sendo vendida na mesma banca que carne de boi, Feira do Japão, 29/12/05

Na maioria das bancas, produtos que geralmente são consumidos juntos ou que entram na composição de determinadas iguarias são dispostos lado a lado. Na foto abaixo pode-se observar uma banca de feijão verde, onde também são expostos todos os ingredientes que geralmente entram na sua preparação⁶³ (foto 22).



Foto 22: banca de feijão verde (com produtos utilizados na sua preparação), Feira do Japão, 22/10/05

⁶³ Em Salvador o feijão verde geralmente é preparado com vegetais como abóbora, quiabo, giló e é consumido com ovos cozidos como acompanhamento

As vísceras e carnes são dispostas em pequenos montes, de acordo a forma de utilização: feijoada, sarapatel⁶⁴, meninico⁶⁵, rabada⁶⁶.

A escolha dos produtos a serem vendidos depende da sazonalidade⁶⁷ e de sua acessibilidade para o feirante; assim, um mesmo feirante que hoje vende milho, amanhã poderá estar vendendo umbu.

Na segunda parte, as bancas são menos variadas e apresentam uma quantidade menor de produtos. Nota-se que os produtos expostos são os que serão vendidos naquele dia. Por terem que pagar por um local para guarda dos gêneros que sobram, e devido ao tamanho reduzido das bancas, que impede a exposição de muitos de produtos, os feirantes evitam trazer para a feira grande quantidade de gêneros, evitando com isso as sobras.

Segundo os feirantes, antes do ordenamento, quando eles podiam montar suas bancas no chão, a quantidade de produtos exposta era bem maior. Caminhões paravam no 2º largo e depositavam sua carga em plásticos que forravam o asfalto. Com a padronização, isso não foi mais possível. Assim, eles tiveram que reduzir o número de mercadorias que traziam para a feira. Para os feirantes, a banca, para ser satisfatória, deveria medir em torno de 2m X1m. Contudo, para SESP, esse tamanho seria impossível, devido a exigüidade de espaço.

▪ **Limpeza**

De acordo com a Lei Municipal 5503/99, em seu artigo 90:

⁶⁴ Prato típico, consumido no Nordeste brasileiro preparado com sangue, fígado, rim, bofe, vísceras e coração de suíno com abundância de molho, e bem condimentada com pimenta de cheiro

⁶⁵ Prato típico, consumido no Nordeste brasileiro, preparado com, fígado, rim, bofe, vísceras e coração de carneiro, que são amarradas dentro das vísceras do animal formando pequenos pacotes que são levados a cocção

⁶⁶ Prato típico, consumido no Nordeste brasileiro preparado com o rabo do porco, carnes de porco defumadas que são servidas com pirão feito com o caldo das carnes

⁶⁷ Produtos considerados sazonais, disponíveis na Feira do Japão: umbu, siriguela, manga, jenipapo, caju, goiaba, pinha, milho, amendoim,

as atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final do lixo produzido no Município de Salvador, bem como a limpeza de manutenção dos seus logradouros públicos, serão executadas pela Prefeitura ou, mediante concessão ou subconcessão ou permissão, precedidas de licitação e de acordo com normas e condições estabelecidas pelo Município

No que diz respeito à limpeza do logradouro público, onde funciona o comércio informal, como as feiras livres, esta mesma legislação faz a seguinte ressalva:

as normas deste Título aplicam-se ao exercício de qualquer atividade de comércio informal e de prestação de serviço em logradouros públicos, cujos responsáveis obrigam-se a manter limpa a área de localização de seus equipamentos e acondicionar os detritos produzidos em recipientes especificados pelo órgão municipal de limpeza pública (artigo 90, §2º)

Contudo, na Feira do Japão, notei que os feirantes deixam apenas sob responsabilidade dos garis a limpeza da rua, como será discutido posteriormente. São poucos os feirantes que possuem recipiente para acondicionamento do lixo que produz.

a) da rua

Há varrição diária da rua e esta atividade é realizada durante todo o dia por funcionários da Vega. A lavagem da rua é realizada duas vezes por semana e a coleta de lixo é diária.

Durante os dias de observação, vi garis varrendo a rua, limpando a área e recolhendo o lixo que se acumula no chão. Segundo dados da LIMPURB, a varrição e coleta de lixo são atividades realizadas pela VEGA, empresa terceirizada pela LIMPURB para limpeza urbana, que disponibiliza três funcionários exclusivamente para a Feira do Japão, eles trabalham no turno vespertino e noturno. A lavagem e a coleta do lixo são atividades realizadas por funcionários da GRADO (empresa terceirizada).

Além destes funcionários, foram vistos, pela manhã, dois garis. Segundo dados da LIMPURB, estes servem ao bairro da Liberdade e vão varrer a rua da feira e recolher o lixo

das bancas no turno matutino para facilitar o trabalho dos funcionários da tarde, mas eles não ficam restritos a esta área.

Os funcionários da limpeza, os garis como são conhecidos, fazem parte do ambiente. Eles são sempre vistos circulando pela rua, varrendo, recolhendo o lixo que se acumula no largo onde ficam os contêineres, conversando com as pessoas da rua, feirantes ou não (foto 23).



Foto 23: garis recolhendo o lixo acumulado na região das caixas coletoras, Feira do Japão, 31/03/05

A maioria dos feirantes e comerciantes da área considera obrigação exclusiva da Prefeitura a limpeza da feira. Alguns afirmam que contribuem com a limpeza, mantendo sua banca limpa e varrendo, no final do dia, a área onde fica. Todavia, observei que mesmo estes, que dizem limpar seu espaço, acumulam lixo em torno da sua banca, para ser coletado pelos garis.

Apesar das atividades de limpeza da feira serem constantes, há lixo acumulado em todo seu trajeto, principalmente embaixo e atrás das bancas (foto24). Os feirantes jogam no chão vegetais estragados e tudo que consideram como lixo. Este material descartado se acumula em volta da banca, principalmente na parte de trás. Notei que essa situação é mais recorrente nas bancas de folhosos.



Foto 24: folhas acumuladas em volta da banca, Feira do Japão, 04/02/05

Nos dias de chuva, o aspecto da feira é um pouco melhor, pois a chuva limpa o asfalto e carrega para as laterais o lixo acumulado. No entanto, após um período longo de chuvas, formam-se poças de lama nos buracos do asfalto, que com o lixo acumulado, torna o local mal cheiroso e dificulta o fluxo de pessoas.

Nas laterais e na frente das bancas, há acúmulo de restos de vegetais e patas de boi jogadas juntas, o que atrai insetos para este local.

Verifiquei que nos dias de quarta, sexta-feira e sábado, quando há comércio de peixes, a rua fica mais suja, pois estes produtos são tratados ali mesmo e as vísceras e escamas são jogadas no chão, em volta da banca, o que agrava ainda mais a sujeira e o acúmulo de moscas no local .

b) das bancas

Os feirantes têm o costume de afastar da sua banca o que incomoda, ou o que consideram lixo. Assim, cigarros, restos de vegetais, papéis etc são sempre jogados no chão.

Um ponto que chama a atenção é que os feirantes sempre referem que a sujeira é culpa do outro. Durante as entrevistas, o outro era sempre referido como *sujo*. O local de trabalho do entrevistado sempre era avaliado por ele como *limpo*. Muitas vezes, uma banca visivelmente suja era considerada limpa pelo seu proprietário e este sempre avaliava a banca de seu vizinho como suja.

c) Acondicionamento de lixo

Poucos feirantes demonstraram uma preocupação com o acondicionamento do lixo e com a limpeza do seu ambiente de trabalho. Estes utilizam caixas de papelão ou sacos plásticos ao lado da banca para depositar o lixo, que, posteriormente, era recolhido pelos garis.

Contei cinco pequenos recipientes para lixo, eles ficam na frente dos estabelecimentos fixos (foto 25); e três grandes recipientes utilizados para recolhimento do lixo da rua (foto 26). Contudo, estes grandes recipientes servem não apenas à feira, mas aos moradores e comerciantes formais de toda região e não são suficientes para a quantidade de lixo produzida. Por esta razão, sempre há lixo acumulado em torno desses contêineres (foto 27).



Foto 25: caixa pequena para acondicionamento de lixo, Feira do Japão, 30/03/05



Foto 26: novas caixas coletoras de lixo, Feira do Japão, 31/03/05, tarde



Foto 27: lixo acumulado na região dos contêineres, Feira do Japão, 31/03/05

Inicialmente, quando iniciei minhas visitas à Feira do Japão, estes equipamentos estavam quebrados, mas foram trocados por novos no segundo mês de observação. No dia da troca, três funcionários da VEGA faziam a limpeza do local, pois havia grande quantidade de lixo acumulada no chão.

No local onde ficam os contêineres de lixo, sempre há pessoas sentadas, conversando com naturalidade, apesar do mau cheiro ser forte. Observei também crianças remexendo no lixo em busca de papelão, latas e garrafas plásticas. Muitos feirantes, principalmente os de carnes e vísceras, buscam nos contêineres caixas de papelão que serão utilizadas como forro para as suas bancas.

Durante os dias de observação, poucas vezes vi pessoas em busca de alimentos nas caixas de lixo. Idosos e crianças circulam pela feira, pegando frutas e verduras avariadas jogadas no chão pelos feirantes.

Na segunda parte da feira⁶⁸, a região após o primeiro largo, há uma menor quantidade de lixo acumulado em torno das bancas. Os feirantes desta região, em geral, depositam seu lixo em caixas de papelão para serem entregues aos garis. No Largo do Japão, onde se

⁶⁸ Considera-se a segunda parte da feira após o cruzamento da Rua Gonçalo Coelho com a Rua Belo Oriente

concentra o comércio de pescados a situação é diferente, devido ao acúmulo de escamas e vísceras dos pescados em torno das bancas.

Segundo os feirantes e os próprios garis, essa região é mais limpa devido ao menor fluxo de pessoas e ao menor número de bancas de carnes e vísceras: há apenas um feirante que comercializa estes produtos.

Os feirantes de ossos, geralmente, limpam as patas bovinas, “descascado-as” e a “casca” é jogada naturalmente na rua. Os açougues utilizam cepos⁶⁹ para corte das carnes e limpeza dos ossos. Assim, nos locais onde ocorre venda de carnes há acúmulo de cascas de patas no chão, grande quantidade de moscas e cachorros.

Algumas cenas podem descrever comportamentos comuns entre os feirantes da região:

- Cena 1- um açougueiro, jovem de aproximadamente 18 anos, está de camiseta, short e sandálias, toda a roupa está muito suja de sangue. A sua roupa tem um aspecto já escurecido, devido ao longo tempo de uso e o sangue acumulado com o tempo. A pele dos seus braços e pés está muito suja de sangue, assim como suas costas. Isso parece natural a ele. Ele está parado ao lado da banca montada na porta do seu açougue, limpando patas bovinas; o sol incide diretamente nas peças de carne. Apesar de haver um recipiente para o lixo ao seu lado, ele limpa as patas e deposita os pedaços de ossos e as cascas no chão. As patas limpas também são postas no chão; ao final do trabalho elas são pegas e arrumadas em montes sobre a banca. O recipiente de lixo está ao seu lado, mas não é usado; e está vazio. Ao ser questionado sobre o contêiner, ele refere que no final do dia, após o serviço, ele limpará tudo e colocará no balde de lixo para ser entregue aos garis.

⁶⁹ Pedaco do tronco de árvores utilizado como base de apoio para corte de carnes e ossos

- Cena 2- Um funcionário de um estabelecimento fixo (mercadinho) varre sua calçada e joga o lixo na rua, na porta do seu estabelecimento. O lixo vai se acumulando nesse local: são papéis, sacos plásticos, terra e pedras.

Observei que no final da tarde, há maior quantidade de lixo acumulado no chão da feira, mesmo nos dias de menor movimento. Nos dias em que há menor de número de bancas comercializando carnes e frutos do mar: segunda, terça e quinta-feira, o mau cheiro é menor, em comparação com os dias de maior pico.

Não percebi uma separação do que é lixo e do que é produto a ser comercializado, pois ambos são dispostos em um mesmo local.

O lixo da feira é constituído de jornais, sacos plásticos, folhas, ossos, carnes estragadas, vísceras, vegetais estragados, caixas de papelão, mas pude ver também no chão em torno do contêiner móveis, objetos pessoais e lixo doméstico .

▪ **Abastecimento de produtos**

O abastecimento de produtos se dá principalmente pelo cruzamento da Rua Gonçalo Coelho com a Rua Belo Oriente e Rua Damião Goes, onde há tráfego de carros (anexo 8.6). Os vegetais chegam em caminhões que param nesse cruzamento ou são trazidos pelos próprios feirantes. Os pescados são trazidos pelos feirantes em caixas de isopor. Os feirantes das primeiras bancas utilizam carros particulares ou táxis para o transporte de seus produtos (foto 28).



Foto 28: kombi carregada de vegetais para abastecimento das bancas instaladas no início da Feira do Japão, 29/12/05

As carnes chegam no final de tarde, às quartas e sextas-feiras. Elas são transportadas no chão de kombis sujas e velhas e são conduzidas aos açougues em carros de mão ou nas costas dos funcionários. Nos açougues, elas são divididas em pedaços menores; uma parte é exposta, pendurada em ganchos ou depositada nas bancas. A outra é guardada em freezer ou fica nos ganchos até o final do dia. Enquanto aguardam fregueses, os açougueiros limpam os ossos e as patas dos bovinos, deixando os restos no chão; nesse momento, cachorros se concentram nessa área.

Quanto aos estabelecimentos fixos da região, estes recebem seus produtos também através de caminhões que param na região do cruzamento (foto29). Os vegetais chegam em caminhões abertos, acondicionados em caixas de madeira ou sacos de fibra plástica; os produtos industrializados são transportados em caminhões fechados.



Foto 29: caminhão carregado de frutas para abastecimentos dos mercadinhos da Rua Gonçalo Coelho, 16/03/04

▪ **Procedência dos produtos**

As frutas, hortaliças, leguminosas, ovos, raízes, grãos e condimentos são adquiridos principalmente na Feira de São Joaquim⁷⁰; os folhosos em pequenas hortas localizadas na região da Estrada da Rainha e na feira verde da Sete Portas; as carnes são provenientes de açougues localizados em outros bairros, como Pirajá⁷¹.

▪ **Comércio Informal**

Segundo classificação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a feira livre é denominada comércio informal.

Na Feira do Japão, o comércio informal estende-se por toda extensão da Rua Gonçalo Coelho até o Largo do Japão. Sua composição varia de acordo com o dia da semana e época do ano.

⁷⁰ A Feira de São Joaquim, principal pólo de abastecimento para a Feira do Japão será descrita posteriormente

⁷¹ Os açougueiros da Rua Gonçalo Coelho referem que adquirem seus produtos em açougues que funcionam no bairro de Pirajá, bairro localizado em uma das saídas da cidade. No entanto, segundo dados da Visa e da SESP, grande parte da carne comercializada na Feira do Japão é proveniente de matadouros clandestinos. Não foi permitido pelos feirantes a verificação da procedência da carne que comercializavam, mas durante o período de observação diversas vezes foram vistas Konbis transportando peças de carnes e ossos para a feira.

Segundo dados da SESP, em 2003, período de implantação do ordenamento, havia duzentos e cinquenta e seis feirantes cadastrados, sendo: 70% de hortifrutigranjeiros, 9,8% de camarão seco e outros, os demais de carnes, vísceras, mariscos e peixes.

No dia 12 de março de 2005, sábado, pela manhã, período de maior movimento na feira e quando ela está com maior número de barracas, a sua composição era a seguinte :

➤ Lado direito-feirantes de: (36) frutas⁷², (17)verduras⁷³, (4)carnes e vísceras⁷⁴, (4) frutos do mar, (2)folhas para chá, (6)folhosos para saladas⁷⁵, (8) condimentos, (6) produtos de caruru,⁷⁶ (1) raízes³, (1) doces, (1) produtos da fazenda⁷⁷, (1) roupa, (3) feijão verde.

➤ Lado esquerdo - havia feirantes de: (29) frutas, (10) verduras, (9) carnes e vísceras, (5) frutos do mar, (2)folhas para chá, (15) folhosos para saladas, (10) condimentos, (1) produtos de caruru⁷⁸, (1) raízes⁷⁹, (1) detergente, (1) utilidades para o lar, (3) roupa e calçados, (1) feijão verde, (1) ovos.

Neste dia, cento e setenta e seis feirantes estavam comercializando produtos na região, número menor do que o cadastrado na SESP.

No dia 31 de março de 2005, quinta-feira, pela tarde, pude observar que a composição da feira já era outra e havia um número bem menor de bancas. Neste dia, a composição era a seguinte:

⁷² As frutas comercializadas varia de acordo com a época do ano. É comum encontrar banana, manga, laranja, lima, limão, melancia, abacaxi, melão, mamão, maçã, pera, uva durante todo o ano. Frutas como pinha, acerola, siriguela, umbu, goaiba, jambo, cupuaçu, jenipapo são restritas a época da safra

⁷³ Denomina-se verduras, vegetais (tubérculos, hortaliças ou frutos) que são consumidos crus ou cozido, cultivados em hortas , como cenoura, batata, chuchu, abóbora, pimentão, tomate, repolho, beterraba

⁷⁴ Carnes e vísceras bovinas e suínas, mas eventualmente pode-se encontrar carne de carneiro nos sábados

⁷⁵ Alface, rúcula, couve, coentro, salsa e cebolinha

⁷⁶Produtos para caruru:gengibre, camarão seco, azeite-de-dedê, castanha e amendoim torrado

⁷⁷ Beiju, tapioca, doces de leite, compotas, biscoitos, fabricados artesanalmente em pequenos fabricos domiciliares

⁷⁸ Caruru: prato típico da culinária baiana, feito a base de quiabos picados com camarões secos, amendoim e castanha torrada, azeite-de-dendê, gengibre.

⁷⁹ Aimpim, inhame

➤ Lado direito-feirantes de: (13) frutas, (10) verduras, (1) utilidades para o lar, (1) folhosos para saladas, (1) condimentos, (6) produtos de caruru, (1) raízes

➤ Lado esquerdo - havia feirantes de: (22) frutas, (5) verduras, (4) carnes e vísceras, (1) folhas para chá, (3) folhosos para saladas, (1) condimentos, (4) produtos de caruru, (2) raízes, (1) ovos.

Assim, se encontravam na Rua Gonçalo Coelho um total de sessenta de três bancas instaladas, cinquenta barracas e treze mesas montadas com folhas de compensado. Havia também sete feirantes vendendo frutas na Rua Lima e Silva, na região do ponto de ônibus, em frente ao Colégio Duque de Caxias.

a) Comércio de Pescados

O comércio de pescados ocorre às quartas, sextas-feiras e sábados, no turno da manhã e se concentra mais na região do Largo do Japão. Em 2003, estes feirantes ficavam restritos à esta área, porém atualmente os vendedores de peixes e frutos do mar são vistos em diversos pontos, inclusive na primeira parte⁸⁰.

Segundo Dona Maria, que vende na Feira do Japão há 30 anos, os feirantes de peixe não podiam ficar na primeira parte da feira, por causa das escamas que eles deixavam no chão, durante a limpeza de seus produtos. Atualmente, ela vende mariscos e peixes na primeira parte; seus produtos são expostos em um caixote de madeira que fica ao lado de uma banca de folhosos. Para não sujar o local e não incomodar seus colegas, ela traz o peixe da

⁸⁰ Considera-se primeira parte a região que se estende da entrada da Rua Gonçalo Coelho até seu cruzamento com a Rua Belo Oriente

Ilha de Itaparica já tratado e limpo. O produto vem ensacado e acondicionado em uma caixa de isopor com gelo.

O comércio de pescados é constituído por: peixes em postas e inteiro; são vermelhos⁸¹, sardinhas⁸², pititingas⁸³; mariscos, como : ostras⁸⁴, sururu⁸⁵ entre outros e crustáceos: siri catado⁸⁶ e mole⁸⁷ e caranguejo vivo.

Os produtos são mantidos todo o tempo fora da refrigeração, expostos ao sol (foto 30). Os feirantes referem que transportam seus produtos em caixas de isopor com gelo, mas ao chegar na feira o gelo está derretido. Alguns afirmam que compram mais gelo para guardar os pescados, enquanto estão na feira, mas esse comportamento parece não ser comum. Normalmente, os pescados são expostos em bancas, caixotes ou caixas de isopor. Os peixes menores são acondicionados em sacos plásticos, o que aumenta ainda mais a temperatura em que são mantidos.



Foto 30: banca de peixe, Feira do Japão, 01/07/03

⁸¹ Vermelho-peixe da espécie *Lutjanus aya*, comum na costa brasileira

⁸² Sardinha- peixe marinho da família dos clupeídeos

⁸³ Pititinga- peixe da espécies dos teleósteos, elupeiiformes, engraulídeos

⁸⁴ Ostra- espécie *Ostrea virginica*

⁸⁵ Sururu: Molusco bivalve (*Mytilus falcatus*)

⁸⁶ Siri catado. Carne de crustáceos decápodes, braquiúros, portunídeos, cozida e retirada da casca (esqueleto externo)

⁸⁷ Siri mole: Designação popular para as espécies de crustáceos decápodes, braquiúros, no período de mudança de carapaça

A maioria dos feirantes de pescados mora na Ilha de Itaparica ou em Paripe, locais distantes do bairro da Liberdade. Devido à distância e a dificuldade de deslocamento, eles levam mais de 2 horas para chegarem à feira, onde permanecem por mais 4 horas, até venderem todo o produto. Desta forma, seus produtos permanecem por aproximadamente 6 horas fora das condições adequadas de conservação. Eles referem que quando saem de casa, por volta de 5:30h, o seu produto está congelado; afirmam que o produto é realmente fresco, por isso não estraga.

Os pescados têm um período de permanência sob o sol maior do que as carnes bovinas, suínas e ovinas, pois os produtos para reposição da banca são mantidos nas caixas, sob temperatura ambiente, o gelo utilizado para conservação dos produtos, geralmente se derrete durante o percurso do local de origem até a feira.

Observei certa rivalidade entre esses vendedores. Ao serem questionados acerca da higiene do local, eles sempre criticam a limpeza da banca dos colegas e salientam a forma como tratam seu produto e cuidam do seu ambiente de trabalho. Expressões como (...) *aqui tudo é limpinho* (F3), (...) *eu cuido do meu produto, do lugar onde vendo*(F2), (...) *quem faz a limpeza somos nós* (F13) são sempre utilizadas para se auto avaliar.

Ao lado das bancas de peixes, há sempre um balde com água, que é utilizada para lavar os utensílios e as mãos dos vendedores durante o processo de evisceração e limpeza dos pescados; esse processo, geralmente, é realizado na feira, na frente do comprador. As escamas e vísceras retiradas são jogadas no chão, o que agrava a sujeira do local e o acúmulo de moscas. Em relação aos mariscos, estes vêm ensacados(foto 31) e os caranguejos são trazidos vivos e amarrados por cordas ao pé da banca .



foto 31: mariscos (sururu) ensacados, expostos em engradados de refrigerante, 11/12/05

Uma feirante de peixe, ao ser solicitada que assinasse o termo de consentimento, lavou as mãos em uma balde com água que ela usava para limpar os peixes durante a evisceração. Esta água estava aparentemente suja. Ao ver o papel branco falou: (...) *poxa, o papel tão limpinho, cheirosinho e minhas mãos sujas de peixe* (F2).

As roupas dos vendedores de pescados têm uma aparência de maior limpeza do que a dos vendedores de carne bovina.

Um outro aspecto que deve ser salientado é que o comércio de pescados é predominantemente feminino, dos dez vendedores que foram vistos no local, apenas quatro eram homens.

Como os peixes são expostos por longo período sob o sol, fora das condições de conservação, o aspecto destes produtos não é bom, principalmente no final da manhã. Contudo, os consumidores referem que a aparência de frescor é a razão que justifica a compra destes produtos na feira .

Em torno das bancas de peixes há escamas e vísceras, o que atrai moscas, mas as pessoas parecem estar alheias a essa situação. As bancas de mariscos são mais limpas, os produtos já vêm selecionados e limpos. Em alguns momentos, observei feirantes ensacando mariscos na feira, este processo ocorria enquanto eles aguardavam a chegada dos

compradores. Os produtos estavam em uma bacia plástica e iam sendo colocados, com as mãos, nos sacos plásticos.

Os estabelecimentos formais que vendem peixes utilizam uma máquina de corte que fica na calçada. Nesses estabelecimentos, peixes são limpos e eviscerados nas calçadas e os restos são depositados no chão, da mesma forma como procedem os feirantes

b) Comércio de carne vermelha

Segundo a SESP, não é concedida licença de feirante a vendedores de carnes e vísceras. Destarte, oficialmente, não há feirantes que comercializam estes produtos na Feira do Japão, no entanto, contei nove feirantes vendendo estes produtos .

Os produtos são dispostos em mesas de madeira armadas na via pública. A SESP refere que esses comerciantes são proprietários dos açougues da região que invadem o território da feira, o que foi confirmado no período de observação. Verifiquei que realmente há açougueiros vendendo produtos nos açougues e em bancas instaladas nas calçadas da rua, onde expõem ossos e pedaços menores de carne e vísceras. No entanto, há também feirantes comercializando esses produtos.

O comércio de carne vermelha é composto por: carnes e vísceras de porco, boi e carneiro⁸⁸. Os produtos são depositados em mesas de madeira, desgastadas, forradas com papelão e armadas na calçada na frente dos açougues (foto 32). Nesses locais, é observada a presença de animais e moscas.

⁸⁸ A carne de carneiro é vendida geralmente aos sábados



foto 32:banca de vísceras, Feira do Japão, 22/10/05

O comércio de carnes é quase que predominantemente masculino; só há uma mulher vendendo carne na feira, mas observei que ela tem ajuda constante de dois açougueiros homens, que têm banca ao seu lado. Segundo relato de alguns vendedores de carne, a predominância de homens nesta atividade se deve à própria característica do trabalho, que exige força e habilidade com o facão. Eles referem que as mulheres têm medo de manusear o facão e não têm força para a desossa dos produtos. Há sempre grupos de homens ao lado das bancas de carnes; eles são amigos dos vendedores que ficam conversando e olhando a movimentação do local.

Um fato que chama a atenção é que os feirantes de carnes mantêm uma relação direta com seus produtos. Diferentemente dos outros feirantes, eles estão constantemente manipulando os produtos que comercializam. As vísceras são constantemente molhadas e alisadas. A água é utilizada para manter a aparência de frescor dos produtos expostos ao sol, pois eles ressecam rapidamente perdendo o brilho e a cor.

Os consumidores selecionam os produtos através do olhar, do toque e no caso das vísceras, até pelo aroma.

Não notei nenhuma preocupação com o transporte e a manipulação do produto. Cachorros ficam em volta dos carros de mãos carregados de peças de carnes e ossos; eles

cheiram e tentam lambe as carnes, enquanto ela está lá para ser tratada e pendurada nos ganchos.

Nos açougues, bem como nas bancas, não se tem cuidado com as condições de exposição e temperatura de conservação. As carnes são expostas ao sol e às moscas e só são acondicionados sob refrigeração no final do dia, quando são guardados nos freezers. Alguns feirantes têm o cuidado de protegê-las do contato direto do sol utilizando um sombreiro. Mas esse comportamento não é comum, a maioria fica indiferente à incidência do sol. O produto é assim exposto como forma de facilitar o toque dos clientes e sua escolha

Ao lado das bancas de carnes é depositado um balde plástico com água para lavagem dos ossos e vísceras de boi e para umedecer as peças expostas. Essa água depois de usada diversas vezes é jogada na lateral da rua, o que provoca mau cheiro na região⁸⁹.

Algumas vezes, cabeças de boi são trazidas para a feira para que o cérebro do animal seja comercializado. A cabeça é aberta, o cérebro exposto e um garfo é utilizado para retirar as porções de “miolo⁹⁰”.

De acordo com Elias (1990), no processo civilizatório, o homem busca suprimir as características “animais” dos seus alimentos. Assim, a forma como se apresenta a carne nada lembra a forma original do animal que lhe deu origem.

Todavia, na Feira do Japão, não notei uma preocupação em afastar a imagem do animal vivo da sua carne. Os pedaços de carne são expostos ainda com couro ou mesmo pêlo. Nos supermercados de outras regiões, geralmente esse aspecto é dissimulado, pois são comercializados bifes de carnes, porções que quando vistas em nada lembram o animal que lhe deu origem. Nas feiras, essa associação entre carne e aspecto do animal é estimulada e desejada. Quanto mais a carne mantém sua imagem original, mais ela é associada ao frescor e

⁸⁹ A inutilização dessa água chamada pelos feirantes com água de fato na rua é uma das principais queixas dos feirantes de vegetais. Segundo eles, essa água é a responsável pelo mau cheiro da feira

⁹⁰ Massa encefálica; o cérebro

a boa qualidade. Desta forma, pode-se ver cabeça de boi exposta em uma mesa ao lado do rabo do animal ainda com pêlo.

Animais vivos são expostos na mesma banca que animais mortos, assim focinho de carneiro é encontrado ao lado de frangos vivos. Esses frangos se alimentam de restos de folhas e de pequenos pedaços de ossos e carnes que caem no chão.

Nos dias de menor movimento, o comércio de carnes é reduzido. Nesses dias, as carnes são expostas em pequenas porções. Nas sextas-feiras e sábados, dias com maior fluxo de consumidores, os produtos são dispostos nas bancas e em grandes pedaços pendurados em ganchos, acima das bancas.

O sangue⁹¹ dos animais também é comercializado na feira, no estado sólido e mantido sob as mesmas condições que as carnes.

c) Comércio de Vegetais

O maior comércio da feira é o de vegetais, são frutas, folhosos, verduras, condimentos, raízes e ervas. Este comércio se estende por toda a rua, da entrada até o Largo do Japão.

Os produtos são expostos em bancas padronizadas, em mesas formadas com folhas de compensado, em carrinhos de mão ou em caixotes de madeira (foto33).

⁹¹ O sangue de suíno é comercializado, pois é utilizado no preparo de sarapatel.



foto 33- bananas expostas para venda sobre banca improvisada, Feira do Japão, 20/02/04

As bancas de folhosos e de alho são as que apresentam maior quantidade de sujeira em torno delas. As bancas de condimentos são as mais organizadas e com melhor aparência.

Os produtos são oriundos geralmente de São Joaquim, Feira Verde da Sete Portas, hortas da região da Estrada da Rainha e região metropolitana. Produtos como bananas chegam em caminhões vindos de São Sebastião do Passé e são distribuídos para diversas bancas na feira.

Um comportamento comum entre os vendedores de vegetais é o de jogar água nos produtos expostos, esta ação tem como objetivo manter a aparência de frescor dos produtos mantidos sob o sol.

Os vegetais utilizados para reposição das ofertas da banca são depositados diretamente no chão e vão sendo dispostos nas bancas à medida em que esta se vai esvaziando no processo de venda.

Há tanto mulheres quanto homens vendendo vegetais; contudo, nota-se que a venda de folhosos é predominantemente masculina e a de condimentos, feminina. Um outro ponto que chama a atenção é o número de jovens nesse setor: são filhos de feirantes que recebem a banca de seu pai ou mãe, mantendo a tradição de ser feirante.

- **Armazenamento de mercadorias**

Os depósitos utilizados pelos feirantes, para guarda das sobras e dos equipamentos, são cômodos alugados nas casas da região pela quantia de R\$ 8,00 a R\$12,00 por semana⁹². São cômodos de casas velhas, que apresentam paredes tomadas por mofo e infiltração, teto cheio de teias de aranhas, chão escuro e com muita sujeira (foto34).



foto 34: depósito utilizado para guarda de mercadorias, Feira do Japão, 04/02/05

Como a maioria das casas da rua, estes depósitos são velhos e estão em péssimo estado de conservação.

Os produtos são diretamente depositados no chão desses imóveis e recostados nas suas paredes.

⁹² Valor cobrado em abril de 2005

▪ Preço dos produtos

Na feira, os produtos são comercializados por porções e não por peso, os feirantes não possuem balança. Em relação aos preços, estes seguem uma certa padronização. A maioria dos produtos são comercializados a porções de R\$1,00, inclusive carnes e vísceras. Os frutos do mar seguem outro padrão de preço. Os ossos são vendidos a R\$ 0,50.

Notei que onde o fluxo de pessoas é menor, os produtos são geralmente de qualidade inferior e são vendidos a preços menores; há porções inclusive de R\$ 0,20.

Na feira, os preços dos produtos são menores do que em outros locais; por esta razão muitos consumidores a escolhem como local de compra. Os estabelecimentos fixos da área apresentam o mesmo preço que as bancas e também têm bom fluxo de consumidores.

Para concorrer com os mercados da rua, os feirantes vendem pequenas porções, permitindo, assim, a aquisição dos produtos por preços menores.

Abaixo se tem o preço⁹³ de alguns produtos vendidos nos açougues da região.

Quadro 4- Preço de carnes comercializadas em açougues localizados na Rua Gonçali Coelho, em 19/03/05

PRODUTO	PREÇO POR QUILO
carne de segunda sem osso	R\$4,99
carne de segunda com osso	R\$ 4,50
Chã-de- fora	R\$ 6,99
Fato misto	\$2,50
Charque	R\$ 5,99

⁹³ preço dos produtos em 19/03/2005, sábado, manhã

Estes mesmos produtos são comercializados nas barracas da feira em porções cujo tamanho é definido pelo valor que o cliente deseja pagar. Para facilitar a compra dos produtos mais caros, como carnes, os feirantes estipulam o preço desses produtos por porções e não por peso. Por exemplo: a carne de segunda sem osso, que no açougue é vendida por peso (R\$ 4,99 o quilo), pode ser adquirida na banca em porções a partir de R\$ 0,50 . O consumidor escolhe a quantidade da mercadoria, que deseja comprar, de acordo com o dinheiro que pode ser disponibilizado para esta compra.

Na Feira do Japão, não há compra para revenda, apenas para consumo próprio. Ela caracteriza-se como uma feira de subsistência que serve de apoio aos moradores locais.

▪ Animais

Os animais circulam livremente em todos os espaços; não incomodam nem feirantes, nem consumidores; nenhum dos dois grupos referiu algum tipo de incômodo com a presença dos animais. Eles fazem parte do ambiente da feira (foto 35).



Foto 35: cão ao lado de balde com frutas, 29/12/05, manhã

Durante o período de observação, contei dez cachorros circulando na feira e um gato, mas este número varia. Os animais podem ser vistos nos açougues, comendo pedaços de carne e ossos que caem no chão, dormindo embaixo das bancas de frutas e carnes, urinando e defecando próximo às bancas, ou simplesmente vagando pela rua.

Além dos cães que perambulam pela feira, há os cães que circulam pela região com seus donos. Uma prática comum na região é o abandono de filhotes na rua. Estes são criados livremente, se alimentando de sobras de carnes e vísceras como os outros.

Os animais geralmente ficam próximos às bancas de carnes (foto 36), à espera de pedaços que caem no chão, ou mesmo de ossos que são jogados ou eventualmente roubados das bancas. O fato de cachorros pegarem produtos das bancas é visto com naturalidade. Enquanto aguardam fregueses, os açougueiros limpam ossos e os pés dos bovinos, jogando os restos no chão; nesse momento, cachorros se concentram nessa área.



Foto 36: gato na banca de carnes, Feira do Japão, 29/12/05, manhã

As cenas relatadas a seguir, podem demonstrar a posição dos cães na feira:

- Um cachorro lambe um osso que cai no chão; este osso, em seguida, é pego pelo açougueiro da boca do animal e é posto de volta na banca para ser vendido.
- Um cachorro rouba um pedaço de carne que cai no chão e sai correndo sem ser importunado.
- Um outro animal pára e bebe a água utilizada para molhar as folhas. Mesmo vendo o cão beber esta água, o feirante a utiliza para molhar as folhas de sua banca, indiferente ao ocorrido.

Constantemente são vistos cachorros comendo, eles beliscam restos de carnes que caem no chão e depois saem vagando em busca de mais alimentos. Às vezes, esses animais roubam ossos que são postos temporariamente no chão.

O comércio de animais vivos é bem restrito na Feira do Japão; apenas no sábado vi duas bancas vendendo frangos vivos e duas vendendo caranguejo vivos.(foto 37)



Foto 37: caranguejos comercializados vivos, Feira do Japão, 22/10/05

▪ Vetores

Há sempre moscas voando em torno das peças de carnes, dos peixes e das frutas e verduras. Assim como os cães, as moscas fazem parte do ambiente e não parecem incomodar.

Os consumidores compram carnes com moscas pousadas no produto, como se estas fizessem parte do produto.

Alguns feirantes foram questionados sobre a presença de moscas na feira e afirmaram não haver moscas no local. Cabe ressaltar que esta pergunta era feita quando havia moscas nos produtos dispostos à sua frente.

Nas bancas de carnes e vísceras há maior quantidade de moscas, inclusive, moscas varejeiras⁹⁴ sobrevoando e pousadas nas peças de carnes, mas as pessoas, tanto consumidores quanto feirantes, são indiferentes a elas. Além das moscas, não verifiquei outros insetos na feira.



Foto 38 pedaço de carne de porco com moscas pousadas, Feira do Japão, 20/02/04

▪ O Cotidiano da Feira

A Feira do Japão tem uma vida própria. Assim como outra feira, esta é um local de compras e encontros. Não há muita conversa entre feirante e consumidor, pois há certa preocupação com o tempo. O ambiente tem um clima de rapidez, as pessoas estão sempre de

⁹⁴ Designação comum às espécies de moscas (*Cochliomya macellaria*) que fazem postura na carne. Os ovos (varejas), postos juntos, são, em geral, esbranquiçados; as larvas são comumente chamadas de bicho-vareja.

passagem pela feira, e com pressa. Diferentemente da Feira de São Joaquim e do mercado, ela se caracteriza pelo consumo de subsistência.

A feira flui livremente, sem nenhum tipo de fiscalização, norma ou limite. As ruas foram invadidas. Observei que muitas barracas desceram das calçadas para a via pública, reduzindo ainda mais o corredor central de passagem; conseqüentemente dificultando o trânsito de pessoas. Com a saída da SESP da feira, muitos feirantes se mudaram para as calçadas da Rua Lima e Silva; com isso, a Feira do Japão extrapola os limites da Rua Gonçalo Coelho.

De acordo com a SESP, a feira não funciona às segundas-feiras. Entretanto, neste dia, vi feirantes de frutas no início da rua. Assim, de certa forma, os feirantes trabalham mesmo que de forma irregular. Neste dia, o fluxo de consumidores se restringe à área da frente, próxima à Rua Lima e Silva. Nos demais trechos da rua, o fluxo é de moradores da região, frequentadores dos bares, e algumas pessoas que vão aos supermercados. Comparando com outros dias, na segunda-feira, o movimento de consumidores é bem maior no comércio formal do que no informal.

Dentre os estabelecimentos fixos existentes na rua, há bares. Eles localizam-se na região do cruzamento com a Rua Belo Oriente e na segunda parte da feira. Nesses locais, há sempre pessoas bebendo. Em alguns, são vistos homens jogando dominó ou bilhar. Muitas vezes bêbados dormem na porta desses bares, principalmente nos localizados no cruzamento com a Rua Belo Oriente.

Os feirantes do sexo masculino geralmente são mais calados, circunspeto, o que dificultou a aproximação e o desenvolvimento das entrevistas, pois eles se restringiram a responder as perguntas com monossílabos, principalmente os mais antigos.

Crianças circulam na feira à procura de trabalho. Algumas ajudam os feirantes, como Jaqueline que vinha com a mãe e depois que essa deixou de ir à feira, passou a ajudar D. Maria a limpar os mariscos que ela vende.

Todos os feirantes queixam-se da queda no movimento. Um feirante refere que o movimento da feira está muito fraco, mas mesmo fraco tem movimento todo dia, as pessoas sempre vêm aqui, ele diz: (...) *compram pouco, cada vez mais pouco, mas sempre vêm* (F27).

Em relação à escolha, esta se dá mais pelo preço do que pelas condições de armazenamento, exposição e venda . Acredita-se que na feira os produtos são mais frescos que nos mercados. Talvez pela sua forma de exposição, pois conservam sua aparência natural. Os produtos não são pré-selecionados ou pré-lavados; muitas vezes as verduras vêm com terra, isso faz com que sejam identificados como frescos, mais naturais, isso é reforçado com a proximidade e a relação que se estabelece durante a escolha do produto.

Há um serviço de auto falante na rua que transmite informações sobre o bairro, o comércio do local e músicas.

V - A violência

A Feira do Japão localiza-se em uma área conhecida pela sua violência e pelo tráfico de drogas. Os feirantes, bem como os funcionários da Prefeitura, consumidores e comerciantes fixos queixam-se dos constantes assaltos, muitas vezes realizados por moradores da região, que inclusive, freqüentam a feira. Pode-se verificar que a situação relatada por eles tem veracidade, quando observamos o quadro 5, que apresenta as ocorrências policiais na Rua Gonçalo Coelho, no período de 2002 a 2005 (dados fornecidos pelo 37ª Comando de Investigação da Polícia Militar, que é responsável pela área da Liberdade). Cabe ressaltar que muitos dos assaltos que ocorrem na região não são levados ao conhecimento da polícia, pois

como são praticados por moradores da região, as vítimas têm medo de represálias ou ações vingativas. Desta forma, os dados aqui apresentados podem não refletir a realidade da violência do local, contudo dão uma idéia da situação de risco na qual seus moradores vivem.

Quadro 5- Ocorrências policiais registradas na Rua Gonçalo Coelho, pelo 37º Comando de Investigação da Polícia Militar, no período de 2002 a 2005⁹⁵

Ano	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Ocorrência					
Elem. armandos	1	-	-	-	1
Furto/roubo de veículo	1	-	-	1	2
Homicídio	2	1	1	1	5
Ameaça	1	-	2	1	4
Furto/roubo a residência	1	.	.	1	2
Agressão física	1	3	1	-	5
Roubo a transeunte	-	1		21	22
Perturbação do sossego	-	2	1	1	4
Tent homicídio	-	1	1	-	2
dano	-	-	1		1
Assalto	-	-	1	1	2
Troca de tiros	-	-	1		1
Roubo a casa comercial	-	-	-	3	3
Arromb. veículo	-	-	-	1	1
Roubo mot. Taxi	-	-	-	1	1
Roubo a resid.	-	-	-	1	1
TOTAL	6	8	9	33	56

⁹⁵ O 37º CIPM não tem dados sistematizados sobre a violência no bairro da Liberdade, o que impediu determinar a magnitude dos dados sobre a Rua Gonçalo Coelho no contexto do bairro. Vale salientar que as ocorrências apresentadas podem não retratar a real situação da região, pois o maior número de registros que ocorreu no ano de 2005, em relação aos anos anteriores, pode ser em decorrência de melhorias no sistema de registro e não de um aumento das ocorrências policiais.

A transferência da Cesta do Povo para a Estrada da Liberdade ocorreu devido aos constantes assaltos que ocorriam na loja. Muitos comerciantes queixaram-se de ameaças, arrombamentos e saques durante a noite.

É comum ver viaturas policiais ou mesmo policiais armados circulando na área da feira. Muitas vezes, são realizadas buscas à pessoas suspeitas nos bares da região.

Segundo os funcionários da Vega, muitos feirantes são ex-detentos e são eles que coordenam os assaltos na área. Nos discursos dos fiscais da SESP e dos garis, os feirantes foram definidos como pessoas violentas e que provocam medo .

VI - O Ordenamento da Feira do Japão

Em 12 de fevereiro de 2003, o projeto de ordenamento⁹⁶ da Feira do Japão foi concluído (Diário Oficial do Município, 12 de fevereiro de 2003). Este projeto foi coordenado pela SESP, como resultado de um estudo iniciado em 1997 sobre as políticas de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos para a cidade do Salvador.

Em julho de 1997, a SESP realizou visitas técnicas às Secretarias de Abastecimento de Curitiba, São Paulo, Ribeirão Preto e Belo Horizonte, a fim de conhecer a estrutura das feiras livres desses municípios. Essas cidades foram escolhidas pela organização de suas feiras e por sua política de abastecimento abranger toda a área de feiras, mercados e abastecimento alimentar em geral.

Como fruto desse processo, em outubro de 1997, a Coordenadoria de Feiras e Mercados da Secretaria de Serviços Públicos (SESP) elaborou o Primeiro Anteprojeto de Planos para Implantação de Políticas de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos para a cidade do Salvador. Este projeto buscava definir diretrizes e linhas básicas

⁹⁶ Anexo 4

para a implementação dessas políticas, com a finalidade de reestruturar a coordenadoria de feiras e mercados da SESP, tornando-a autosuficiente no sistema de abastecimento e distribuição de alimentos do município. Esta reestruturação teve os seguintes objetivos: modernização e ordenamento do comércio ambulante da cidade; geração de empregos; definição de uma política pública de abastecimento; valorização da qualidade de vida da população com elevação do seu nível de saúde e redução de custos com esta.

Em novembro do mesmo ano, foi elaborado o segundo Anteprojeto de Planos para Implantação de Políticas de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos para a cidade do Salvador, agora visando à descentralização político-administrativa das ações. Nesse momento, a ênfase era dada nas Administrações Regionais, aumentando a responsabilidade dos órgãos governamentais locais na produção e distribuição de serviços de ordenamento urbano.

No ano seguinte, em novembro, foi elaborada a Cartilha Feirante Cidadão, como parte do programa D-Olho na Qualidade, implantado na Feira de São Joaquim. Este programa baseava-se no método japonês 5S (5 sentidos: utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina).

Em fevereiro de 1999, a mesma equipe elaborou o Plano de Metas para implantação de política de abastecimento alimentar em Salvador: feiras móveis, mercados municipais e sub-centros de abastecimento. Nesse plano, propunha-se a retomada dos circuitos de feiras livres na cidade, a implantação dos sub-centros de abastecimento nas localidades de Itapuã/Narandiba/Uruguai e um entreposto de pescados e mariscos no Mercado Popular.

Em relação às feiras livres, este documento tinha as seguintes diretrizes: desenvolver programas de treinamento e de financiamento para a criação de vocação empresarial nos feirantes e demais permissionários; desenvolver, junto com o Estado, programas assistenciais de abastecimento às comunidades de baixo poder aquisitivo, identificar áreas potenciais para

implantação de atividades de abastecimento às comunidades de baixa renda, como as feiras livres; revitalizar a imagem da Administração Municipal e do comércio de alimentos através da rede de feiras e mercados municipais.

Em 2001, como continuidade desse processo de reestruturação da política de abastecimento do município, foi elaborado o Projeto para ordenamento da Feira do Japão.

Este projeto foi proposto a partir do seguinte diagnóstico situacional:

- feira de caráter permanente;
- bancas de compensado, sem pintura e de dimensões variadas entre 1,5m a 5m, com cobertura em lona plástica, na cor preta, utilizadas como equipamento e que permanecem fixas no logradouro;
- feira alvo de diversas ações de intervenção interrompidas, o que causou descrédito dos feirantes em relação às ações públicas .

Na época, os principais problemas levantados em relação ao comércio informal foram:

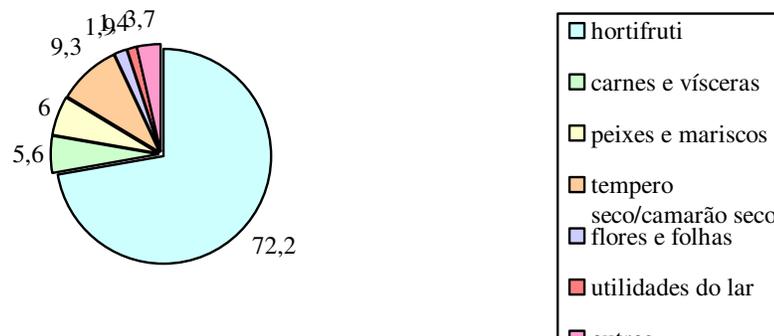
- lixo produzido depositado a céu aberto, o que dificulta a varrição e coleta, causando proliferação de insetos e roedores, foco de inúmeras doenças, além de obstruir a rede pluvial;
- desorganização da feira;
- trabalhadores com mais de um ponto de trabalho;
- falta de padronização, comercialização de produtos em carros de mão e em lonas estendidas no chão;
- ocupação do logradouro público e prolongamento da feira para a Rua Lima e Silva, ocupando passeios e o ponto de ônibus, obstrução do acesso as casas comerciais;
- precárias condições de higiene e conservação na comercialização de mariscos e frutos do mar, carnes, vísceras.

Em relação ao comércio formal, os principais problemas levantados foram:

- atividades dos estabelecimentos formais, principalmente os açougues, se estendem para fora dos seus domínios, competindo com o comércio informal;
- inexistência de sinalização com obstrução de ruas e transversais com a descarga de produtos e acúmulo de equipamentos.

A composição da feira, no período de implementação do ordenamento, encontra-se na Figura 5, onde observa-se que o maior número de feirantes cadastrados na SESP no período comercializava hortifruti (72.2%).

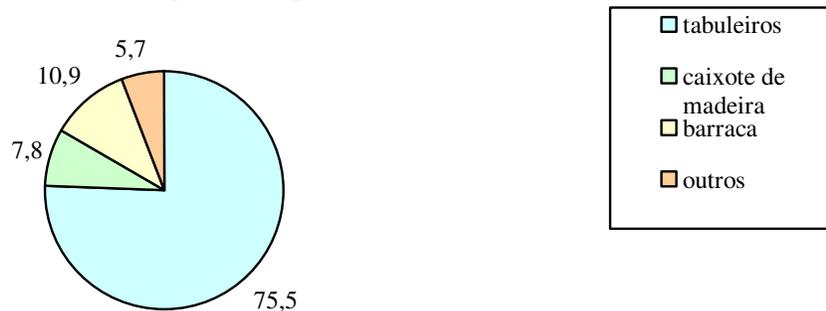
Figura 5- Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo tipo de produto comercializado, no período de implantação do ordenamento, 2002



Fonte: SESP/ Coordenação de Feiras e Mercados (CFM)

Na figura 5, pode-se observar que no cadastro da SESP, realizado no período do ordenamento da feira, 5.6% dos feirantes cadastrados diziam vender carnes e vísceras. Esse dado chama a atenção, pois a SESP refere que não é concedida licença de feirante para vendedores de carnes.

Figura 6- Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, no período de implantação do ordenamento, segundo forma de equipamento utilizado para exposição dos produtos, 2002



Fonte: SESP/ CFM

Na Figura 6, pode-se verificar que a maior parte dos feirantes expunha seus produtos em tabuleiros ⁹⁷(75.5%). Desta forma, a padronização da forma de exposição dos produtos veio a interferir diretamente não apenas na estética da feira, mas na prática de venda dos feirantes. Os produtos comercializados no local passariam a ser dispostos em barracas pequenas, com estrutura de metalon de 1,50m X 0,80cm, com cobertura e saíote em lona bagem verde, substituindo os pequenos balcões de madeira. Essa era a estrutura padrão definida pela SESP para todas as barracas das feiras livres da cidade; e era cedida aos feirantes a título precário, após assinatura de contrato de empréstimo. Segundo este contrato, o feirante era responsável por: zelar pela manutenção da barraca, trocar a lona e cobertura, não ceder ou alugar o equipamento sem anuência da SESP e devolvê-lo quando solicitado. As bancas seriam montadas em lotes previamente demarcados e numerados no chão.

Além das ações educativas, esta proposta de intervenção incluía melhorias na estrutura física da área, como: pavimentação asfáltica, obras de saneamento e recuperação de passeios e meio-fio, implantação do armazém, padronização dos equipamentos, setorização do comércio, implantação do abrigo de ônibus e sinalização das ruas e setores. Suas metas eram:

⁹⁷ Peça de madeira muito utilizada pelos vendedores de rua para expor produtos

redefinição dos dias e horários de funcionamento da feira, a qualificação e capacitação dos feirantes, o ordenamento e organização da feira dotando-a de um modelo de gestão auto sustentável. Cabe ressaltar que as melhorias das condições higiênico-sanitárias do local e das condições de armazenamento e conservação dos produtos não eram consideradas metas desta intervenção.

Nesta época, assim como hoje, a feira funcionava com um comércio aberto e fechado, em uma única rua, a Rua Gonçalo Coelho, onde não passa carro. As barraquinhas se instalavam na via pública, na porta do comércio formal e das residências, deixando um estreito corredor para o trânsito das pessoas.

O principal objetivo das ações de ordenamento da feira era desobstruir a Rua Lima e Silva, com a transferência de todos os feirantes que atuavam nas calçadas desta rua para o interior da feira, que se limitaria à Rua Gonçalo Coelho⁹⁸.

O ordenamento da Feira do Japão ocorreu há aproximadamente 3 anos e baseou-se na metodologia da Gestão Participativa. A sua execução se deu através de uma parceria de vários órgãos, como:

- SESP⁹⁹ e VISA¹⁰⁰, reponsáveis pelas ações de cunho educativo
- LIMPURB, cuidado com o lixo;
- SEBRAE, noções empresariais;
- Centro de Controle de Zoonose, informações sobre o controle

de vetores.

⁹⁸ Anexo 4

⁹⁹ O principal foco dessas ações era informar os feirantes acerca das exigências da legislação que os regulamenta, o Decreto 11.611 de 16 de maio de 1997

¹⁰⁰ Responsável pelas informações acerca da higiene pessoal e cuidados com os alimentos, manipulação de alimentos, comercialização e conservação de carnes, vísceras, mariscos e peixes;

O ponto central das ações educativas era o curso de capacitação dos feirantes, que tinha como objetivo dotá-los de uma visão profissional, desenvolvendo seu caráter empresarial. O curso foi estruturado em 20 horas-aula, distribuídas durante o mês de junho de 2002 e abordou os seguintes temas: descarte de lixo e limpeza, organização do espaço, higiene, ordem mantida, cliente, atendimento e vendas, como comprar e vender melhor, discussão e distribuição das Legislações de Feira, SESP-campo de atuação, outras secretarias - campo de atuação, ações para cidadania.

No encerramento do curso, os feirantes recebiam as barracas padronizadas. Foram entregues barracas novas e padronizadas a duzentos e cinquenta e nove feirantes. O Sindicato dos Feirantes instituiu o uso de um uniforme pelos feirantes: um boné e um jaleco em cor verde com o nome Feira do Japão e a inscrição do Sindicato dos Feirantes. O uso deste uniforme tinha o intuito de padronizar e facilitar a identificação das pessoas que trabalhavam no local.

Segundo o Projeto de Ordenamento da Feira do Japão (SESP), todo esse processo ocorreria com a participação da comunidade, através de reuniões e encontros realizados com representantes da Prefeitura Municipal de Salvador, da comunidade local, do conselho de segurança do bairro, da Polícia Militar e Sindicato dos Feirantes. As reuniões ocorreram com a participação dos órgãos citados e com representantes dos feirantes e do sindicato. Cabe ressaltar que, em estudo preliminar, observei que a maioria dos feirantes e dos consumidores estavam descontentes com o processo de ordenamento da feira e com as mudanças ocorridas no local.

VII - *Atores*

▪ **Consumidor**

Ao chegar ao local, um fato que chama a atenção é a grande quantidade de homens; eles estão vendendo, em grupos conversando, jogando dominó, bebendo nos bares ou apenas observando o movimento. Há mais homens do que mulheres na feira.

Geralmente as mulheres estão mais apressadas. Elas vão diretamente à banca que lhes interessa, com o intuito de realizar suas compras; enquanto, os homens permanecem mais tempo na feira, eles frequentam o local mais pelo aspecto social do que comercial.

O fluxo de pessoas ocorre nos dois sentidos (foto 39). Como o corredor formado pelas barracas é estreito, nos dias de sábado, quando o fluxo é mais intenso, há um congestionamento de pessoas. Isso ocorre, principalmente, quando há passagem de carro de mão.



Foto 39: Fluxo de pessoas, Feira do Japão, 22/10/05, manhã

As pessoas que circulam na feira sempre estão com pressa e se movimentam com rapidez. As bancas se apresentam como uma vizinhança, onde as pessoas se encontram e conversam. A Feira do Japão é apenas um local para a aquisição de produtos. Como se localiza em uma rua residencial, muitos dos seus frequentadores são pessoas que pararam seus

afazares domésticos para irem ali adquirir produtos, que serão utilizados no preparo da próxima refeição.

A rua-feira também serve de acesso para a Rua Lima e Silva, principal rua do bairro, assim, muitos dos que ali estão, apenas vão trabalhar, ir a um ônibus; não estão ali para comprar e sim para utilização da Rua Gonçalo Coelho.

A relação de amizade entre o feirante e o comprador e os preços dos produtos são aspectos decisivos na escolha do local de compra. Normalmente, os consumidores compram nas mesmas bancas, onde são reconhecidos como *fregueses*.

Os produtos são escolhidos pelo seu aspecto de frescor, *beleza*; fatores como condições de armazenamento e aparência da barraca têm menor peso no momento da escolha.

Durante as conversas com os consumidores e pessoas que frequentam a feira, um fato que chamou a atenção é que eles hesitam em assumir que compram na feira. Para eles, comprar na Feira do Japão é associado à pobreza, à inferiorização social. Destarte, quem vai para feira é *pobre, quem gosta de sujeira e lama*, como foi dito pelo Presidente do Sindicato dos Feirantes. Assim, as pessoas entrevistadas tinham certo receio em assumir esse costume e sempre salientavam que iam à rua onde estava a feira, mas frequentavam mais o mercadinho. Cabe ressaltar que algumas delas, depois de muita insistência, assumiram que compravam carne, mas nos açougues. Outras disseram que compravam na feira frutas e que as outras coisas eram compradas nos supermercados, devido à facilidade de pagamento e não devido às condições de higiene.

▪ Feirante

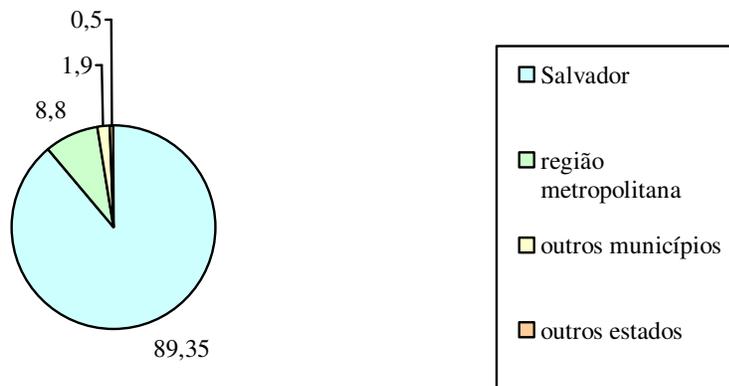
Assim como outros feirantes, os feirantes da Feira do Japão são pequenos revendedores que têm na comercialização de mercadorias seu meio de subsistência. As bancas

não têm grande quantidade e variedade de produtos. Segundo o Presidente do Sindicato dos Feirantes, a Feira do Japão:

(...) é uma feira diferente da Feira de São Joaquim e das [Feira] Sete Portas. No Japão, os feirantes são permissionários, eles não são donos de nada e estão sob às ordens da SESP. Eles não pagam nada para estar, vendem para sua subsistência. Geralmente são pequenos feirantes, um comércio familiar, toda a família ajuda na venda e na barraca. O feirante permissionário é o feirante que trabalha com equipamento menor, são informais mesmos e são permissionários da prefeitura. Ser feirante para ele é uma tradição, seus filhos, sua esposa são feirantes, como uma tradição familiar.

Eles são geralmente oriundos de Salvador (89.35%) e região metropolitana (8.8%)- Figura 7, e vêm à Feira do Japão para vender produtos que lhe são acessíveis, não são produtores, apenas revendedores. A maioria tem mais de 15 anos vendendo no mesmo local e tem pais, irmãos ou algum parente vendendo na feira o mesmo produto.

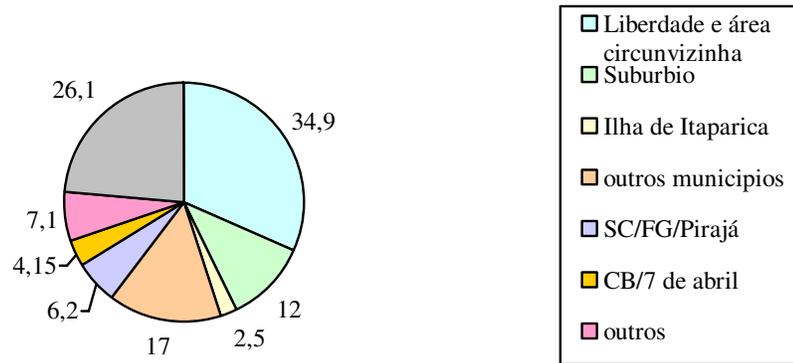
Figura 7 -Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo região de procedência, 2002



Fonte: SESP/CFM

A maior parte dos feirantes mora no próprio bairro ou áreas circunvizinhas (34.9%), mas é grande também o número de feirantes que residem na região do Subúrbio Ferroviário (12%), geralmente, estes são vendedores de pescados, que adquirem seus produtos dos pescadores da região e os trazem para serem vendidos na feira. Um ponto que chama a atenção é o percentual de feirantes que residem em outros municípios (19,5%)-Figura 8.

Figura 8-Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo local de residência, 2002



Fonte: SESP/CFM

Fisicamente, a maioria das pessoas que circula no local é gorda, tanto feirantes quanto consumidores. Os feirantes estão geralmente sujos, não se percebendo uma preocupação com a aparência. Mesmo as mulheres, estão despenteadas, sem acessórios, com mãos, roupas e unhas sujas e, muitas vezes, com roupas rasgadas.

Normalmente, os homens estão sem camisa e com o corpo suado. Não vi nenhum feirante com o fardamento que antes era usado. A maioria dos homens fica nua da cintura para cima ou com a camisa aberta.

Segundo dados da SESP (Figura-9), quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos feirantes cadastrados no período do ordenamento possuía Ensino Fundamental completo (52.91%). O percentual de analfabetos era pequeno, apenas 8.7%. Esse dado chama a atenção, pois uma das queixas mais recorrentes entre os fiscais da SESP e da VISA é a dificuldade de compreensão dos feirantes acerca da legislação e das orientações dadas durante a fiscalização.

Com o intuito de padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas de educação dos países-membros, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

Cultura - UNESCO propôs o uso do termo alfabetização funcional para definição da alfabetização. Segundo esta definição, alfabetização funcional é a suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade (UNESCO, 1978). A avaliação do nível de alfabetização funcional varia entre os países; no Terceiro Mundo, normalmente, identifica-se o alfabetizado funcional como o indivíduo com três ou quatro anos de estudo (LODOÑO, 1991).

A escola é a principal responsável pelo desenvolvimento da capacidade de processar as informações escritas. O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística- IBOPE, através do Instituto Paulo Montenegro, utiliza o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) para avaliar as habilidades de leitura e escrita dos brasileiros. Os resultados do INAF confirmam que, sem o ensino fundamental completo, é baixa a probabilidade de consolidar um nível pelo menos básico de alfabetização¹⁰¹. Já o nível pleno de habilidades só é majoritário (57%) na população com pelo menos ensino médio (11 ou mais anos de estudo).

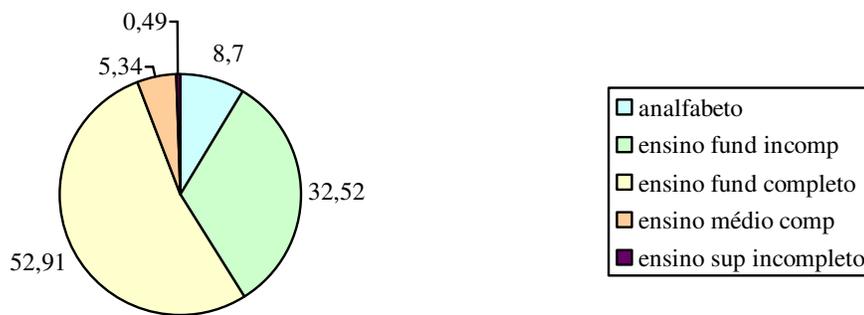
Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a taxa de analfabetismo funcional é de 32%; no Nordeste 49,7%. Na Bahia, mais da metade da população de 15 anos ou mais de idade é analfabeto funcional (51,7%). Dados do Instituto Paulo Montenegro, obtidos em um estudo realizado em 2005, demonstram que somente 26% da população brasileira têm domínio pleno das habilidades de leitura e escrita. De acordo com os dados desta pesquisa, entre os indivíduos que têm 8 a 10 anos de estudo (o equivalente ao ensino fundamental), 51% conseguem ler um texto curto, localizando uma

¹⁰¹ O INAF cria 4 categorias para avaliação das capacidades de leitura : Analfabeto – Não consegue realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases; alfabetizado Nível Rudimentar – Consegue ler títulos ou frases, localizando uma informação bem explícita; Alfabetizado Nível Básico – Consegue ler um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência; alfabetizado Nível Pleno – Consegue ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes

informação explícita ou que exija uma pequena dedução e 32% conseguem ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes.

A SESP não considerou este indicador para avaliação do nível de compreensão dos feirantes, os dados apresentados na figura 9 apenas referem ao nível de escolaridade declarado pelo feirante no momento do seu cadastramento¹⁰².

Gráfico 9- Distribuição percentual dos feirantes da Feira do Japão, segundo escolaridade, 2002



Fonte: SESP/CFM

Em relação ao gênero, há mais feirantes homens do que mulheres, alguns comércios são quase exclusivos dos homens, como os de carnes e vísceras e de folhosos. Em geral, as mulheres vendem pescados, condimentos, frutas, carimã¹⁰³ e produtos de caruru¹⁰⁴. Em relação à idade, apesar de haver algumas crianças, a maioria dos feirantes é idosa, principalmente as mulheres.

As crianças¹⁰⁵ que circulam na Rua Gonçalo Coelho ajudam consumidores a carregar as compras ou acompanham seus pais. Durante o período de observação, verifiquei duas crianças responsáveis por bancas. Uma delas trabalha na feira ajudando uma feirante de

¹⁰² O feirante não tinha que apresentar certificado que comprovasse a informação declarada

¹⁰³ Massa azeda de mandioca, mole, reduzida a bolos secos ao sol

¹⁰⁴ Camarão seco, amendoim e castanha torrada e azeite de dedê

¹⁰⁵ Entende-se por crianças os indivíduos com idade inferior a quatorze anos

pescados, a outra ajuda a mãe que tem na feira uma banca de frutas. Além dessas crianças, havia cinco outras que circulavam ajudando consumidores a carregar as compras.

Para os feirantes, a banca é uma extensão da sua casa, ela é um local reconhecido como seu. Sempre se pode ver pessoas cochilando, apoiadas nas bancas, fazendo unhas, comendo, conversando com amigos.

Poucos feirantes cuidam da arrumação e limpeza da banca. Geralmente, são os feirantes de condimentos os que denotam um maior cuidado com a arrumação e disposição dos produtos.

Não percebi estratégias de venda entre os feirantes. As bancas não são montadas de forma atrativa. Os feirantes ficam a maior parte do tempo conversando entre si, ou descansando, apoiados nas bancas, enquanto aguardam a chegada de compradores.

Nas conversas com os feirantes da região, percebi que a higiene e a limpeza são palavras utilizadas para atrair freguesia. Quando adotam práticas de higiene, esta ação reflete uma estratégia de marketing e não um cuidado para evitar a contaminação dos alimentos que manipulam.

Durante as conversas, chamou a atenção o fato de a maioria dos feirantes entrevistados referir que comprava carne no mercado, porque lá a higiene era melhor. Muitos dos feirantes, com os quais se estabeleceu uma conversa, relataram que achavam a feira suja. Eles salientavam, contudo, que sua banca era limpa, e que preferiam comprar carnes nos açougues e mercados de outros bairros, pois lá a limpeza e a qualidade dos produtos eram melhores. Um feirante de carnes, inclusive, referiu que tinha noção da precariedade das condições em que vendia seu produto, mas se ele mudasse a forma com que trabalhava, as pessoas não iriam comprar. Segundo ele, as pessoas que vão à feira esperam encontrar os produtos expostos à temperatura ambiente, em mesas de madeira.

a) Feirante de carnes

Os açougueiros estão sem camisas ou com esta completamente aberta (foto 40). Eles permanecem a maior parte do tempo com pele, roupas e unhas sujas de sangue. Apenas um açougueiro, que vende ossos, foi visto com a roupa limpa e aparência bem cuidada.

Normalmente, os feirantes de carnes são proprietários de açougues (estabelecimento formais) na rua que expõem produtos em bancas montadas no logradouro público, na frente de seus estabelecimentos. Alguns são moradores da própria rua ou do bairro. Este setor é predominantemente masculino.

Os comerciantes de carnes foram os mais difíceis de se entrevistar. Os poucos que permitiram uma entrevista respondiam às perguntas com monossilábos, impedindo a fluência do diálogo.



Foto 40: feirante de carne, Feira do Japão, 05/03/05

b) Feirante de vegetais

Segundo o Presidente do Sindicato dos Feirantes, (...) *na Feira do Japão os feirantes mais fortes e mais resistentes são os feirantes de frutas que ficam na frente* [entrada da Rua Gonaçalo Coelho].

Há tanto mulheres quanto homens vendendo vegetais, contudo, no caso dos folhosos há mais homens (foto 41).



Foto 41: feirante de folhosos, Feira do Japão, 16/03/04

Os feirantes de vegetais geralmente são parentes, um pai que monta outra banca para o filho, ou membros de uma mesma família que vão juntos para a feira, cada um com sua banca.

Esse comércio é o que tem maior número de jovens, ou auxiliando os pais ou como responsáveis por sua própria banca.

Dentre esse grupo, os que apresentam melhor aparência e possuem bancas mais arrumadas são os vendedores de condimentos (foto 42).



Foto 42: banca de condimentos e azeite de dendê, Feira do Japão, 11/12/05

c) Feirante de pescados

De um modo geral, este comércio é feito por mulheres oriundas de Salinas (Itaparica) ou de bairros dos Subúrbios de Salvador, como Periperi, Coutos, Paripe. Algumas, além de ter sua banca, montam outra para os filhos.

Eles diferenciam-se dos vendedores de carne vermelha, por apresentarem maior cuidado com a aparência.

Apenas são vistos feirantes de pescados na feira às quartas, sextas-feiras e sábados. Diferente dos demais, que ficam na feira durante todo o dia, eles chegam por volta das 7:30h e permanecem até aproximadamente 13:30h.

d) Ambulantes

Além dos feirantes com banca montada, há pessoas circulando na feira; ou vendendo lanches, como salgados, picolés, mingau, sucos e água em sacos plásticos, ou vendendo mariscos em caixas de isopor (foto 43), ou verduras em carrinhos de mão.

Há também pessoas vendendo refeições para os feirantes; são moradores do local que vendem almoço com pagamento mensal. A comida é sevida na barraca e os feirantes comem enquanto vendem .



Foto 43: caixa de isopor onde são comercializados mariscos, 16/03/05

▪ **Fiscal de Controle Sanitário**

Em 2003, o bairro da Liberdade foi incluído no processo de descentralização da Vigilância Sanitária. O bairro está sob a responsabilidade da equipe de técnicos do Distrito Sanitário da Liberdade. Atualmente, esta equipe é composta por cinco profissionais de nível superior, sendo uma coordenadora, com formação em Medicina Veterinária, três Nutricionistas e uma Médica Veterinária. Eles são responsáveis pelas atividades de fiscalização e controle dos estabelecimentos formais das áreas de: alimentos, hospedaria, estabelecimentos de interesse à saúde, serviços médicos e odontológicos e a Feira Livre do Japão.

De acordo os fiscais da VISA, não há uma ação específica da Vigilância Sanitária para a feira. Quando os técnicos vão à Rua Gonçalo Coelho, eles desenvolvem um trabalho educativo e fiscalizatório apenas com o comércio formal da região. No entanto, um dos fiscais relatou que nestas visitas, eventualmente, ele inclui os feirantes nas atividades educativas que desenvolve.

Nas entrevistas dos feirantes não há referência a Vigilância Sanitária, apesar desta ter atuando junto a eles, nas aulas que precederam o ordenamento da feira. A fiscalização, para esse grupo de atores, é representada através da SESP (Secretaria de Serviços Públicos). O *rapa*, como é conhecida, incorpora o poder estatal para os feirantes da Feira do Japão:

(...) O rapa acabou, mas não sei dizer porque. Acho melhor assim, porque antes ele tirava a banca da gente da rua, pra deixar ela livre. Foi o governo que tirou as bancas da rua da frente [referindo-se a Rua Lima e Silva] (F19)

Conforme o Código Municipal de Saúde, as feiras livres são objeto de ação da VISA, no entanto, na dinâmica da instituição, esta ação não vem sendo desenvolvida como preconizado. Observa-se, nos discursos dos Fiscais de Controle Sanitário, que sua ação se limita ao comércio formal da Rua Gonçalo Coelho. E, quando esta se dá junto aos feirantes, ocorre de forma pontual, como parte de um programa especial. Desta forma, a fiscalização das feiras livres e mercados vem ficando sob a responsabilidade da SESP, que centra suas ações no ordenamento das vias e logradouros públicos.

O referido código prevê uma articulação da Secretaria Municipal de Saúde com órgãos responsáveis pela regulamentação dos serviços públicos e de ordenamento do solo, como a SESP, a fim de obter consenso no licenciamento das atividades que lhe são sujeitas, mas esta não ocorre.

As ações da Secretaria Municipal de Saúde nas feiras livres não vêm ocorrendo da forma preconizada na legislação, havendo omissão em muitas situações. O profissional de vigilância sanitária parece ter uma postura elitista e pouco consciente da realidade do comércio de alimentos nos setores mais pauperizados da cidade.

▪ **Agentes de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Público**

Até setembro de 2004, ainda havia fiscais da SESP na região da Feira do Japão, eles ordenavam o comércio da área; impedindo a tomada das calçadas da Rua Lima e Silva pelos feirantes; controlando a setorização da feira, o uso dos equipamentos e do fardamento e o cumprimento do horário de funcionamento. Estes profissionais atuavam diretamente com os feirantes, não apenas concedendo licença, mas também fiscalizando, orientando e atuando. Eles circulavam por toda a extensão da feira, inclusive a Rua Lima e Silva, mas permaneciam, a maior parte do tempo, no Armazém do Japão. Entretanto, durante o período de observação, a SESP não estava mais atuando na Feira do Japão.

De acordo com informações da SESP, os fiscais foram retirados da Feira do Japão por questões políticas. O antigo governo era marcado por uma forte fiscalização e repressão ao comércio ambulante. Suas ações centravam-se no ordenamento dos espaços informais como a feira. Durante o período de campanha política¹⁰⁶, o seu concorrente, atual prefeito, anunciou no horário de propaganda eleitoral, que entre suas propostas de governo estava o relaxamento

¹⁰⁶Referente à eleição municipal de 2004

das ações de fiscalização intensa do comércio informal, dando maior liberdade de ação aos ambulantes. Assim, para não perder votos, o antigo prefeito, durante a sua campanha de reeleição, também cedendo a pressão de vereadores e representantes do Sindicato dos Feirantes, retirou os fiscais da SESP da Feira do Japão.

Cabe ressaltar que esta retirada coincidiu com o momento em que os fiscais estavam bastante descontentes com o papel de seus coordenadores junto à equipe e aos feirantes. Segundo relatam, colegas foram agredidos por feirantes; um feirante, inclusive, mostrou seus genitais a um fiscal e a coordenação do setor de feiras da SESP não adotou nenhuma medida repressiva contra ele.

Sem a fiscalização, o logradouro público foi invadido pelos feirantes. Os feirantes se espalharam pela Rua Lima e Silva, não se restringindo mais à Rua Gonçalo Coelho. Além disso, as barracas armadas nas calçadas da Rua Gonçalo Coelho desceram para a via pública e aumentaram o seu tamanho, o que reduziu o corredor de trânsito. Não há mais uma setorização e organização do espaço da feira e uma padronização dos equipamentos utilizados pelos feirantes.

Em 8 de abril de 2005 foi realizada uma ação da SESP, através da Coordenação de Licença de Funcionamento (CLF), da Coordenação de Feiras e Mercados (CFM) e da Secretaria e Coordenação de Planejamento, juntamente com o representante do Administração Regional (AR) e do Sindicato dos Feirantes. Esta ação teve o objetivo de avaliar a situação da região e retomar o antigo projeto de ordenamento da feira. A SESP decidiu verificar a situação da área, após inúmeras reivindicações da população local, que se sentia incomodada com a tomada do ponto de ônibus e das calçadas da Rua Lima e Silva pelos feirantes da Rua Gonçalo Coelho.

O Secretário da SESP, os coordenadores das referidas coordenações, o presidente do Sindicato dos Feirantes e o diretor da AR estavam presentes na visita. Neste momento,

observei que a preocupação da SESP era muito mais o ordenamento do espaço público, do que as melhorias das condições sanitárias da feira. Apesar da Feira do Japão ser o objeto desta ação, a vistoria se concentrou mais no comércio informal instalado por toda Rua Lima e Silva, pois segundo o Secretário da SESP (...) *na feira não tem tanto problema, a situação na Lima e Silva é bem mais grave.*

Notei um distanciamento entre a SESP e o Sindicato dos Feirantes; as ações não eram discutidas com o sindicato; seu presidente foi convidado apenas como facilitador da entrada da SESP na feira, e não como parceiro.

Enquanto a preocupação do sindicato era a melhoria das condições do ambiente de trabalho dos feirantes e a defesa de seus interesses, a preocupação da AR era sua promoção política e a preocupação da SESP era o ordenamento do solo, do espaço público, pois este causava descontentamento aos moradores da região e era fruto de constantes reclamações à secretaria.

Os feirantes, ao serem questionados pelo secretário da SESP acerca dos motivos pelos quais tomaram as calçadas da Rua Lima e Silva, disseram que isso ocorreu devido à queda de movimento na feira.

A equipe técnica que realizou a visita não discutiu estratégias para melhorias da situação higiênico sanitária, das condições de exposição de produtos, do saneamento da região. O foco das discussões foi a revitalização do armazém e da feira, como forma de manter os feirantes nos limites da Rua Gonçalo Coelho. Verificou-se, nas conversas ocorridas neste momento, uma preocupação em limitar os feirantes da Rua Gonçalo Coelho, retirando-os, assim, dos espaços de maior visibilidade, como a Rua Lima e Silva.

Todas as tentativas de ordenamento se caracterizaram como estratégias para confinamento dos feirantes em um local de pouca visibilidade, onde não eram vistos e não

abalavam a imagem de organização do bairro. Na proposta do ordenamento não se verificou uma preocupação com o bem-estar dos feirantes e frequentadores da feira.

Desta forma, na minha compreensão, a invasão da Rua Lima e Silva pelos feirantes, muito mais do que uma busca por freguesia, foi um movimento de resistência a estas ações que lhes foram impostas. Ao sair dos limites da Rua Gonçalo Coelho, eles obrigaram as pessoas que os vissem, marcaram a sua presença, invadindo os espaços que lhes eram interditos pelo poder público. Extrapolaram, assim, os limites que lhes eram impostos e foram à rua, buscaram sua visibilidade em um contexto de opressão e descaso.

Em agosto de 2005, após quatro meses desta ação, a SESP retornou à Feira do Japão; mas concentra-se apenas na entrada da Rua Gonçalo Coelho, na esquina com a Rua Lima e Silva. Segundo o coordenador do CFM (Coordenação de Feiras e Mercados), este retorno se deu com o intuito de impedir que os feirantes invadam o logradouro público. Até o momento, não há uma ação específica da SESP direcionada aos feirantes da região.

▪ **Varredor e Coletor de lixo (Vega)**

Como foi referido anteriormente, há três funcionários da VEGA destinados à limpeza da Rua Gonçalo Coelho, eles trabalham no turno vespertino. Fica a cargo da LIMPURB apenas a lavagem da rua. A empresa disponibiliza para esta atividade um caminhão pipa, que chega por volta de 20:00h.

Durante o período de observação, vi três garis varrendo a rua. Eles parecem manter bom relacionamento tanto com os feirantes como com os moradores da região, pois sempre estão conversando com estes. Eles fazem parte do ambiente e transitam livremente pela feira.

Observei que os feirantes responsabilizam os garis pela limpeza e coleta do lixo da área, não os auxiliando nesta atividade. Nos discursos dos garis, notei um descontentamento com esta situação. Eles acham que os feirantes não contribuem com a limpeza do local,

porque acham que essa é obrigação dos garis. Mostram-se descontentes também com a forma como são tratados pelos feirantes, como pode ser observado neste discurso:

(...) A principal dificuldade daqui da feira é fazer com que as pessoas compreenda o nosso esforço para manter o asseio, e também compreender o nosso trabalho, porque é um trabalho. Apesar das pessoas ignorar, achar que nós, por estar fazendo aquele trabalho, somos ignorantes, analfabeto, por conta disso. Eles não respeitam a gente, por mais que a gente faça de tudo para eles aceitar e considera,, mas eles só vêem o lado negativo. Tem gente que até joga lixo no chão e ainda diz, se a gente joga na caixa vocês não vão ter trabalho. (G3)

VIII - Práticas de Higiene

Durante os dias de observação, percebi poucos cuidados com a higiene dos alimentos e dos próprios feirantes. As situações descritas a seguir podem demonstrar essa falta de cuidado com os alimentos:

- Uma feirante tira bagos de jaca com as mãos e os coloca em sacos para venda, as suas mãos estão visivelmente sujas.
- Os feirantes de carnes depositam os ossos para serem limpos e contados no chão, os cachorros ficam lambendo esses produtos, que posteriormente retornam à banca para serem vendidos.
- Uma senhora pára em uma banca para comprar coco, o feirante quebra a fruta, leva à boca, bebe a sua água e a entrega para a cliente, que o compra.
- Alimentos são expostos sobre os recipientes de lixo (Foto 44).



Foto 44: pedaços de carne salgados para venda, exposto sobre contêiner de lixo, Feira do Japão, 29/12/05

- Na primeira banca, do lado esquerdo, são vendidas frutas. Esta é uma das maiores, mais arrumadas e variadas da feira. Nela, os feirantes usam luva, mas estas são para proteção pessoal, não denotando um caráter higiênico, pois se pega indiferentemente dinheiro, frutas, lixo com a mão enluvada. A luva é colocada na mão direita, que é usada para receber dinheiro e pegar os produtos. Isso vem a denotar, que seu uso é mais para proteção da mão do feirante do que para proteção do alimento.

- Pessoas cospem e escarram no chão constantemente. Um feirante assoa o nariz com a mão e joga a secreção no chão, ao seu lado. Um feirante coça o corpo (as axilas) com a faca que utiliza para cortar as frutas. Outro limpa o nariz com o dedo na frente de sua banca enquanto aguarda compradores (foto 45).



foto 45: feirante limpando o nariz com o dedo, Feira do Japão, 22/10/05

Não há um cuidado com o acondicionamento dos produtos. Dinheiro e alimentos são guardados juntos e são manuseados com a mesma mão.

Os consumidores também não denotam uma preocupação com a proteção dos alimentos de possíveis fontes de contaminação. Por exemplo, quando compram carnes, estas são guardadas na sacola junto com as frutas. Além disso, as suas compras são constantemente depositadas no chão.

Feirantes e crianças pegam frutas nas bancas e comem sem lavar, os caroços são cuspidos diretamente no chão. Em um dia de observação, presenciei uma feirante, de aspecto sujo, reclamar com uma criança por ela ter comido a maçã sem lavar, denotando assim certa noção de higiene.

Não observei também cuidado com a higiene no momento em que os feirantes estão se alimentando, como demonstra as cenas relatadas a seguir:

- Um açougueiro está almoçando em pé na sua banca, ele come uma fruta que pegou na banca vizinha. Enquanto come, ele vai arrumando os ossos que estão expostos na sua banca. Com a mesma mão com que pega os ossos, ele vai cortando uma banana em pedaços que leva à boca.

- Uma família de vendedores divide o almoço que chega. As pessoas disputam o pedaço de carne, pois, a carne é tida como algo bom. Todos comem na mesma vasilha e pode-se observar a grande quantidade de farinha no prato. É uma vasilha de sorvete, colocada dentro de uma sacola plástica de mercado; a vasilha passa de mão em mão e todos levam uma porção de comida à boca com o mesmo garfo.

- Em um outro momento, observa-se um feirante que está comendo pão. Enquanto atende a um freguês que chega, ele põe o pão na banca suja de sangue da carne exposta para venda. A mesma banca onde expõem seus produtos (carne) é utilizada como mesa para apoio de seu lanche.

- Um outro feirante está comendo; o alimento está em uma vasilha e ele come com as mãos, que estão visivelmente sujas.

- Um açougueiro está almoçando. Ele pega a comida com as mãos e corta a carne que vai comer com o facão que utiliza para cortar a carne que vende e para limpar os osso do boi.

- Sr. Pedro, açougueiro, além dos três açougues que possui na rua e que estão sob a responsabilidade de seus filhos, tem uma banca. Nesta banca, ele vende ossos e pedaços de carne. Como os demais feirantes, ele também come com as mãos. Ele pega a comida com as mãos sujas de sangue da carne que manipula, a vai colocando na boca; trata-se de macarrão, que lhe cai da boca e que ele empurra de volta. Sua roupa está suja da comida que cai de suas mãos e da sua boca. Ele lasca a carne manualmente para facilitar a ingestão do alimento. A vasilha com a comida fica na mesma mesa onde estão expostos os ossos e a carne que vende. A mesa está suja de sangue, que vai se acumulando com o tempo. Ele continua a comer e pega a porção que lhe cai dos lábios e se

mistura com restos de ossos e carnes na banca, e a leva de volta à boca suja de farinha. Ao terminar, ele limpa a boca com o braço. Sua roupa, como sempre, está suja de sangue das carnes com que ele lida. Ele mora acima do açougue, assim, não entendo porque come ali mesmo na banca, naquelas condições. A cena parece normal nesse ambiente.

No cotidiano da feira, o uso de talheres não é comum. Os feirantes que foram vistos comendo, geralmente utilizavam para isso as mãos, mas em uma cena, que foi descrita anteriormente, foi verificado o uso de um garfo, que era compartilhado por um grupo de seis pessoas que dividiam o almoço.

Outras cenas vêm a demonstrar como são as práticas de higiene na Feira do Japão:

- Animais urinam no pé das bancas e isso parece ser comum; pois os feirantes vêm a cena e não tomam nenhuma iniciativa. É como se isto fosse um comportamento normal; um cachorro pára no meio da feira para defecar, as pessoas passam e nada fazem. Algumas, inclusive, pisam nas fezes; um rapaz até as chuta para o lado, na frente da barraca. Após ser pisada diversas vezes, as fezes do cão passam a fazer parte daquele chão.
- Sacos de mariscos caem no chão. O feirante pega o saco e dirige-se à banca do vizinho para lavá-lo, pois estava sujo de lama. Apenas a sujeira visível é retirada e o produto retorna à banca.
- A água utilizada para molhar frutas e folhosos é proveniente dos estabelecimentos fixos; ela está sempre suja e com uma coloração amarronzada.
- Folhas de catálogos telefônicos, diário oficial e jornal são utilizados, em muitas barracas, para embrulhar os produtos comprados e para forrar as bancas onde serão expostas as mercadorias.

- Caixas de papelão são retiradas do lixo, para serem utilizadas como forro para as bancas, principalmente as de carne e vísceras. Caixotes também são pegos no lixo para servir de mesa para exposição de produtos.

- Alguns feirantes não se preocupam sequer em forrar a sua banca. Eles expõem os produtos diretamente na madeira. Esta, normalmente, está suja e bastante desgastada;

- Carnes são expostas em ganchos enferrujados. Nem mesmo os estabelecimentos fixos denotam uma preocupação com a proteção e o acondicionamento dos produtos que comercializam. Nos açougues estabelecidos na Rua Gonçalo Coelho, as carnes ficam dependuradas em ganchos, expostas às moscas e fora da refrigeração.

- Os alimentos que chegam em caixotes, enquanto aguardam o momento de serem postos na banca, são depositados no chão e em cima de poças de água. Alimentos que chegam se misturam com restos de folhas estragadas e lixo.

- Moscas sobrevoam e pousam nas carnes expostas. Há sempre moscas em volta das frutas abertas. As pessoas olham os produtos e os selecionam indiferentes a isso. Alguns feirantes protegem as frutas abertas, como melancia e jaca, com papel filme.

Grande parte das pessoas (feirantes e consumidores) que transitam no local, está sempre comendo algo: frutas, picolés, mingaus, pães, alimentos que são vendidos na feira ou trazidos de casa por familiares ou por eles mesmos.

Alguns aspectos referentes aos hábitos dos atores que frequentam a feira foram observados:

- Consumidores: dirigem-se às bancas certas, vão comprar diretamente no local que é de costume. O preço é o que mais pesa na escolha dos produtos e do local de compra. O segundo fator preponderante é a relação de “freguesia” que se estabelece entre feirantes e consumidores. O aspecto de frescor, a “*beleza*” dos produtos também é considerado. Fatores como condições de armazenamento e aparência da barraca têm menor peso.

- O chão é uma extensão da barraca. Ele serve como apoio tanto para feirantes quanto para consumidores que depositam suas compras no chão enquanto aguardam atendimento ou ajuda dos carros de mão.

- Adjetivos como *feio* e *bonito* são utilizados para identificar a qualidade dos produtos selecionados.

- Os açougueiros mantêm uma relação bem direta com seu produto. Eles alisam as carnes e vísceras com frequência.

- As pessoas que vão comprar carne, no momento da escolha do produto, aproximam-se da banca e mantêm seu corpo afastado da banca. Elas inclinam-se sobre a mesa e escolhem o produto com a ponta dos dedos, pegam-no e o entregam ao feirante, que também o pega com a mão e o deposita dentro de um saco. Já quando vão comprar vegetais, o comportamento é diferente. Elas se aproximam mais das barracas; os produtos são apalpadados com toda mão.

- Muitas pessoas são gordas e as suas roupas evidenciam o excesso de gordura do corpo.¹⁰⁷

IX - **Comércio Formal da Rua Gonçalo Coelho**

De acordo com a SESP, o comércio formal é constituído pelos estabelecimentos fixos com registro na Superintendência de Ordenamento do Solo (SUCOM).

A disposição do comércio formal da rua, descendo pela entrada perpendicular à Rua Lima e Silva, indo no sentido Largo do Japão, encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1 -Distribuição dos estabelecimentos formais localizados na Rua Gonçalo Coelho, segundo tipo de comércio e localização na rua¹⁰⁸

	Lado esquerdo	Lado Direito	TOTAL
Depósitos ¹⁰⁹	2	5	7
Foricultura	0	2	2
Produtos veterinários	1	2	3
Açougues	7	3	10
Loja laticínios	0	1	1
Mercadinho	2	4	6
Mercearia	2	4	6
Bar	5	9	14
Loja de cosméticos	1	0	1
Hortifruti	3	2	5
Pizzaria	0	1	1
Peixaria	1	2	3
Utilidades do lar	1	0	1
Loja de prod. religiosos	2	0	2
Loja de cerâmica	1	0	1
TOTAL	28	35	60

¹⁰⁷ As mulheres geralmente usam roupas curtas e muito justas evidenciando as formas do corpo

¹⁰⁸ Dado coletado em 15 de abril de 2005

¹⁰⁹ Considerei depósito os imóveis da rua que são utilizados pelos feirantes para guarda de mercadorias e equipamentos

Pode-se observar na Tabela 1 que no lado direito da Rua Gonçalo Coelho há uma maior concentração de bares(9) e de depósitos(5). No lado esquerdo há uma maior concentração de açougues (7).

Segundo dados da Vigilância Sanitária do Distrito da Liberdade, os principais problemas do comércio formal da região são: falta de Alvará de Saúde, armazenamento inadequado de produtos, estrutura física necessitando de manutenção.

Um aspecto característico da região é a invasão do logradouro público pelos comerciantes formais; principalmente açougues e mercados, que expõem e limpam seus produtos na via pública. Muitos açougues ainda utilizam cepos, isto é, troncos de madeira utilizados para quebra e limpeza de ossos (foto 46). Cabe ressaltar que a utilização deste equipamento é proibida pela Lei Municipal 5504/99.



Foto 46: feirante utilizando cepo para corte de carnes, Feira do Japão, 28/06/03

X - *NACS- Núcleos de Abastecimento , Comércio e Serviço*

Um dos agentes da SESP entrevistado citou os NACS como modelo de feira ideal.

Segundo ele:

(...) [o NACS] é um local que é novo; é uma área fechada. Nós temos um pessoal[feirantes] que recebeu um curso específico para trabalhar na feira e esse curso é com a nossa fiscalização[SESP]; cada dia mais vai melhorando porque quando a gente pega eles[feirantes] jogando no chão a gente notificamos, fazemos notificação. Nós temos como punir sem ser com apreensão, com a feira livre no meio da rua, que não tem estrutura nenhuma, como certas feiras que vcocê citou aí, como o Japão, ela não tem uma estrutura própria para uma feira, então a feira ali foi criada pelo povo, então se torna difícil. Então no pincípio[a feira livre] tem que ser igual ao NAC que fica em Itapuã (S5).

Os NACS¹¹⁰ correspondem à nova proposta do governo municipal para as feiras livres da cidade. Este projeto foi criado com base no Artigo 7º, inciso XVII da Lei Orgânica e Artigos 189 e 190 da Lei nº 5503/99¹¹¹, com o objetivo de promover ações para implantação da política de abastecimento alimentar no município e desativar a comercialização de produtos perecíveis nos logradouros públicos.

Os NACS são subordinados à Secretaria de Serviços Públicos (SESP). Ele é definido pela legislação que o cria como :

equipamento urbano de perfil estruturante, implantado em edificação específica adequada, com mix de abastecimento, comércio e serviços ajustado à demanda local, contemplando as seguintes áreas:

- I-Central de Abastecimento
- II-Comércio Ambulante
- III-Serviços
- IV-Praça de Alimentação
- V-Feira Eventual (Dec.15.011/04, artigo 3º)

A referida legislação ainda determina que as áreas dos NACS tenham a seguinte destinação:

- I-Central de Abastecimento:
 - a) Boxe- comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos de origem animal (carne, víscera, mariscos pré-cozidos e outros pescados, salgados, defumados e embutidos) e produtos da fazenda;
 - b) Bancada - comercialização de mariscos (in natura), caranguejos, lambretas, ostras, etc;
 - c) Equipamento desmontável - comercialização de produtos típicos, condimentos, hortifrutigranjeiros etc
- II- Comércio Ambulante- instalação em equipamento desmontável para o comércio de confecções, calçados, bijouterias, artigos de armarinho, louças e alumínios, artigos caseiros, utilidades do lar, manufaturados e semi-manufaturados, artesanatos e cerâmicas, folhas medicinais, brinquedos e outros similares;

¹¹⁰ Criado pelo Decreto 15.011 de 01/07/04. D.O.M 05/07/04-Anexo 3.6

¹¹¹ Art 189- As atividades comerciais desenvolvidas nos mercados públicos representam ações integrantes da política de abastecimento do Município, na forma da sua regulamentação;

Art 190- Cabe exclusivamente a Prefeitura aprovar, organizar e fiscalizar a instalação e funcionamento de mercados públicos municipais, em articulação com os órgãos estaduais e federais competentes.

III- Serviços-instalação de serviços de barbearia, sapataria, salão de beleza, conserto de eletrodomésticos, floricultura, conserto de roupa, relojoeiro, copiadora, boboniere, jogos eletrônicos, correios, loteria, caixa automático;
IV-Praça de Alimentação- ocupação de boxe, com infra-estrutura para instalação de: lanchonete, bar, restaurante, pizzaria, sorveteria etc;
V- Feira Eventual- ocupação de área livre, quando existente e disponível, com instalação provisória de equipamento desmontável para o funcionamento de feira de caráter eventual (Decreto Municipal 15.011/04, art 3º)

A administração dos NACS fica sob responsabilidade da SESP, contudo, a legislação que os regulamenta determina que a Secretaria de Saúde execute as atividades de orientação e fiscalização das normas de higiene e conservação dos produtos.

A estrutura física dos NACS (fotos 47 e 48) é composta por áreas de uso comum: áreas de circulação, depósitos e sanitários; e áreas de uso privado: boxes, bancadas e lotes para equipamento desmontável. A utilização desses locais deve ser restrita aos limites determinados a cada área, sendo vedado a ampliação dos espaços ou mesmo a utilização de áreas que extrapolem os limites estipulados.



Foto 47: NACS de Itapuã, área interna, 16/03/06



Foto 48: Vista do NACS Itapuã, área externa, 16/03/06

Os comerciantes que utilizam as estruturas dos núcleos são permissionários da SESP e pagam uma taxa para uso do espaço, além das despesas de água consumida, energia elétrica, material de limpeza e conservação, material de expediente administrativo, serviço de segurança, higiene e vigilância e outros serviços.

Ao assinar o Termo de Permissão de Uso, esses permissionários são obrigados a zelar pela conservação, manutenção, asseio e higiene do boxe ou bancada; cumprir os horários determinados para funcionamento, manter os limites a eles determinados, usar guarda-pó, no modelo padrão tradicional; observar as regras de higiene e saúde pública, no que tange a :

- qualidade e estado de manutenção das mercadorias expostas à venda;
- material e processos utilizados para embrulhos e embalagens

Segundo o artigo 21 do Decreto 15011/04, os permissionários e seus colaboradores que desenvolvem as atividades constantes nos seus artigos 19¹¹² e 20¹¹³ são obrigados a apresentar Atestado de Saúde Ocupacional-ASO, conforme a periodicidade definida pela Vigilância Sanitária-VISA/SMS

O mesmo decreto que institucionaliza os NACS

¹¹² Bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, sorveterias etc

¹¹³ Vendedores de peixes, mariscos e aves, açougues

extingue as atividades de feira livre e comércio ambulante de caráter fixo e permanente, nos logradouros públicos onde tais atividades foram transferidas para os NACS, a partir da entrada em funcionamento dessas unidades (Art. 30).

Assim, na proposta da Prefeitura Municipal de Salvador, os NACS substituem as atuais feiras livres. Essa proposta reflete a imagem que os fiscais da SESP e da VISA têm de uma feira ideal, pois acaba com o caráter informal que caracteriza este tipo de comércio.

XI - *Feira de São Joaquim*

Durante o período de estudo, realizei algumas visitas à Feira de São Joaquim. Essas visitas tiveram o intuito de estabelecer um quadro comparativo entre esta feira e a Feira do Japão.

A Feira de São Joaquim caracteriza-se como um centro de abastecimento para outras feiras da cidade, bem como para diversos estabelecimentos formais.

A feira se estende por uma área de 34.000m² (Foto 49) e é composta por novecentos e vinte e seis boxes fixos e seiscentos e oitenta e nove bancas e cestos. Os boxes são de propriedade dos feirantes e as bancas são utilizadas por permissionários, após assinatura do Termo de Permissão de Uso¹¹⁴. Para uso dos feirantes e consumidores da feira, a Prefeitura disponibiliza cento e vinte e nove sanitários distribuídos por várias ruas.

¹¹⁴ Dado fornecido pela SESP, referente a 12/11/05



Foto 49: Vista panorâmica da Feira de São Joaquim, 28/06/03

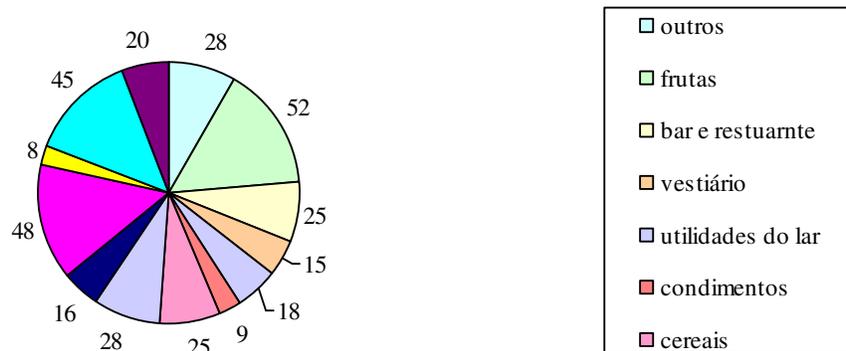
À diferença da Feira do Japão, a Feira de São Joaquim fica contida atrás de muros, em local específico, o que faz com que não seja vista por quem passa pela rua. Os muros separam o espaço da feira do logradouro público. A feira funciona como um grande mercado, subdividido em ruas e quadras. As ruas recebem nomes, geralmente associados ao produto de maior comercialização no local e as quadras são numeradas.

Atualmente, a SESP está na feira fazendo o recadastramento dos feirantes, mapeando o local, identificando e sinalizando ruas, quadras e estabelecimentos. A SESP ainda não tem os números finais dos estabelecimentos que compõem a feira¹¹⁵. Segundo dados obtidos até 20 de janeiro de 2006¹¹⁶, a distribuição dos feirantes na Feira de São Joaquim encontra-se na Figura 10 :

¹¹⁵ Até 20/01/06 a SESP estava na fase de sistematização dos dados e de selagem (identificação das quadras e estabelecimentos)

¹¹⁶ Proprietários de boxes situados na Rua Principal, Área de carga e descarga, 5ª Quadra (Ruas 1, 2, 3 e 4), Quadra 07 (Rua 12), Rua do Muro e Rua do Muro do Exército

Figura 10- Distribuição dos feirantes da Feira de São Joaquim, segundo tipo de produto comercializado, em 12/11/05



Fonte: SESP/CFM/SEDAB

No contato com esta feira, observei que as condições de saneamento do local são tão precárias quanto na Feira do Japão, as bancas são mais arrumadas e há mais especificidade na disposições dos produtos.

Como na Feira Japão, há uma predominância de homens. Questionei alguns feirantes sobre esse fato, e eles referiram que ser feirante é (...) *trabalho de homem porque pega no pesado mesmo*.

Há mais lixo acumulado em volta das bancas e há grande acúmulo de lixo na parte de trás da feira.

Por ser a feira coberta, a luminosidade é pouca, o que torna o ambiente ainda mais insalubre e sujo. Há esgoto aberto e valas onde escorre água e se acumula lixo. As pessoas varrem a área de sua banca e depositam o lixo nessas valas.

Sacos de frutas ficam ao lado do lixo acumulado, no chão. Não percebi uma preocupação com o armazenamento dos alimentos. Como a banca é insuficiente para todas as mercadorias, há muitos alimentos depositados no chão. Vi vários buracos de ratos nas paredes e no chão dos estabelecimentos formais.

Diferentemente do que ocorre na Feira do Japão, o comércio de animais vivos é mais intenso e diversificado. São comercializados bodes, perus, frangos, pombos, coelhos, préas e carneiros. Eles são comercializados para trabalho de ubanda e candomblé¹¹⁷ e para alimentação; e são expostos e armazenados sem nenhuma preocupação com seu bem-estar, como se já estivessem mortos.

Não há uma setorização rígida da feira, apesar de ser observada certa divisão, encontra-se carnes expostas ao lado de frutas e verduras.

A água é tida como instrumento de limpeza, assim ela é utilizada para retirar o lixo do chão e da banca, carregando-o para longe do olhar, para dentro das valas, onde vai se acumulando. A água não é tida como possível fonte de contaminação e sujeira

A SESP fica fora da feira, diferente da Feira do Japão, onde a ação com os feirantes era mais direta. Os fiscais não entram na feira. Sua ação se restringe ao ordenamento dos carrinhos de mão e ambulantes que ficam na área externa, fora dos muros. Desta forma, não há nenhum tipo de fiscalização ou orientação para feirantes. As informações sobre higiene e formas de venda restringem-se a eventos esporádicos, como parte de programas específicos.

Não vi contêiner de lixo na área, o lixo que é recolhido pela LIMPURB fica no chão, na área dos fundos. Há também mais desperdício e maior produção de lixo, quando se compara com a Feira do Japão.

A LIMPURB varre a área enquanto as pessoas jogam sobras no chão. Ao lado do varredor, um homem joga os restos do que está comendo no chão. Outras pessoas jogam restos de folhas de sua banca no chão, segundos após o gari ter varrido o local, ao seu lado.

Na parte da feira onde são comercializadas peças de cerâmicas a limpeza é melhor. Nesse local há um maior fluxo de turistas.

¹¹⁷ Oferendas alimentares dedicadas à divindades cultuadas nesses ritos

A aparência das pessoas é melhor do que na Feira do Japão. Os feirantes denotam mais cuidado com as roupas, com o cabelo e o seu aspecto físico. Eles têm uma aparência menos sofrida do que os feirantes da Feira do Japão.

Na Feira de São Joaquim, a minha presença passa mais despercebida e não tenho a sensação de incômodo que sinto na Feira do Japão, onde os feirantes e consumidores me olham como uma “ estrangeira”. A minha participação na Feira do Japão parece perturbar a ordem do local, as pessoas me olham e me tratam com estranheza. Talvez por haver maior circulação de pessoas externas ao ambiente, inclusive de turistas, os feirantes da Feira de São Joaquim estejam mais habituados ao trânsito de pessoas que vão ali apenas observar o local.

Além de carnes, há vísceras, todas as partes do boi são aproveitadas: olhos, testículos, vísceras, chifres, miolos, rabo, tudo é exposto em uma mesma banca.

Não há uma preocupação em afastar a imagem do animal vivo da sua carne. Os pedaços do animal morto são expostos ainda com pele e mantendo sua forma original. Animais vivos são inclusive presos ao lado da banca, onde estão expostas carne de animais da mesma espécie.

Como na Feira do Japão, os carros de mão são utilizados para transportar gêneros para as barracas, o que vem a dificultar o acesso a determinados corredores.

A Feira de São Joaquim pode ser qualificada como muito suja, sem infra-estrutura básica que facilite seu funcionamento e higienização. O chão é quebrado; falta contêiner de lixo; há poucos pontos de água e o piso dificulta a limpeza. Nenhum critério da legislação é cumprido ou mesmo visualizado.

Na Feira do Japão há mais mistura entre a casa e a feira; esta transgride os limites que lhe são impostos, tornando inevitável que seja vista e sentida a sua presença. Assim, a Prefeitura exerce nela maior controle, no intuito de confiná-la longe dos olhares das pessoas.

A sua proximidade com as casa e a falta de fronteiras entre os dois mundos, o da casa e o da rua , torna a Feira do Japão diferenciada em comparação com as demais feiras fixas da cidade. A Rua Gonçalo Coelho é tida como um prolongamento das casas dos feirantes e consumidores que circulam na feira. Assim, fiscais ou mesmo pessoas estranhas a essa vizinhança são reconhecidas como estrangeiras. Talvez isso venha a explicar o porquê de todos os fiscais da SESP terem identificado o feirante da Feira do Japão como o mais difícil de ser trabalhado e o mais resistente às mudanças.

Segundo Momento : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DOS SEUS FEIRANTES E CONSUMIDORES

“Sou pobre, mas sou limpinha”

(expressão popular)

I - Apresentação

Luckmann e Berger (1998) sustentam que o universo simbólico origina-se a partir de reflexões subjetivas acerca da realidade que cada indivíduo vivencia. Para estes autores, a sociedade é uma realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, e o homem, ao se manifestar, constrói o mundo no qual se exterioriza a si mesmo. Nesse processo, ele projeta na realidade seus próprios significados.

Assim, busco aqui compreender os significados que animam a realidade cotidiana dos feirantes e consumidores da Feira do Japão, a partir do que é exteriorizado por eles, em suas falas.

Ao revelarem suas idéias e compreensões sobre a *higiene*, o *sujo* e o *limpo*, os feirantes e consumidores da Feira do Japão exprimem também sua herança cultural. A *feira* é um espaço cheio de significações e de poderes presentes na vida dos atores que vivenciam esta realidade.

II - A Feira

Para os *feirantes* e *consumidores* da Feira do Japão, a *feira* é o *lugar bagunçado* (F8), *desorganizado* (F27):

(...) A feira é essa bagunça, tudo bagunçado, desorganizado, o povo tá invadindo a rua e nem tem espaço pras pessoas andar. (F8)

A forma como o espaço é organizado, como os produtos são dispostos na banca é vista como algo depreciativo. A *feira* é onde *tudo está espalhado* (F13), isto é, desordenado, onde não há limitações dos espaços individuais. A informalidade da *feira* não é mais vista como uma característica sua, que a identifica no complexo de mercados, mas como uma característica negativa que deve ser superada.

Algumas das declarações feitas pelos feirantes denotam um descontentamento com a atual estrutura da *feira*. Isso é salientado na idéia que eles têm de *feira ideal*, como um local *diferente daqui* (F5). As características pontuadas para a *feira ideal* sinalizam aspectos que desagradam aos feirantes na situação atual da *feira*, como por exemplo, a organização do local. Um feirante diz: [a feira ideal seria] (...) *bem diferente daqui agora; aqui é o contrário do que seria uma feira boa mesmo. [A Feira do Japão] é muito bagunçado e sem higiene* (F5).

Os consumidores também manifestam em seus discursos uma insatisfação com a situação atual da *feira*. Contudo, diferentemente dos feirantes, o seu desejo de mudança não se associa a uma alteração da característica básica da *feira*, mas sim em uma maior aproximação com o ambiente de suas origens, pois espera-se que ela se assemelhe mais às feiras do interior, onde as relações sociais e afetivas são mais intensas.

Aspectos relativos às práticas de higiene da feira são indicados pelos feirantes na sua concepção de *feira ideal*, o que denota uma necessidade de mudança das práticas.

[A feira ideal tem] (...) *tudo organizado, cada um com sua banca, as carnes dentro de balcão, as mesas sem papelão, limpas, com uma fiscalização bem presente, mas dura mesmo, multando quem sujasse a feira, sem cachorros, com espaço pras pessoas andarem e verem as coisas, com esgoto pra água, tudo limpo e organizado* (F14).

Chama a atenção os feirantes esperarem que a *feira ideal* tenha uma fiscalização mais intensa, sendo, inclusive, desejada a maior aplicação de multas. Talvez isso venha a expressar a carência de uma verdadeira ação governamental na feira, denotando o sentimento de abandono que a situação de marginal ao sistema carrega.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão

estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 1999, p.: 22.)

A idéia de *fiscalização dura*(F6), rígida e até de multas no imaginário dos feirantes da Feira do Japão pode significar a necessidade de maior assistência governamental e de inclusão social. O fato da fiscalização retornar à feira significaria que o “governo” está se preocupando com o local e com os atores que nele transitam. A sensação de abandono que os feirantes sentem e tentam expressar nas suas falas é mais dolorosa do que a imposição do poder que se expressa na *fiscalização rígida* (F5).

Para os feirantes e consumidores da Feira do Japão, a *feira* é caracterizada como *lugar de pobre* (F19). A condição de pobreza é reconhecida como algo inerente à condição de feirante e de consumidor de feira. O termo pobre é compreendido não apenas como uma categoria econômica, mas como equivalente a marginal a um sistema que os exclui, que os destitui de valor enquanto cidadãos.

Nos discursos dos feirantes da Feira do Japão, nota-se a falta de esperança e o sentimento de exclusão social que esses indivíduos carregam. Eles se sentem carentes de cidadania, de direitos. A pobreza que aparece nas falas simboliza também a destituição de poderes.

Cabe salientar que a idéia de *feira ideal*, presente nos discursos dos feirantes da Feira do Japão, configura como um ideal quase que inacessível. Os feirantes, ao mesmo tempo que salientam que na *feira ideal* deveria haver mais multas e uma forte fiscalização, resistem às ações de *ordenamento* que são implantadas na feira. Nas falas dos feirantes surge uma *feira* inacessível a uma condição de marginal, condição esta, impossível de ser superada.

A ação governamental na Feira do Japão é quase que ausente e só se exprime pelo lado negativo, através da repressão, das ações policiais e punitivas. Nesse contexto, os

feirantes não se sentem pertencentes à sociedade, não se sentem cidadãos e não são também tratados como tais, o que aumenta o sentimento de exclusão social expresso nos discursos.

Para eles, a sua situação de pobre os torna invisíveis para o Estado, eles não se sentem vistos. Na sua compreensão, essa invisibilidade justifica o fato de não haver uma intervenção estatal mais direta na feira. Todavia, ao mesmo tempo que esta invisibilidade incomoda, ela também é reforçada, pois eles também não querem ser enxergados. No imaginário desses indivíduos, quando são visto eles são punidos e o medo desta punição impede que busquem sua visibilidade junto ao Estado. Esse jogo torna a relação entre agentes de fiscalização e feirantes ainda mais conflitante e complexa e reforça a posição marginal que os feirantes ocupam na sociedade.

Eles aderem ao estigma da marginalidade com o intuito de reforçar a sua invisibilidade, ao mesmo tempo que lutam para serem vistos.

Os mercados, símbolos do local ordenado, são para a *sociedade*; a *feira*, o *lugar bagunçado* (F8), sem ordem, é o *local de pobre* (F4). *Feira* é o local onde *a gente se vira*¹¹⁸(F5); o trabalho na feira é a *única coisa que o governo permite a gente fazer* (F14). Isso denota a posição de exclusão social com a qual o *feirante* se identifica. *Feira* é onde tenta-se sobreviver; tenta-se resistir às dificuldades impostas: o local, onde busca-se instrumentos de resistência; de luta pela sobrevivência.

Para os consumidores, a feira também é um *local para pobre* (C4), um local desvalorizado socialmente. Desse seu ponto de vista, quem compra na *feira* são pessoas *sem valor* (C5), que ocupam uma baixa posição social. Ao mesmo tempo, a *feira* também significa um *local onde há produtos frescos e limpos* (C1), *local com mais variedade* (C2), *local com preços acessíveis* (C3). A questão de preço é muito valorizada por esta categoria de ator, a

¹¹⁸ No dialeto dos feirantes a expressão “ se virar” tem o significado de improvisar recursos para fazer face a uma situação de dificuldade e precariedade.

única que avaliou a *feira* como um local limpo. Em seus discursos, os consumidores sempre buscam razões para justificar a escolha da *feira* como local de compra de alimentos.

Uma contradição figura nos discursos dos consumidores. Observei que muitos deles tinham certa resistência em afirmar que compravam na *feira*. Isso denota a posição negativa da *feira* dentro do imaginário social de sua freguesia. Apesar da Feira do Japão ser caracterizada como um local *limpo, com variedade, qualidade e bons preços*, verifiquei uma certa resistência em assumir que eles compram neste local que os desvaloriza socialmente, pois *feira* continua sendo lugar de *pobre*, de indivíduos sem valor social. Os aspectos positivos que foram salientados, como *limpeza e higiene do local*, mais do que uma avaliação real, seriam uma tentativa de justificar uma ação, que na sociedade, o diminui enquanto indivíduo: comprar na feira.

Uma das consumidoras, ao ser questionada por que escolhe a *feira* como local para compra de alimentos, responde:

(...) *Na verdade eu não compro na feira propriamente dita, eu compro no mercado. Eu compro nas quitandinhas, e mesmo assim você quer saber por que?(C1)*¹¹⁹

Como a condição de consumidor já era reconhecida no momento da entrevista, eles tentavam através de um jogo elusivo fugir do estigma de “*frequentador de feira*”. Assim, negavam que compravam na *feira* e salientavam que sua presença no local era passageira e fortuita, pois não conseguiam evitar a caracterização negativa da Feira do Japão e o reflexo desta caracterização sobre si mesmo. Essa situação contraditória gera o que Hegel (2001) define como “*consciência infeliz*”, é o imutável que entra na consciência da sua singularidade, trazendo o sentimento da inessencialidade e nulidade, o que gera o sofrimento, neste caso, pela consciência da sua condição imutável e nula .

¹¹⁹ Esta informante é frequentadora da Feira do Japão e foi vista várias vezes comprando nas barracas de frutas e pescados

Hegel diz que “com a consciência de si entramos na terra pátria da verdade” (HEGEL,2001, p.120) e é a conscientização da sua posição de *consumidor de feira*, que os indivíduos entrevistados evitam assumir.

Para Labarrière, a consciência :

sai de si, retorna a si, se precipita, é travada, some, emerge, luta, se exprime, progride, afirma, nega, sofre, morre, crê, sabe, ignora, se divide, se reconhece, nos arrasta numa sarabanda desenfreada, freqüentemente inquieta e de repente apaziguada, se erguendo contra a evidência e cedendo à força das coisas, conhecendo a boa e a má fé, a prisão e o despertar da liberdade, se elevando enfim à sua verdadeira estatura, à atitude forte e modesta deste ‘saber absoluto’ que conhece conceitualmente o mundo sem nada acrescentar-lhe e estabelece uma exigente identidade entre o que é dado e o que é compreendido (LABARRIÈRE, apud HEGEL, 1993, p.22)

Através da valorização da *feira* como local para aquisição de alimentos, os *consumidores* entrevistados tentam fugir do esteriótipo de “consumidor de feira”. Eles negam, omitem, ignoram o que para ele é um estigma social: frequentar a Feira do Japão - *local de pobre*. O fato de frequentar a feira, para este ator, simboliza um estigma¹²⁰ da sua condição de marginal ao sistema social. Goffmann (1988) salienta que a pessoa estigmatizada tenta corrigir aquilo que ela diretamente associa como base do seu defeito temendo que seu estigma interfira negativamente na sua aceitação na sociedade.

A categoria *feira* aparece nos discursos de feirantes e consumidores carregada de significado negativo;

(...) *A feira é uma porcaria, sujeira em todo canto, mas o povo gosta de porcaria mesmo, tá vendo aqui as carnes com mosca e tudo e nem liga (F14).*

Para os *feirantes*, a *feira* é a *lama* (F21), o ambiente comum aos *porcos*, é o local de animais, de pessoas que gostam de *porcaria*(F5).

A *lama* é uma mistura de terra e água. Desta forma, ao definir *feira* como *lama*, expressa-se a compreensão da *feira* como um local onde pessoas e objetos diversos se misturam, se mesclam. Assim, como a *lama*, a *feira* tem sua fluidez. Ao invadir as calçadas da

¹²⁰ Entede-se estigma como “*um atributo profundamente depreciativo*” (GOFFMANN, 1988:13)

Rua Lima e Silva, os feirantes transgridem os limites da formalidade, os limites que lhe são impostos pelas agências institucionais.

A *lama*, no sentido comum do termo, é também associado à sujeira e impureza. *Lama* significa sujeira física, mas pode também simbolizar a impureza moral, associada à baixeza, degradação, sarjeta. Assim, quando um feirante de carnes diz: (...) *eu também sou cachorro porque vivo aqui na lama* (F21), *lama* simboliza impureza tanto física quanto moral. *Lama* e *lôdo*, que comportam o sentido de ignomínia, baixeza, degradação.

A Feira do Japão foge da Rua Gonçalo Coelho, a que a Prefeitura restringe e invade a Rua Lima e Silva, buscando ser vista, ser reconhecida, marcar sua existência. A *lama* penetra, invade e impregna a rua oficial, o bairro. Nesse contexto, o ordenamento da feira apresenta-se como uma tentativa de *limpeza*: um meio de reafirmar o confinamento, tirando do local os *porcos*, a *sujeira* que incomoda, aquilo que não é reconhecido como oficial, formal.

Contudo, nota-se uma ambiguidade na ação de *ordenamento* da Prefeitura. Quando a SESP retira os feirantes da Rua Lima e Silva e os restringe à Rua Gonçalo Coelho, esta ação não objetiva retirar a *sujeira*, mas apenas ocultá-la, para que ela não interfira na visão do bairro como local ordenado. As ações envolvidas no processo de *ordenamento* não centraram-se na limpeza das impurezas físicas da feira, mas principalmente na retirada dos feirantes da Rua Lima e Silva, numa tentativa de limpar “moralmente” o bairro da Liberdade.

III - **O Feirante**

A maioria dos feirantes entrevistados cresceu na Feira do Japão e é filho de feirante. Eles aprenderam com seu pai o ofício de feirante, bem como a forma de lidar com o alimento

e a freguesia. Eles vendem os mesmos produtos que seus pais vendiam. Como Gilmário, filho de José, que trabalha lá há 30 anos. Ambos vendem folhosos. José monta uma banca para seus filhos, que ao completarem 18 anos, saem do interior de Cícero Dantas e vêm para Salvador, para trabalhar na Feira do Japão, com seu pai, vendendo o mesmo produto em uma banca próxima. A mulher fica no interior cuidando dos outros filhos do casal; segundo Sr. José, ela fica lá cuidando das crianças, *porque isso é coisa de mulher*.

São práticas herdadas e absorvidas na construção do *habitus*.

Bourdieu diz :

(...) a definição destes postos mal definidos, mal delimitados, mal garantidos, reside, paradoxalmente, na liberdade que consentem aos seus ocupantes de os definir e de os delimitar introduzindo-lhes os seus limites, a sua definição, toda a necessidade incorporada que é constitutiva do seu *habitus*. Estes postos serão o que são os seus ocupantes ou, pelo menos, aqueles que, nas lutas internas da profissão e nas confrontações com as profissões afins e concorrentes, consigam impôr a definição da profissão mais favorável áquilo que eles são (BOURDIEU, 2002, p.91)

Em nesse caso observa-se que ao seguir a função do pai, o sujeito se identifica com esta e a adota como sua, acatando formas de comportamento correlatas. Para quem é assim investido numa tal posição, esta função lhe corresponde naturalmente, por assim dizer.

O mesmo se passa na perspectiva do pai que transmite seu ofício.

(...)E aí, o que sei aqui da feira, o pouquinho que sei, vou ensinando a meus filhos, porque tem tempo que eu nem venho e vem ela e ele [os filhos. Ele [aponta para o filho] me ajuda, ele vem sozinho.(...) Eu digo que tem que ter a mão limpa, a carimã não gosta que suje, olhe o freguês, agrada ele. Pronto é assim que eu vou ensinado a eles (F6)

(...) Sempre trabalhei em feira. Fui criada aqui na feira. Meu pai trabalhava aqui na feira e eu vinha com ele e aprendi com ele. (F17)

(...) Eu gosto muito daqui, não tenho o que falar, criei cinco filhos sem pai aqui e estou até hoje, vou continuar e depois de mim meus filhos (F11)

(...) Ser feirante para ele[feirante] é uma tradição, seus filhos, sua esposa são feirantes, como uma tradição familiar (F5)

Inicialmente, ao entrar no universo da feira, o que chamou a minha atenção foi a falta de cuidado com o corpo que os feirantes denotavam. Eles estavam sempre mal vestidos, as

mulheres despenteadas, sem adornos e com a aparência que expressava um desgosto por si próprio, uma desvalorização do seu corpo, de sua posição e de seu papel naquele espaço.

A meu ver, os feirantes da Feira do Japão não cuidavam do seu corpo, assim como não cuidavam de suas bancas, de seu espaço. Isso sempre me chamou a atenção. Mais tarde, a desvalorização de si mesmos identificada inicialmente no corpo do feirante parecia-me exprimir-se também no seu discurso

Eles se auto-classificam como: *porcos(F14)*, *peessoas sujas (F13)*, *que gostam de imundície(F5)*, *peessoas sem higiene(F12)*, *que não se cuidam (F1)*, *peessoas sem valor: “pobres”*. A pobreza, mais do que a falta de dinheiro, aqui vem a caracterizar a marginalização do sistema. Ser pobre é ser alguém que não tem importância, que é desprovido de valor, de poder, que não é visto, notado. É, portanto, aquele que é desumanizado em nossa sociedade.

Os *feirantes* da Feira do Japão trazem nas suas falas o desgosto que sentem do seu papel social, da sua posição dentro do sistema, desgosto visualizado nas expressões corporais e verbais.

Segundo Douglas (2003), um símbolo apenas tem significado quando relacionado a outro símbolo tomado como padrão. Assim, a compreensão da categoria *feirante* está associada diretamente ao significado que o termo *feira* tem no imaginário dos distintos atores. Como a *feira* é tida como *lugar bagunçado, a lama*, o *feirante* é aquele que gosta da bagunça, o *porco* que vive na *lama*.

Para os feirantes da Feira do Japão entrevistados, *feira* e *feirante* passam a ser categorias associadas a aspectos negativos. Ele não se percebe mais como homem, mas como animal, *porco*.

Para os próprios feirantes, eles são *peessoas sujas*. Este grupo de ator associa o termo *feirante* à *sujeira*, à imundície, à bagunça.

(...) *Quem quer organização vai para o shopping; feira é bagunça, você vem come uma manga ali, bebe uma cachaça lá, senta conversa com um, come um pedaço de carne do sol. Assim, quem vem para cá não se acostuma com uma coisa arrumada, organizada, não se acostuma com o que é bom mais não, já acostumou com essa bagunça* (Presidente do Sindicato dos Feirantes)

Freitas (2002) afirma que as metáforas têm o papel de expressar a dimensão simbólica dos fenômenos no mundo da linguagem e da cultura. Um consumidor entrevistado utiliza a metáfora *os pequenos*(C2) para expressar sua compreensão da categoria *feirante*. Os pequenos são aqueles destituídos de poder, os dominados. Para os consumidores, o *feirante* é vítima do sistema, ele é *prejudicado pelo governo*(C2).

Para certos feirantes entrevistados, a informalidade que caracteriza o seu trabalho, mais do que uma característica intrínseca, é resultado de uma opção de alguém que busca sair dos limites que lhes são impostos pelo sistema produtivo, das formas que lhes são ditadas. Para outros, contraditoriamente, este tipo de trabalho é referente a uma falta de opção, o único caminho fraqueado àqueles que estão fora do sistema, que *estão acostumados com a bagunça* (F29), que não se adaptam com o trabalho formal.

Em algumas falas dos feirantes, eles se percebem como culpados pela falta de ordem e de limpeza da *feira*, pois, para eles, o feirante é *negligente* (F5), é *bagunceiro* (F14). O Estado não é identificado como responsável pelas condições estruturais da *feira*, ou mesmo, pela sua condição de vida. A situação socioeconômica em que se encontram é culpa sua, assim como a situação da *feira*.

Outras referências caracterizam-se como uma tentativa de valorização do papel *feirante* enquanto ator. A sua resistência à ação estatal é tida como valor nesse contexto. Apesar da situação em que se encontram, apesar de viverem na *lama*, como os *porcos* que se alimentam do que não presta para a sociedade, eles se mantêm resistentes. *Feirante* é quem *bota para quebrar* (F18), são pessoas que resistem, que lutam, que tentam se fazer ouvidos, tentam recuperar a cidadania que lhe foi tomada pelo sistema.

IV - *O Consumidor*

Como dizem Luckmann e Berger, “a realidade da vida cotidiana é a partilhada com outros”(LUCKMANN e BERGER,1998, p.46). Para os feirantes da Feira do Japão, os outros com quem eles compartilham a realidade da feira são os consumidores, as pessoas conhecidas, os *fregueses*, pois eles pertencem à vizinhança e têm o hábito de comprar na feira. O freguês pertence ao mesmo espaço dos feirantes, compartilham como eles os mesmos códigos culturais.

Da Matta (1997) salienta que a rua é o local pertencente ao povo ou ao governo, estando sempre repleta de fluidez e movimento; a casa , em contraste, pertence à família, ao amor, ao calor humano. A feira, por ser um ambiente ambíguo, que encontra-se no limite entre esses dois mundos, caracteriza-se pela fluidez da rua, contudo, permanecendo com a familiaridade das relações que caracteriza o mundo da casa.

A forma como os *consumidores* são vistos pelos feirantes associa-se com a forma como a *feira* é vista por esta categoria de atores, segundo pode-se observar nesses trechos dos discursos: *consumidor* é, dizem os feirantes: *pessoa que gosta da bagunça*(F14), *acostumado com a bagunça* (F21), *povo que gosta de porcaria*(F14), *não sabe viver diferente do que viver na imundície* (F5), *acostumado com a sujeira*(F20) e *com a imundície*(F7). Como a feira é uma bagunça, um local sujo, o *consumidor* é a *pessoa que gosta de desorganização*(F5).

Para alguns feirantes entrevistados, a falta de higiene da feira e a forma como cuidam dos alimentos é decorrente dessa atração dos consumidores pela *imundície* Nesse ponto de vista, a *feira* é uma *porcaria*, para atender àqueles que frequentam ao local e não por culpa dos *feirantes*;

(...) a feira é uma porcaria, sujeira em todo canto, mas o povo [consumidor] gosta de porcaria mesmo, tá vendo aqui as carnes com mosca e tudo e nem liga (F3)

(...) tá vendo esse papelão que eu forro aqui, eu e os outro pegamos lá no lixo dos mercado e forramo a banca pra colocar a carne, o povo [consumidor] tá vendo e vem comprar assim, porque gosta disso, tá acostumado com essa imundice e num sabe viver diferente. (F5)

(...) já disse[a bagunça da feira] é porque o povo gosta disso, é do costume deles[consumidor], se eles num comprasse das barracas sujas, quebradas, dos feirantes com roupa suja e que pegasse em dinheiro, a gente[feirante] fazia certo pra não perder freguês, mas eles[consumidor] continuam comprando e não tem porque mudar, entende? (F6)

Alguns dos feirantes entrevistados caracterizam os *consumidores* da Feira do Japão como *peessoas com costume de comprar em feira* (F29). Apesar de ser uma referência tautológica, este trecho do discurso denota uma idéia de hábito, de costume, no ato de frequentar a feira. Para este feirante, a categoria *consumidor* possui um significado cultural.

Algumas das referências feitas à categoria *consumidor* pelos feirantes reafirmam a idéia de *feira* como local de pobre; pois o *consumidor* é referido como *pobre*; aquele que *acha que porque é pobre tem que comprar na feira* (F5). Mais uma vez, o significado dado à categoria está associado à idéia que se tem de *feira*.

Os consumidores se percebem como um grupo respeitável de pessoas próximas, vizinhas, que fazem parte do mesmo contexto, do mesmo universo; são pessoas com quem se compartilha o espaço, as dificuldades, a vida : *todo mundo que mora no bairro* (C3), *a vizinhança* (C2).

Contudo, há também uma visão negativa do termo, como pessoa sem importância, desprovida de valor e de posição dentro do sistema social.

V - A Fiscalização/ SESP

Na Feira do Japão, a fiscalização dos feirantes é realizada pelos agentes de fiscalização do meio ambiente e serviços públicos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), o *rapa*, como são conhecidos. Para os feirantes da Feira do Japão, o *rapa*

representa o Estado, o poder dominante que sufoca, oprime, regula, protege e impõe seus símbolos. Sua ação desencandeia sentimentos que vão da revolta ao conforto. Como diz um feirante:

(...) o rapa é um perturbado que só atrapalha[o feirante], ainda bem que aquele miserável se picou, pois se eles tivessem aqui eu não podia armar minha banca. A feira tá melhor sem a SESP, porque eles incomodavam muito, não podia colocar mercadoria direito, não podiam vender fora do móvel. Na banca da SESP não dá para trabalhar e eles não deixam colocar a madeirite (F 20)

Através da ação de fiscalização, os fiscais da SESP procuram adaptar os indivíduos à ordem do poder, não somente pela extinção das condutas inaceitáveis, mas sobretudo, pela produção de novas características corporais, emocionais e sociais. Luckmann e Berger (1998) frisam que para que a ordem institucional seja aceita como certa em uma totalidade, ela precisa ser dotada de sentido e ser legitimada dentro do universo simbólico dos indivíduos.

Cada grupo categoriza as coisas que vê a partir de códigos próprios. Assim, quando os fiscais municipais tentam impor suas normas aos feirantes, estas não são reconhecidas e apropriadas por estes, pois não têm uma significação no seu sistema de valor.

Nesse contexto, as exigências legais não são compreendidas, pois são construídas a partir de outros códigos. O distanciamento entre os dois grupos é agravado com o poder que reveste cada exigência legal. A norma dita: o indivíduo não pode manipular dinheiro e alimento; ele tem que usar uniforme; tem que armazenar a carne sob refrigeração. Mas para este indivíduo, a quem a norma disciplina, essas ações não têm um significado ou até mesmo vão de encontro a sua compreensão acerca de determinados fatos.

Na feira, a carne para ser reconhecida como fresca tem que manter características que lembre o animal. *Produto fresco é aquele morto na hora (F21)*; *fresco* está associado ao momento da mudança do estado vivo para o morto. Assim, ela deve estar exposta sangrando, pois o sangue lembra a vida; ela deve estar em grandes pedaços, ainda lembrando a forma natural do animal, se possível com pêlo; ela deve estar quente e deve ser acariciada como se acaricia o animal vivo.

Desta forma, ao exigir que a carne seja exposta sob refrigeração, o fiscal interfere diretamente no simbolismo de frescor do produto. Pois, na geladeira fica o animal morto, que deve ser refrigerado para evitar a putrefação. Se a carne precisa de geladeira é porque não está fresca. A refrigeração da carne, que para os fiscais simboliza a sua conservação, para os feirantes e consumidores da feira simboliza a decomposição.

Os feirantes da Feira do Japão referem que quando eles expõem suas carnes nos balcões refrigerados, como exige a legislação, os consumidores não compram o produto, pois não podem selecioná-lo com as mãos. Alguns açougueiros, inclusive, reconhecem que as carnes deveriam ser expostas nos balcões refrigerados, mas eles não as mantêm assim para que possam atender a uma exigência da “sua freguesia”, isto pode ser observado na fala a seguir:

(...) Eu sei que tá errado deixar a carne aqui[na banca], mas se coloco na geladeira ninguém compra e meu vizinho que vende, num adianta ,eles gostam assim mesmo, então fico assim (F14)

Para os consumidores entrevistados, a idéia de *frescor* associa-se a um aspecto temporal. *Produto fresco é produto renovado (C2)*, que *fica e depois vai embora (C3)*, que *não fica exposto o tempo todo (C5)*. Nesse contexto, a carne que está ali visivelmente exposta tem seu frescor garantido porque simbolicamente pode-se controlar seu tempo de exposição. Com a carne nos balcões esse controle não é possível, pois o frio do freezer oculta o tempo real de exposição do produto e isso interfere diretamente na garantia do seu *frescor*. A carne fresca veio diretamente do matadouro para a banca e desta para a casa de quem a adquiriu. Se ela deve ser refrigerada é porque não é fresca e deve estar no frio para não “apodrecer”.

Um outro ponto que pode exemplificar ainda mais essa divergência é o uso de uniforme; quando os fiscais exigem dos feirantes o uso do uniforme, eles buscam melhorá-lhes a *higiene*, pelo emprego de vestimenta adequada à atividade. Contudo, para os feirantes o uniforme vem a simbolizar a formalidade. Isso é reconhecido por um dos agentes de fiscalização da SESP:

(...) uma outra coisa, tem que ouvir o feirante. Por exemplo, em relação ao uniforme, é difícil exigir isso deles, nem mesmo eu usaria uma coisa quente daquelas. Em casa eu fico sem camisa. E a feira é como se fosse a casa deles. Eles ficam ali o dia todo, se deixar até de noite, é a casa deles, e em casa a gente quer ficar à vontade (S3)

Em casa, ambiente familiar, os corpos são expostos como símbolo da intimidade compartilhada. Assim, como habitualmente ficam em casa, na *feira* os feirantes do sexo masculino ficam sem camisa. O uniforme vem a simbolizar uma barreira nas relações de familiaridade que se procura estabelecer com os demais atores desse espaço .

Da Mata (1997) frisa que a casa é o local de abrigar o familiar. A *feira* é a vizinhança, local de pessoas pertencentes à mesma classe, que compartilham os mesmos códigos, os mesmos símbolos. Nesse contexto, os fiscais municipais passam a simbolizar o estranho, a visita, a quem não é permitida a intimidade. Apesar de estarem naquele ambiente, de conversar com os feirantes e consumidores, os agentes da SESP não são identificados por estes como pertencentes a seu universo. A estranheza é agravada por conta das relações de poder estabelecidas entre os dois grupos.

Talvez essa situação venha a explicar o porquê de os feirantes não aceitarem a *fiscalização*, pois, no seu imaginário, através desta ação os fiscais intervêm no território do privado. É como se eles arrombassem a porta simbólica que separa e protege a intimidade da casa e adentrassem nesse território sagrado. O limite entre os dois mundo é rompido bruscamente e essa situação vem a causar a confusão que se traduz no medo da perda de espaço.

Esse medo simbólico é traduzido no silêncio diante das orientações, no não cumprimento dos horários, na tentativa de burlar as regras de funcionamento e no aumento do território da feira. Silenciosamente, os feirantes romperam os limites da Rua Gonçalo Coelho e invadiram as calçadas da Rua Lima e Silva, numa tentativa de tomar o bairro, sua vizinhança, seu território.

A propósito recordei-me um fato que chamou minha atenção nos meus primeiros contatos com a Feira do Japão. Sempre que eu ia ao local, por mais informalmente que eu me vestisse, e mesmo sendo afro-descendente, como a maioria dos seus frequentadores, todos olhavam para mim de forma estranha. Eu era sempre reconhecida como “estrangeira”, não pertencente ao lugar. Algo em mim denotava que eu não pertencia àquele ambiente.

Com o passar do tempo e minha convivência com os feirantes da Feira do Japão, essa estranheza inicial atenuou-se. Não passei, porém, a ser parte integrante daquele universo. No sistema simbólico do local; eu era apenas reconhecida como a “estranha conhecida”, isto é, apesar de ainda permanecer estranha ao meio, por ter uma forma de comportamento distinta, eu já tinha sido codificada em uma classe reconhecível no sistema desse pessoal.

Para os consumidores, o principal símbolo do poder estatal foi o *ordenamento* da feira, tido como algo positivo, para um consumidor, pois *não deixou cacete armado* (C1). E negativo para outro que salienta a forma impositiva como ele ocorreu, pois, *não pensou no bem do feirante* (C2).

Nas falas dos feirantes entrevistados, a *fiscalização* da SESP tem um significado tanto positivo, pois, *traz melhoramentos para feira* (F23); como negativo, desde quando *traz prejuízos aos feirantes* (F20). Mas em ambos os casos, a categoria está associada à organização do espaço, ao ordenamento da feira. Nesse contexto, fiscalizar a feira é dar ordem ao local, *colocar todo mundo no lugar certo* (F5), definir regras de funcionamento, estabelecer limites:

(...) com a SESP era melhor porque dava uma ordem a isso aqui[a feira], mas agora tá a Deus dará, cada um faz o que quer. Não tem hora de fechar, espaço marcado. Vem gente de longe montar a banca aqui e fica por isso mesmo. Por causa desse negócio de política tiraram a SESP daqui, quem manda são os políticos, agora tá essa bagunça (F5)

(...) acabou com o rapa e tudo ficou 'a migué'¹²¹. A rua da frente[Rua Lima e Silva] piorou sem a SESP, porque tá tudo bagunçado, as pessoas fazem como quer, tem baderna na frente da feira (F23).

¹²¹ O termo “a migué” significa indisciplinado, desregrado, sem controle

Através das ações de ordenamento adotadas pela SESP no ambiente da Feira do Japão, o Estado intervém neste universo, definindo limites e determinando formas de comportamento. Para alguns dos feirantes entrevistados, essa intervenção pode vir a significar a imposição da força estatal. Todavia, para outros, a ação do Estado na feira pode simbolizar que este espaço sai de sua posição de marginal e é inserido no sistema formal, na sociedade ordenada. Em ambos os casos, *fiscalização* e *ordenamento* são categorias semanticamente semelhantes .

Um dos feirantes afirma que *deveria haver uma parceria com a população* (F2) na fiscalização da feira. Nessa sentença, a ação dos agentes da SESP é tida como algo imposto, distante. Através das ações de ordenamento, os agentes de fiscalização agiram nos corpos dos feirantes, nos seus gestos, no seu espaço, regulando seu comportamento e a forma de se posicionar no universo da feira. Ao classificar os feirantes por produtos que vendem, setorizando a feira; ao padronizar as bancas etc, a SESP exerce o seu poder disciplinar e individualiza o feirante. Como Machado menciona: “ o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (MACHADO, In FOUCAULT, 1979, p.XIX).

Para os consumidores entrevistados, *organização* se associa à estética, à *limpeza* e à *fiscalização*. Em algumas falas, ela é associada ao processo de ordenamento que foi implantado na Feira do Japão e que foi carregado de distintos significados para os atores deste universo.

Um feirante cita o shopping como símbolo do espaço organizado, pois traz o sentido de formalidade. Mais do que um local onde há uma diferença de classe, o shopping, para este indivíduo, representa o comércio formal. A *feira* simboliza a desorganização, a *sujeira*, local de pobre; shopping, semanticamente, é oposto disso.

Organização traduz-se para os atores em termos de *ordem: cada um em seu lugar* (F4) e padronização. Uma das consequências do processo de ordenamento da feira foi padronização das barracas. Não era permitido que os feirantes comercializassem alimentos em outra estrutura que não fosse a barraca cedida pela SESP. Para os feirantes, esta ação significou a perda da sua identidade.

A *organização* do espaço, mais do que uma limitação geográfica, trouxe uma padronização dos comportamentos. Assim, este processo atingiu diretamente as relações entre feirantes e Prefeitura e o *ordenamento* passou a ser carregado de sentimentos negativos para os feirantes (...) *é algo que agrada aos fregueses, mas desagrada feirantes*(F4); (...) *reduz vendas, traz prejuízos e torna as coisas mais longe*(F3).

Ao dispor os seus produtos em um caixote e não no chão, o feirante busca embasamento naquilo que aprendeu com seus antecessores e não nas teorias por ele ignoradas que tratam de contaminação, de agentes causadores de doenças. Ao introduzir a prática de arrumar os produtos na banca de um metro e não mais no chão¹²² (onde não havia uma delimitação de espaço), mais do que reduzir a área de exposição, introduziu-se uma nova prática que ainda não tinha significado para essa categoria de ator.

F17 refere que aprendeu a vender e a ser feirante com seus pais feirantes: (...) *que criou a gente vendendo alho e depois mudou para folhas*. Mas a nova ordem das coisas da feira, para ela (...) *está ruim, não dá para arrumar mais, a mercadoria tem que ficar escondida, não dá para nada, isso prejudicou os feirantes* .

Segundo Bourdieu (2002), certos *habitus* encontram condições de se desenvolver nos aparelhos da estrutura social, isto se dá evidentemente com a SESP e a Vigilância Sanitária. Ao desenvolver as ações de ordenamento da feira, a SESP buscou, através de reuniões com os

¹²² Antes do ordenamento da Feira do Japão, os feirantes não tinham um espaço definido para expor seus produtos, assim eles dispunham suas mercadorias em caixotes de madeira ou no chão forrado com uma lona, sem se preocupar com o tamanho do espaço que iria ocupar . Um das ações do ordenamento foi a definição da banca padronizada que mede 1mX 0,80m

feirantes, impor-lhes novos padrões de comportamento, como: não mais vender as mercadorias depositadas no chão ou em caixotes, utilizar fardamento, dispor os produtos apenas no espaço da barraca etc.

VI - A Vigilância Sanitária

Apesar da Vigilância Sanitária ter atuado junto aos feirantes nas aulas¹²³ que precederam o processo de ordenamento na Feira do Japão e de atuar na fiscalização do comércio formal, localizado na Rua Gonçalo Coelho, em nenhum dos discursos dos entrevistados (feirantes e consumidores), a Vigilância Sanitária foi citada.

Bourdieu (2002) associa as lutas de classe às lutas simbólicas. Elas são travadas na vida cotidiana dos indivíduos e são nessas lutas que os símbolos são construídos, bem como as mudanças culturais. Daí, a necessidade de o profissional de Vigilância Sanitária, enquanto agenciador de mudanças nos hábitos de higiene dos indivíduos, compreender a sua posição no universo foco de sua ação, ou seja, levar em consideração as compreensões populares acerca de noções atinentes a *higiene, limpeza, salubridade* dos feirantes e consumidores.

Enquanto representante do Estado, a Vigilância Sanitária está investida de um poder que se exprime através de recursos simbólicos. A propósito disto cabe invocar Bourdieu, que fala de poder simbólico como, "o poder de constituir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e , deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo" (BOURDIEU, 2002, p.14).

As *práticas higiênicas* são objetos de intervenção da Vigilância Sanitária, as normas sanitárias e a ação do fiscal são voltadas para mudá-las e para estabelecer novas práticas, embasadas em conhecimentos técnicos e científicos. Após as declarações anteriores

¹²³ Ver conteúdo deste curso no item Ordenamento, página 86

questiona-se: mas seriam apenas esses aspectos que interfeririam na formação de um *hábito higiênico*?

Para uma informante deste estudo,

(...) a pessoa nasce asseada ou não (...) nasce com ela, é da pessoa mesmo. Ou ela nasce limpa e asseada, ou não (F20).

(...) se tá sujo é porque depende da pessoa, não é porque é feirante que tem que andar pôde¹²⁴], nem imunda, não(F3)

Sobre as noções de higiene, dizem os feirantes:

(...) Eu nunca tomei aula de higiene e desse negócio assim (...) Tem que ficar tudo asseadinho senão não tem freguês, tem que ser limpo para chamar freguesia (F13)

Estariam os *hábitos higiênicos* apenas ligados a aspectos da saúde? Que fatores estariam associados a esse processo?

Há, de fato, uma dimensão simbólica percebida na forma como os feirantes e consumidores compreendem o *limpo* e o *sujo*.

No caso da feira, o aspecto da mercadoria interessa ao comércio como um símbolo cultural do consumo. Do mesmo modo, as atitudes, a proximidade afetiva entre os comerciantes, o costume de dispor as carnes penduradas por tradição; o modo de tratar o lixo, a indiferença para com a água que escorre nas laterais das casas e se mistura com de fezes de cães etc. Tudo isso corresponde ao plano habitual desses agentes: *feirantes e consumidores*.

VII - **O sujo**

A noção de *sujo* está associada a algo que é percebido pelos sentidos da visão e do olfato e traduz uma perturbação da ordem e da harmonia do local. Um feirante de carnes, ao ser questionado sobre o que considerava sujeira na feira, diz: *(...) o cheiro do peixe é que me*

¹²⁴ O termo *podre* é aqui utilizado no sentido de fétido, malcheiroso..

incomoda na feira, porque não gosto do cheiro do peixe, mas o da carne num me incomoda não(F5).

Nesse contexto, o aroma que difere do normal, a água que escorre nas laterais da rua, o lixo, o fedor de peixe, o mau cheiro, as coisas espalhadas, tudo que provoca um incômodo visual ou olfativo simboliza o *sujo* no ambiente da Feira do Japão; como diz um consumidor: *sujo é algo que incomoda* (C3). Abordando os discursos se pode inferir seu conceito de *sujo* como desordem.

A água simboliza pureza, *limpeza*, no entanto, quando tem sua característica de inodora e incolor alterada, passa a simbolizar a *sujeira*. Assim, a *água fedida* (F11) que escorre dos açougues, *a água de fato* (F3) e a *água podre* (F1) são uma forte expressão de *sujeira*, pois elas *fedem* (F3).

Douglas (1991) refere que a idéia de impuro é consequência do cuidado com a *higiene* e do respeito pelas convenções que nos são próprios. Para esta autora, as regras de *higiene* evoluem à medida que incorporamos novos conhecimentos. Desta forma, a compreensão de *sujo* pode refletir a interferência do conhecimento científico, ou mesmo da norma, na percepção do ator. Para uns feirantes, *sujo é a presença de bactérias* (F14), para outros *algo que os produtos não gostam* (F20).

O micróbio simboliza o risco; assim, segundo Vigarello (1996), o papel da *limpeza* é lutar contra este inimigo invisível. Rodrigues (1975) evidencia que a *sujeira* simboliza para nós o perigo, a ameaça. Assim, as bactérias, signo da doenças, são associadas à *sujeira*, ao impuro, ao perigo.

Um dos consumidores entrevistados dá a *lama* como símbolo de *sujeira*. Se pensarmos que em muitas falas *feira* e *lama* foram categorias semanticamente assimiladas, concluímos que a *feira* é um lugar de *sujeira*. A *lama* não pertence a nenhuma classe; ela rompe os limites e circula livremente, invadindo fronteiras simbólicas.

Uma outra discussão sobre esse termo é trazida por Da Mata (1997). Com base na idéia deste autor, a *lama* vem a simbolizar a contraditoriedade e o conflito. Regiões associadas à *lama* caracterizam-se por serem espaços periféricos que devem ficar escondidos, como locais de transição: locais limítrofes, onde a presença conjunta da terra e da água demarca um espaço físico confuso e ambíguo.

Os feirantes entrevistados referiram aos *morotós*¹²⁵ como símbolos de sujeira. Esses seres associam-se a humores corrompidos, eles são seres que saem das entranhas e invadem o ambiente externo, trazendo a idéia de rompimento de limites. Segundo Douglas, “os vermes dizem respeito ao reino da sepultura, da morte e do caos” (DOUGLAS, 1991, p.73). Eles são considerados impuros, pois pululam em um movimento indeterminado, que não participa de nenhuma ordem de seres.

Os *morotós* simbolizam putrefação, estado de decomposição. A presença de vermes no alimento traz essa conotação. Assim, eles não fazem parte do ambiente dos vivos, onde requer que seja a feira, onde são vendidos produtos frescos, símbolos da saúde. Douglas salienta (1991): a reflexão sobre impureza pressupõe uma relação entre ordem e desordem, o ser e o não ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte.

As moscas fazem parte do ambiente da feira, apesar disso, em diversos momentos os feirantes referiram não haver moscas no local, mesmo a pergunta tendo sido feita em um momento que era visível insetos pousados em produtos à nossa frente. Por fazerem parte do contexto da feira, elas por vezes não são percebidas como interferência na ordem do ambiente.

Quando os feirantes refletiram sobre a presença de moscas na feira, as expressões formuladas se aproximaram do discurso científico. Foi dito o que fiscais esperam ouvir.

¹²⁵ Morotós- vermes, larvas provenientes dos ovos depositados nas carnes pelas moscas

Assim, mosca : *traz bactérias (F13), traz doenças (F9), é ruim porque bota ovos nas coisas (F2)* .

Um ponto que chamou a atenção, nos discursos analisados, foi a dificuldade dos feirantes e consumidores em associar contaminação a algo não percebido pelo olhar . Czeresnia (1997) menciona que a visão é o sentido mais próximo da linguagem e da razão. Nesse contexto, os ovos das moscas, visíveis ao olhar do homem comum, simbolizam o microorganismo patogênico, visível apenas para a ciência. É o senso comum reinterpretando o saber científico, tornando-o compreensível para si.

Para quatro feirantes entrevistados, a mosca pode contaminar o alimento porque põem ovos sobre eles, os ovos das moscas são referidos como contaminantes. Não houve associação entre esses ovos e a presença de larvas (morotós) nos alimentos e apenas um feirante se refere à mosca como transmissora de doenças ou de impurezas. Para outros dois feirantes, a mosca é prejudicial porque: *(...) pode sentar num peixe largar um ovo (F1); porque coloca ovos no alimento (F9)*.

Um outro ponto que chama a atenção é a compreensão do termo *estragado* por feirantes e consumidores da Feira do Japão. Considera-se *estragado* tudo aquilo que não serve mais para ser comercializado. Este produto não perde sua utilidade, esta apenas muda de enfoque. *O produto estragado é destinado aos animais de criação, aos pedintes (F9)*. Nesse contexto, a fruta quando amassada, se ela não serve para venda é considerada *estragada*.

Em outras falas, produto *estragado* simboliza aquilo que não serve mais para o consumo, *que é ruim (F4)*, pois gera um mal à saúde. A associação é do produtos com contaminação, que leva a uma alteração do seu estado de normalidade. Nesse contexto, a fruta amassada não é considerada *estragada*; a fruta em decomposição, sim.

Para os consumidores, a avaliação das condições do produto é feita pelos feirantes através do sentido da visão. O produto *estragado* tem uma alteração na sua aparência. Uma

fruta amassada poderá ser considerada *estragada* e uma fruta que apresente uma alteração interna, que não afete sua aparência, não será considerada *estragada* até que seja aberta.

O termo *estragado* também é associado a frescor e qualidade. O produto *estragado não é fresco* (F6) e *não tá bom* (F2). Nos dois casos, o olhar e o aroma servirão na avaliação do produto.

VIII - *O limpo*

Entre os feirantes entrevistados, dez associam a *limpeza* a uma característica pessoal, uma virtude que distingue as pessoas; vem a ser um diferencial, um dom, como se apresenta nos trechos dos discursos apresentados a seguir:

(...) *limpeza é uma qualidade da pessoa concedida por Deus* (F20);

(...) *se você vai pra casa você limpa, você é organizada, você gosta das coisas direitinho então você é da limpeza, limpeza faz parte da pessoa, ela não faz parte da riqueza do homem, não é de dinheiro não, faz parte de nós* (F13);

(...) *é a pessoa [que] nasce limpa e asseada. Se você olhar pra minha banca eu trabalho assim, eu forro tudo, num trabalho de qualquer jeito não* (F2);

(...) *[a limpeza] depende da pessoa, ela nasce assim, sendo asseada, limpa, tratar as vasilha limpa, os freguês sempre tratar com educação* (F1).

Limpeza e *asseio* se confundem e são utilizados como sinônimos. Em muitas declarações dá-se *limpeza* como algo que nasce com o indivíduo, não algo que pode ser adquirido ou aprendido. Ela é externa e independe de conhecimento.

(...) *sempre fui limpa, graças a Deus, Deus me deu me fez bem limpa, bem asseada, nunca tive problema de devolver mercadoria, do pessoal ficar falando* (F6)

Ser limpo depende da pessoa, ela nasce assim, sendo asseada, limpa, tratar as vasilhas limpas (F20)

Assim, a *limpeza* se constitui um traço da personalidade, que vem diferenciar os indivíduos ou até mesmo lhe conferir *status* dentro do seu universo. Desta forma, as práticas

de *limpeza* vêm a distinguir socialmente os indivíduos e não denotam direta nem exclusivamente um cuidado com a saúde.

No código cultural da feira, duas categorias servem de base para a leitura do mundo: *familiar/estranho*. As *práticas de higiene*, bem como as noções de *sujo/limpo* são construídas a partir destas categorias.

A *sujeira* é estranha: é algo que não pertence ao ambiente. O *limpo* é o familiar, o reconhecido como pertencente por direito ao feirante. Nesse ponto de vista, dois feirantes referem:

(...) Quando eu chego de manhã eu lavo meu ponto, o ponto todo porque aí [referindo-se às outras barracas] que neginho suja; quando eu chego eu lavo, veja que o meu[espaço] tá limpo, num tá vendo que tá tudo limpo? Num tem escama, eu lavo. Quem faz a limpeza sono nós (F13).

(...) acho [a feira] limpa, mas só esse pedaço daqui até ali [referindo-se ao espaço onde está sua banca], porque aqui não tem muita coisa não, mas dali prá lá pra frente é uma imundice danada (F8).

Quando solicitei aos feirantes exemplos de um ambiente *limpo*, eles referiram ao seu espaço como local modelo. A banca do outro era sempre referida como exemplo de local *sujo*. Diversas vezes, a avaliação feita por eles não era confirmada com o que eu observava naquele momento.

(...) se você olhar pra minha banca, eu trabalho assim eu forro tudo. Num trabalho de qualquer jeito não, como tem gente que não limpa, não lava, não tem cuidado com a mercadoria, não quer gastar dinheiro pra comprar gelo pro peixe. Aprecie a qualidade do meu peixe e compare a qualidade de outros aí, tá igual? (F13)

Notei que a idéia de *limpeza* estava associada à concepção de normalidade para esses indivíduos. Assim, para um feirante de peixe, as escamas no chão em torno de sua banca não simbolizavam *sujeira*, contudo restos de vegetais e ossos no chão eram indicativos de um local sujo. Já para os feirantes de carnes, que não reconhecem esses produtos como *sujeiras* e sim como mercadorias, a presença de vegetais e frutas estragadas no chão eram associadas diversas vezes à sujidades.

Um feirante de pescados comenta: (...) *olha as barracas de folha, atrás fica aquela imundície eles jogam tudo à-toa* (F12). Cabe ressaltar que nesse momento havia escamas de peixes no chão em torno de sua banca, o que atraía moscas para o local.

Rodrigues (1975) comenta que o conceito de *limpeza* varia de sociedade para sociedade e é construído com base em sistemas de símbolos, princípios de diferenciação e de organização social. Assim como *sujo/desordem*, nos discursos, *limpo e ordem* correspondem a mesma categoria semântica.

Para os feirantes e consumidores da Feira do Japão, (...) *ambiente limpo é o que tá organizado e sem mal cheiro* (F11); um local onde tudo *está em seu lugar* (F2); *sem coisas no chão*(F5), *com lixo na caixa* (F9), na ordem estabelecida para as coisas. *Produtos estragados* são identificados como sujos no momento em que agridem a harmonia do ambiente, trazendo um certo incômodo, pois um lugar *limpo é um lugar bom* (C3).

Na Feira do Japão, observei que a idéia de *limpeza* está diretamente associada à noção de *organização*. *Organização e limpeza* são expressões que se confundem semanticamente:

(...) *está tudo limpo e organizado agora depois da organização* (F3)

(**eu pergunto**) *Como você percebe se um lugar está limpo?
O que eu acho fora do comum não está limpo* (F18);

(...) *a limpeza melhorou, mas está voltando tudo a mesma badeirinha, entendeu?*(F24);

(...) *tá mais organizadinho e limpo desde que eu vim para aqui* (F9);

(...) *os consumidores gostam da bagunça, da coisa suja* (F5).

Nesse contexto, três feirantes referem que a *limpeza* está atrelada à *fiscalização* e multa. Aqui, à diferença das referências anteriormente discutidas, a *limpeza* não é mais uma virtude que faz parte da pessoa, mas algo que vem de fora, que é imposto através do poder, da força. Ela não faz parte do caráter do indivíduo, mas é ensinada e imposta pela norma. É algo que não pertence ao feirante, antes lhe é estabelecida pela educação ou pela fiscalização. Para um consumidor entrevistado: ter *limpeza* é ter *tudo no lugar* (C3).

Muitas referências são de caráter tautológico, denotando a pouca reflexão a respeito da categoria, assim, *limpo* é definido como: *estar limpinho*(F3), *oposto de sujo*(F10), *asseado* (F12).

Uma expressão feita por um feirante chama a atenção: *limpeza é tratar com educação* (F20). Aqui educação traz o sentido de cuidado, de esmero.

Para onze feirantes entrevistados, eles são responsáveis pela *limpeza* do espaço que ocupam na feira, mas a *limpeza* da feira é responsabilidade da Prefeitura.

Vigarello (1996) evidencia que com a evolução histórica, o enfoque da *limpeza* vai sendo deslocado da aparência para a saúde. Contudo, o que observei no meu campo é que, entre os distintos atores que circulam na Feira do Japão, o *limpo* e o *sujo* são categorias associadas muito mais a um caráter estético do que ao cuidado com a saúde.

Para os feirantes e consumidores da Feira do Japão, a retirada do lixo e da sujeira não simboliza necessária ou predominantemente um afastamento do perigo, mas o afastamento do incômodo. No discurso dos consumidores, em geral as ações de *limpeza* aparecem claramente como simplesmente a retirada da *sujeira*.

Baderna e *sujo* são expressões que se confundem semanticamente no discurso desses grupos de atores. O mesmo sucede com os antônimos *organização* e *limpeza*.

IX - A higiene

Geertz define o senso comum como “um corpo organizado de pensamento deliberado” (GEERTZ, 2003, p.114). A partir da compreensão do senso comum para feirantes e consumidores da Feira do Japão, busquei compreender o que significa *higiene* para seu senso comum e inferir como se constroem as suas *práticas de higiene*.

Ao serem questionados sobre sua compreensão acerca do termo *higiene*, 90% dos entrevistados o associaram à noção de *limpeza*. Os dois termos foram utilizados como sinônimos.

Ao mesmo tempo, para os feirantes, a categoria *higiene* é também identificada como uma característica pessoal do sujeito. *Higiene é algo que se tem* (F13), *uma característica da pessoa* (F3). Trata-se, pois de um dom que diferencia positivamente certos indivíduos, ela é inerente ao modo de ser dessas pessoas.

Em contraste, em outras falas, a *higiene* surge como uma ação. A compreensão da categoria é expressa através das práticas que o ator define como higiênicas: *vender em barraquinha*(F19); *não deixar [o produto] exposto à mosca* (F2).

Observei em todos os discursos uma dificuldade de explanação da categoria *higiene*. As palavras utilizadas são vagas e de caráter tautológico, como, *higiene é asseio* (C2).

Muitos feirantes compreendem a *higiene* como algo distante de si, algo pertencente à ciência, distante da sua realidade, da sua informalidade, mas acessível através do ensino formal, pois ela uma *coisa dada em aula* (F22). É quase um mistério, que pode ser revelado através da aproximação com o ensino formal.

O caráter cultural da *higiene* é salientado por 20% dos feirantes entrevistados, um deles a caracteriza como algo aprendido com os pais; neste caso, não é mais algo distante; ao contrário é algo que faz parte de seu mundo, de sua história. Outro define, *higiene faz parte da cultura do povo* (F17).

Um aspecto que chama a atenção é que os consumidores da Feira do Japão caracterizam a *higiene* e as *práticas de higiene* a partir do contexto da feira. À diferença da maioria dos feirantes, este grupo vê a *higiene* como uma responsabilidade de todos; neste caso ela não é uma característica pessoal de determinados sujeitos.

Um consumidor declara: (...) *eu acho que não devia exigir higiene deles [feirantes], porque eles só vendem ali uma banana, uma folha, tudo com casca.* Para este ator, a *higiene* está associada à noção de risco, de contaminação. É uma coisa que se deve ter para evitar algo maléfico. Nessa compreensão, os feirantes que só vendem frutas, que são benéficas, não necessitam ter *higiene*, pois seus produtos não envolvem riscos.

A partir dessas compreensões e da inter-relação entre elas, vão-se construindo no cotidiano da Feira do Japão as *práticas de higiene*. Essas práticas estão relacionadas à cultura dos indivíduos, à educação e, contraditoriamente, à fiscalização. Para os feirantes, as suas *práticas de higiene* podem ser algo que *depende da cultura*(F5), *depende da educação* (F20) ou vai-se construindo historicamente, ou ainda algo inerente a cada indivíduo, ou, por fim, coisa imposta, já que *depende do pagamento de multas* (F14).

Observei na Feira do Japão, que a *higiene* não é um aspecto muito relevante no momento da compra. Isso foi confirmado com entrevistas feitas aos consumidores da feira, para quem as *práticas de higiene* simbolizam o controle dos riscos e devem ser adotadas por eles mesmos, ao chegar em casa: (...) *eu lavo as frutas quando chego em casa* (C4); (...) *passo água com vinagre*(C3); (...) *quando chego em casa lavo com água e Q-boua*¹²⁶(C1)

Apenas uma das falas faz referência a um comportamento comum na feira, em relação à escolha do local de compra: (...) *compro carne na feira por que é fora da geladeira e posso ver se não tá estragada* (C2).

Assim, a *higiene* refere-se apenas ao ambiente e não ao produto. Para feirantes e consumidores, a qualidade dos produtos não está associada às suas condições de conservação e sim às características detectáveis, principalmente pela visão.

Os feirantes e consumidores reproduzem em suas falas a sua compreensão das categorias analisadas, com base na sua vivência e na forma como interpretam as informações

¹²⁶ Marca de água sanitária

que lhe são passadas nos cursos ministrados pela Prefeitura ou diretamente durante a fiscalização. Essas informações são compreendidas a partir dos códigos e símbolos que utilizam para interpretar os fenômenos de sua realidade. Podemos observar isso quando questionamos alguns feirantes acerca do seu entendimento sobre as doenças transmitidas por alimentos.

Para um dos entrevistados, as doenças transmitidas pelos alimentos (DTA) são criadas pela ciência para assustar, para impor seu poder sobre eles. Outros reinterpretem este conceito, como F 26, que associa a DTA à gripe. Segundo ele, muitas pessoas pegam gripe por ter que levantar muito cedo para ir molhar as plantas. O contato com a água e a frieza da madrugada levam o indivíduo a contrair a 'gripe'. Este feirante fez uma reinterpretação pessoal do conhecimento científico que lhe chega pela escola, pelos meios de comunicação, ou mesmo, pelos fiscais e suas atividades educativas.

Outros ainda dizem que as DTAs não fazem parte de seu universo: (...) são *uma coisa da modernidade, que num tinha no meu tempo* (F1); (...) *uma invenção de agora* (F8). Trata-se de algo que foge da sua compreensão, que não faz parte do seu mundo, do seu cotidiano.

Boltanski (1969) refere que o saber popular é um saber fragmentado; ele é constituído por fragmentos que as classes populares conseguem absorver das informações passadas pelas classes mais abastadas. Assim, ele vai se construindo a partir desses fragmentos que vão sendo reinterpretados e ordenados, com o intuito de atribuir-lhe novo sentido.

Terceiro Momento : A FEIRA DO JAPÃO NA VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras

(BOURDIEU, 2002, p.15)

I - Abertura

Luckmann e Berger (1998) evidenciam que a compreensão da linguagem é essencial para o entendimento da realidade da vida cotidiana. Assim, para compreender a Feira do Japão, enquanto universo simbólico, é fundamental adentrar na realidade descrita através das falas dos distintos atores que a vivenciam.

A feira que passo a descrever é a feira real para os funcionários municipais: fiscais de controle sanitário, agentes de fiscalização de meio ambiente e serviços públicos e garis

II - A Feira

Na feira, público e privado se confundem. A feira é o espaço identificado como familiar, conhecido no ambiente público da rua. Duby e Ariés (1990) referem que o termo privado traz a idéia de família, de casa, de interior. E o público é o que é comum, para o uso de todos.

Através da prática de *fiscalização*, o Estado intervém na *feira*, no espaço considerado pelos feirantes privado, em nome do bem-estar público. Os autores citados definem pessoa

pública como um agente do poder soberano, que tem a responsabilidade de agir em nome do povo para defender os seus direitos.

Assim, a ação dos fiscais municipais, enquanto pessoas públicas, dá-se em nome do bem-estar da coletividade. E a legislação tem papel fundamental nesta ação, pois ela é o instrumento para o exercício do poder do Estado na intervenção nas relações sociais (COSTA, 1999).

Ao solicitar o corte dos cabelos, o asseio pessoal, o uso de determinada vestimenta, a adoção de determinada forma de comportamento, os órgãos de fiscalização ditam regras de *higiene* em uma ação considerada pelos feirantes invasiva de sua privacidade, de seu domínio do próprio corpo. Em nome da *higiene*, da saúde coletiva, a individualidade deles não é mais respeitada, segundo este seu ponto de vista.

A Vigilância Sanitária, através das ações de fiscalização e controle, combina técnicas de vigilância e sanção. A resistência da feira a este poder normalizante ocasiona uma reação negativa dos fiscais da VISA, que se desinteressam deste universo que os deixa à parte.

A ação da VISA cifra-se em separar o que é saudável do que não é, classificar o que é seguro, retirar o que afeta a estrutura do ambiente e do organismo. A feira implica em resistência a essa ação. Para um fiscal entrevistado a feira é (...) *uma coisa horrorosa* (V2), algo abominável que afeta seu senso estético de profissional de saúde; segundo outro, [a feira] (...) *é um lugar feio de se ver* (V4). Estética e ordem se confundem, pois a falta de limites e a falta de organização afetam diretamente a maneira do profissional ver o mundo ideal.

A feira é tida como espaço onde falta ordem: *uma coisa desordenada*(V3). Não um local, mas uma coisa, o que traz para o termo um sentido de algo inanimado, sem vida própria. Para os fiscal de controle sanitário, a *feira*, além de afetar o ordenamento das coisas, se constitui em um obstáculo que deve ser removido, a fim de que a ordem retorne, pois, (...) *ela* [a feira] *atrapalha o comércio formal* (V3), este bem aceito. *A feira é um péssimo*

exemplo (V1), já que traz à tona a informalidade e a desordem que os fiscais tentam vencer. A feira caracteriza-se, como uma *área precária* (V1), que deixa *a desejar* (V2) para um profissional para quem ordem e salubridade se confundem na esfera do simbólico.

A Lei Municipal 5503/99 destina três capítulos à regulamentação do comércio informal do município, destes, um (Capítulo II) refere especificamente às feiras livres. Segundo este, “as atividades comerciais nas feiras livres destinam-se ao abastecimento complementar de gêneros alimentícios e atividades outras de interesse da população, na forma da sua regulamentação” (artigo 151).

O artigo 152 reza:

compete à Prefeitura Municipal aprovar, organizar e fiscalizar a instalação e funcionamento das feiras livres, bem como articular-se com os demais órgãos envolvidos com a política de abastecimento da Cidade, nos termos da legislação própria.

Segundo o Decreto 11.611/97, norma que baseia a ação de fiscalização dos agentes de fiscalização do meio ambiente e serviços públicos da SESP, em seu artigo 2º, feiras livres são “aquelas realizadas em logradouros públicos da cidade, classificadas, de acordo com sua especificidade, como feiras móveis, feiras fixas ou feiras eventuais”.

A Feira do Japão é classificada pela SESP como uma feira fixa de bairro, como outras sete¹²⁷ feiras que funcionam na cidade. Ela caracteriza-se como uma feira cuja realização ocorre sempre no mesmo local, em espaço aberto, todos os dias da semana (art 2º, §1º do Decreto 11.611/97, PMS). De acordo com informações da SESP, não há mais circuito de feiras móveis.

Na Lei Municipal 5504/99, a feira é uma atividade de comércio eventual e ambulante, relacionada à comercialização de alimentos, água e bebidas de consumo humano, “exercida por cidadão em caráter temporário ou permanente, em locais e logradouros públicos, sem instalação ou localização fixa” (artigo 55, inciso IX).

¹²⁷ São Joaquim, Sete Portas, Itapuã, Periperi, Jardim Cruzeiro, Pirajá, Mussurunga e Liberdade

Apesar de reconhecer as feiras livres e o comércio ambulante como objetos da Vigilância Sanitária, apenas três artigos desta legislação referem-se às normas específicas para este tipo de comércio, são os artigos 148,149. Segundo estes:

Artigo148- As barracas das feiras livres somente poderão funcionar após vistoria e concessão da respectiva licença sanitária;

Artigo 149- As barracas serão de material de fácil higiene, providas de cobertura para proteção dos gêneros alimentícios e com coletores de lixo com tampa;

Párrafo Único- Os produtos somente poderão ser colocados à venda sobre aramagem, bancas, ou mesas, não podendo ser expostos sobre o solo

Artigo 150- Os ambulantes devem apresentar-se adequadamente trajados, em boas condições de asseio.

O Chefe do Setor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento Alimentar (SEDAB) da SESP¹²⁸relata:

(...) antes de ser responsabilidade da SESP as feiras livres eram de responsabilidade da Secretaria de Agricultura de Estado. Em 1973, passou para a SESP, pois não havia no município, como ainda não há, uma Secretaria de Abastecimento. Apenas na Bahia, uma Secretaria de Serviços fica com feiras. Nos outros estados, geralmente feiras é de competência da Secretaria de Abastecimento.

No discurso da Lei, a *feira* é reconhecida como comércio de alimentos e objeto de intervenção tanto da SESP, como da VISA, cada uma em sua esfera de atuação. Sob responsabilidade da SESP ficariam as ações de organização dos espaços, a definição dos limites, a organização do comércio. A Vigilância Sanitária seria a responsável pelo controle higiênico-sanitário do ambiente, pelas ações de fiscalização e controle em busca da salubridade da feira, enquanto local público de comércio de alimentos.

No discurso dos fiscais, representantes do Estado, as *feira livres* caracterizam-se como comércio informal. De acordo com a Lei 5503/99, Código da Polícia Administrativa do Município, comércio informal é a atividade desenvolvida em logradouros públicos, por pessoa física, com equipamento removível ou fixo (Artigo 158). A informalidade expressa nas falas dos fiscais municipais é carregada de simbolismo e significa a falta de ordem .

¹²⁸ O Chefe do Setor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento Alimentar da SESP (durante o desenvolvimento desta pesquisa), está nesse cargo há 7 anos tem uma longa experiência na política de abastecimento do município, participando do processo de ordenamento da Feira do Japão. Está na SESP desde 1979

Da Mata (1997) salienta que não é possível misturar o espaço da casa com o da rua sem criar uma grave confusão. A *feira* é o espaço onde casa e rua se misturam, onde não há grandes distâncias entre os corpos. Talvez por isso, simbolize esta desordem no imaginário dos seus distintos atores. Essa indeterminação a torna um espaço peculiar, com códigos e regras próprios. A dificuldade que os fiscais têm em inserir a feira em um sistema de classificação reflete-se no incômodo que eles expressam em suas falas: “anomaly is abhorrent”(DOUGLAS, 2003, p.153)

Para os fiscais municipais, o fato de a *feira* ser na rua é um aspecto negativo, pois a rua é um local onde os limites de território são quase inexistentes. Na rua não há paredes, não há demarcação visível de onde se inicia e termina o território do outro; os limites são subjetivos. Nesse contexto, sua ação volta-se para instalar a *feira*, colocá-la em local demarcado, com limites; torna-se necessário fazer uma nova *feira*, revitalizada.

No discurso desses fiscais, a organização do espaço é o principal aspecto salientado. Algumas referências mostram-se como uma tentativa de explicação da falta de ordem nesse tipo de comércio. Para um agente da SESP, a desorganização da *feira* ocorre porque *largaram de mão* (S3), isto é, as relações de poder se afrouxaram, perdeu-se o controle sobre o espaço. Para outro agente, a Prefeitura não impôs mais seu poder sobre *feira* e *feirantes*. Outro ainda acredita que, na luta pelo poder, os *feirantes* venceram e conseguiram tornar a *feira* o seu território, afastando a Prefeitura do local (o que ocorreu com a saída dos agentes de fiscalização da Feira).

Sobre a retirada dos agentes da SESP¹²⁹ da Feira do Japão um dos agentes entrevistado relata:

(...) a gente segurou as coisas no Japão até onde pode, não houve omissão por parte da gente, mas depois da eleição perdemos o controle mínimo que ainda tínhamos lá. Tinha uns seis ou sete feirantes que abusaram da gente, e a gente segurando as pontas. Eles criavam problemas e a gente sempre segurando, notificando milhares

¹²⁹ No item VI (Agentes de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos) encontram-se as razões que justificaram a saída dos agentes da SESP da Feira do Japão

de vezes, conversando. Não houve omissão da gente mesmo. Mas veio a eleição e aquele controle que tínhamos se perdeu totalmente. A Prefeitura mandou a gente largar tudo e aí os caras tomaram aquela posição de fora; gora para tomar de volta vai ser difícil (S3).

Sem os fiscais na Feira do Japão, os *feirantes* começaram lentamente a transpor os limites que lhes foram impostos, os espaços começaram a ser invadidos e a *feira* começou a desenhar sua nova feição, livre, sem amarras, sem fiscais.

A *feira* foi criada pelo povo (S5), algo que surgiu espontaneamente, sem seguir um planejamento. Aqui, mais uma vez, o caráter da ordem é salientado. Por não atender à ordem, ela deve ficar *escondida* (S2), longe das vistas, para não incomodar, não ferir a norma instituída em outros espaços.

A *feira* é o espaço do *povo*, onde ele tem seus códigos e tempo próprios. Onde come-se, compra-se, negocia-se, dorme-se, encontra-se amigos, conversa-se, tudo ao meu tempo, no mesmo espaço, sem divisórias que protejam a intimidade dos indivíduos e que definam os limites entre o familiar e o estranho.

Em locais como as *feiras livres*, as noções de espaço e tempo são outras e são apenas compartilhadas por aqueles reconhecidos como pertencentes ao mesmo domínio. No caso dos fiscais, eles são considerados estranhos. São como visitantes que chegam e têm que absorver as regras de convivência da nova casa. Essa falta de familiaridade com os códigos da feira, cria neles uma estranheza que incomoda, que simboliza a desordem tão recorrente nas falas.

Há referência acerca do caráter cultural da feira, mas apenas um agente da SESP assinala esse aspecto. A maioria das referências (85%) é negativa e reflete a posição que a *feira* ocupa no cotidiano de trabalho desses profissionais. Somente um agente vê a *feira* como um espaço para os *feirantes*, que pertence a estes, pois ela é (...) *realidade de emprego para muitas pessoas* (V4), para aqueles que o sistema não aceita, os marginais. Assim, são vistos os *feirantes*.

Para os profissionais que representam a instituição no universo da Feira, a sua característica de informalidade gera mal-estar. Eles acreditam que deve-se *organizar* esta *bagunça* (S1), *dar ordem* a este espaço, limitá-lo. E foi essa a proposta do ordenamento da SESP: limitar a feira à Rua Gonçalo Coelho, separar os feirantes, classificar, controlar, ordenar, para assim, impor-lhe limites, afirmando assim seu poder.

Nesse contexto, o desejo de mudança da própria estrutura da *feira livre* surge na maioria dos discursos. Garis, agentes da SESP e fiscais da VISA expressam o desejo de converter a *feira* em um *mercado* fechado, isolado do ambiente externo (possível fonte de poluição). Talvez, aqui se expresse a idéia de que o ambiente fechado esteja protegido, e por isso, mais limpo, mais higiênico. Para Rodrigues (1999), portas e paredes simbolizam a separação entre os dois mundo (o da casa e o da rua), são marcadores de fronteiras entre os limites da casa e da rua, do público e do privado.

O desejo da *feira* como um *galpão* simboliza o desejo do afastamento daquilo que não se pode controlar, do que é ameaça ao poder do profissional. A *feira/galpão* não flui naturalmente, mas com regras institucionais. Não é mais a *casa/rua*, mas um estabelecimento, espaço de poder; é a limitação da vida social, segundo um sistema fixo de valores.

Além disso, o ambiente fechado traz a idéia de limites bem definidos, acabando com o aspecto de informalidade e de fluidez que caracteriza as *feiras livres*. Desta forma, espera-se que esse ambiente tenha *tudo organizado* (V3) e seja *com estrutura* (V1).

Segundo Foucault (1999), as construções arquitetônicas fechadas não são pensadas para simplesmente serem vistas, ou para vigiar o espaço exterior, mas para permitir um controle interior, estruturado e minucioso, para tornar visíveis os que nela se encontram.

Essa idéia é comprovada quando observamos a proposta da Prefeitura dos NACS como um substituto das *feiras livres*. Esta proposta intervém diretamente na informalidade e

fluidez de limites que caracteriza as *feiras livres*, como a Feira do Japão. Em espaços como os NACS, tempo e espaço são controlados e os feirantes são vigiados e submetidos ao poder disciplinar da instituição. Através da definição de limites, determinação de horários e formas de comportamento, padronização de equipamentos e uniforme, a Prefeitura controla os indivíduos e sua forma de comercializar seus produtos.

Na prática profissional dos fiscais de controle sanitário, eles não têm atuado nas *feiras livres*. Sua relação com este ambiente é superficial, pois eles visitam o local apenas para intervir no comércio formal. A Lei Municipal 5504/99 reconhece as *feiras livres* como objeto de ação da Vigilância Sanitária, mas historicamente as ações dos fiscais não se voltam para este universo. Um dos fiscais da VISA diz:

(...) já trabalhamos com o informal. Por exemplo, na última vez que tivemos lá [na feira], a gente viu que eles tavam com tudo no chão. A gente foi e deu o material educativo para eles também, como se fosse ao formal. A gente chegou e falou ' a gente trabalha na vigilância e a gente tá aqui orientando as pessoas'. E explicou algumas condições gerais para os informais, porque a gente vê que também tem que dar uma orientação para eles (V5).

A informalidade da *feira* é vista como *um obstáculo* (V1), como algo negativo, já que reflete a “naturalidade” que este profissional tenta superar com a imposição do conhecimento científico e da lei.

Através da aplicação da norma sanitária, interfere-se na esfera do privado, ordenando-o, classificando-o. De acordo com Costa, a “ legislação sanitária de proteção da saúde contém tanto normas de proteção coletiva quanto normas de proteção individual” (COSTA, 1999, p.55).

Avaliando sanitariamente a feira, os fiscais da VISA a classificam como *lixão*(V4), local com *situação higiênico-sanitária crítica*(V3). Um fiscal declara:

(...) a feira em relação as condições higiênico-sanitárias é horrível; aquele córrego é horrível, tem aquela água ali que se mistura com o lixo o que dá um aspecto realmente terrível e isso atrai insetos como moscas, vetores (V3).

Diante disso, a *feira* se apresenta como uma (...) *área que necessita de maior intervenção da saúde pública* (V4). Aqui, observa-se um reconhecimento da relação da VISA com a *feira*. Contudo, apenas nessa declaração isso é percebido. Na maioria das falas dos fiscais entrevistados(83%), a feira é tida como algo distante da VISA, algo que não faz parte de sua rotina, do seu cotidiano, a não ser como um obstáculo que deve ser removido, pois incomoda e prejudica sua ação.

Nas falas dos fiscais entrevistados não há referência à melhorias para os feirantes na sua concepção de feira ideal. As ações esperadas denotam apenas uma preocupação com a organização e formalização do ambiente, numa tentativa de colocá-lo dentro da ordem social, do padrão esperado de (...) *local excelente para a saúde* (S1). Destarte, um local bom para a saúde seria um local sem contato com o ambiente externo, diferente do atual; organizado, fiscalizado, ordenado, onde o poder do Estado fosse reconhecido como hegemônico.

Um ponto que chama a atenção é que os fiscais de VISA, que têm a higiene como seu objeto de intervenção, não fazem referências às condições de higiene como aspectos que devem ser priorizados na *feira ideal*. Apenas aspectos referentes à organização do espaço são valorizados, como: (...) *a feira deve ser feita com planejamento* (V1), deve ser um *local setorizado* (V3) e *específico*(V4).

Para eles, a informalidade da feira e a espontaneidade do local afetam sua visão de salubridade. Assim, fechar a feira, afastá-la da informalidade deve ser a principal mudança para que ela se transforme em ideal. Para ser ideal, a feira deve se afastar ao máximo da idéia de feira.

III - O Feirante

Segundo Geertz (1989), o mundo cotidiano é habitado por homens personalizados, caracterizados, classificados e rotulados dentro de um sistema de classes determinado por

cada grupo. Este autor refere que os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas, mas construídos historicamente, sustentados socialmente e impostos individualmente.

Desta forma, é fundamental compreender como os *feirantes* são percebidos pelos fiscais municipais, para compreender a relação que é estabelecida entre esses grupos de atores .

Para um fiscal da VISA, o feirante é:

(...) uma pessoa que quer sobreviver, uma pessoa que tem condições mínimas de instrução. Geralmente quer sobreviver e se opõe a essa legislação, se opõe as normas e tem essa dificuldade de se atualizar, devido a uma característica de rusticidade. As condições socio-econômicas deles são muito difíceis, eles têm que sustentar a família com muita dificuldade (V5).

Para os agentes municipais, a noção do termo *feirante* é carregada de símbolos que expressam negatividade. Como a *feira* afeta a *ordem*, os *feirantes* são tidos como aqueles que se afastam da ordem, do instituído, do formalizado, do legal.

Por estarem destituídos de formalidade, os *feirantes*, na compreensão dos fiscais da VISA, estão fora do seu foco de ação. O discurso desses profissionais é voltado para a formalidade, para os estabelecimentos fixos, que são objeto da Vigilância Sanitária. Para uma fiscal entrevistada;

(...) feirante é um pessoal que não tem principio, é a ignorância, desculpe a palavra, mas a palavra mesmo é ignorância, tem feirante que é ignorante mesmo, desconhece a legislação, desconhece tudo (V1).

Destarte, a percepção dos funcionários municipais acerca dos *feirantes* é carregada de preconceitos. Para eles, ser *feirante* significa ser *ignorante* (G2) e *sem educação* (V1). Mais do que uma falta de conhecimento, a falta de educação aqui significa *uma pessoa com mente limitada* (V3), que *não entende as coisas* (S4).

Nesse ponto de vista, um dos fiscais refere:

(...) eu vejo eles [feirante] como criança, porque criança passa às vezes a vida toda aprendendo, a gente repete pra nossos filhos e eles vão aprendendo pela repetição. Assim tem que fazer uma repetição porque a limitação é da mente. Tenta ensinar alguma coisa pra uma pessoa que trabalha na sua casa, é horrível, você pede pra ela raciocinar, raciocinar; tipo minha filha você vai fazer tal comida, você tem que

fazer essa comida e não pode mexer, ela tem que fazer um planejamento na cabeça dela pra entender isso (V1).

A dificuldade de compreensão dos feirantes aparece em vários discursos dos fiscais. Isso vem a denotar o significado que a categoria *feirante* tem para este grupo de ator. *Feirantes são crianças (...), pessoas sem consciência (V1)*; são indivíduos infantilizados, sem noção das regras, da norma. Pessoas que vivem sem limites, soltos na informalidade.

Boltanski (1969) refere que a dificuldade que as classes populares têm em assimilar o conhecimento científico ocorre porque elas não compreendem as informações que lhes são transmitidas. As normas que lhes são impostas não são reconhecidas dentro de seu sistema simbólico. Assim, esses indivíduos as reinterpretam, utilizando para isso as categorias de análise e sistemas de classificação que têm a sua disposição e que são compartilhados pelo seu grupo social. Com base na idéia deste autor, entendo que os *feirantes* e *consumidores* da Feira do Japão utilizam categorias próprias para compreender e reinterpretar as normas sanitárias ou mesmo as informações transmitidas na escola, nos meios de comunicação ou mesmo durante o contato com os fiscais municipais .

As regras de *higiene* e a norma institucional transmitidas pelos agentes municipais não encontram correspondência nos esquemas de códigos utilizados pelos feirantes e consumidores da Feira do Japão. Por outro lado, a forma como eles vêm os alimentos e cuidam deles está embasada em outro sistema de símbolos, desconhecido pelos fiscais. Essa situação torna a relação entre esses grupos de atores ainda mais difícil e conflitante.

Para os agentes da SESP, faz parte da cultura do *feirante* a sua atração pela *sujeira*, a sua dificuldade de entendimento, a resistência e desobediência à ordem instituída pelo Estado.

(...) é que eles [os feirantes] têm essa cultura de dizer que feirante é assim mesmo , que nunca se viu feira limpa, onde é que tem feira limpa? A gente fala: rapaz limpa o caixote e eles dizem: já viu feira limpa rapaz, feira é assim mesmo (S2).

Os agentes entrevistados utilizam o termo *barraqueiro* (S3) como sinônimo de *feirante*; mais do que dono de barraca, *barraqueiro* tem um caráter pejorativo, indicando

indivíduo marginalizado. Nesse contexto, a barraca significa o informal e o barraqueiro é aquele que está em uma posição marginal ao sistema, à forma instituída de comércio.

Muitas das referências dos agentes de fiscalização da SESP e dos garis retratam a experiência que esses atores têm com os feirantes e as dificuldades no seu trabalho de fiscalização. Não há uma definição da categoria, apenas uma alusão à posição dos *feirantes* na sua atividade prática. Os *feirantes* são: *peessoas ignorantes* (G2), *que desconhecem tudo* (S4).

Eles são tidos como pessoas que não pensam, que não refletem, são, portanto, indivíduos que necessitam de uma ajuda. O termo *ignorante*, além de referir-se à condição cognitiva do *feirante*, faz uma referência também ao estilo de comportamento. *Ignorância*, além de aludir ao fato do *feirante* desconhecer “a lei”, a forma de agir, de não ter o saber, o conhecimento científico, também conota rudeza, comportamento grosseiro.

O saber do *feirante* não é valorizado pelos fiscais municipais. Para eles, *feirantes* são *peessoas sem estudo* (V1), sem o conhecimento formal. São indivíduos distantes do conhecimento científico, aqui representado pela legislação: (...) *são pessoas que desconhecem a legislação*(V1). Esta “*ignorância*” dos *feirantes* afeta diretamente sua relação com os fiscais, que vêem esses atores em uma posição de inferioridade.

Observa-se a desvalorização do saber do feirante pelos fiscais da VISA quando se solicita-lhes relexão sobre algumas categorias como ‘*produtos estragado*’. Para o fiscal, só o olhar especializado do técnico poder avaliar se um produto está ou não *estragado*. O *feirante* é incapaz de fazê-lo, pois carece da ciência e o *produto estragado* é aquele *com crescimento bacteriano*(V1).

Conhecimento e poder se confundem. Assim, para os fiscais da VISA que se percebem como os detentores do conhecimento técnico-científico, eles estão revestidos de poder. Cabe a eles, portanto, impor este poder aos dominados. Segundo Foucault, através das ações de vigilância estabelece-se “ sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são

diferenciados e sancionados”(FOUCAULT, 1999, p.154). Desta forma, os *feirantes* ocupam uma posição inferior na escala social da VISA.

No entanto, esse pensamento não pode ser generalizado. Uma das fiscais de controle sanitário entrevistada manifesta sua angústia em relação a distância entre a legislação que embasa sua ação profissional e a realidade social dos *feirantes*. Ela diz:

(...) agora, o que eu acho é que tem que existir uma coerência entre a legislação e a situação socio-econômica dos feirantes. Eu acho que tem que dar um prazo, tem que fazer um trabalho, tem que fazer um monitoramento desse trabalho (V5).

Black (2005) salienta que as normas sanitárias são formuladas tendo com base os grandes produtores de alimentos e os grandes supermercados, e o seu cumprimento é muito custoso para os pequenos negociantes. Além disso, a regulamentação sanitária não leva em consideração as diversidades e características culturais, a história e as formas tradicionais de comércio. Para esta pesquisadora, as leis tendem a homogeneizar e padronizar os alimentos e onde eles são produzidos e vendidos, simplesmente porque, desta forma, o controle é mais fácil.

Quando os fiscais da VISA vão à Rua Gonçalo Coelho, eles não visitam as bancas da feira, sua ação se limita aos estabelecimentos fixos que comercializam alimentos. Durante as entrevistas, ficou claro que os fiscais do distrito da Liberdade desconhecem a feira, eles não tinham nem ciência da existência do Armazém do Japão e do projeto de ordenamento que ocorreu na região.

Os *feirantes*, a seu ver, representam um grupo que está fora de seu foco, que se *opõem a legislação* (V5) e não aceitam submeter-se à ordem instituída, ao poder do Estado. Segundo uma fiscal da VISA;

(...) o feirante é um tipo assim, você faz um trabalho e ele primeiro já tem aquele lado pessoal, que ele vem fazendo aquilo desde do tempo de seus pais, e ele já tem aquilo ali formado; assim, ele acha que aquilo que a gente [fiscal] tá falando não vai adiantar ou contribuir com nada, vai só onerar o trabalho deles. E segundo, eles acham que tudo aquilo que a gente pede não tem necessidade; é uma coisa deles. Às vezes, até eles tentam cumprir as coisas, mas eles fazem como se fosse uma carapaça por fora, só fazem pra ter aquele direito a aquilo ali; depois de algum tempo, eu te garanto que aquele homem que tem uma barba deste tamanho vai tá lá

trabalhando normal e ele só vai começar a raspar depois que a vigilância for pra lá e obrigar ele a tira (V5).

As instituições como a VISA e a SESP são tidas como representantes do poder estatal, e cultivam o que Bourdieu concebe como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica”(BOURDIEU, 2002, p.9); embora os feirantes não se incorporem a esta ordem. Destarte, o significado que esta categoria carrega para os fiscais está carregado de símbolos trazidos de sua prática de dominação. Expressões como: [pessoal] *rústico(V5)*; *pessoa que não entende as coisas (S3)*; *com dificuldade de se atualizar(V5)*; *que só age quando obrigados (S2)*; *que tem resistência a mudança (S7)*; *que se opõem a legislação (V5)* denotam a posição de dominados que os feirantes ocupam no sistema simbólico desses profissionais.

Através da imposição da norma, os técnicos da VISA buscam extinguir as condutas tidas como inaceitáveis. As ações de fiscalização e controle são voltadas para a padronização das características corporais, emocionais e sociais. Nesse contexto, os feirantes, com sua informalidade, significam um “ *péssimo exemplo*” (V4), pois ao se posicionarem fora da estrutura formal determinada pelo sistema, eles atingem diretamente a estética do ordenamento, da higiene determinada pela ciência.

Em alguns momentos, a questão da higiene é salientada. Contudo, permanece o sentido negativo dado à categoria, pois feirantes são *pessoas sujas (V1)*, que vivem afastadas das regras de higiene. Um trecho de um dos discursos vem exemplificar essa compreensão: (...)
eles acham a falta de higiene normal (V1).

Alguns agentes da SESP também salientam aspectos referentes às práticas de higiene dos feirantes, reconhecendo-os como pessoas sem higiene, como pessoas que são atraídas pela sujeira, que gostam de desorganização.

O cotidiano da feira é pano de fundo para maior parte das referências. Assim, o feirante definido pelos agentes da SESP é um *indivíduo resistente(S1)*, *que não aceita a ação*

de fiscalização (S4) e de ordenamento; pessoa, que não respeita os fiscais e os ameaça; pessoa com interesses apenas financeiro (S6); sem higiene.

Para os garis, os feirantes são pessoas sujas, ou melhor, pessoas que *querem sujeira (G1) e que não se preocupam com limpeza (G2)*. A metáfora *porco* também aqui surge para caracterizar o feirante. O feirante é, diversas vezes, visto como um obstáculo à ação do gari. Um inimigo, alguém que impede que a ação de limpeza ocorra.

A maioria dos fiscais da VISA (90%) expressam, em suas falas, sentimentos de descontentamento com a sua relação com os feirantes: [os feirantes] *acham que o que a VISA pede não têm necessidade (V1) , acham que têm que continuar como querem(V1), escondem os erros da fiscalização (V3)*.

Em algumas falas mostra-se uma compreensão social da situação da feira. Nesse momento, os feirantes são percebidos como *um problema social (V2)*. Aqui, não mais à margem da norma, mas à margem do sistema produtivo. A feira, enquanto local de comércio, passa a ser percebido como o local para as *pessoas com poder aquisitivo menor (V5)*. Ser feirante não é uma opção de trabalho e sim, a única alternativa de sobrevivência para aqueles que não são incorporados pelo sistema formal de produção: são feirantes *por falta de [inserção no] comércio formal (V1)*.

IV - O Consumidor

Luckmann e Berger (1998) ressaltam que nós apreendemos o outro a partir de um sistema de tipificação, que vem a interferir na nossa interação e determinar a forma como nos relacionamos. Com base nesta idéia, compreende-se que a forma como os fiscais municipais

percebem os consumidores da Feira do Japão é um reflexo da noção de feira no sistema de tipificação desse grupo de atores.

Encontrei poucas referências à categoria *consumidor* nos discursos dos agentes de fiscalização da SESP. Para um dos agentes entrevistado, o consumidor da Feira do Japão não tem uma especificidade, é, simplesmente, a *população* (S1). Outros dois agentes associam alguns aspectos positivos à categoria; para eles, o *consumidor* é um *parceiro* (S3), *gente boa* (S2), o que denota a importância da relação *consumidor/SESP* na execução das atividades de fiscalização. Mais do que alguém que frequenta ou compra na feira, os consumidores são pessoas a quem o trabalho da SESP está vinculado.

Os agentes da SESP declaram:

(...) muitos [consumidores] acham nós direito e muitos acham que nós somos ladrão e diz: aí, olha a cambada de ladrão, vão trabalhar (S4);

(...) quando nós estamos fazendo o serviço a população chega até a ser contra nós. Quando nós não fazemos, deixa de fazer, a população reclama porque não fez. Então, acho que devia ser mais divulgado isso pra que a população entenda o nosso serviço na rua (S5);

(...) a própria população também não gosta da gente porque eles acham que a gente toma mercadorias deles [os feirantes], mas quem toma não é a gente, é a Prefeitura (S1).

Nestas declarações pode-se perceber o conflito existente entre esses dois conjuntos de atores (fiscais da SESP e consumidores). O agente de fiscalização sente-se incomodado com a visão que os consumidores da feira têm a seu respeito. Para ele, a imagem policialesca associada ao seu trabalho o estigmatiza junto à comunidade.

(...) o pessoal só odeia a gente quando a gente faz uma apreensão, aí xingam a gente, diz que vai fazer, mas a maioria do pessoal que conversava com a gente, dava os parabéns por ter ordenado a feira, por ter colocado as barracas ali pra dentro (S2).

Esta reação dos agentes de fiscalização mostra que há certa solidariedade entre consumidores e feirantes.

Goffman (1988) salienta que o indivíduo estigmatizado espera ser aceito socialmente e por isso tenta corrigir o que considera a base objetiva do seu defeito. A forma como o

estigmatizado é visto e recebido pelos outros gera nele uma sensação de incômodo e ele tenta fugir desse desconforto. No caso dos agentes da SESP, a posição que seu cargo ocupa no imaginário popular o estigmatiza socialmente.

A ação dos agentes de fiscalização da SESP se baseia na apreensão de mercadorias e equipamentos, assim a denominação popular “rapa” bem traduz o seu trabalho. O termo rapa pode ser associado com os termos: raspar, roubar, tirar, subtrair com violência. A partir dessa idéia, o trabalho do fiscal que realiza apreensão é visto, pois, como um ato de rapina.

O fiscal da VISA vê o *consumidor* da feira como um indivíduo com limitações que impede a assunção de um papel mais ativo e positivo no contexto da feira; alguém a quem falta esclarecimento. Um fiscal declara:

(...) o consumidor mesmo eu acho que fica muito parado, não pensa no assunto[higiene], ele deveria ser melhor informado, através de jornal, pra que ele saiba o porquê das coisas pra que ele possa cobrar também, porque ele é o principal gatilho pra gente, pra ajudar a gente, eu acho (V1).

Em outra declaração, nota-se a distância entre *consumidor* e o fiscal da VISA, que se queixa da flutuação das atitudes do consumidor:

*(...) O que a gente vê é quando a gente tá atuando, eles [os consumidores] chegam e fazem comentários; através desses comentários é que a gente percebe o que eles pensam sobre a ação da VISA, tipo: “que bom que a vigilância tá por perto; tá vendo o que tem que fazer”
Ou eles chamam a gente na rua pra pedir pra gente ir em tal lugar, quando eles percebem que a gente tá por perto
Mas em outros casos, a gente sente revolta, quando a gente tenta agir com uma atuação mais forte; e se tem alguém por perto eles ficam do lado do comerciante sem entender porque (V4).*

Um dos fiscais de controle sanitário entrevistado percebe o *consumidor* da feira como alguém sem consciência e noção dos fatos, mas que está sendo despertado para a situação através da sua ação. Isso traz uma noção dos *consumidores* como pessoas que necessitam de algo que os desperte, que os acorde; alguém dependente, que precisa ser guiado, conscientizado.

Os termos associados à categoria pelos gari são relacionados à sua prática, à experiência vivida e ao papel que o ator *consumidor* tem dentro desta vivência. No discurso dos gari, apenas expressões com sentido negativo são associadas à palavra *consumidor*, tais como: *lixo, sujeira, sujo*.

Em um dos depoimentos há uma avaliação taxativa: *consumidor é uma pessoa errada, que está em erro*, pois compra na feira, o que significa, para o gari, uma opção errada. Mas por que seria erro comprar na feira?

Pode-se ter uma compreensão deste erro, nas linhas seguintes: é um erro porque [o consumidor] *compra no lixo* (G1), porque *vê sujo e compra* (G3), porque *não cobra limpeza*(G2). Assim, o *consumidor* é alguém que não valoriza o trabalho do gari, é alguém para quem o gari, enquanto ator responsável pela limpeza, não tem importância; cujo trabalho, não têm uma significação.

V - O sujo

Para feirantes, consumidores e funcionários municipais da Feira do Japão, *sujo* é o que afeta a harmonia e a estética do ambiente, é o que traz um incômodo: *sujo é o lugar fedendo* (G3). A noção de *sujo* está associada ao que é percebido pelos sentidos da visão e do olfato.

Douglas (1991) caracteriza a impureza como uma ofensa à ordem. O chorume que escorre das caixas de lixo e impregna a feira com o odor fétido traz uma alteração do aroma que simbolicamente é tido como aroma de feira: cheiro de frutas, de vegetais, de produtos frescos.

Um gari entrevistado diz: (...) *sujeira é o que nos faz perder a vontade* [de estar no local], *de comprar ali* (G3).

Desordem e *sujo* são expressões que se confundem semanticamente, pois se assemelham na dimensão do simbólico. Douglas (2003) menciona que em cada sistema cultural, os códigos de pureza são estabelecidos levando em conta uma forte distinção entre o privado e o público e as implicações disto são insuperáveis. Na Feira do Japão, na classificação de *sujo* e *limpo*, as percepções de público e privado interferem de maneira curiosa. O *sujo* é o espaço público, compartilhado com os outros; o espaço privado correspondente ao sujeito é por ele categorizado geralmente como *limpo*.

Para um agente da SESP, sujar é *jogar a peteca* (S3), o que significa deixar de lado, abandonar, não cuidar do local, não organizá-lo. A *sujeira* é algo presente, que interfere na ordem do ambiente. Segundo Douglas, as noções de impureza são expressões de sistemas simbólicos. Para ela “quando tivermos abstraído a patogenia e a higiene das nossas idéias sobre a impureza, ficaremos com a velha definição nas mãos: qualquer coisa que não está no seu lugar”(DOUGLAS, 1991, p. 50).

Rodrigues salienta que a *sujeira* simboliza o perigo que deve ser afastado, ela é “sempre alguma coisa que ofende o sistema de classificação”. (RODRIGUES,1995, p.84). Afirma ele que varrer e lavar são ações que visam pôr cada coisa em seu devido lugar. Para os garis, trabalhadores envolvidos na *limpeza* urbana, cujo papel central é retirar a *sujeira* do ambiente e trazer a ordem de volta ao local, a *sujeira* simboliza *bagunça*, isto é, uma desordem. Nesse ponto de vista, limpar significar ordenar a bagunça, retirar aquilo que afeta a ordem estabelecida, como por exemplo, [sujeiras são] *os ossos e carnes no chão*(G3), pois, interferem na ordem visual do local.

Douglas define a impureza “como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados”(DOUGLAS, 1999, p.50) A fruta, após seu uso, se transforma em bagaço que carece de valor de nutrição. Assim, o bagaço pertence a outra

classe de produtos e deve ser retirado da feira, local de comércio de vegetais frescos, fonte de nutrientes. Para os gari, *bagaço de frutas* (G3) significa *sujeira*.

Os fiscais da VISA também associam a *sujeira* a uma alteração na ordem e na idéia que se tem de “normal” no ambiente. Tudo que não é esperado encontrar ali vem a simbolizar a *sujeira*, o “anormal”. Desta forma, são consideradas *sujeiras*, entre outras coisas, a *teia de aranha*, os *insetos*, o *sangue* espalhado na roupa, nas bancas, no chão. Apenas os fiscais municipais associaram o sangue das carnes a idéia de sujeira. Não tive testemunhos de consumidores nem de feirantes classificando o sangue nas roupas dos açougueiros, ou mesmo nas bancas, por exemplo, como *sujeira*, pois, para eles, o sangue faz parte desses espaços.

Para Rodrigues (1975), a repulsa do *sujo* é de ordem simbólica e classificatória, antes de orgânica e patológica. A desordem evidencia uma interferência no nosso sistema de classificação simbólico.

Os fiscais da VISA apontam os insetos como indicativos do *sujo*, pois esses seres não devem fazer parte do ambiente *limpo*. Mais do que vetores de contaminação, os insetos significam o estranho, o anormal, simbolizando, desta forma, a *sujeira*.

Para os funcionários municipais, *feira* e *sujo* são categorias semânticas que se relacionam. Inclusive, um gari utiliza a palavra *feira* como sinônimo de *sujo*. Para este ator, a *feira* significa local desordenado, bagunçado, *sujo*.

A declaração de um gari entrevistado chama a atenção. No seu discurso, ele diferencia a *sujeira* de bairro da *sujeira* de feira. Para ele, a feira tem mais *sujeira* do que o bairro e este é mais *limpo* do que a feira. A *sujeira* do bairro não incomoda: são sacos plásticos, latas, produtos inorgânicos, que não trazem um incômodo e afetam apenas a ordem visual, daí serem considerados mais *limpos*. Já a *sujeira* da feira é diferente: *verdura ruim*, *essas coisas* (G2), produtos orgânicos cuja alteração do estado traz um incômodo visual e olfativo.

Isto está de acordo com o que diz Rodrigues (1995) para quem existe uma escala simbólica de valor do lixo. Para ele, nós classificamos o lixo de acordo com a ameaça que ele representa do ponto de vista simbólico.

Este autor refere que na sociedade industrial, temos dois tipos de lixo, *o orgânico* — lixo por excelência e que nos causa horror especial pelo que evoca de morte e tanatomorfose — e o *lixo inventado pela sociedade industrial*, que é vida sem morte, que não volta às origens e que se acumula e causa destruição. Esse lixo não tememos: são plásticos, vidros, latas. Assim, simbolicamente, separamos o lixo que nos ameaça do ponto de vista simbólico do outro que nos parece politicamente neutro, e menos sujo.

Ele reforça: lixo é uma questão cultural, que existe essencialmente como realidade simbólica. A noção de lixo é construída a partir de símbolos individuais; o que é lixo para um grupo, pode não ser para outro, dependendo da utilidade que aquilo ainda tiver para determinados indivíduos. Destarte, os ossos após a retirada da carne podem ser considerados lixo para uns e podem ser considerados alimentos para outros.

Rêgo et al. (2002), em um estudo desenvolvido com mulheres de um bairro periférico na cidade de Salvador acerca do conceito de lixo e da compreensão da relação entre exposição a este fator e saúde, observam que a concepção de lixo difere de grupo para grupo, havendo uma escala de valorização dos produtos. Quanto a isso, Rodrigues (1995) salienta que as concepções de lixo estão carregadas de relações sociais, políticas e simbólicas; para ele, os dejetos são valores.

Na Feira do Japão, a idéia de lixo associa-se àquilo que sobra depois do consumo, o que não tem mais utilidade, é o *que não serve* (S4).

Um dos agentes da SESP menciona *frutinha podre* (S2) como exemplo de lixo. Contudo, observei que na feira há pessoas que vão perambulando de banca em banca, solicitando essas frutinhas que servirão de alimento para elas. O que não é mais útil para o

feirante, devido a uma alteração na aparência, na palatibilidade ou no viço, é útil para quem vê a fruta como alimento, apesar desta alteração.

Rodrigues frisa que numa sociedade de consumo, como a nossa, as camadas sociais se diferenciam também pelos restos que espalham ou que transferem para os outros. Assim, o lixo se transforma, “em instrumentos semiótico de diferenciação de classe” (RODRIGUES,1995, p.108)

Os fiscais da VISA associam a idéia de lixo à decomposição, a uma alteração do estado do produto. Assim, lixo é: *coisa podre (V2)*, *folha podre (V4)*, *o chorume (V1)*. Um aspecto que vale a pena salientar é que no Dicionário Aurélio *chorume* significa “banha, gordura, pingue”, ou no sentido figurado “abundância, opulência”. No entanto, para este grupo de ator, *chorume* significa o líquido decorrente do processo de decomposição do lixo orgânico.

Para um gari, *papel não é lixo (G2)*. Apesar de algumas vezes alterar a ordem visual do local, o papel sempre mantém sua utilidade. Mesmo depois de utilizado, ele pode ser reciclado, sendo útil novamente; o papel não tem seu aroma alterado; se isso ocorre não é o papel que altera, mas sim o que foi agregado a ele. Desta forma, o papel não vem a simbolizar lixo para ele.

VI - O limpo

Para um dos agentes da SESP entrevistado, *limpo* é um conceito relativo. O que pode ser *limpo* para uma pessoa pode não ser para outra.

Um dos entrevistados afirma:

(...) Isso [limpeza] é muito relativo. Às vezes, você pode avaliar como limpo, mas outro não vê assim. Se tem aquele amontoado de lixo assim, pra mim tá sujo, mas é relativo.

Por exemplo, se você vai no shopping Iguatemi¹³⁰ e cai alguma coisa no chão, alguém vai logo lá e limpa, isso pra mim é limpeza (S3).

Rodrigues (1975) salienta que o conceito de *limpeza* varia de sociedade para sociedade e é construído com base em um sistema de símbolos que se baseia nas noções de puro e impuro e em princípios de diferenciação e de organização social. Nas falas dos entrevistados, *limpo* e *ordem* compartilham a mesma categoria semântica e se assemelham no nível do simbólico.

As distintas concepções de *limpo* podem ser entendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, com finalidades práticas que permitem a compreensão de uma realidade comum aos distintos grupos sociais.

Para Douglas (2003), o corpo social configura o modo como o corpo físico é percebido. O significado da categoria *limpo* no sistema simbólico dos fiscais municipais reflete o papel que eles desempenham na sociedade, ou reflete a forma como eles percebem esse seu papel.

A idéia de *limpo*, para alguns fiscais municipais, assim como para os feirantes, está associada à estética e à beleza. *Limpo* carrega a noção de algo que agrada, que não agride a ordem estabelecida; *limpo* é um *lugar com uma cor bonita* (V4). Vigarello (1996) frisa que a *limpeza*, mais do que um cuidado com a *higiene*, é um cuidado estético, seu foco é a aparência, antes de ser a *higiene*. Na Feira do Japão, um gari relata: *a limpeza faz as pessoas se sentirem bem*(G3), é uma sensação de bem-estar. Nesse contexto, a ação de limpar simboliza a retomada da ordem simbolicamente estabelecida e varia de grupo para grupo, dependendo do que vem a significar sujeira para cada um.

Em uma pesquisa realizada na região Saniya, Burkina Faso e Zimahead, Zimbabue, ambas na África (2005) demonstrou-se que as mudanças nas *práticas de higiene* ocorrem muito mais por interesses estéticos do que pelo medo das doenças.

¹³⁰ Maior Shopping Center da cidade

Em seu *Ensaio Psicossociológico das Relações entre a Prática-Teoria no Lócus da Moradia*, Rabinovich (2004) observa uma associação entre *ordem* e *limpeza* e uma substituição das categorias *ordem/desordem*, *limpo/sujo* por *arrumado/ não arrumado*. Nesse âmbito, a *limpeza* caracteriza-se como um aspecto pessoal, ligado à aparência e ao bem-estar. Assim, o *limpo* e o *sujo* são ligados a uma categoria estética.

As referências dos garis acerca da noção de *limpo* estão associadas à prática desta categoria de ator (funcionários da Prefeitura oficialmente responsáveis pela limpeza da feira). As ações de *limpeza* constituem sua prática de trabalho. Assim, para eles, a *limpeza* surge muitas vezes associada às atividades que desenvolvem na feira, como *varrer (G1)*, *passar vassoura(G2)*.

Os garis associam a categoria *limpo* como o objetivo de sua ação, uma consequência do seu trabalho: está *limpo depois de varrer(G3)*, *depois da limpeza (G1)*. Nesse contexto, limpar é *colocar as coisas em ordem*, retirar o que é estranho ao ambiente.

Muitas declarações dos funcionários municipais acerca da sua compreensão do termo *limpo* trazem aspectos que avaliam o local, e não uma definição do termo, denotando a pouca reflexão sobre a categoria, como: [limpo é] *lugar livre de mosca(V4)*, *lavado todo dia(G3)*, *sem lixo no chão(S2)*, *limpo é varrer(G2)*, *lavar(G1)*, *é a ausência de moscas(S3)*, *é estar sem mosquito (S4)*.

Um fiscal da VISA declara:

(...) [para um lugar ser considerado limpo] *Eu acho assim que o local deve estar livre de acúmulo de lixo, sem presença de insetos e roedores, visualmente limpo (V5)*.

Para os fiscais municipais, a *limpeza* não é mais aplicada como uma qualidade do indivíduo, mas uma qualidade do espaço, que o distingue socialmente. Ela faz parte do ambiente. A limpeza da feira é uma responsabilidade do governo, para um fiscal da SESP, e dos feirantes, para outro. É, portanto, uma ação que depende de alguém.

Para um agente da SESP entrevistado, o shopping simboliza *organização* e *formalidade*, palavras que para ele estão associadas à *limpeza*. Vigarello (1996) cita que a *limpeza* era um fator que distinguia as classes; muitas vezes esse termo era associado à urbanidade, à civilidade, o que lhe concedia uma conotação socialmente distintiva. Nesse caso, a civilidade é representada pela idéia de shopping.

Nos discursos dos fiscais da VISA, a interferência do conhecimento científico na sua compreensão sobre *limpo* é mais evidente. Nas falas desse grupo de ator nota-se a aversão pela doença e por tudo aquilo que é associado a ela. Assim, limpar é afastar o perigo do patológico e a idéia de morte. Para ele, a categoria *sujeira* está associada a algo que ameaça. O perigo invisível dos microorganismos é traduzido na aversão pelos insetos, pelo mofo, pelo vetores, veículos desses seres que se associam à idéia de doença.

VII - **A higiene**

A compreensão acerca da *higiene*, mais do que um reflexo da vivência dos distintos indivíduos, denota o sistema de símbolos compartilhados pelos atores pertencentes a determinado grupo, como os fiscais municipais

Para dois agentes da SESP, *higiene é uma característica da pessoa(S3), algo que se tem(S1)* e que faz parte da personalidade do indivíduo, diferenciando-o positivamente.

Já no discurso dos fiscais de controle sanitário, o termo é associado ao ter — *ter lixeira(V1)* e ao fazer — *conservação de produtos(V4)*; ambas associações expressam *práticas de higiene* e não uma compreensão do que significa a *higiene* para este grupo de ator.

Luckmann e Berger frisam que a construção do nosso sistema simbólico tem origem nos processos de reflexão subjetiva, “os quais depois da objetivação social, conduzem ao

estabelecimento de ligações explícitas entre os temas significativos que têm suas raízes nas várias instituições” (LUCKMANN E BERGER, 1997, p.142). Assim, as declarações dos fiscais acerca da noção *higiene* são reflexos da sua vivência e interação com os demais grupos de atores.

Para o gari, ter *higiene é cumprir o horário*(G1). Uma das principais queixas deste grupo é o não cumprimento do horário de desarmar as barracas pelos feirantes, pois isso vem a dificultar a limpeza e lavagem da rua; o não cumprimento do horário impede a *higiene* da rua.

Para três agentes da SESP, as *práticas de higiene* referem-se apenas a aspectos culturais. Eles dizem:

(...) higiene é uma questão cultural e isso não muda da noite pro dia, para ser mudado essa questão tem que ser trabalhada com o tempo e com organizaçã (S4);

(...) Ainda tem o problema do costume, eles[feirante] sempre comercializam da forma deles e se você[agente da SESP] mudar isso em pouco tempo eles não vão assimilar nada(S3);

(...) mas vai ser difícil [melhorar a higiene da feira]porque todas essas questões são questões culturais e você sabe que tudo que é cultural é difícil de mudar.A higiene de lá [Feira do Japão] melhorou bastante depois do trabalho[ordenamento], tinha muitos costumes antigos, como colocar mercadorias no chão, vender sem cuidados, como as carnes (S2).

A forma como o indivíduo cuida dos alimentos é resultado da sua história, do que aprendeu com seus pais, familiares e amigos e está permeada de símbolos. Nesse contexto, para este profissional, sua ação, enquanto controlador destas práticas, se torna difícil, pois ele não compreende a rede de significados que permeia sua ação na feira.

A sub-coordenadora da VISA do Distrito da Liberdade acredita que as condições higiênicas da feira são decorrentes do nível de educação dos feirantes, segundo ela:

(...) eu acho; o que eu vejo, dependendo do estabelecimento, o que existe é a ignorância do Brasil, que é muito grande e não vai resolver isso aí [higiene] só com a gente[fiscal] chegando. A gente tem que capacitar esse pessoal[feirante], pra eles entender porque a gente tá pedindo isso. Então eu acho que é ignorância, mas tem que dar também um pouco de estrutura, tem que ajudar. Eu não acho que a limpeza da feira seja só responsabilidade do governo, é deles também ,mas tem que dar educação.

Para os fiscais de controle sanitário, as *práticas de higiene* são o foco de sua ação e estão associadas ao saber, ao conhecimento; são, portanto, algo externo ao indivíduo. Assim, cabe a eles, enquanto detentores deste saber, mostrá-las, educar os indivíduos moldando sua forma de comportar-se e de se relacionar com seu corpo e com os alimentos que comercializam. Um fiscal refere: *a própria legislação* [utilizada pelos fiscais] *tem o papel de mudar um hábito* (V5).

Através da norma sanitária, esses fiscais intervêm na realidade, categorizando os indivíduos. Como diz Foucault, “ o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (FOUCAULT, 1999, p.154)

Na compreensão dos fiscais, para que haja *higiene* na feira deve haver *fiscalização e* uma ação mais rígida por parte dos órgãos de fiscalização. Apesar de acreditarem que a *higiene faz parte do dia dos feirantes* (S4), eles apontam para a necessidade de intervenção nesse aspecto, pois ela *está atrelada a fiscalização e multa* (S1).

Em muitos discursos (80%), confunde-se definição com avaliação; são referências tautológicas que expressam a superficialidade da compreensão da categoria. *Higiene é uma noção* (V3). Mas o que essa noção expressa? Uma noção relacionada a quê? Não se observa uma reflexão, um questionamento, um pensamento estruturado acerca da categoria *higiene*.

Os símbolos e os sistemas de códigos são objetivações feitas a partir da realidade cotidiana vivenciada e subjetivada por cada grupo de ator. Desta forma, os distintos signos que permeiam a compreensão acerca da higiene denotam a relação que fiscais de controle sanitário, agentes da SESP e garis estabelecem com a sua realidade social e profissional e com o sistema classificatório que criam para compreender esta realidade.

Os fiscais da VISA associam *higiene* ao saber. Ao conceber a higiene como algo formalizado, eles a afastam do senso comum. Assim, ela pertence à ciência, ao saber formal

da norma, dos técnicos. A *higiene* distingue as classes, separa os grupos: os que têm o *saber* e os que não o têm.

Higiene é algo que deve ser ensinado. Ela é a norma, que segundo Foucault(1999), caracteriza-se como

um corpo de leis e textos que é preciso memorizar; não diferenciar indivíduos, mas especificar atos num certo número de categorias gerais; não hierarquizar mas fazer funcionar pura e simplesmente a oposição binária do permitido e do proibido; não homogeneizar, mas realizar a partilha, adquirida de uma vez por todas, da condenação” (FOUCAULT,1999, p. 153).

Apesar de reconhecer a *higiene* como foco de sua ação, um fiscal de controle sanitário não associa a *higiene* da feira livre como um de seus objetos, ele diz:

(...) Às vezes eles[feirantes] não têm consciência de que precisa lavar, que não pode botar o alimento no chão, alguém tem que orientar, e eu acho que cabe a Prefeitura através de algum órgão(V3).

Já o agente de fiscalização da SESP acredita que as condições de *higiene* da feira não são responsabilidades da Prefeitura e sim dos feirantes.Para ele:

(...) é falta de higiene deles [feirante] mesmo , é deles mesmo, eles são assim , o problema não é da prefeitura. Ela tenta ajudar, mas eles não aceitam a ajuda da prefeitura. O que ela pode fazer? Tem que ver os dois lados(S5)

Através da norma busca-se acabar com os comportamentos desviantes, homogeneizando a feira, reduzindo as diferenças. A higienização do espaço vem a simbolizar a disciplinarização dos indivíduos; “o normal se estabelece como princípio de coerção no ensino” (FOUCAULT, 1999, p.153),

A Sub-coordenadora da Vigilância Sanitária do Distrito da Liberdade refere:

(...) [higiene] é uma questão social, como eu já disse. Se eles não têm condições de higiene em casa, eles moram tudo junto no mesmo local, na mesma casa, dormem juntos. Eu trabalhei em Amargosa e lá tinha o problema de fossa e vala e outras coisas mais que fazemos aqui; e quando você vai ver a situação na íntegra, a pessoa vive com uma falta de higiene terrível na casa dela e ela acha que aquilo é normal. Ela faz a comida, os bichos ali, o cachorro tá defecando do lado; tá todo mundo dormindo ali no mesmo local. É lógico que aquilo vira costume; e como ele vai ter noção do que é higiene, ele vai aprendendo de acordo com a vivência que ele tem. Assim, a gente tem que mostrar pra ele que as coisas não são assim, mas as pessoas acham que é besteira o que a gente fala, a gente cansa de ouvir; [o fiscal] tá ali mostrando o lixo ali na frente, a gente tenta mostra pra eles o trabalho.

Através das ações de ordenamento, da disciplinarização dos feirantes, da imposição de limites e de formas de se comportar, os fiscais municipais impõem seu poder. Foucault (1999) caracteriza o poder disciplinar como um poder cuja função é adestrar os indivíduos com o objetivo de se apropriar ainda mais deles.

Destarte, através das ações de fiscalização, busca-se a disciplinarização dos feirantes. A norma é utilizada como instrumento de imposição do poder. Quando as regras de *higiene* são transmitidas pelos fiscais, através da norma sanitária, cria-se no imaginário do feirante a idéia de que a *higiene* é um saber específico dos “*doutores*”. Saber e poder mesclam-se no imaginário dos indivíduos.

Em nome das *práticas de higiene*, os fiscais da VISA controlam os indivíduos, determinando formas de se relacionar, e até mesmo de se posicionar no mundo.

Ao serem questionados sobre as *práticas de higiene*, esses fiscais referem às determinações legais que impõem na sua prática, tais como: *lavar os alimentos (V3)*, *armazenar os alimentos em estrados(V4)*, *não pegar em dinheiro e em alimento (V5)*, *utilizar hipoclorito nas lavagens(V2)*, *as práticas de higiene evitam problemas com parasitas (V4)* e *evitam crescimento bacteriano (V2)*

VIII - Organização

Uma das principais ações do projeto de ordenamento foi a *organização* do espaço da Feira do Japão. Além disso, na retórica da SESP, a organização dos espaços é vista com a sua principal ação junto ao comércio informal da cidade. Desta forma, nas falas dos seus agentes de fiscalização, *organização* e SESP se confundem e são palavras utilizadas como sinônimos.

Nós não deixamos mais eles venderem no chão. Porque lá em São Joaquim, por exemplo, o pessoal bota aquele pano no chão, então nós fizemos o ordenamento e demos barraca e demos toda a estrutura a eles, para eles não espalharem, mas mesmo assim, eles não querem obedecer, querem vender em carrinho de mão,

caixote e até no chão mesmo eles querem vender. Então, a fiscalização sempre tá em cima, atuando para que não aconteça esse tipo de coisa. (S5).

Foucault (1979) refere que através da inserção dos corpos em um espaço individualizado o Estado os controla. Este autor entende a disciplina como uma técnica do poder. Nesse contexto, através do ordenamento do espaço da feira, instituições disciplinares como SESP e VISA buscam controlar os indivíduos. A definição de lotes e de setores na feira, além de homogenizar o espaço e os indivíduos, é uma tentativa de vigiá-los, de controlá-los.

Um dos agentes de fiscalização entrevistado associa *organização* à *higiene*. Como foi discutido anteriormente, higienizar um local é retirar dele tudo que afete a ordem. Assim, higienizar é organizar, retomar a ordem estabelecida. Nesse contexto, espera-se, através da *organização* da feira, limpá-la da anormalidade.

Para um dos fiscais de controle sanitário entrevistado, o principal problema da feira é a falta de *organização*. Para este grupo de ator, *feira* e *organização* são categorias díspares semanticamente. *Organização* depende de uma intervenção estatal mais precisa, através das ações de fiscalização e controle.

Alguns dos fiscais da VISA entrevistados referem exigências legais como formas de organizar o espaço. Isso vem a denotar que sua ação é basicamente uma reprodução do que é estabelecido na norma, sem uma reflexão sobre a realidade em que está intervindo. *Organizar* é: *retirar tudo* [que afeta a ordem] (V1), *tirar papelão que forra as bancas* (V5), *padronizar* (V3), *pedir atestado de saúde* (V5).

Para os gariis que trabalham na Feira do Japão, organizar significa *acabar com a bagunça* (G2), *limpar* (G2), retirar algo que incomoda, isto é, a desordem.

Enquanto ação, a *organização* está atrelada à fiscalização. Assim, para este grupo de ator (gari), *organização* é algo que vem de fora do universo da feira e que deve ser imposta por um ator externo ao ambiente: o fiscal.

Para a Sub-coordenadora da VISA no Distrito da Liberdade, a Feira do Japão

(...) tá desorganizada e prejudica a nível de ordem. Na minha opinião, tem que parecer que eles tenham um tipo de imagem pra que os formais possam também se adequar, porque eles se apegam como exemplos nos informais e eu acho isso um péssimo exemplo.

Eu acho a desorganização um problema, tudo assim no chão, as folhas podres, as pessoas não colocam nenhuma lixeirinha pra poder jogar o lixo, joga tudo ali no chão. Precisa organizar aquilo ali [Feira do Japão].

Para esta servidora, *organizar* a feira implica uma intervenção na sua estética. Nesse ponto de vista, compreende-se que as ações de ordenamento deste espaço não implicam necessariamente na melhoria das suas condições higiênico-sanitárias, mas na alteração da imagem de informalidade associada à feira livre.

Através das ações de ordenamento implantadas pela SESP na Feira do Japão, o Estado intervém no universo da feira, definindo limites, determinando formas de comportamento. Nesse contexto, fiscalização e ordenamento são categorias semanticamente semelhantes. Através das ações de ordenamento, a SESP age nos corpos dos feirantes, nos seus gestos, no seu espaço, regulando seu comportamento e a forma de se posicionar no universo da feira.

Ao classificar os feirantes por produtos que vendem, setorizando a feira, ao padronizar as bancas, a SESP exerce o seu poder disciplinar e individualiza o feirante. Machado salienta que “o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (In :FOUCAULT, 1979, p.XIX).

Para os agentes de fiscalização ambiental da SESP, a sua ação é diretamente associada à *organização* do espaço. Alguns agentes referem que sentem necessidade de uma ação mais dura com os feirantes.

Eles [feirantes] faz [referindo-se desorganização dos espaços] porque eles não paga imposto, porque se ele pagasse imposto, a Prefeitura multava eles e ele não fazia aquilo, mas eles jogam no chão e não paga nada pronto (V3).

Analisando as entrevistas, não se observa um carácter educativo na ação desses agentes.

A relação que estabelecem com os feirantes é uma relação de poder.

Nós estamos aqui para que?

*É para deslocar eles, para dizer não bote assim, bote aqui. Mas nem tem mais apreensão, acabou e então? A gente tá aqui para que? para organizar, né?
Arrumar, mas tem uns que toma aquela ousadia assim e diz: vão acabar com o rapa; oh para aí
E nós ficamos que?
Aavacalhado (S4).*

Segundo Machado (In FOUCAULT, 1979), o que interessa ao poder não é expulsar o homem da vida social, impedir o exercício de suas atividades, mas sim gerir a sua vida. Assim, ao exercer seu poder disciplinar na feira, através das ações de ordenamento, a SESP espera controlar os feirantes, mantendo-os dentro dos limites, para que não afetem a ordem social.

As ações de fiscalização na Feira do Japão centralizam-se na retirada dos feirantes da Rua Lima e Silva, limitando-os à Rua Gonçalo Coelho. Desta forma, o ordenamento da feira vem a significar a retirada da informalidade do espaço social, a retomada da ordem do bairro: *a retirada do incômodo.*

Para entender a ação dos fiscais da SESP e da VISA no espaço da Feira do Japão torna-se necessário compreender o que é a ação de fiscalização e como estes dois atores percebem seu papel de fiscais. E essa percepção será discutida a seguir.

IX - A ação dos fiscais na feira

O Código da Polícia Administrativa do Município do Salvador (Lei 5503/99)¹³¹ embasa as ações de todos os órgãos de fiscalização, como a SESP e a VISA, e concede a esses órgãos o Poder de Polícia, definido como :

a atividade da administração pública que, disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegure o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesse legítimos e regule a prática de atos, em função do interesse da coletividade soteropolitana, concernentes aos costumes, à limpeza pública, à defesa do consumidor, à segurança; ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana, ao trânsito, ao respeito à propriedade e a sua função social, à prevenção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, ao exercício de atividades econômicas ou

¹³¹ Anexo

não, ao controle das atividades poluentes e a inibição ds fontes poluidoras no espaço urbano, rural e insular do Município de Salvador (Lei 5503/99, artigo 2º)

Como pode-se observar, através do Poder de Polícia, os fiscais da SESP e da VISA podem intervir no espaço privado dos indivíduos, em benefício do bem-estar público. Ele caracteriza os órgãos fiscalizatórios e garante aos fiscais, o direito de livre acesso a espaços públicos e privados em busca da defesa da norma, dos direitos e bem-estar da coletividade

Um dos fiscais de controle sanitário diz que o poder de polícia caracteriza sua ação, pois concede a ele poder de autoridade . Segundo Dias,

entende-se por Poder de Polícia - a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernentes à segurança, à higiene, à ordem pública, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício da atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais (DIAS, 1988).

A SESP possui o poder de polícia administrativa e a VISA o poder de polícia sanitária.

De cordo com a Lei 5503/99 , em seu artigo 3º: “ a legislação do Poder de Polícia compreende leis, decretos e normas complementares que disciplinam o comportamento individual ou de empresa, com relação à coletividade”.

O Poder de Polícia Sanitária do Município, inerente à ação da Vigilância Sanitária, segundo a Lei 5503/99 (art32)

abrange a higiene e limpeza dos logradouros públicos, das unidades imobiliárias e de alimentação, incluindo os estabelecimentos onde se fabriquem, depositem, manipulem ou comercializem bebidas e produtos alimentícios e se criem animais

Conforme esta Legislação, em seu artigo 150,

no exercício do poder de polícia, a Prefeitura regulamentará a prática das atividades em logradouros públicos visando a segurança, a higiene, conforto e a livre circulação de pedestres, além de outras condições indispensáveis ao bem-estar da população

Costa (1999) refere que a ação de Vigilância Sanitária é garantida pelo Poder Público e o poder de polícia é efetivado através da elaboração de normas e da fiscalização sanitária. Ela salienta: o poder de polícia “obriga os particulares a submeterem-se aos preceitos

jurídicos-administrativos limitantes das liberdades individuais, condicionando-as aos interesses coletivos e às imposições estabelecidas na Lei”(COSTA, 1999, p.57).Através da fiscalização, o fiscal observa o cumprimento da lei, com base em normas técnicas e jurídicas.

A fiscalização sanitária é um dos momentos de concretização do poder estatal de recusar ou aceitar produtos ou serviços. É uma atividade exclusiva do Estado, que através do Poder de Polícia intervem nas relações entre os indivíduos, desses com o meio ambiente e nas relações de produção e consumo. Sua natureza estatal a insere no campo da atenção à saúde e suas práticas se baseiam no controle de riscos.

Assim, a vigilância sanitária constitui um sub-setor específico da saúde pública, cujo objetivo é a proteção e defesa da saúde individual e coletiva. Ela é definida como um conjunto de saberes que visam intervir nas relações sociais de produção-consumo para prevenir, diminuir ou eliminar riscos e danos relacionados com produtos e serviços de interesse à saúde (COSTA,1999).

Através das ações de vigilância sanitária, o Estado busca exercer sua função de interventor e protetor, na garantia dos direitos individuais e coletivos, posicionando-se ao lado dos cidadãos, garantindo, em princípio, a sobrevivência e segurança da sociedade, bem como do ambiente, sem conflitos.

Segundo a supracitada autora, historicamente, a Vigilância Sanitária tem embasado sua ação fiscalizatória no poder de polícia, reduzindo sua ação a este. Contudo, ela salienta que a Vigilância Sanitária não se esgota na dimensão do poder de polícia.

As normas sanitárias e as leis que norteiam as ações de fiscalização e controle dos seus fiscais são fundamentadas no conhecimento científico.A sua ação é eminentemente preventiva e envolve conhecimentos de áreas diversas.

Ela declara ainda que ao longo da história, à medida que a ciência vai avançando, novas noções vão sendo incorporadas à prática sanitária com o intuito de embasar sua ação

preventiva, noções como: meio ambiente, salubridade, nocividade, higiene, segurança, qualidade.

Nesse bojo, as práticas de vigilância sanitária se estabelecem com base na noção de risco, entendido como perigo virtual ou ameaça de agravo, “relacionado com determinados elementos que o homem aprendeu a identificar na experiência cotidiana”(COSTA, 1999, p.49).

A ação da SESP, diferentemente da ação da VISA, direciona-se para o ordenamento do espaço e não é embasada no conhecimento científico. Os agentes da SESP buscam impor limites, determinar formas de comportamento visando a ordem pública, a organização e a utilização controlada dos espaços públicos.

Instituições como a SESP e a VISA estão inseridas em um sistema cultural permeado por símbolos de dominação e relações de força e de comunicação. Através da legislação, das ações de fiscalização e controle, da transmissão do conhecimento científico, das ações de educação, da comunicação, elas impõem seu poder sobre os indivíduos. Sobre essas relações, Bourdieu fala:

são, de modo inseparável, as relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações (...) que podem permitir acumular poder simbólico(BOURDIEU, 2002, p.11)

Desta forma, os sistemas simbólicos podem ser utilizados como instrumentos de dominação de uma classe sobre a outra, contribuindo para o que Max Weber, citado por Bourdieu (2002), chama de “ domesticação dos dominados”.

Na reflexão que os agentes da SESP fazem sobre sua prática na feira nota-se um sentimento de descontentamento com sua posição junto aos feirantes. Alguns referem que se sentem desrespeitados e desentendidos. Outros associam a ação de fiscalização à apreensão. Analisando os discursos dos agentes da SESP, observa-se que, para eles, a apreensão tem um

caráter punitivo e demonstra seu poder sobre os feirantes. Quando apreendem as barracas ou produtos fora da ordem, eles mostram a sua força.

Nesse contexto, a ação de fiscalização, mais do que uma ação de controle, é uma ação de poder e a apreensão dos produtos ou equipamentos simboliza o castigo. Através desta ação busca-se reduzir os desvios.

Foucault (1999) refere que, no regime disciplinar, a punição tem o objetivo de normalizar. Assim, através da apreensão, a SESP, além de impor sua força sobre os feirantes, busca ordenar a feira, fazer voltar à “normalidade”.

Destarte, fiscalizar é impor força, como mostra esse trecho do discurso:

(...) teve uma colega nossa aqui que uma vez tomou uma paulada na cabeça e caiu em cima da mercadoria do cara, aí ela se desgostou de ir para rua. Aí, o chefe disse, a gente tem que ter dois corações, pegar o bom e deixar embaixo da cama e pegar o ruim e vir trabalhar (S4).

Um outro agente salienta: (...) *nós não temos como punir sem ser com apreensão(S3).*

Nota-se, assim, que a relação *SESP/feirante* mais do que uma relação profissional, de usuário e prestador de serviço, é uma relação de poder, onde cada parte busca impor sua força e barganhar seu espaço.

O grupo de fiscais da Vigilância Sanitária foi o que mais refletiu sobre sua ação profissional. Para este grupo de ator, sua ação fundamental é educar. Contudo, em muitas falas, esta ação apresenta-se carregada de rigor e austeridade. Como observa-se no trecho do discurso abaixo:

[os estabelecimentos da Rua Gonçalo Coelho] (...) mas melhorou assim mesmo, melhorou um pouco, eles estão se sentindo mais obrigado a fazer as coisas. Mas ainda tem muitos problemas, a gente tem que chegar jogando duro e não ter medo de fazer essa ação lá, que eu acho que a gente tem muito medo de agir (V1).

Este informante acredita que a melhoria das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos que inspeciona está associada a uma ação mais punitiva. Ela diz:

*[só melhora as condições dos estabelecimentos] Não tenho nenhuma dúvida, fechando por higiene (...)
Chegando e fechando as portas, auto de infração junto.
Só assim eu acho que resolve, sem uma penalização não resolve, pra mim tem que ser assim (V1).*

Para Costa (1999), as ações de educação sanitária são fundamentais para efetivação das ações de VISA, pois elas contribuem para a formação de uma consciência sanitária na população. Esta autora entende educação sanitária como

conjunto de práticas desenvolvidas com segmentos da população, nas quais as informações sobre produção social do complexo saúde-doença são trabalhadas visando contribuir na formação da consciência sanitária, resultando de construção solidária das bases de crescente qualidade de vida (COSTA, 1999, p.65).

No entanto, observa-se nos discursos dos fiscais de controle sanitário do distrito da Liberdade que as ações que eles consideram ‘educativas’ restringem-se a distribuição de panfletos, orientações verbais sobre como manipular os alimentos e exigências legais; e são restritas ao comércio formal da Rua Gonçalo Coelho.

Elas dirigem-se apenas aos comerciantes e não são efetivas, no que se refere a formação de uma consciência sanitária. Este profissional utiliza as ações educativas para encobrir a relação de poder que estabelece na execução das atividades de controle e fiscalização. Segundo Foucault (1999), “ uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino” (FOUCAULT, 1999, p.148)

Machado salienta que “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber”(In: FOUCAULT, 1979, p.XXII). Para este autor, todo saber garante o exercício de poder. A Vigilância Sanitária reveste sua ação de um caráter científico, para que em nome da “ciência” possa intervir no corpo, no espaço e na vida dos indivíduos.

Para os fiscais da VISA, sua ação precisa ser mais dura e rigorosa. Em alguns momentos, salienta-se o caráter educativo da ação do fiscal, mas na maior parte das referências, ressalta-se o caráter impositivo que impera na sua prática. A educação, para este profissional, segundo as entrevistas, significa a imposição do seu poder sobre os usuários:

temos que fazer linha dura(V1), jogar duro(V3). Um dos fiscais acha que deveria haver mais pressão com os feirantes(V4).

Historicamente, com a evolução da consciência sanitária dos indivíduos, os aspectos normativos e educativos da prática de Vigilância Sanitária se fortaleceram. E através dela o Estado intervém nas relações de produção e de consumo de bens de interesse da saúde, na defesa dos direitos dos seus cidadãos. Segundo Costa , vigilância sanitária

constitui um subsetor específico da Saúde Pública, cujo objeto é a proteção e defesa da saúde individual e coletiva; compõe-se de um conjunto de saberes- de natureza multidisciplinar-e práticas que visam interferir nas relações sociais produção-consumo para prevenir, diminuir ou eliminar riscos e danos à saúde relacionados com objetos historicamente definidos como de interesse da saúde, tendo por objetivo a crescente qualidade de vida (COSTA, 1999, p.65).

Através das ações de fiscalização e controle, os profissionais de Vigilância Sanitária combinam técnicas de vigilância e de sanção que normaliza, como refere Foucault :

é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 1999, p.154).

Em algumas falas dos fiscais da VISA surge a necessidade de uma ação mais planejada. Segundo eles, a sua ação tem sido direcionada pela demanda espontânea e não se baseia em um planejamento que leve em conta as características do seu território. A equipe reduzida e o grande número de estabelecimentos a serem fiscalizados foram apontados como os principais impasses no planejamento das ações.

Esse grupo de técnicos se vê sozinho nas ações de fiscalização e sente a necessidade de uma parceria com outros órgãos. Contudo, apesar de reconhecer essa necessidade, não estabelece uma parceria com a SESP no desenvolvimento das atividades na feira. Três fiscais evidenciam que a relação entre os dois órgãos é difícil devido aos seus objetivos e formas de intervenção distintos. De acordo com a Sub-coordenadora da VISA do Distrito da Liberdade,

(...) A Visa não pode trabalhar junto com a SESP porque os objetivos são diferentes. Podemos fazer um planejamento juntos; porque mesmo quando eu lacro um estabelecimento eu pergunto se tá certo, nós fazemos muita interdição, mas a forma

como vamos fazer a coisa, o meio de trabalho é diferente, tem que haver a penalidade, mas de forma diferente(...).

Um fiscal da sua equipe reforça:

(...) vejo dificuldade [em trabalhar junto com a SESP] porque a SESP tem uma imagem perante a população diferente da imagem que a gente [VISA] quer passar. Eles querem mostrar um poder, eles chegam dizendo que vão apreender, fazendo apreensão (V4).

Ao serem questionados sobre a ação de fiscalização, alguns fiscais de controle sanitário referiram às atividades que são desenvolvidas no seu cotidiano de trabalho, tais como: *cobrança de notificação(V2), tirar produtos com problemas (V5), retirar papelão e jornal usados para forrar as bancas(V1).*

Ele acredita que sua ação provoque raiva, revolta e insatisfação nas pessoas que fiscaliza, pois elas não entendem muito bem sua ação e o têm como inimigo. Esse sentimento é resultado da relação que estabelece, mesmo que de forma camuflada, com os usuários.

Para os garis, deveria haver mais fiscalização na feira, pois *sem alguém para controlar e multar, o local fica com a higiene péssima (G3)*. Também para este grupo de ator, a ação na feira deve ter um caráter impositivo e austero. Para ele, sua função na feira é retirar tudo aquilo que incomoda e é considerado lixo.

Nos discursos dos garis, observa-se um descontentamento com a forma como eles são tratados tanto pelos feirantes, como pelos funcionários municipais. Eles acreditam que o tipo de trabalho que executam os estigmatiza socialmente, pois as pessoas os vêem como indivíduos sem capacidade, porque trabalham com lixo.

Um gari entrevistado diz:

(...) todo mundo esquece que hoje em dia a gente trabalha não por vocação, mas por precisão. Como aqui tem muitos garis colegas, que eles são formado, mas por motivo de não ter uma oportunidade em outro campo de trabalho, por falta de conhecimento, talvez, tão aqui, não quer dizer que são analfabeto, ignorante e incapaz. Porque todos humilham a gente, até próprios colegas nossos, que trabalham o dia a dia com a gente humilha a gente, até em palavra, verbalmente humilham. Eles acham que a gente, porque é varredor, é pior do que eles, por eles serem fiscal. Alguns querem mostrar trabalho em cima da gente, então eles humilham, desfaz, não sabendo eles que nós também poderíamos estar no lugar deles (G2).

Como forma de fugir a esse estigma, eles constantemente salientavam a importância do seu trabalho, a fim de ter reconhecido seu valor em um universo onde as relações de poder são tão fortes.

Os fiscais da Vigilância Sanitária percebem-se como os técnicos responsáveis pela higiene. Para este profissional, a sua ação é revestida de caráter técnico e científico, o que concede especificidade a sua ação profissional. Na escala simbólica desse grupo de ator, a SESP encontra-se em uma posição inferior em relação à Visa, pois ela trabalha com o comércio informal. A Visa trabalha com o formal, com o setor organizado, pertencente a sociedade.

Para os fiscais de controle sanitário, a sua ação é distinta da ação da SESP. Em uma das entrevistas, a Vigilância Sanitária é caracterizada como um *órgão mais direcionado*(V5). Isso denota a especificidade que o profissional vê em sua prática. Essa especificidade técnica aparece em trechos de outras entrevistas. Um dos entrevistados salienta:

(...) Eu fiz um outro trabalho quando eu ainda estava na Central [sede da Vigilância Sanitária], que era indo nas delicatessens. A gente ficava constrangido, porque a gente chegava para conversar, orientar e partir para formalidade, que é através de notificações; para chegar por último a uma interdição, apreensão; por última instância. E eles[agentes da SESP] têm uma postura assim[mais dura]. Eu não tive uma boa experiência, porque eles chegavam querendo fazer apreensão, mostrar um trabalho que a gente não quer mostrar, e depois quem tem que lavar os termos somos nós . Assim, não foi uma boa experiência (V4).

Segundo Costa (1999), as ações de vigilância sanitária “constituem meios fundamentais de controle sanitário para operar a defesa e proteção da saúde coletiva” (COSTA, 1999, p.78). Mas esta autora salienta que as ações de controle sanitário não são exclusivas da vigilância sanitária, extrapolando, inclusive, o âmbito da saúde e estão baseadas em leis e normas, que se fundem ao conhecimento técnico-científico dos profissionais

No entanto, nas falas dos entrevistados, o controle sanitário surge como algo que dá especificidade à ação do profissional de vigilância sanitária. Esta especificidade lhe confere poder na hierarquia institucional.

A SESP e a VISA estão inseridas em um sistema cultural permeado por símbolos de dominação, relações de força e de comunicação. Para os seus trabalhadores, eles são representantes do poder estatal. Em trechos dos discursos, isso aparece de forma clara, o nome da instituição é utilizado substituindo o da Prefeitura. A instituição representa o Estado, o poder. São eles que fiscalizam, que ordenam os espaços, que concedem licenças, que permitem que a feira funcione:

(...) depois de algum tempo, eu te garanto que aquele homem que tem uma barba deste tamanho vai tá lá trabalhando normal e ele só vai começar a raspar depois que a vigilância for para lá e obrigar ele a tirar (V5).

Para Bourdieu (2002), as lutas de classe são simbólicas. Elas são travadas na vida cotidiana dos indivíduos. Quando os feirantes fogem dos limites da Rua Gonçalo Coelho, expõem seus produtos em caixotes, abandonam o armazém, não cumprem o horário de funcionamento, eles se opõem à ação da SESP. Essas ações são estratégias que eles utilizam na luta pelo poder na feira.

Agentes de fiscalização e feirantes são adversários nesta guerra simbólica. Para Foucault (1979), “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Destarte, com base em Foucault, compreendo a invasão da Rua Lima e Silva, pelos feirantes, como uma estratégia que esses atores adotaram para modificar sua posição de dominados.

A relação desses dois grupos de atores é carregada de símbolos. Os agentes da SESP se percebem como indivíduos odiados e desrespeitados pelos feirantes. O ódio vem a significar o desprezo dos feirantes à ação da SESP. Ódio e desrespeito ocupam a mesma categoria semântica e simbolizam o desgosto pela derrota.

X - As dificuldades

Diante do quadro exposto anteriormente, compreendo que uma das dificuldades da intervenção estatal na feira é a relação antagônica que se estabelece entre os seus dois órgãos de fiscalização. A falta de uma ação conjunta e de um trabalho sistematizado e compartilhado entre estes órgãos, além de enfraquecer o poder da Prefeitura no ambiente da feira, torna a sua ação ineficaz, no que tange à mudança de comportamento e práticas.

Contudo, apesar de relatarem a dificuldade de uma parceria, para os fiscais municipais, a principal dificuldade de seu trabalho é o feirante, pois este não os respeita nem os acata:

(...) O que é mais difícil pra mim é nós falar com eles e eles não entender , ou não querer entender” (S4).

(...) Porque o feirante é um tipo assim, você faz um trabalho e ele primeiro já tem aquele lado pessoal, que ele vem fazendo aquilo desde do tempo de seus pais, e ele já tem aquilo ali formado. Assim ele acha que aquilo que a gente tá falando não vai adiantar ou contribuir com nada , vai só onerar o trabalho deles (V5).

A relação dos fiscais da SESP com os feirantes é eminentemente uma relação de poder. Assim, o fato de os feirantes resistirem às suas intervenções na Feira do Japão significa, para eles, um enfraquecimento do seu poder. A invasão da Rua Lima e Silva pelos feirantes, a não aceitação das barracas determinadas pela SESP, a agressão aos fiscais, para estes, simbolizam, uma derrota na luta pelo poder no universo da feira. Eles se vêm agredidos, enfraquecidos. Daí, essas situações serem relatadas como as principais dificuldades na execução de suas atividades.

Em uma das entrevistas, inclusive, o povo é visto como a principal dificuldade. *Povo* vem a simbolizar o outro lado da relação de poder.

Apesar de relatarem em entrevistas, o descontentamento com a postura da SESP, que não apoia os seus agentes de fiscalização e não os defende na luta com os feirantes, em apenas um das falas esta instituição é referida como obstáculo à ação dos agentes. Isso denota que

para este ator o que afeta mais sua estabilidade profissional, mais do que o apoio da instituição, é a perda do poder.

Para os fiscais da VISA, as principais *dificuldades* no seu trabalho são: [a resistência de] os comerciantes, a falta de estrutura do serviço para atender a demanda e a falta de estrutura da feira. Cabe ressaltar, que um dos entrevistados aponta limitações culturais dos feirantes como um elemento dificultador da ação de fiscalização.

O fiscal de controle sanitário é um agenciador de mudanças nas práticas de higiene dos indivíduos. Para este profissional, a falta de compreensão de seu papel nesse sistema dificulta sua ação.

Em duas entrevistas, a violência da região surge como uma dificuldade, pois impede que o profissional atue com mais rigor e austeridade.

Para os garis, a principal dificuldade do seu trabalho é a falta de poder. A feira é um universo onde as relações de poder são fortes e estão inseridas em uma teia de significados. Assim, para este grupo de ator, o fato do seu trabalho ser desvalorizado pelos outros fiscais e pelos feirantes, o enfraquece nessa luta por poder. Eles se percebem como indivíduos desvalorizados, sem importância neste universo.

Em dois discursos a falta de material também é evidenciada como uma dificuldade do trabalho do gari.

Para se compreender a relação que se estabelece entre os agentes da SESP e os fiscais da VISA é necessário analisar a posição que cada instituição ocupa no sistema simbólico da outra e como os fiscais de controle sanitário vêem os agentes da SESP, e como esses percebem os fiscais da Visa.

XI - **Como os agentes da SESP vêm os fiscais da VISA**

No discurso dos funcionários da SESP, o fiscal da VISA aparece como omissivo, elitista, discriminador, distante e convicto de ocupar uma posição de superioridade em relação à SESP.

Segundo o Chefe do Setor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento Alimentar (SEDAB) da SESP :

*(...) A Visa é extremamente elitista, só se preocupando com os estabelecimentos formais, achando que as feiras livres devem acabar, sem ao menos procurar entender a situação da cidade, que esse tipo de comércio é uma realidade de emprego para muitas pessoas e fazem parte da cultura da cidade
A Visa é discriminatória, não se coloca para um trabalho em conjunto. E quando um técnico da Visa se dispõe a trabalhar junto com a SESP, ele é, inclusive, discriminado pela equipe e tido como alguém sem valor, por isso está com as feiras. Não há equipes de fiscalização para as feiras. A área de saúde em Salvador sempre foi elitista, o que dificulta uma ação conjunta, O profissional não se dispõe a se despir de sua superioridade. As ações são desencontradas. A Secretaria de Saúde trabalha no genérico e não no específico, as suas ações não são pela cidade..*

Nota-se o descontentamento deste funcionário com o posicionamento da VISA em relação à SESP e às feiras-livres.

Em algumas falas, observa-se que os profissionais da SESP sentem falta de uma ação em conjunto com os fiscais da VISA; dois entrevistados (agentes da SESP) referem que os fiscais de controle sanitário deveriam orientar os agentes da SESP, em relação à higiene, contudo, há uma omissão da sua parte. Segundo eles:

(...) a Visa nunca foi para o Japão, a Visa nunca foi lá. A parte de higiene é da Visa, mas ela nunca foi lá, nem colocar os olhos. A gente precisaria de orientação da Visa sobre higiene por exemplo, porque ela que sabe disso, mas ela sempre se omite (S2).

(...) Eles [VISA] deviam procurar saber quem a gente [agentes da SESP] é, ir na feira, coletar dados, orientar os feirantes em relação à higiene e até mesmo a gente, procurar trabalhar junto com a gente (S3).

Assim como os fiscais da VISA percebem os agentes da SESP distantes, esses profissionais percebem a Vigilância Sanitária como um órgão afastado, que não se disponibiliza para uma parceria, com foco de ação e interesse diferentes dos da SESP.

Historicamente, SESP e Vigilância Sanitária vêm ocupando posições distintas na estrutura da Prefeitura. A VISA tem se ocupado do comércio formal e a SESP do informal. Contudo, esse distanciamento entre os dois órgãos também ocorre na esfera do simbólico. Por serem técnicos de nível superior, os fiscais da VISA acham que o conhecimento científico diferencia o seu trabalho da ação dos agentes da SESP.

As ações de fiscalização e controle da VISA se revestem de um caráter educativo. Nas inspeções, os fiscais transmitem a norma sanitária, que simboliza o conhecimento científico. Mesmo as ações punitivas ocorrem embasadas na legislação e no conhecimento técnico destes profissionais.

Os fiscais de controle sanitário se percebem como intelectuais, como definiria Foucault (1979), “ intelectual específico”, “ aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida.” (FOUCAULT,1979, p.11) Para estes profissionais, o seu trabalho é intelectual, diferenciando-se, assim, do trabalho da SESP, que é considerado manual, daí a sua superioridade em relação a este órgão.

Como fala um dos fiscais da Visa entrevistado:

(...) a SESP acha que o poder dela está em ordenar e a VISA acha que tem que dar condições , tem que tentar fazer com que não só as indicações como também a permanência esteja atrelada as condições higiênico-sanitárias , aí fica aquele impasse (V5).

Ordem e estrutura ocupam posições semânticas distintas. Apesar de ambas instituições fazerem parte da Prefeitura e serem representantes do poder estatal na feira, elas ocupam posições distintas e estabelece-se um luta de poder entre elas. Para os fiscais de controle sanitário, os agentes de fiscalização da SESP ocupam um posição inferior na sua escala simbólica. A SESP *tem uma imagem diferente da Visa (V3).*

As ações dos agentes da SESP se concentram na apreensão de mercadorias e equipamentos. Segundo os técnicos da VISA, os agentes da SESP agem de forma truculenta,

pois eles *querem mostrar poder*(V3) e esta forma de agir agride o caráter educativo da ação do fiscal de controle sanitário.

A SESP, por sua vez, ressentido-se do distanciamento da VISA:

(...) A gente[SESP] precisaria de orientação da VISA sobre higiene por exemplo, porque ela que sabe disso, mas ela sempre se omite. A gente da SESP é criticado, por isso e aquilo, mas só criticam a gente porque a gente apreende, por isso e aquilo e a VISA ninguém fala porque nunca foi lá. Eles [VISA] deviam procurar saber quem a gente é, ir na feira, coletar dados, orientar os feirantes em relação a higiene e até mesmo a gente, procurar trabalhar junto com a gente (S3).

Os agentes da SESP deveriam atuar no ordenamento do espaço público, enquanto os fiscais de controle sanitário agiriam na melhoria e segurança sanitária dos alimentos comercializados na feira. A ação dos dois órgãos se daria de forma complementar. No entanto, há um distanciamento entre as duas instituições. Para se compreender a partir de que momento essa separação tornou-se tão forte é necessário conhecer a história da SESP e VISA, enquanto órgãos fiscalizatórios, o que será discutido no item seguinte.

XII - *Como os fiscais da Visa vêem os agentes da SESP*

Historicamente, a SESP vem atuando junto ao comércio informal do município e sua ação tem sido direcionada à organização dos espaços públicos. Os seus profissionais, antes reconhecidos como agentes de polícia administrativa, assim como hoje, embasavam sua ação no seu poder de polícia administrativa, dando ênfase as ações de apreensão de produtos e equipamentos. Esse enfoque concedia ao órgão maior visibilidade, além de despertar sentimentos de medo e revolta na população, principalmente nas classes mais baixas, pois a ação de apreensão era associada ao ato de rapinar.

Os agentes da SESP eram reconhecidos como “rapa”, isto é, “carro do governo do Estado, que percorre a cidade com fiscais e policiais incumbidos de apreender a mercadoria

de vendedores ambulantes que negociam sem pagar licença”, ou o “próprio fiscal ou policial do rapa”(FERREIRA, 1999).

Segundo referências de alguns funcionários municipais, nesse período, oficiais da Polícia Militar Estadual ocupavam os cargos de chefia do órgão e muitos policiais compunham o quadro de agentes de fiscalização. Isso reforçava o caráter policialesco das ações fiscalizatórias e da própria instituição. Era, inclusive, vedado o acesso de mulheres no quadro de agentes, pois acreditava-se que a fiscalização era uma ação que exigia força e agressividade, características associadas ao gênero masculino.

No discurso da Prefeitura, esse tipo de imagem era necessária, pois a SESP trabalhava com o setor “mais rústico”, mais pobre e menos educado da população, o comércio informal, associado às classes mais pauperizadas, o que exigia uma fiscalização mais dura.

Nesse mesmo período, a VISA atuava com o setor mais abastado, os comerciantes formais, proprietários de restaurantes, açougues, hotéis, bares, casas noturnas, que representavam o poder econômico da cidade. Assim, sua ação necessitava ser mais “requintada”.

De acordo com relatos de antigos fiscais de controle sanitário, o fato de trabalharem com uma clientela diferenciada e trazerem maior arrecadação aos cofres públicos, concedia a esses profissionais certo status junto ao Prefeito e os situava em posição de destaque na hierarquia institucional. Essa posição privilegiada permitia que eles tivessem livre acesso ao Secretário de Saúde, além do respeito e da admiração deste gestor.

Eles referem que, mesmo atuando junto a essa parcela mais abastada da sociedade, na época da ditadura militar, as ações dos fiscais eram marcadas por austeridade, agressividade e forte influência política.

As ações da VISA tinham o caráter policialesco que marcava todos os órgãos de fiscalização da Prefeitura. Os “fiscais da Saúde Pública”, como eram reconhecidos, agiam

juntamente com os guardas sanitários e sua intervenção junto ao comércio varejista da cidade era basicamente apreensão de produtos e interdição de estabelecimento. Os fiscais eram temidos e respeitados e tinham tratamento privilegiado junto ao prefeito.

Em nome da “Saúde Pública”, esses funcionários inspecionavam feiras, prostíbulo, açougues, mercados, restaurantes. Assim como hoje, as ações eram embasadas na lei, contudo eram mais austeras e algumas vezes violentas.

Nesse período, a nomenclatura dos dois funcionários era diferenciada; os funcionários da VISA eram os Inspectores Sanitários, tinham curso superior e agiam acompanhados dos guardas sanitários.

Os fiscais da SESP tinham uma escolaridade mais baixa (não era exigido nem o 2º grau) e eram denominados de Agentes de Polícia Administrativa. Com o Plano de Cargos e Salários¹³², desde julho de 2002, a nomenclatura dos dois fiscais foi modificada. Os Agentes da Polícia Administrativa da SESP passaram a ser os Agentes de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Público e os Inspectores Sanitários¹³³ passaram a ser Fiscais de Controle Sanitário.

Ao longo do tempo, a VISA foi perdendo esse seu “*status*”, como órgão arrecadador e foi incorporando a sua prática atividades educativas em detrimento das punitivas.

Com a entrada de novos funcionários no quadro da instituição, novos valores e formas de comportamento foram sendo incorporadas à prática profissional. As mudanças também foram estimuladas com a postura diferenciada dos diversos gestores que foram passando pelo órgão, durante esse período.

Atualmente, a VISA permanece com seu poder de polícia, contudo, o status referido pelos antigos fiscais faz parte apenas da história contada pelos mais antigos. Os fiscais

¹³² Lei Municipal 6149/02 e Lei Municipal 6150/02

¹³³ Havia o cargo de Inspetor Sanitário, mas profissionais das áreas. Farmácia, Nutrição, Medicina Veterinária, Arquitetura, Engenharia, Sanitarista, Enfremagem, Biologia atuavam como inspetor sanitária, tendo sido enquadrado como Fiscal de Controle Sanitário também por esta Lei

permanecem centrando sua ação nas atividades de fiscalização e controle, todavia, a sua relação com o setor regulado vem sendo progressivamente modificada.

À medida que a legislação sanitária vai sendo alterada, acompanhando os avanços e descobertas científicas, a vigilância sanitária vem se reconhecendo como campo específico da Saúde Pública, com ação de caráter preventivo e coletivo e os fiscais vêm adotando o papel de educador. Essa mudança de postura interfere diretamente no enfoque da sua ação.

Como refere Costa (1999), inicialmente, no Brasil, as atividades de Vigilância Sanitária se centravam na associação entre sujeira e doenças, a partir de então os alimentos passam a ser a base da fiscalização. As ações de fiscalização direcionavam-se para o controle de epidemias e manutenção da “salubridade pública”. Posteriormente, elas passaram ainda a se direcionar para a reformulação dos centros urbanos. A referida autora salienta que no século XIX, a questão social emerge de forma mais intensa no campo da vigilância sanitária.

Observamos no trabalho desta autora, que à medida que a ciência e a tecnologia vão progredindo, que vão mudando as relações de trabalho e de produção, novos riscos vão se incorporando à vida da população, e a feição da Vigilância Sanitária vai se modificando. Essas mudanças se refletem nas normas sanitárias, bem como na forma de atuação e intervenção dos seus profissionais. Novas noções vão sendo incorporadas no discurso profissional, o que reflete diretamente, não apenas na relação fiscal/usuário, mas também na relação dos fiscais com os outros órgãos.

No caso da SESP, atualmente ela vem passando por uma reformulação, inclusive, a mudança da nomenclatura do cargo de fiscalização tem o intuito de modificar a imagem que o órgão construiu no imaginário da população.

Apesar dessas mudanças, no imaginário popular, os agentes da SESP permanecem sendo o “rapa”, e esse estigma interfere diretamente na sua relação com os usuários e com os outros funcionários da Prefeitura, como os fiscais de controle sanitário.

Assim, verifica-se que esses dois órgãos vêm seguindo caminhos diferenciados. E se percebem como órgãos distintos, com interesses e objetivos específicos.

Segundo a legislação municipal, a ação dos dois órgãos deveria ser complementar. No entanto, elas ocorrem de forma desvinculada. A parceria entre SESP e VISA somente ocorre de forma pontual, para atender às demandas específicas da Prefeitura, como por exemplo, no Carnaval.

Para os fiscais de controle sanitário, esses momentos de aproximação constituem *uma experiência negativa de trabalho junto* (V4) e reforçam o distanciamento entre os dois setores.

No imaginário dos fiscais de controle sanitário, assim como os comerciantes informais, aquele que trabalha com esse tipo de comércio também está em uma posição inferior na estrutura simbólica da Prefeitura. Portanto, na escala simbólica da fiscalização municipal, a SESP encontra-se em uma posição inferior em relação a VISA que trabalha com o formal, setor organizado pertencente à sociedade.

A posição de “superioridade” que os fiscais de controle sanitário acreditam ter, não é apenas fruto da posição de destaque que este profissional teve no passado. Esses fiscais acreditam ter um trabalho mais técnico e valorizado que os agentes da SESP, devido a sua maior especialização e grau de instrução.

Para os técnicos da VISA, sua responsabilidade aumenta com o despreparo da SESP em relação às noções de higiene. Para um dos fiscais de controle sanitário entrevistado, para a VISA deveriam ficar apenas as ações que demandam maior conhecimento técnico, as ações de fiscalização deveriam ficar a cargo da SESP.

Nesse sentido, observa-se que para este grupo de ator, a fiscalização significa uma ação descaracterizada de um caráter científico. Para outro entrevistado, a SESP *demandava e necessita um profissional de VISA na feira* (V5).

A VISA desconhece a ação da SESP na Feira do Japão, desconhece, inclusive, o projeto de ordenamento que ocorreu no local. Em um dos discursos é dito que *a Visa não tem acesso a SESP (VI)*. Contudo, o que se observa é que a posição de superior que esses profissionais ocupam acarretou em um distanciamento entre os dois órgãos, uma separação que invade até o campo do simbólico.

Já para os garis que atuam na Feira do Japão, a SESP ocupa uma posição de superioridade em relação a eles, e a ação dos agentes de fiscalização ambiental é tida como fundamental para o trabalho dos garis, pois, *intimida os feirantes ajudando os garis (G2)*. Para um dos entrevistados, (...) *se a SESP ficasse aqui [na feira] direto, multando, tirando as barraca que tavam errada ia melhorar, mas como tá, num adianta muito(G1)*.

No entanto, em outro discurso, essa superioridade vem a causar um distanciamento entre os dois profissionais, o que, para o entrevistado, interfere na sua prática:

(...) a SESP também não respeitava o trabalho da gente[gari]. Se a gente trabalhava junto aqui, eles podiam chegar e falar com a gente, perguntar as coisas e a gente dividia o trabalho, mas não, eles também num respeitava a gente e nem falavam com a gente (G3)

Talvez por pertecerem a uma empresa terceirizada, este grupo de ator não se sente imbuído do poder estatal. Assim, busca na SESP esse poder: *quando [a SESP] estava na feira fazia os feirantes obedecerem(G1); [a SESP] é temida pelos feirantes (G2)*.

A feira é um espaço de luta de poder. Estado e feirantes travam uma luta pelo espaço. Através da lei e da norma, a Prefeitura tenta regular os indivíduos: sua vida, seu comportamento, suas práticas, suas relações. Os feirantes resistem, transpondo os limites que lhes são impostos, invertendo a ordem que lhes é imposta. Nesse território de conflito, os garis se percebem em uma posição desprivilegiada, pois estão destituídos do poder. Não são nem feirantes, nem fiscais. No seu sistema simbólico, eles não têm força nesta guerra. Destarte, a SESP significa o poder a que eles foram privados. Para um entrevistado :

(...) [a feira] com a SESP era melhor, porque a SESP eles[os feirantes] temiam , tinham mais receio, porque eram ameaçados a perder o porte de vida deles e eles

não iam assim ter aquela autoridade que eles têm para bagunçar e deixar tudo assim. A SESP diz vai fechar, se eles vê que não vai vender mais, que vai ter uma multa, isso intimida a eles. Eles podiam até fazer [a bagunça], mas isso [a multa] intimida eles e isso ia ajudar a gente (G2)

Nas declarações dos garis entrevistados, a ação da SESP é valorizada e este órgão é responsabilizado pelos benefícios e malefícios ocorridos na feira: *sem a SESP tá uma bagunça (G1); a SESP melhorou a feira (G3).*

Destarte, as relações de poder que são estabelecidas no ambiente da feira livre extrapolam o campo da luta pelo espaço, da instauração da força e invadem o campo do simbólico. São relações não apenas entre feirantes e instituição, mas são também relações de força e de poder entre os distintos funcionários municipais que circulam nesse espaço.

Bourdieu salienta que as diferentes frações de classe estão envolvidas numa luta simbólica para “imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses” (BOURDIEU; 2002, p.11). Os fiscais da SESP e da VISA estabelecem o que Bourdieu denomina “concorrência pelo monopólio da competência” (BOURDIEU, 2002, p.13).

Os fiscais da VISA buscam retomar o status perdido, através do reconhecimento do seu papel de “especialista”. E nessa busca, o distanciamento dos agentes da SESP é fundamental, pois esses profissionais simbolizam a falta de especialização, a ação policialesca a qual os fiscais de controle sanitário vêm tentando se afastar.

Na realidade institucional e no imaginário dos fiscais de controle sanitário, eles trabalham com o “formal”, a SESP com o “informal”; a sua ação é “técnica”, a da SESP, destituída de cientificidade. Bourdieu (2002) evidencia que os sistemas de classificação internos que embasam a diferenciação dos campos, a partir de especializações específicas, são formas modificadas dos princípios básicos da divisão do trabalho.

Com base na idéia deste autor e no quadro anteriormente exposto, compreendo que historicamente os fiscais da Vigilância Sanitária foram se revestindo do poder simbólico garantido pela cientificidade que caracteriza sua ação. O caráter técnico que fundamenta as

ações desses profissionais, juntamente com o título de “profissional de nível superior”, transformou-se em capital simbólico para eles. A SESP, por outro lado, sofreu o que Bourdieu (2002) definiria como “desvalorização simbólica”; a falta de cientificidade e o desenvolvimento de ações policiais fizeram com que os profissionais desta intuição ocupassem uma posição inferior no imaginário dos fiscais da VISA.

Isso reflete-se inclusive na nomenclatura dos dois cargos, os funcionários da SESP são ‘agentes de fiscalização’, enquanto os da VISA são ‘fiscais’. Agente no sentido de representante do Estado junto ao setor informal, aquele incumbido de fiscalizar, o que traz um sentido de um mero executor de ordens. Enquanto o ‘fiscal’ traz a idéia de pessoa imbuída de poder repressivo. O fiscal incorpora nele o poder estatal. No imaginário dos profissionais da Prefeitura, o fiscal não apenas representa o Estado, ele é a corporificação do Estado na execução de suas atividades de protetor da coletividade. O agente, por outro lado, é apenas um representante desse poder, um executor de ordens, sem poder decisório e descaracterizado de prestígio perante a Instituição.

Bourdieu refere que o título é uma instituição, ele diz: “não é o valor do título que determina o valor do nome, mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho”(BOURDIEU, 2002, p.149).

Desta forma, o distanciamento entre os agentes da SESP e os fiscais da VISA significa mais do que um afastamento entre intuições distintas, com interesses, objetos e práticas diferenciadas, como aparece nas falas dos funcionários entrevistados. Esse distanciamento simboliza uma luta pela imposição de poderes. Nessa luta, os fiscais da Visa buscam seu espaço na hierarquia da Prefeitura, se revestindo do capital simbólico garantido pela ‘ciência’, para se afastar daquilo que incomoda, o caráter policialesco que sempre revestiu as ações de fiscalização. No imaginário desses profissionais, eles não ‘apreendem produtos’, eles retiram de circulação produtos que expõem a população a risco; quando interditam um

estabelecimento, essa ação é feita em nome da saúde pública. Através de conceitos como risco, salubridade, boas práticas, microorganismos e outros ditos como ‘ científicos’, esses profissionais garantem a especialidade de seu trabalho.

Nesse contexto, é confuso para eles incorporarem as feiras-livres como objeto de sua ação, ou mesmo atuar junto com os agentes da SESP, pois simbolizam algo que eles buscam negar: a **informalidade**.

Quarto Momento : CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sujo, limpo, higiene, ordem, produto estragado são categorias compreendidas em códigos compartilhados pelos distintos grupos de atores que circulam no universo da feira. Para compreender a formação dos *hábitos de higiene* entre os feirantes da Feira do Japão é fundamental o seu entendimento.

Douglas (2003) diz que quando uma criança aprende determinado código linguístico, ela passa a perceber a linguagem a partir de um ponto de vista particular. Assim, os códigos da feira vão se perpetuando em cada feirante e nos seus filhos, sendo interpretados por eles e acrescidos de novos códigos e novos conhecimentos.

Bernstein (apud DOUGLAS, 2003) menciona que diferentes sistemas de linguagem ou códigos criados por seus usuários comportam diferentes regras e relações. Para ele, as crianças vão se apropriando dos sistemas de códigos de seu grupo a partir de seus pais, não apenas através das palavras, mas também da entonação que cada palavra carrega e de seu uso concreto enquanto ato de fala. Através das ações de escutar e falar, as crianças vão internalizando esses sistemas, ao mesmo tempo que vão se identificando socialmente com eles.

Nesse contexto, quando Dona Maria diz aos seus filhos que eles devem *tratar a carimã com educação*, pois *ela não gosta de sujeira*, seus filhos vão internalizando os termos ‘*educação*’ e ‘*sujeira*’ como opostos. A ‘*educação*’, para eles, representa algo positivo que se deve ter no trato com os alimentos e a ‘*sujeira*’ algo que desagradam. Se essas crianças vão para a escola formal e aprendem outro significado para esses termos, vão incorporando a eles novas interpretações e construindo seu próprio sistema de códigos. O feirante Gilmário classifica as doenças transmitidas pelos alimentos como ‘*gripe*’. É preciso penetrar em seu

código para compreender o significado desta assertiva, mas isso exige uma sondagem no seu campo de experiência e no seu repertório.

Os fiscais municipais relacionam o termo *sujo* com o que está fora da ordem. Assim, como para eles a *feira* significa a desordem, este espaço sempre é referido como *sujo*. A sujeira da feira salientada nos discursos dos fiscais simboliza mais do que a presença de sujidades. **A sujeira é a própria feira**, pois ela está fora do seu sistema de classificação, da ordem que a lei estabelece para as coisas. Nesse contexto, *limpar a feira* significa acabar com a sua característica de informalidade, dando ordem ao local, padronizando não apenas as barracas, mas as formas de comportamento. Nesse contexto, os NACS surgem como a feira higienizada, limpa.

A proposta dos NACS e o desejo expresso nas falas dos fiscais, de confinar a feira em um galpão, ou em um espaço fechado, refletem a tendência moderna dos espaços controlados. Estamos na era dos shoppings centers, das lojas de departamentos, dos supermercados, locais de impessoalidade, com suas ruas de granitos, paredes brancas, sem frio, sem calor, sem mendigos, sem pobreza. Uma realidade mascarada que denota a realidade que desejamos, onde não há instabilidades, ameaças, onde estamos sob controle, sob guarda. Concordo com a idéia de que a feira livre é o oposto a isso: é local da proximidade, de simbolismos, onde estamos sob o sol, sob a chuva, expostos a riscos, mas também às descobertas inerentes ao ambiente da rua.

Da Mata (1991) refere que simbolicamente a rua é associada a perigo, riscos; ela é o local do desconhecido, da fluidez. Assim, para os funcionários municipais entrevistados, confinar a feira em um galpão é tirar dela essa fluidez, a qual não é sentida por eles como *pura*, mas *suja*, como que viscosa: da ordem da lama, a que certas pessoas “incompreensivelmente” se apegam, para torná-la segura, controlada, vigiada.

Nem sempre os conteúdos onde as codificações ocorrem são facilmente reconhecíveis por quem não a frequenta, nem sempre o caminho pelo qual se constrói uma categorização é perceptível de imediato. “Mapeá-lo” pode ser uma tarefa árdua, como às vezes é árdua a pesquisa de conexões semânticas entre elementos de um tal discurso

Sartre afirma que para uma consciência é pavoroso sentir-se presa na viscosidade. Para fugir dessa situação ameaçadora, os indivíduos tendem a solidificar tudo que traz essa idéia, confinando as coisas em espaços fechados, controlados.

Extingue-se paulatinamente o comércio de rua, como o da Avenida Sete de Setembro¹³⁴, que vai cedendo espaço aos shoppings. Extinguem-se as feiras livres, que são abocanhadas pelos supermercados ou pelos núcleos de abastecimento.

Seguindo esta tendência, ao chegar à Feira do Japão e ao visitar a Feira de São Joaquim, meu primeiro ímpeto, como fiscal de controle sanitário, foi querer fechar aquele local, pavimentar aquelas ruas, instalar as bancas em boxes de azulejo branco, de fácil higienização, com pias e balcões refrigerados. Contudo, ao conviver naquele espaço e ao desenvolver essa pesquisa fui adentrando em outro mundo. Uma outra feira foi se desvelando para mim.

A Feira do Japão caracteriza-se como um espaço fluido, onde casa e rua se misturam. Quando os feirantes expulsaram os fiscais da SESP da Feira do Japão, eles expulsaram o poder que os oprimia. No cotidiano da Feira do Japão trava-se uma guerra, algumas vezes silenciosa, outras explosiva: uma guerra pelos espaços, pelo poder.

Nesse contexto, os *hábitos de higiene*, mais do que práticas herdadas e transmitidas pelas gerações de feirantes, são frutos da recodificação feita por eles das normas que lhe são impostas..

¹³⁴ Zona comercial, localizada na região central da cidade, muito frquentada até a década de 80.

Nenhum feirante referiu a SESP ou mesmo a VISA, como instituições parceiras, ou fontes de informação ou conhecimento. A SESP foi apenas associada a ações de controle e fiscalização. E a VISA não tem visibilidade no universo da feira. As ações de fiscalização são associadas apenas ao controle do tempo e do espaço.

A intervenção estatal no universo da feira é irreal, como um jogo de ficção, onde os fiscais fingem que inspecionam e os feirantes fingem que são inspecionados e que atendem aos requisitos da norma. Com o projeto de ordenamento da Feira do Japão, a Prefeitura tentou *limpar* o bairro daquilo que perturbava sua imagem: os *feirantes*, a *pobreza*. Acreditava-se que com tal medida se evitaria a feiúra da cidade, ocultando da vista os marginais, os excluídos. Para tanto, fazia-se necessário disciplinar e controlar o espaço, os corpos, limitá-los onde não pudessem ser vistos e abalar a ordem instituída. Seguindo a este pensamento, confinou-se a Feira de São Joaquim atrás de muros e a Feira do Japão à Rua Gonçalo Coelho.

A situação da feira perturba os fiscais municipais não apenas devido as suas condições higiênicas, mas por que a fluidez, a “viscosidade” que caracteriza esse espaço incomoda o senso higienista desses profissionais, que querem extinguí-la, retirando da vista a ineficácia da ação estatal.

Para os fiscais da VISA, a feira é um espaço que agride seu senso estético, é algo *abominável* que deve ser extinto. Como não pode extingui-lo, este profissional nega a sua existência, não o reconhecendo como objeto de intervenção, apesar de a lei assegurar que o preparo, a comercialização e exposição ao consumo humano de alimentos “*in natura*” e outros que tenham ou não sofrido processo de cocção, em instalações ambulantes só serão permitidos quando previamente autorizados pelos órgãos competentes e quando, a critério da Autoridade Sanitária Municipal, estiverem asseguradas as condições de conservação, higiene, limpeza e proteção do alimento. Todavia, na compreensão das autoridades sanitárias este tipo de comércio não faz parte de seu foco de ação, pois é categorizado como **informal**.

Historicamente, a Secretaria Municipal de Saúde não tem atuado nas feiras livres da cidade, as visitas que os profissionais de vigilância sanitária fazem ao local atendem apenas a situações emergenciais e ocorrem desvinculadas da ação de outros órgãos, sem um planejamento. Os fiscais de vigilância sanitária se recusam a aceitar a informalidade das feiras e desejam transformá-las em mercados, um local instituído, com espaços demarcados, de fácil controle e supervisão.

A SESP vem sendo o órgão municipal com ação reconhecida junto ao comércio informal da cidade. Para o fiscal da SESP, o fato de trabalhar com a informalidade o estigmatiza socialmente, o que lhe retira prestígio e poder na hierarquia institucional. A ação deste órgão limita-se ao ordenamento dos espaços e ele se sente só e incapaz de atender à demanda das feiras.

De acordo com a legislação, apenas estão sob responsabilidade da SESP o planejamento, a coordenação, a operação, o controle e a fiscalização dos programas, projetos e serviços de feiras e mercados. Não estão sob responsabilidade desta secretaria a avaliação, fiscalização, controle das condições de higiene da feira, a garantia das condições de trabalho dos feirantes, a garantia da salubridade do meio ambiente e dos alimentos comercializados no local, pois, na retórica normativa, essas são funções da vigilância sanitária, que se omite da execução desses papéis.

As normas são bem feitas, mas não são efetivadas. Não são levadas a sério, nem por parte dos feirantes, nem por parte dos fiscais. Os fiscais sonham com a extinção das feiras livres, já que não conseguem modificá-las, mas isso é inaceitável para o feirante, que reconhece esse espaço como seu, como o local onde é ainda permitida a sua existência, onde ele ainda tem algum poder. Assim, os feirantes reagem contra a sua exclusão, gritam para serem vistos e demonstram o incômodo que a posição de marginal lhes provoca.

Fala-se em ordenamento através da aplicação de normas; mas as normas não são nem compreendidas nem aplicadas. Na feira, o que se observa é uma paralisia efetiva dos órgãos públicos. O ordenamento da Feira do Japão significou uma simples solução espacial, um escamoteamento, uma burla feita com a cidadania das pessoas. A tolerância populista que marcou o atual governo durante a sua campanha pela reeleição significou o descaso que veio substituir a repressão.

Os feirantes sentem-se excluídos de um sistema que os oprime, que os desapropria da sua condição de cidadão e os aprisiona a uma situação marginal. A feira é reconhecida como espaço do lupen, daqueles destituídos de direitos, de visibilidade para a sociedade.

A ação dos fiscais da VISA denota uma retórica baseada no discurso higienista de segregação e exclusão. Confinar os feirantes à Rua Gonçalo Coelho simboliza limpar a rua principal dos *pobres*, marginais, confinando-os à *lama*, à *porcaria*. A intervenção estatal nas feiras é irreal, pois não busca uma melhoria das condições da feira, busca apenas submetê-la ao seu poder, ao seu controle.

Mesmo as ações consideradas educativas não são eficazes no que se propõem. Os cursos ministrados pela SESP e as ações de educação sanitária, tão defendidas pelos fiscais de controle sanitário, são distantes da realidade do local e fundamentam-se em um discurso elitista e ainda mais excludente. Os feirantes participam dos cursos por que são obrigados ou para apenas se fazerem vistos, contudo a retórica da lei não os atinge, pois é construída com um código distante do seu e que não tem um significado no seu universo.

As ações ditas educativas, quando ocorrem, resumem-se a distribuição de folhetos e realização de palestras para transmissão de leis; o discurso dos fiscais é embasado em uma linguagem cheia de termos técnicos que garantem a hegemonia concedida pela ciência. Nesse contexto, quando os feirantes não compreendem o que são boas práticas de manipulação, procedimentos operacionais, doenças transmitidas por alimentos, vetores, contaminantes,

microorganismos, eles são tidos como *burros, pessoas com mente limitada, ignorantes*. Como falar em saúde, em controle de doenças, em saúde pública, em educação para a saúde, em um universo impregnado pelo descaso, pelo autoritarismo e por relações tão desiguais?

Quando a Prefeitura retirou os fiscais da Feira do Japão, eles se afastaram ainda mais dos feirantes com o intuito de “não por a perder votos”. Os feirantes resistiram à ação estatal na feira como uma forma de defender o seu espaço, ao mesmo tempo em que buscavam tornar visível a sua situação. No corpo e na fala dos feirantes observa-se o desprezo que sentem por si mesmos, a dor que a situação de marginal lhe provoca, o desgosto pela sua condição social e pela condição da feira, a perda da sua identidade de cidadão e o ressentimento pelo descaso manifesto cada vez que tentam se fazerem vistos ou ouvidos.

A tolerância nas ações de fiscalização não simboliza uma preocupação com esses indivíduos, mas denota o desprezo dos gestores a sua situação de excluído. A idéia de feira é ligada a idéia de lupen. O gesto, aparentemente democrático de afrouxamento das ações fiscalizatórias, que marcou a transição dos gestores municipais simbolizou uma ação irreal, com objetivos exclusivamente eleitoreiros, com promessas demagógicas de governantes. Ao invés de inserir as feiras nos programas de governo, os dois maiores candidatos prometeram fingir que ela não incomodava, retiraram a feira do seu olhar.

Em um primeiro momento, essa situação aparentou agradar aos feirantes, pois trouxe a sensação de liberdade; eles invadiram todos os limites que antes lhe eram impostos. A Feira do Japão passou a funcionar todos os dias, sem controle do tempo, as bancas aumentaram de tamanho, desceram das calçadas, tomaram a Rua Lima e Silva. Contudo, após algum tempo, eles perceberam o real significado dessa ação. Assim, durante o desenvolvimento desta pesquisa, nas falas dos feirantes sobressai o desejo do retorno da fiscalização, da aplicação de multas, do controle do tempo e dos espaços. No seu imaginário, a retirada dos fiscais passou a simbolizar o abandono, a perda da visibilidade, o reconhecimento da sua marginalidade.

Há uma ocultação da realidade da feira, uma tolerância velada com a marginalidade das pessoas. Uma marginalidade que não se procura resolver, mas que é reafirmada. Os órgãos públicos trabalham no vazio, envoltos em uma nuvem de ficção.

O diálogo entre fiscais e feirantes é um diálogo de surdos. Faz-se de conta que a feira não está regular; faz-se de conta que ela segue as regras e que o Estado exerce nela seu papel de interventor e protetor. E nessa situação de faz-de-conta, o Estado não reconhece sua ineficácia e camufla suas falhas através de um processo de culpabilização dos indivíduos: a feira está suja, porque é cultura do feirante ser sujo; os cursos não são surtos efeitos, porque os feirantes são *burros e ignorantes*; a falta de higiene da feira persiste, porque os consumidores são *parados* e se acostumaram com a *porcaria*.

O problema de segurança que atinge aos moradores e comerciantes da Rua Gonçalo Coelho agrava ainda mais a situação de risco e de abandono com que essas pessoas convivem.

Como pode-se falar em segurança alimentar se não há nem ao menos segurança física? Se esses indivíduos estão entregues à marginalidade, à mendicância, à exclusão, ao descaso governamental, a uma quase ausência de cidadania?

O que seria desejável era uma intervenção concreta, pensada, mas o que houve foi uma ação demagógica, não efetiva. Não se tentou melhorar as condições de higiene da feira, dar melhores condições de trabalho para os feirantes, escutar seus desejos. A visita da SESP à feira, como uma tentativa de retornar o antigo projeto de ordenamento, foi apenas uma encenação para mostrar aos moradores locais que o “governo” se preocupava com eles. A SESP mostrava preocupar-se apenas com os ambulantes que estavam na Rua Lima e Silva; ao entrarem na feira, eles disseram que a situação do local não era grave e que deveriam pensar em uma forma de atrair os feirantes para aquele espaço.

A SESP retornou a Feira do Japão em agosto de 2005, mas sua ação ainda está restrita ao controle do uso das calçadas da Rua Lima e Silva pelos feirantes; não há nenhum programa

específico do órgão para os feirantes. Na Feira de São Joaquim a ação dos fiscais se limita ao lado externo dos muros, impedindo que os feirantes saiam para fora dos limites que lhes são impostos. Observa-se, assim, que as ações deste órgão centram-se no controle dos feirantes, impedido que eles interfiram na estética da cidade limpa, organizada, higienizada.

Os feirantes sentem-se incomodados com esse abandono. O desgosto com essa situação pode ser visto no seu corpo mal cuidado, sujo do sangue das carnes, na amargura das suas palavras, na falta de cuidado com seu espaço, nos seus gestos grosseiros. Os feirantes pedem uma fiscalização rígida na feira, como se exigissem um pouco de atenção, proteção, o reconhecimento de seus direitos de cidadãos, como se gritassem a sua existência. Ao expressarem o desejo de que a SESP retorne ao local, mesmo caracterizando o fiscal como *um perturbado que só atrapalha*, eles exigem a mudança do seu estado de lúpen.

Segundo declarações dos feirantes, o que eles sabem sobre seu ofício e a forma de lidar com os alimentos foi aprendido com seus pais, como conhecimentos herdados que vão se incorporando no *habitus feirante*. Nesse contexto, não percebi uma importante influência da norma, dos cursos esporádicos oferecidos pela SESP, ou mesmo das ações de fiscalização e controle na construção das *práticas higiênicas*.

Um outro ponto que vale salientar é que muitas vezes a *higiene* é utilizada como estratégia de *marketing* e não como um aspecto da saúde; deve-se ser *limpo* para atrair fregueses e não porque a falta de *higiene* pode contaminar o alimento e provocar doenças. Para feirantes e consumidores, a idéia de *contaminação* está associada muito mais a uma alteração estética do produto do que à presença de um contaminante, seja ele físico, químico ou biológico, como apregoa o discurso da ciência

No dia-a-dia desses homens e mulheres, o alimento é fonte de renda, de festividades, ele é o meio de “matar a fome”. Poucas vezes é associado a um possível transmissor de doenças.

Quanto aos consumidores, observei que estes, apesar da higiene da Feira do Japão ter melhorado com a intervenção da Prefeitura, queixam-se do ordenamento, o que reforça a idéia de que esta ação interferiu negativamente no cotidiano da feira, devido à mudança que veio a exigir: uma nova forma de se posicionar e de desenvolver papéis sociais.

Além disso, o ordenamento veio padronizar os feirantes, numa tentativa de homogeneizar a feira como um espaço onde todos são iguais em suas barracas verdes. A norma, aqui representada pela ação da SESP, veio uniformizar esses indivíduos, como forma de controle e de imposição do seu poder simbólico.

Na minha opinião, a feira ideal desejada pelos órgãos oficiais de fiscalização, aqui representada pelos NACS, fará com que a feira perca um pouco de sua vida, tornando-se um ambiente estranho aos seus atores.

O conhecimento científico e a norma não são absorvidos pelos feirantes por serem estranhos ao seu sistema simbólico. As informações acerca da *higiene* e das práticas de saúde são reinterpretadas por esses atores. Outras práticas determinadas pelas normas são apenas reproduzidas e não compreendidas.

Temos que entender que mudar hábitos é construir conjuntamente signos, é compartilhar códigos construídos em parceria.

Para as *práticas de higiene* mudarem na feira é necessário envolver tanto feirantes quanto consumidores; os fiscais devem sair do seu espaço de visitante e se inserir de fato nesta realidade. Eles devem ultrapassar as muralhas que demarcam o território da “informalidade”.

O conhecimento científico não deve ser **imposto** aos feirantes e sim deve-se buscar correspondência na sua percepção ao que é dito pela norma. As *práticas de higiene* devem ser construídas no dia-a-dia desses homens e mulheres e devem fazer parte da sua história.

A *feira* deve deixar de ser vista como local *de pobre, de porcos* e se transformar no local onde encontra-se produto fresco; onde, além de alimentos, encontra-se afetividade, sociabilidade; onde o contato entre produtores e consumidores torna a compra muito mais do que um ato comercial.

As práticas dos fiscais municipais não são educativas, mas coercitivas e punitivas em busca de uma ordenação que não leva em consideração o senso comum enquanto pano de fundo para a formação dos *hábitos de higiene*. São imposições do Estado e não são eficazes na construção das práticas dos sujeitos.

Ainda acho que a Prefeitura deveria intervir nesse local, dando melhores condições de estrutura, mas não interferindo na vida própria desse espaço.

Para intervir nas *práticas de higiene*, a Prefeitura deve primeiro se inteirar dos códigos que funcionam no local e compreender que estes são compartilhados por *feirantes e consumidores*.

Não adianta a lei instituir imperativamente que as carnes só devem ser vendidas em balcão refrigerado e obrigar aos feirantes a adquirir este equipamento, se para os consumidores a geladeira permanece sendo associada à morte, à perda do frescor do produto. Há aqui uma lacuna a ser preenchida no campo do diálogo,

Quando são obrigados pela lei a adquirir balcões refrigerados para guarda da carne, os açougueiros da feira utilizavam este equipamento para guarda de roupas, papéis velhos, dinheiro. E as carnes permanecem expostas nos ganchos, acima desses balcões, pois assim, demonstra-se que elas são frescas, tão frescas que não necessitam de refrigeração

A *feira* é um espaço cheio de significações que precisa de ser compreendido para que as intervenções necessárias façam sentido e assim se viabilizem. Isto só é possível pelo caminho do diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AROUCA, S.. *O dilema Preventivista*: contribuição para a compreensão da Medicina Preventiva.São Paulo:UNESP, 2003.268 p.
2. BARCELLOS, D.. *As feiras livres*: cotidiano de uma feira popular num bairro de classe média Disponível em: <http://www.terraviva.pt/AguaAlto/2158/Feira.htm>, Acesso em:15 de mar. de 2000.
3. BASSINELLO, G. A. H. A Saúde nos Parâmetros Curriculares Nacionais: considerações a partir dos manuais de higiene.*Educação Temática Digital*.Campinas-S.P. v.6.n.1, p.34-48, dez. 2004. Disponível em <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=24>. Acesso em:10 de dez. de 2005
4. BLACK, R. E.. *The Porta Palazzo Farmer's Market*..Anthropology of Food. Issue 04, may 2005. Disponível em: www.aofood.org/JournalIssue/04/ede.pdf. Acesso em: 25 de ago. de 2005
5. BOHANNAN,P.J.*O Progresso da Antropologia*: desvendando máscaras sociais.Rio de Janeiro:Ed. Livraria Francisco Alves,1975.
6. BOLTANSKI, L.. *Puericultura y Moral de Classe*. Barcelona-Espanha: Editorial Laia,1969.152 p.
7. BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 180 p.
8. BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1999.160 p.
9. BOURDIEU, P.. *O poder simbólico*.5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 311 p.
10. CAPONI, S.. From miasmas to microorganisms: hygienic lower-class housing. *Cad. Saúde Pública*, v.18, n. 6, p. 1665-1674. Nov/Dec,2002.
11. CARVALHO, A. de S.. *Metodologia da Entrevista*: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1991.94 p.
12. CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*:artes de fazer. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes,1996.351 p.
13. CÔRREA, M. da S. *As Práticas e Concepções de Higiene Pessoal: determinantes do treinamento de manipuladores de alimentos de um restaurante industrial*. Disponível em www.ufop.br/ichs/conifes/anais/SCS/scs0401.htm. Acesso em: 14 sw maio de 2004.

14. CÔRREA, M. da S.. *Limpeza e Higiene através dos tempos*. Disponível em www.nutline.enut.ufop.br/artigos/artigo07/artigo07.html. Acesso em: 17 de maio de 2005.
15. COSTA, E. A. *Vigilância Sanitária: proteção e defesa da saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1999.173 p.
16. COSTA, J. F..*Ordem Médica e Norma Familiar*. RJ:Graal,1979.282 p.
17. CZERESNIA, D.. *Do contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. R.J: Fiocruz, 1997. 119 p.
18. DA MATTA, R.. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. R.J.: Rocco, 1997.163 p.
19. DIAS, H. P. *Teoria e prática do processo administrativo sanitário*. Brasília: Ministério da Saúde, 1988
20. DIEZ, R. W. G.Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. *Cad. Saúde Pública*, v.13, n.3, p.455-467. Jul./set. 1997.
21. DONZELOT, J.. *A Polícia das Famílias*. 3ed. R.J: Graal, 2001.209 p.
22. DOUGLAS, M.. *Pureza e Perigo*. Lisboa- Portugal:Edições 70,1991.213 p.
23. DOUGLAS, M. *Natural Symbols*, 3ed. London and New York: Routledge, 2003.194 p.
24. DUBY, G. Poder Privado, Poder Público. In ARIÉS, P., DUBY, G.(org). *História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença..* São Paulo:Companhia das Letras, 1990. p. 19 - 45
25. DURKHEIM, E.. *A evolução Pedagógica*.Porto Alegre:ARTMED, 1995, 332 p.
26. DURKHEIM, E. *As regras do Método Sociológico*. 4ed. São Paulo:Martins Fontes, 2003. 165 p.
27. EDUARDO, M. B, de P.. *Saúde e Cidadania:Vigilância Sanitária*. São Paulo:Editora Fundação Petrópolis, 1998
28. ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume I.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.277 p.
29. FERREIRA, A. B.H. *Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI*.RJ:Ed. Nova Fronteira, 1999
30. FLANDRIN, J.-L., MONTANARI, M.. *A História da Alimentação*, SP: Estação Liberdade, 1998.885 p.

31. FLANDRIN, J.-L. A distinção pelo gosto. In ARIÉS, P.: DUBY, G.(org). *História da Vida Privada 3*: Renascença ao século das Luzes: 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
32. . FOUCAULT, M.. *História da sexualidade*: a vontade de saber. 14 ed.Rio de Janeiro: Graal, 1989. 152p
33. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 3 ed..Rio de Janeiro: Graal, 1979.295 p.
34. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões 19 ed. Petrópolis-RJ:Editora Vozes, 1987.262 p.
35. FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*.São Paulo: Martins Fontes, 2002.539 p.
36. FREITAS, M. do C. S.Uma abordagem fenomenológica da fome. *Revista de Nutrição*, vol.15, p.53- 69. Janeiro/abril 2002
37. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Resultados do Universo Censo Demográfico 2000 . Salvador: IBGE; 2000
38. GALVÃO, Pedro.**Salvem os mercados**, Salvador, Correio da Bahia, 19/05/02
39. GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. RJ: LTC, 1989.213 p.
40. GEERTZ, C. *O Saber Local*:novos ensaios em antropologia interpretativa.Petrópolis-RJ:Vozes, 2003.366 p.
41. GOFFMAN, E.. *Estigma*:notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro:Editora Guanabara,1988. 158 p.
42. GUERRAND,R-H.Espaços Privados. In PERROT, M.(org).In *História da Vida Privada 4*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.. São Paulo:Companhia das Letras, 1991. p. 325 -411
43. HEGEL, G. W. F. *Phénoménologie de l'Esprit*.Paris: Gallimard, 1993.
44. .HEGEL, G. W. F *Fenomenologia do Espírito*, 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.269 p.
45. HUBERMAN, L.. *A História da Riqueza do Homem*.21 ed. Rio de Janeiro:LTC, 1986 . 286 p.
46. INSTITUTO PAULO MONTENEGRO E AÇÃO EDUCATIVA, *5 ° Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: um diagnóstico para a inclusão social pela educação*, São Paulo: Instituto Paulo Montenegro/ Ação Educativa/Ibope Opinião, IBOPE, 2005
47. JUSTINIANO, B.. *A feira pode ser prejudicial à saúde*. Disponível em http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/consumo/id120203.htm. Acesso em:11 de abril de 2003.

48. LAPLATINE, F. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 137 p.
49. LIMA, A. M. R.. A educação corporal no aformoseamento da cidade de Fortaleza no final do século XX. *Revista digital*, año 8, n 57, Buenos Aires. Febrero de 2003. Disponível em www.efdeportes.com/efd57/fortal.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2005.
50. LINHARES, M. Y. *A História Política do Abastecimento: 1530-1918*. Brasília: BINAGRI, 1979
51. LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos: por uma Antropologia da territorialidade. *Antropologia*. UNB, 2002. Disponível: www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2004.
52. LODOÑO, L. *El analfabetismo funcional: un nuevo punto de partida*. Lima: Tarea, 1991.
53. LUCKMANN, T. e BERGER, P. *A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 247 p.
54. MAGNANI, J. G. C. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *NAU-Núcleo de Antropologia Urbana*. USP Disponível em <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acesso em: 24 de julho de 2004.
55. MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico*. São Paulo: Ed. Abril-Coleções Os Pensadores, 1984
56. MALUF, R. *Consumo de Alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*, nº 6. Rio de Janeiro: Polis Papers, 2000
57. MAUSS, M.. *O ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974. 200p.
58. MAUSS, M. *Manual de etnografia*. Lisboa-Portugal: Publicações Dom Quixote, 1993
59. MAUSS, M.. *Sociologia e Antropologia*. 2 ed. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2005. 536p.
60. MENDONÇA, S. C., CORREIA, R. T.P., ALBINO, E.. Condições Higiênic-sanitárias de Mercados e Feiras-Livres da Cidade de Recife-Pe. *Higiene Alimentar*, v 16, n94, p20-25. Junho/2002
61. MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
62. MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. RJ: HUCITEC-ABRASCO, 1992. 269 p.

63. MINAYO, M.C. de S. (org), DESLANDES, S. F., NETO, O.C e GOMES, R. ***Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.***Rio de Janeiro: Editora Vozes,2002
64. MILSTEIN, D. ***Higiene, autoridad y escuela:***madres, maestras y médicos: un estudio acerca del deterioro del Estado. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2003.
65. MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. ***Rev. Bras. Ciências Sociais***, v.16, n.47, p.31-42. oct. 2001.
66. MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. ***Revista de Antropologia.***, v,44, n.2, p.39-88 .2001
67. OLIVEIRA, S. P. , THEBAUD-MONY, A.. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. ***Revista Saúde Pública***, v. 31, n.2, p.201-208. abr1997
68. PANATTO, E. et al. Avaliação das Condições Higiênicos-sanitárias da “ Feira-Livre” do Município de Criciúma, SC.***Higiene Alimentar***, v 15, nº124, p54-58. 2004.
69. PEREIRA, D. S. ***Em busca do refinamento*** : um estudo antropológico da prática da etiqueta, FCLCH-USP.Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-26032005-113912.Acesso em:26 de mar de 2005
70. PERROT, M.. Maneiras de morar. In PERROT, M.(org).In ***História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.*** São Paulo:Companhia das Letras, 1991. p. 307 -325
71. POULAIN, J.P., PROENCA, R. P. da C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. ***Revista Nutrição***, v.16, n.4, p.365-386.Oct./dec.de 2003.
72. POULAIN, J.P.,PROENCA, R. P. da C O espaço social alimentar: um instrumento para estudo dos modelos alimentares. ***Revista Nutrição***, v.16, n.3, p.245-256.Julho/Set 2003.
73. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa de águas e saneamento. ***Promoção da Higiene em Burkina Faso e Zimbabué:*** novas abordagens para mudança de comportamento.2002.Disponível em www.wsp.org/publications/FN%207_Hygiene%20Promotion_Portuguese_Press.pdf. Acessado em: 25 de novembro de 2005.
74. RÊGO, R. de C. F., BARRETO, M. L.,KILLINGER, C. L.. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. ***Cad. Saúde Pública***, v18, n.6, p.1583-1591.Nov./Dec. 2002.

75. RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1976.109 p.
76. ROCHA, H. H. P.. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Caderno. CEDES* v.23, n. 59.Abr.2003
77. RODRIGUES, J.C. *Tabu do Corpo*. 3 ed. . Rio de Janeiro: Achiamé,1983.173p.
78. RODRIGUES, J.C. *Higiene é ilusão*. Rio de Janeiro: NAU,1995.111p.
79. RODRIGUES, J. C.. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.197p.
80. ROSEN,G.. *Da Polícia Médica à Medicina Social*.Rio de Janeiro:Graal,1980
81. ROTEMBERG, S., VARGAS, S.. Práticas Alimentares e cuidado com a saúde : da alimentação da criança à alimentação da família. *Rev. Bras. Saude Materno Infantil*, v.4, n.1, p.85-94. Jan./Mar. 2004.
82. SARTRE.J.P. *A Nausea*.Lisboa: Europa-América, 1976.232 p.
83. SARTRE.J.P. *O Ser e o Nada*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.782 p.
84. SERRA, O.T. *Rumores de Festa: o sagrado e o profano na Bahia*.Salvador:EDUFBA, 2005.166p.
85. SINGER, H. *Historia y sociologia de la medicina*.Bogotá:s.n., 1974
86. SILVEIRA, S. M. da. *Contribuição ao estudo dos espaços de consumo cultural na cidade de Porto Alegre: a identidade do Brinque da Redenção*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/necom/mono/monosheilamesserchmidtdasilveira/redencao.htm>. Acesso em :11 de abril de 2003
87. SCHUTZ, A. *A Fenomenologia e relações sociais*.Rio de Janeiro: Zahar, 1979
88. SOARES, M.. B. Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v.5, n16.Set./out./nov./dez. 1995.
89. TELES, A.C.V. de S.*Hábitos higiênicos e norma sanitária: um estudo etnográfico na Feira do Japão, Liberdade*. Salvador, 2003.59p. Monografia(Especialização em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia
90. UNESCO. *Revised recommendation concerning the standardization of educational statistics*, 1978
91. VEBLEN, T.. *Theory of the leisure*. Usa : Peguin, 1994
92. VÍCTORA, C., KNAUTH, D. R., HASSEN, M.N.A. *Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000
93. VIGARELLO, G.. *O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal*..São Paulo: Martins Fontes, 1996.297 p.

94. WACQUANT, L.. Esclarecer o Habitus. International. *Encyclopedia of Economic Sociology*. London:Routledge,2004. Disponível em: [em:http://sociology.berkeley.edu/faculty/WACQUANT/wacquant_pdf.ESCLAREVERHABITU S.pdf](http://sociology.berkeley.edu/faculty/WACQUANT/wacquant_pdf.ESCLAREVERHABITU S.pdf). Acesso em: 25 de setembro de 2005.
95. WEBER, M., *Economia e Sociedade*, v. 1, 3 ed..Brasília: UNB, 1994

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

1. SALVADOR. Decreto 11. 611, de 26 de maio de 1997. Aprova o Regulamento das Feiras Livres do Município do Salvador e dá outras providências.*Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador,27 de maio de 1997.
2. SALVADOR. Decreto 12.074, de 14 de agosto de 1998. Altera o Regimento da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador, 17 de agosto de 1998
3. SALVADOR. Lei Nº 5504/99, de 01 de março de 1999. Institui o Código Sanitário. *Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador, p.2, 2 mar 1999.
4. SALVADOR. Lei Nº 5503/99, de 28 de dezembro de 1999. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador. *Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador.
5. SALVADOR. Lei 6.149/02, de 07 de julho de 2002. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências *Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador, p.2, 22 de julho de 2002.
6. SALVADOR. Decreto 13.611, de 11 de julho de 2002. Altera o Regimento da Secretaria Municipal de Saúde.*Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador, p.3, 12 de junho de 2002
7. SALVADOR. Lei 6.150/02, de 18 de julho de 2002. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Profissionais de Saúde da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências.*Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador, 19 de julho de 2002.
8. SALVADOR. Decreto 15.011, de 01 de julho de 2004. Dispõe sobre a instituição, organização, administração e funcionamento dos Núcleos de Abastecimento, Comércio e Serviço-NACS, e dá outras providências.*Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador,05 de julho de 2004.
9. SALVADOR. Institui o Regimento da Empresa de Limpeza Urbana do Salvador, LIMPURB. *Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador,

DOCUMENTOS CONSULTADOS

1. SALVADOR, PMS. *Anteprojeto de Planos para Implantação de Políticas de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos para a cidade do Salvador*, 1997
2. SALVADOR, PMS/SESP. *Anteprojeto de Planos para Implantação de Políticas de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos para a cidade do Salvador*. Novembro de 1997
3. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado, Serviço de Apoio a Micro e Pequenos Empresários. *Manual do Feirante Cidadão*.
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado, Serviço de Apoio a Micro e Pequenos Empresários *Plano de Metas para implantação de política de abastecimento alimentar em Salvador: feiras móveis, mercados municipais e sub-centros de abastecimento*
5. SALVADOR, PMS/SESP Projeto para ordenamento da Feira do Japão. 2001. *Diário Oficial do Município*, de 13 de janeiro de 2001
6. SALVADOR. Sesp apresenta plano de ordenamento da Feira do Japão. *Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Salvador, p.1, 23 de dez de 2001.
7. SALVADOR. Feira e Mercado Modelo. *Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador, p1, 21 de fev de 2002
8. SALVADOR. Feira do Japão será inaugurada com novo padrão de organização. *Diário Oficial do Município*, Poder Legislativo, Salvador, p36, 12 de fev de 2002
9. SALVADOR, Prefeitura Municipal, SESP. *Plano de ordenamento da Feira do Japão-Liberdade*, 2001
10. *Relatório do Planejamento Urbano por Grandes Bairros da cidade de Salvador-PUGBCS*

Anexos¹³⁵

Anexo 1: *Corpus fotográfico*

Anexo 2: Roteiro das entrevistas

Anexo 3: Corpus documental

Anexo 4: Projeto para ordenamento da Feira do Japão

Anexo 5: Lista de informantes

Anexo 6: Estrutura organizacional das agências institucionais

Anexo 6.1: SESP

Anexo 6.2: LIMPURB

Anexo 6.3: SMS/VISA

Anexo 7: Mapas

Anexo 7.1: Mapa do bairro da Liberdade

Anexo 7.2: Mapa da região do Japão

Anexo 7.3: Mapa localizando a Rua Gonçalo Coelho

Anexo 7.4: Lay-out da feira

Anexo 7.5: Lay-out do armazém

Anexo 8: Termos do consentimento

Anexo 9: Autorizações

¹³⁵ O material anexo encontra-se no volume II desta dissertação

